UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

ROBERTO DOS SANTOS CANADO JUNIOR

**Embates pela memória: a reconstrução do conjunto jesuítico do
Pátio do Colégio (1941 – 1979)**

SÃO PAULO
2014

ROBERTO DOS SANTOS CANADO JUNIOR

**Embates pela memória: a reconstrução do conjunto jesuítico do
Pátio do Colégio (1941 – 1979)**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de mestre em História e
fundamentos sociais da Arquitetura e do
Urbanismo

Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Garcez
Marins

SÃO PAULO
2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DO AUTOR: robertocanado@yahoo.com.br

Canado Junior, Roberto dos Santos
C212e Embates pela memória: a reconstrução do conjunto jesuítico
do Pátio do Colégio (1941-1979) / Roberto dos Santos Canado
Junior. -- São Paulo, 2014.
243 p. : il.

Dissertação (Mestrado -Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
Orientador: Paulo César Garcez Marins

1.Patrimônio arquitetônico (Preservação;Reconstrução) - São
Paulo (SP) 2.Cidades (História) – São Paulo (SP) 3.Pátio do Colégio –
São Paulo (SP)I.Título

CDU72.025.3

Nome: CANADO JUNIOR, Roberto dos Santos

Título: Embates pela memória: a reconstrução do conjunto jesuítico do Pátio do Colégio
(1941 – 1979)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
mestre em História e fundamentos sociais
da Arquitetura e do Urbanismo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

A meus pais, Roberto e Suzana

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Paulo Cesar Garcez Marins que orientou essa dissertação com inestimáveis atenção e disposição, indicando os caminhos da pesquisa e sempre discutindo as suas descobertas. Suas críticas, seus elogios e o entusiasmo com que conduziu esse trabalho e recebeu cada uma de suas partes foram cruciais para sua realização.

Aos professores Dr. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses e Dra. Beatriz Mugayar Kühl cujas preciosas e instigantes sugestões aferidas no exame de qualificação foram essenciais para o prosseguimento das pesquisas e alertaram para as diversas possibilidades de enfoque do objeto.

Aos entrevistados Adolpho Lindenberg, Domingos Theodoro de Azevedo Netto e Claudio Lembo, agradeço pela disponibilidade e pelas informações que forneceram. Agradeço também ao Carlos Eduardo Garcez Marins por ter mediado e viabilizado a entrevista com Claudio Lembo.

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos consultados, sobretudo àqueles dos locais frequentados quase que diariamente: Biblioteca Municipal Mario de Andrade, Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo.

Sou grato também à Capes pelo financiamento da pesquisa.

A minha família, especialmente aos seus mais novos integrantes, os meus sobrinhos Felipe, Vinícius e Matheus, cuja presença notável – e, por vezes, barulhenta – proporcionou necessários momentos de pausa e descontração durante a escrita desta dissertação.

Agradeço aos meus pais, Roberto e Suzana, não somente pelo apoio fundamental, mas também pelo incentivo e a empolgação que demonstraram ao longo do percurso dessa pesquisa e fortificaram a minha própria dedicação a ela. A eles dedico esse trabalho.

À Maria Lúcia, por ter suavizado, com paciência e companheirismo, a árdua trajetória dessa pesquisa. Obrigado por ter ouvido pacientemente, e repetidas vezes, as dificuldades enfrentadas, os planos traçados e as versões não escritas desse trabalho e por ter sido ainda a sua primeira leitora. Sua presença facilitou e tranquilizou todas as etapas dessa empreitada.

RESUMO

CANADO JUNIOR, R.S. Embates pela memória: a reconstrução do conjunto do Pátio do Colégio (1941 – 1979). 2014. 243f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Esta dissertação tem como objeto a reconstrução do conjunto arquitetônico jesuítico do Pátio do Colégio, cujas obras, requeridas desde a década de 1940, começaram a ser empreendidas em 1954 e perduraram até 1979. Durante esse transcurso a reconstrução foi alvo de polêmica e controvérsias de diferentes matizes, verificadas, sobretudo, nos debates ocorridos no âmbito de órgãos das esferas estadual e municipal de poder e na imprensa da época. Abordar essas controvérsias, identificar e qualificar os agentes sociais que dela fizeram parte – tanto os defensores da reconstrução quanto os seus críticos – e o teor de seus argumentos são os objetivos dessa dissertação, assim como perscrutar quais foram as funções sociais e os valores imputados à reconstrução pelos agentes que a engendraram.

Palavras-chave: reconstrução; preservação; patrimônio cultural; história de São Paulo; Pátio do Colégio.

ABSTRACT

CANADO JUNIOR, R.S. Battles over memory: the reconstruction of the Jesuit architectural ensemble of Pátio do Colégio (1941 – 1979). 2014. 243f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The subject matter of this dissertation is the reconstruction of the Jesuit architectural ensemble of Pátio do Colégio, whose construction works, required since the 1940s, began in 1954 and lasted until 1979. During this time frame the reconstruction was the target of polemic and controversies of different degrees, mainly observed in the debates that took place at the level of state and municipal authorities and in the contemporary press. Addressing these controversies, identifying and qualifying the social agents participating in the process – both the advocates of the reconstruction and its critics – and the tenor of their arguments are the goals of this dissertation, which also involve scrutinizing the social functions and values imputed to the reconstruction by the agents that caused it to happen.

Keywords: reconstruction; preservation; cultural heritage; history of São Paulo; Pátio do Colégio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estudo urbanístico para o Pátio do Colégio do engenheiro arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho.....	39
Figura 2 - Demolição do antigo Palácio do Governo e torreão resultante da reforma da antiga torre da igreja.....	51
Figura 3 – O torreão remanescente ao lado da reconstrução hipotética e temporária da “cabana”	52
Figura 4 – Visão frontal da Cabana	53
Figura 5 – Notícia da inauguração do Colégio	56
Figura 6 - Fotografia do Palácio da Presidência. Fotografia de Militão de Azevedo, 1884 ou 85.....	65
Figura 7 - Vista do Palácio do Governo após a demolição da igreja jesuítica e a construção do torreão de autoria do arquiteto Ramos de Azevedo.	65
Figura 8 - Desenho do pintor austríaco Thomas Ender, 1818. Documento iconográfico mais antigo do conjunto.....	87
Figura 9 - Igreja e antigo colégio, onde então funcionava o Palácio do Governo, fotografia de Militão de Azevedo, 1862.	87
Figura 10 – O espaço antes ocupado pela antiga igreja dos jesuítas transformado em leito carroçável, 1908.....	103
Figura 11 - Monumento Glória Imortal aos fundadores de São Paulo de Amadeo Zani, 1926.	106
Figura 12 – Fotografia das paredes de taipa, 1953	114
Figura 13 - Colégio reconstruído; em detalhe, a placa alusiva ao terreno para reconstrução da Igreja, 1971.....	146
Figura 14 - Plano de Urbanização do Pátio do Colégio. A área em amarelo era destinada à reconstrução da igreja.	150
Figura 15 - Vista aérea do Pátio, vendo-se o Colégio e a Torre da Igreja reconstruída e as obras de reurbanização da gestão Paulo Maluf, 1971.....	154
Figura 16 – Os tapumes da obra da igreja com placa e logo da Construtora Adolpho Lindeberg, 1975.....	161
Figura 17 - A fotografia e a legenda indicando o estágio avançado das obras da Igreja	195
Figura 18 - Vista área do Colégio e da Igreja, na fase final das obras, 1979.	222
Figura 19 - Selo comemorativo e envelope de primeiro dia de circulação comemorativo à “restauração da igreja do Pátio do Colégio”, 1978.....	224

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Parte I.....	22
Capítulo 1. As vontades de lembrar: entre o laico e o religioso	23
1.1 Esquadrinhando líderes	26
1.2 Centro cívico ou monumento religioso?.....	31
1.3 Um monumento cívico religioso.....	41
1.4 O custo político do custeio	50
Capítulo 2. Os critérios do reconstruir: uma prática moderna de preservação.....	57
2.1 Reconstruir para preservar	62
2.2 Um politécnico conciliando futuro e passado.....	75
Capítulo 3. Um monumento para celebrar o Centro da nova metrópole	89
3.1 Uma cidade entre a tradição e a modernidade	90
3.2 O novo centro da metrópole.....	99
3.3 Do profano ao sagrado.....	111
Parte II.....	121
Capítulo 4 – Novas vontades de lembrar: entre o passado e o presente	122
4.1 Igreja, leito carroçável ou “monumento apócrifo”? Impasses com a esfera estadual ..	125
4.2 O antigo em meio ao “novo”: a esfera municipal como aliada.....	146
4.3 Uma nova polêmica, agora arquitetônica	156
Capítulo 5. Reconstrução: uma antiga prática de preservação	166
5.1 Monumento sagrado ou uma reconstrução sem valor artístico?	172
5.2 Recriação ou simulacro?.....	188
Capítulo 6. Um monumento novo para revitalizar o centro velho da cidade.....	199
6.1 Tradições para um centro moderno	204
6.2 Símbolo entre símbolos	210
Considerações finais	225
Referências	228
1. Entrevistas.....	228
2. Fontes	228
2. Bibliografia	237

Introdução

Reconstruções de edifícios históricos, abordadas enquanto prática social, tornam-se, cada vez mais, candentes objetos de estudo para a apreensão das dinâmicas e contingências das próprias sociedades que as produziram. Praticadas, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, quando essa possibilidade ganhou amplo apoio governamental em diversos países europeus duramente afetados pelo conflito, as reconstruções integrais de edifícios ou de conjuntos urbanos permaneceram pontuando o debate teórico de restauração ao longo de todo o século XX. Por outro lado, revelavam-se também como uma vertente indispensável para o estudo dos discursos de identidade e das práticas políticas que se organizaram no segundo pós guerra. Essa última dimensão problematizadora ganhou novo impulso diante dos programas mais recentes de reconstrução, que se disseminaram nos antigos países europeus do bloco soviético, em projetos de grande repercussão mundial como os levados a cabo em Dresden, Berlim ou Moscou.

Em livro inteiramente dedicado ao assunto, Ascención Hernández Martínez após atribuir às reconstruções históricas uma alcunha simbólica, política e econômica de primeira ordem, determinou que, para analisá-las, deve-se atentar para o papel social que elas cumprem, oscilante entre a rentabilidade mercantil, a manipulação ideológica, a educação e formação do espectador¹. Ainda de acordo com Martínez, ao tomar reconstruções como objeto de estudo, deve-se ter como objetivo “preguntarnos [...] a quién interesa tanto la realización de estas copias, con qué objeto se construyen”².

Tal premissa orientou a autora no estudo de programas díspares temporalmente, mas que podiam ser reunidos se focalizados a partir da problematização das intenções dos agentes sociais que as efetivaram e dos papéis simbólicos que tais obras desempenharam. Assim, para além de questões formais afeitas ao privilégio dado à fisionomia edilícia e urbana do século XVIII na reconstrução de Varsóvia, a autora frisa que tal opção estava associada ao esforço das autoridades socialistas em reconstruir a imagem da cidade e do próprio país. Tal intenção evitou, entretanto, símbolos maiores da identidade política polonesa do pré-guerra, visto que a reconstrução do Palácio Real e da Prefeitura, símbolos da monarquia deposta no século XVIII

¹ MARTÍNEZ, Ascención Hernández. **La clonación arquitectónica**. Madri: Siruela, 2007. p. 63

² Ibidem. p. 141.

e do passado burguês, foram das últimas reconstruções a serem reerguidas entre as décadas de 1970 e 1990³.

Já após a queda do Muro de Berlim, projetos intensamente debatidos como a reconstrução da Igreja de Nossa Senhora (Frauenkirche) de Dresden ou do antigo Palácio dos Hohenzollern em Berlim (Berliner Schloss) evidenciam, para a autora, intenções de superação do passado socialista e simbolização de uma nova era democrática na Alemanha unificada. A antiga RDA foi responsável pelo impedimento da reconstrução da antiga igreja protestante da capital da Alta Saxônia até o fim do regime socialista, assim como pela construção do Palácio da República na década de 1970, em Berlim, no terreno que fora aberto pela implosão, em 1950, das ruínas do palácio da dinastia prussiana. As intenções de reconstruir a igreja ou reerguer uma releitura do palácio para abrigar o Humbolt-Forum, ambas vitoriosas, foram intensamente debatidas nas duas décadas seguintes à reunificação alemã, e alicerçaram-se no que Godelhard Janzing frisa ser, necessariamente, “uma escolha política”⁴.

Esse viés político esteve presente também na opção por reconstruir o Palácio dos grão-duques da Lituânia, em Vilna, a casa da Guilda dos Cabeças Negras de Riga e a Igreja do Cristo Salvador em Moscou, obras concebidas todas na década de 1990 e após o desmantelamento da URSS, associadas a movimentos sociais de superação da opressão soviética à memória nacional lituana, ao passado burguês leto ou à fé ortodoxa russa⁵.

A essas reconstruções históricas são agregados valores e funções memoriais e simbólicas, na medida em que se entrelaçam e mediam práticas sociais e explicitam disputas e relações de força. Nesse sentido, o texto de Isabelle Pallot-Frossard de apresentação da edição de *Monumental – Revue scientifique et technique des monuments historique*, que tematiza as

³ Ibidem. pp. 75-77.

⁴ Ibidem. pp. 86, 130; JANZING, Godehard. Le Hulmboldt-Forum das la silhouette de l’ancien château des Hohenzollern. **Monumental – Revue scientifique et technique des monuments historiques** – Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction, Paris, jan.jun. 2010, p. 94. Sobre o caráter político das obras de Dresden, ver também: PAUL, Jürgen. La reconstruction de la Frauenkirche de Dresde. **Monumental – Revue scientifique et technique des monuments historiques** – Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction, Paris, jan.jun. 2010, p. 92.

⁵ GLEMZA, Jonas; KATILIUS, Audronis. La reconstruction du palais des grands-ducs de Lituanie. **Monumental Revue scientifique et technique des monuments historiques** – Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction, Paris, jan.jun. 2010, p. 98; CZAPLIKA, John. Putting heritage and Identity into Place after Communism: Gdansk, Riga and Vilnius. In: CHRISTIANSEN, Flemming; HEDETOFT, Ulf (ed.) **The Politics of Multiple Belonging: Ethnicity and Nationalism in Europe and East Asia**. Farnham; Burlington: Ashgate, 2004, esp. p. 157-158; SHVIDKOSKY, Dmitry. La reconstruction des monuments historiques en Russie. **Monumental – Revue scientifique et technique des monuments historiques** – Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction, Paris, jan.jun. 2010, pp. 88-91.

reconstruções, é bastante preciso, quando define que essas reconstruções devem ser abordadas como vetor de significados⁶.

Ao indagar sobre a recorrência das práticas de reconstrução, em patente desacordo com as recomendações oficiais de preservação veiculadas na Carta de Veneza, Isabelle Pallot-Frossard aponta para a sua instrumentalização, pois, essas experiências denotam uma tendência de utilizar os monumentos patrimoniais como uma ferramenta de demonstração histórica e como um símbolo de identidade para a sociedade, num dado momento de sua história. Ainda de acordo com Pallot-Frossard, somente essa abordagem torna inteligível o empenho em retomar os edifícios desaparecidos há mais de sessenta anos, como nos casos de Dresden e Berlim, ou há duzentos anos, como ocorreu em Vilna⁷. A autora cita também o caso da Catedral de Reims, na França, parcialmente destruída pelos bombardeios da Primeira Guerra Mundial e reconstruída anos depois com intuito de apagar as experiências traumáticas e torná-la um símbolo nacional.

Esses casos supracitados, para além de poderem ser abordados a partir de uma visada que privilegie o debate dos critérios morfológicos, técnicos ou estilísticos de sua reconstrução, indicam a existência de uma dimensão simbólica como principal propulsora das obras que não pode ser olvidada. Essas reconstruções históricas devem ser entendidas, então, como produto da sociedade que as engendrou segundo as relações de forças que aí atuavam, e, assim, deve-se revelar o seu potencial de orientar condutas, definir identidades e, invariavelmente, perpetuar o momento histórico que representam como o mais significativo e formador dessas sociedades.

Como foi destacado no já citado texto introdutório da edição da revista *Monumental*, nos casos mais emblemáticos de reconstrução, embora os seus artífices tenham lançado mão de argumentos técnicos para embasar e justificar as obras, tais como pesquisas arqueológicas e o levantamento de documentação preciso e apurado, em muitos desses casos, foi mesmo subjacente às obras uma intenção de “usar” os edifícios reconstruídos como uma ferramenta política a serviço de uma história recriada⁸.

Considerando as perspectivas sinalizadas acima, essa dissertação aborda uma reconstrução arquitetônica bastante polêmica, já há muito integrada na paisagem paulistana. Trata-se do conjunto jesuítico do Pátio do Colégio, cujas obras de reconstrução foram

⁶ PALLOT-FROSSARD, Isabelle. La reconstruction des monuments disparus. **Monumental – Revue scientifique et technique des monuments historiques** – Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction, Paris, jan.jun. 2010, pp. 86-87.

⁷ Ibidem. pp. 86-87.

⁸ Ibidem. pp. 86-87.

debatidas, iniciadas e concluídas entre os anos de 1941 e 1979. A essa reconstrução também foram imputados valores e sentidos próprios dos agentes sociais que, em dado período, pleitearam, defenderam e, por fim, reergueram completamente os desaparecidos edifícios do conjunto religioso. São esses aspectos o foco dessa dissertação, que evita o debate de sua validade formal como réplica ou mesmo sua adequação ao espaço patrimonial em que se situa, senão como teor de discursos mobilizados a favor ou contra a reconstrução.

Embora contemporânea a várias das reconstruções do pós-guerra europeu (que foram inclusive mencionadas nos argumentos favoráveis ou contrários à reconstrução do conjunto jesuítico), aquela empreendida em São Paulo mediou e engendrou práticas a elas completamente distintas. Os traumas identitários da guerra, a inviabilidade urbana das cidades arruinadas e a propaganda totalitária de Estado aqui não estiveram presentes como fatores de fomento, cedendo espaço a outras demandas e embates, que disputavam o passado e as formas de sua monumentalização, que se entrelaçavam ao descenso ou emergência de setores sociais ou áreas da cidade.

No Brasil, é necessário frisar, a reconstrução total de edifícios históricos completamente desaparecidos não é prática comum, tampouco é a praxe nos tratos e na preservação do patrimônio edificado. Contudo, a historiografia sobre preservação e sobre a atuação dos órgãos de patrimônio no país, sobretudo o IPHAN, aponta que é imprescindível a abordagem dos agentes sociais envolvidos na elaboração e na elevação de edifícios a condição de bens patrimoniais, que acabam por imputar a esses as qualidades de vetor de memória e de significados⁹.

Ademais, em muitas das obras de restauração aqui empreendidas, como nas reconstruções, reside, com variações, a intenção semelhante de reverter-se o transcurso do tempo, congelando a imagem de um monumento a partir de sua restauração estilística (muitas vezes criativa, como já sugeria Viollet Le Duc) e do aniquilamento das marcas da passagem temporal expressas em acréscimos decorativos, reformas ou ampliações. O partido de intervenção não vem sendo compreendido como uma intenção meramente técnica e neutra, mas como um compromisso com a leitura do passado e a exaltação de períodos, por agentes sociais ancorados em compromissos e inserções no presente.

Nesse sentido, são significativas para este trabalho as abordagens de Ulpiano Bezerra de Meneses, para quem o patrimônio e as práticas preservacionistas devem ser entendidos como um “fato social”, na medida em que são imbricadas às práticas sociais, sendo vetores e

⁹ Um exemplo recente dessa perspectiva é: CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

“suportes materiais de sentidos e valores”, e um artefato, “produzido no interior de relações que os homens desenvolvem uns com os outros”¹⁰.

Autores dedicados a problematizar as opções patrimoniais do IPHAN em perspectivas afins a sinalizada por Meneses, estabeleceram a necessidade de compreender o entrelaçamento de sua ação de preservação com as ideias e inserções sociais, intelectuais e institucionais dos agentes modernistas, fortificados pela longa permanência que nomes como Lucio Costa, Rodrigo Mello Franco de Andrade e, especificamente em São Paulo, Luís Saia e Mario de Andrade, tiveram na condução dos trabalhos do órgão.

A famigerada modernidade da chamada “fase heroica” assentou-se não apenas na exaltação do passado como base para a formulação moderna para o futuro do país, mas inescapavelmente de um certo tempo passado, de um certo estilo, de um certo recorte social a serem rememorados, restaurados e dados a ver.

Assim, Maria Cecília Londres Fonseca afirma que foram “alguns intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação [...] o conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado, através do SPHAN”¹¹. Na prática, isso significou a sobrevalorização da arquitetura colonial, sobretudo o barroco, tido como o representante da sua melhor forma, como objeto primordial, se não exclusivo, das atenções patrimoniais. O que atendeu aos fins nacionalistas dos agentes modernistas, ávidos por eleger os cânones que embasariam a escrita de uma história da arquitetura nacional que, iniciada com as manifestações coloniais, culminava com o próprio estilo moderno, desconsiderando tudo o que ocorrera entre ambos. Para além da arquitetura em si, era, pois, sobre a identidade nacional, e sobre os tempos históricos de sua definição, que suas ações sinalizavam.

Sergio Miceli, atento ao papel hegemônico e autoritário de intelectuais modernistas nas atuações do IPHAN, atribuiu ainda ao órgão uma marca classista. Para o autor, entre os bens protegidos pelo órgão, se encontram “representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente”¹². Miceli estendeu um pouco mais as interferências dessa marca. Não somente presente nas escolhas do que proteger, essa marca

¹⁰ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: ANDRADE, Antonio L. D. et al. **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9 SR/IPHAN, 2006, pp. 33-53.

¹¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 81.

¹² MICELI, Sérgio. SPHAN: O Refrigério da Cultura Oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1987, n. 22 p. 44.

foi determinante também nas obras de restauração, que auxiliavam na consagração e visualização do tempo que se queria exaltar e dar a ver.

Caso emblemático de certa sujeição dos trabalhos de restauração praticados pelo IPHAN aos postulados modernistas de seus agentes explicitou-se na cidade de Ouro Preto. Como demonstrou Lia Motta em seu estudo pioneiro, os trabalhos conduzidos por Lucio Costa na cidade mineira visaram atribuir-lhe a uniformidade barroca que já havia perdido, de modo que, em nome desse período, foram efetivadas a “retirada de frontões e platibandas características da tímida evolução de Ouro Preto posterior ao século XVIII”¹³.

Assim, por mais que revestidos e legitimados por um caráter técnico, muitas das obras de restauração empreendidas pelo IPHAN submeteram-se ao afã de seus técnicos em alçar a arquitetura colonial à condição patrimônio nacional e exibi-la, portanto, em seu “estado puro”, sem máculas¹⁴. Ligados aos setores dirigentes do poder público nacional, as escolhas desses técnicos atendiam, por conseguinte, às demandas dos agentes desse poder de afirmação de uma identidade nacional, baseada, é preciso também lembrar, em um recorte temporal em que seus ancestrais diretos ou imaginários comandavam a vida social, econômica, política e cultural das capitanias da América Portuguesa.

O estudo que aqui se propõe sobre a reconstrução do conjunto jesuítico do Pátio do Colégio também se relaciona com pressupostos desses autores, visto que as práticas sociais e intelectuais dos agentes que se dispuseram a lutar a favor ou contra a reconstrução são dimensões prioritárias de interpretação. A inserção social desses agentes, seus compromissos religiosos ou de grupo social, suas vinculações políticas, suas filiações intelectuais constituem pontos fundamentais para a aproximação do tema da construção da réplica pretendida para o local em que se dera a fundação de São Paulo.

Abordamos essa reconstrução, portanto, não para inquirir sobre sua autenticidade histórica ou seu valor arquitetônico, tampouco para revelar que se trata de uma reconstrução precisa ou não. Propõe-se, sim, refazer as relações de força que propiciaram a sua elaboração e indagar sobre a função social que a reconstrução desempenhou para os agentes sociais que a pleitearam.

¹³ MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n° 22, 1987.

¹⁴Ver: ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. **Um estado completo que pode jamais ter existido**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993; MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n° 22, 1987; GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975**. São Paulo:Annablume, Fapesp, 2007.

A reconstrução procurou reintroduzir na cidade a imagem anterior de um espaço urbano cuja transformação foi agenciada pelas elites dirigentes republicanas no sentido de eliminar o caráter religioso do então Largo do Palácio. Tal transformação fora iniciada na década de 1880 quando o antigo colégio, Palácio do Governo desde a segunda metade do século XVIII, foi reformado pelo engenheiro-arquiteto francês Eusébio Stevaux e posteriormente por Ramos de Azevedo. Esse primeiro processo de alteração visual e espacial culminou em 1896, com a demolição do corpo da igreja do Bom Jesus, já bastante arruinada devido ao desabamento parcial de seu telhado, concluindo o trânsito do caráter “sagrado” daquele espaço e de seu conjunto arquitetônico para uma condição “profana”, transformação que, lembra Murillo Marx, foi característica do Oitocentos em nosso país¹⁵. Novas alterações, também de Ramos de Azevedo, foram realizadas na fachada do Palácio e na torre da Igreja, que foi completamente reformada e acoplada ao edifício. Laico e com feição eclética, o Largo do Palácio, antigo Pátio do Colégio, tornou-se então um espaço moderno, sem arquitetura colonial, e que se tornaria sede e símbolo do governo paulista durante toda a primeira metade do século XX¹⁶.

Foram exatos cinquenta e oito anos de ausência de qualquer vestígio visível que lembrasse o antigo conjunto arquitetônico jesuítico do Pátio do Colégio. Tal fisionomia perdurou até a década de 1950 quando um movimento defensor da sua reconstrução – não amplo, mas restrito a setores específicos da sociedade – obteve sucesso junto ao poder público com a aprovação da Lei Estadual nº 2658 de 1954, que doou a área aos jesuítas, representados pela Sociedade Brasileira de Educação, e determinou que reconstruíssem o antigo colégio e igreja anexa. A ideia de retomar as construções após tanto tempo – e até mesmo a falta de argumentos de teor mais prático em sua defesa, ausentes inclusive do documento legal citado – insere as obras num jogo de disputas em torno da ocupação do espaço e do que, então, ele poderia vir representar.

As reconstruções do Pátio do Colégio relacionaram-se a um longo arco temporal, que recuamos para o ano de 1941 – data da primeira manifestação favorável a reconstrução para as comemorações dos quatrocentos anos da cidade, proferida por José Mariano Filho – e estendemos até o término das obras em 1979. Longe de considerar esse tempo harmônico e sem mudanças, é patente que o significado que as obras tiveram para seus defensores aí deve

¹⁵ MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 2003.

¹⁶ Para o exame do conjunto das transformações do Pátio do Colégio, ver: LIMA, Solange Ferraz de. Pátio do Colégio, Largo do Palácio. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, vol. 6/7, 2003.

ser buscado, numa complexidade de apropriações associada às transformações de sentido sofridas no tempo.

No entanto, se algumas particularidades desse período desencadearam a vontade de reconstruir as edificações jesuíticas, não lhe faltaram obstáculos, como atestou a longa duração das obras. Da doação da área até a conclusão do conjunto, a reconstrução enfrentou críticas e entraves de diferentes matizes: num primeiro momento, as críticas recaíram sobre a pertinência da doação de área pública para uma entidade privada e religiosa; já durante a década de 1960, lhe faltou o respaldo do poder público, quando por duas vezes, foi vetado o projeto de lei que intentava doar a área necessária para reconstrução da igreja, não prevista na lei de 1954; e finalmente, as posturas do recém-criado CONDEPHAAT, que abriu o processo de tombamento da área e iniciou um debate sobre a legitimidade de reconstruções históricas.

Assim, as obras de reconstrução do Pátio do Colégio nunca foram unânimes. Durante toda a sua trajetória estiveram envoltas de embates, que enfatizaram ainda mais a importância que a reconstrução tinha para os seus persistentes defensores. Documentar essas disputas em torno da reconstrução, identificar os discursos favoráveis e desfavoráveis e inquirir sobre os seus interlocutores, seu teor e suas motivações são, portanto, o escopo deste trabalho. Em suma, pretende-se recuperar os sentidos sociais da tortuosa trajetória de reconstrução dos edifícios que passariam a ocupar, definitivamente, espaço tão significativo para a história da cidade.

Pretende-se também problematizar a própria noção de preservação de edifícios históricos ou de sua reconstrução, alterada durante a vigência das obras e, por fim, compreender como as reconstruções afetaram a própria percepção do centro como espaço simbólico da cidade nas décadas de 1950 e 1970, focalizando-se por fim as propostas de reurbanização do local, implementadas para recuperação do centro da cidade e de que modo viabilizaram a completude do conjunto arquitetônico.

Para reconstituir e compreender as semânticas atribuídas à reconstrução do conjunto e historicizar os debates em torno do longo período em que a mesma ocorreu, serão utilizadas diferentes tipologias e séries documentais. As fontes que compõem a nossa documentação básica são jornais e documentos legislativos. Nos primeiros, identificamos não somente as matérias de cobertura jornalística, que nos forneceram informações indispensáveis para organizar uma cronologia das obras, mas também editoriais e textos de articulistas mais opinativos. Realizamos o levantamento dos três periódicos de maior circulação no período: *O Estado de São Paulo*, a *Folha de São Paulo* (*Folha da Manhã* e *Folha da Noite* para os anos

1950) e o *Correio Paulistano*¹⁷. Contamos também com algumas expressivas matérias do *Jornal da Tarde*, coletadas na hemeroteca da SP-Urbanismo, antiga EMURB. Foi também nos jornais que obtivemos numerosos dados biográficos dos agentes focalizados nesta dissertação, colhidos em reportagens ou nos extensos necrológios das colunas fúnebres.

Os documentos legais arrolados são referentes às duas leis – de 1954 e 1969 – que doaram as áreas para a reconstrução, aos projetos de lei dos anos 1963 e 1965 que intentaram doar a área para reconstrução da igreja e acabaram sendo vetados, e as leis municipais dos anos 1970 aprovadas para doação de verbas às obras. Levantamos nas atas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, da Câmara Municipal de São Paulo e nos respectivos Diários Oficiais desde a apresentação dos projetos de lei até a sua aprovação e a redação de seu texto final.

Afora esses dois tipos documentais, levantamos um terceiro grupo, composto por textos publicados, de caráter autoral ou editorial, dos seguintes periódicos: *Revista do Ateneu Paulista de História*, *Revista Paulistânia*, *Revista de Engenharia Municipal* e revista *Acrópole*. Agrupamos também a esse grupo, três publicações oficiais subvencionadas pela prefeitura durante a reconstrução: *A Igreja e o Colégio dos Jesuítas*¹⁸, *O Pátio do Colégio. História de uma Igreja e de uma Escola*¹⁹ e a edição especial da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*²⁰, todas as três bastante entusiastas da reconstrução; e, por fim, a publicação *O sítio urbano original de São Paulo – O Pátio do Colégio*²¹, de autoria do CONDEPHAAT e contrária à reconstrução.

Foram também realizadas entrevistas abertas com alguns agentes envolvidos na reconstrução: Adolpho Lindenberg, cuja construtora foi responsável pela segunda fase das obras, Domingos Azevedo, diretor de planejamento da EMURB à mesma época e Cláudio Lembo, assessor do prefeito Olavo Setúbal.

Por fim, o próprio conjunto reconstruído, incluindo suas inscrições e placas, integram as fontes dessa pesquisa.

¹⁷ Para “O Estado de São Paulo” e a “Folha de São Paulo” foram consultadas três décadas de publicação – 1950-1979 – já para o “Correio Paulistano” iniciamos a consulta em 1950 e a encerramos em 1963, último ano de circulação do jornal.

¹⁸ MORAES, Geraldo Dutra de. **A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo**. São Paulo: Gráfica Municipal, 1979.

¹⁹ SALGADO, José Augusto Cesar. **O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola**. São Paulo: Gráfica Municipal de São Paulo, 1976.

²⁰ **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1975

²¹ CONDEPHAAT (São Paulo). **O Sítio Urbano Original de São Paulo: O Pátio do Colégio**. Publicação nº 1. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1977.

A **estrutura da dissertação** está dividida em duas partes, compostas de três capítulos cada uma. A abordagem dessas partes segue a cronologia das obras, reconstitui os debates de sua trajetória e destaca os argumentos e conceitos relevantes a elas relacionados. A primeira parte do trabalho está voltada à compressão da cessão do terreno e reconstrução do colégio jesuítico e da torre outrora anexa à igreja, tendo como marco inicial a manifestação de José Mariano Filho, de 1941, e final a conclusão da reconstrução do colégio e da torre da igreja no início da década de 1960. A segunda parte trata da reconstrução da igreja em si, tendo como referencial primeiro o veto à lei estadual que previa a doação da área pertinente em 1965, seguindo até 1979, com a conclusão das obras e sua inauguração formal.

Os capítulos 1 e 4 têm objetivos semelhantes. Ambos são iniciados com as primeiras manifestações favoráveis à reconstrução de cada uma das partes do conjunto jesuítico, colégio e igreja. Indagaremos sobre o que favoreceu as aprovações das leis de doação das áreas e as mobilizações que geraram, com vistas ao objetivo essencial dos capítulos: identificar e situar os nomes que se engajaram nas reconstruções, como os de Carlos Alberto Gomes Cardim, José Augusto Cesar Salgado e Lucas Nogueira Garcez. Apesar de muitos nomes se repetirem de um período para o outro, alguns novos e importantes agentes foram verificados durante a segunda fase das obras. Serão identificados da mesma forma os nomes daqueles desfavoráveis à empreitada.

Os capítulos 2 e 5 também são correlatos, pois objetivam relacionar as reconstruções do Pátio do Colégio com as práticas oficiais de preservação e valorização de edifícios históricos. O tema se impôs após a verificação das veementes posturas do CONDEPHAAT durante a segunda fase das obras. Desfavorável às obras, o órgão estadual era, então, revisor das políticas patrimoniais vigentes desde a década de 1930 e utilizou-se das obras para introduzir um debate até então não verificado, a pertinência de reconstruções históricas. A emergência desse debate nos fez indagar sobre as possíveis convergências ou divergências do SPHAN em relação à primeira fase das obras. Para suprir a ausência de manifestações do órgão federal, abordaremos as suas práticas preservacionistas contemporâneas à reconstrução do Colégio dos jesuítas, principalmente quanto à escolha e restauração dos edifícios salvaguardados, de modo a identificar convergências em meio aos silêncios da instituição.

Por fim, **os capítulos 3 e 6** também tem objetivos semelhantes e atendem às especificidades das implicações urbanas em que as reconstruções do colégio e da igreja se inseriam e interagiam. O capítulo 3 trata a reconstrução do Colégio em sua inserção e significados na área central, relacionando-se ambas com as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo e com a emergência de um pólo simbólico concorrente ao Centro,

materializado pelas construções e monumentos do Parque Ibirapuera. O capítulo 6 aborda os trâmites políticos para viabilizar financeiramente o fim das obras e a inauguração do conjunto arquitetônico ocorrida na gestão de Olavo Setúbal, bem como sua polêmica inserção nos projetos de reurbanização da área central promovidas pela Prefeitura.

Parte I

Capítulo 1. As vontades de lembrar: entre o laico e o religioso

[...] em 1950, a A.S.I.A. (Antiqui Societatis Iesu Alumni) constituiu uma Comissão para defesa daquele edifício histórico, visando a reivindicação do mesmo, a fim de reverter-lo às antigas finalidades que tiveram no passado os edifícios assim transformados, isto é, readaptá-lo para colégio reedificando-se ao lado a antiga igreja. E assim, com a modificação da fachada, serem reconstituídos os monumentos históricos que assinalavam o nascer de nossa civilização. [...] Decorrido mais de um ano, em 1951, o pe. Fernando Pedreira de Castro, aconselhou-me que escrevesse a “História de São Paulo dos Primeiros Doze Anos”, e atendendo-o iniciei aquele trabalho. Lembrou então aquele sacerdote que era empenho dos paulistas conservadores renovarem a tentativa já duas vezes fracassada, ou seja, a tentativa da reedificação do primeiro monumento de nossa história²²

O excerto acima, tirado de uma entrevista com o historiador José Nunes Vilhena realizada em 1953, reconstituía os primeiros passos do empenho de um grupo que pretendia reerguer o conjunto jesuítico do Pátio do Colégio em meados do século XX. Essa iniciativa – composta, sobretudo, por ex-alunos do Colégio São Luis – objetivava “reconstruir o monumento histórico, com a igreja, o colégio e as antigas dependências [...] para reviver o nascimento de São Paulo e cumprir a sua elevada missão histórica, cívica, cultural e religiosa”²³. Tal intenção acabaria sendo concretizada, ainda que não de maneira imediata a essas primeiras manifestações, e sim quase trinta anos depois. Contudo, foi nesse período, os anos iniciais da década de 1950, que a feição atual do local histórico, que abriga a reconstrução completa apenas em 1979, começou a ser implementada ou, no mínimo, requerida publicamente com bastante intensidade por segmentos da sociedade paulistana.

Embora no citado trecho tenha sido destacada a atuação de um padre jesuíta, a empreitada certamente não ficou circunscrita a essa ordem religiosa nem aqueles ex-alunos, mas foi encampada por figuras destacadas de outros segmentos da sociedade paulistana. Alguns daqueles membros pioneiros foram, entretanto, personagens centrais para a trajetória de reconstrução do Pátio do Colégio, como José Augusto Cesar Salgado, jurista e à época Procurador-Geral do Estado e que viria a ser o presidente da futura Comissão Pró Monumento Histórico da Fundação de São Paulo; o próprio historiador Nunes Vilhena, primeiro secretário da mesma Comissão, e o autor do projeto de reconstrução que viria a ser implementado ao

²² A RECONSTRUÇÃO dos primitivos edifícios. O *Correio Paulistano*, São Paulo, pp. 1-2, 17 dez. 1953.

²³ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 268, ano 63º, p. 59, 1953.

longo do século XX, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, que no ano da citada entrevista era um arquiteto da prefeitura, ocupando o cargo de diretor do Departamento de Urbanismo.

Esses três personagens, centrais para a compreensão do sucesso da iniciativa de reconstrução que se iniciaria na mesma década de 1950, aliaram suas ações à publicação de livros ou artigos de jornais e revistas, cuja tônica era a exaltação do passado colonial paulista, quando não, mais especificamente, a do próprio Pátio do Colégio. Identificar a inserção social, política, religiosa e intelectual e abordar o teor de seus argumentos, assim como refazer as suas redes de atuação e de outros simpatizantes à reconstrução na sociedade de então são os objetivos desse capítulo, o mesmo sendo feito para aqueles que se manifestaram contrários à reconstrução. Ao refazer os primeiros passos das manifestações favoráveis às reconstruções dos históricos edifícios jesuítos, busca-se entender os significados que tiveram, para os seus requerentes e artífices, o restabelecimento e a monumentalização dos desaparecidos edifícios do passado colonial na sociedade paulistana de meados do século XX²⁴.

A questão que então se coloca – de simples formulação, mas de difícil resposta – e que por ora conduz este trabalho é: afinal, por que retomar, em dado momento histórico, os antigos edifícios jesuítos já há muito desaparecidos da paisagem urbana paulistana? Perscrutar as falas que sustentaram tais propostas e identificar socialmente os seus interlocutores é, portanto, uma maneira de nos aproximarmos da resposta.

Se tomarmos essa entrevista do primeiro secretário da Comissão favorável à reconstrução, é possível verificar alguns indícios para uma historicização de suas manifestações, ocorridas no período em que os dirigentes da cidade de São Paulo planejavam as comemorações de seus quatrocentos anos. A década de 1950 foi bastante marcada por uma tendência passadista de culto à história e tradições paulistas; tendo sido profícua tanto para a produção de estudos sobre a história da cidade²⁵ quanto para as discussões de seus lugares de memória – e a elaboração de outros novos, pretendentes a tal – dentre os quais se inseriu aquele representativo de sua fundação mediante o projeto de se reconstruir o conjunto jesuítico do Pátio do Colégio.

Ao lado das evocações históricas, passaram a ser igualmente exaltados símbolos que evidenciassem a modernização da capital paulista. Os sujeitos que valoraram a retomada da feição colonial dos antigos edifícios da colina histórica – àquela altura completamente

²⁴ Não abordaremos, contudo, neste capítulo, as atuações daqueles que passaram a defender ou repudiar as reconstruções durante os anos 1970, segunda fase das obras. Este tópico será abordado no capítulo 4.

²⁵ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura**: São Paulo no meio do século XX. Bauru, SP: Edusc, 2001. A autora citou algumas obras de caráter histórico publicadas pela Biblioteca do IV Centenário: “*Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*”, de Francisco de Assis Carvalho Franco; *Bibliografia Crítica da Emologia Brasileira* de Herbert Baldus; *São Paulo Antigo. Plantas Diversas*. p. 95

recharacterizada com edifícios públicos e laicos, sem qualquer vestígio visível que indicasse que ali tivesse sido fundada a cidade pelos padres jesuítas – primavam por explicitar a história mais pregressa da cidade, colonial e imbricada à sua tradição cristã. Tais traços eram por eles considerados ameaçados pelo esquecimento numa sociedade que se mostrava cada vez mais cosmopolita e, sobretudo, numa cidade que passava pelo seu mais intenso processo de metropolização.

Entendemos que os agentes que inicialmente se mobilizaram pela reconstrução do Pátio do Colégio além de estarem estreitamente ligados aos setores católicos conservadores da cidade, ainda pertenciam, em grande parte, aos setores que se consideravam mais tradicionais e que proclamavam estarem há muito estabelecidos em São Paulo, os chamados quatrocentões. Ao reivindicarem tal empreitada de reconstrução, produziram argumentos de acentuado cunho classista que visavam demonstrar as suas filiações com o tempo dos antigos jesuítas, dos quais eram os atuais portadores, e refazer a importância, presente e pretérita, que tinham para a cidade. Tal inclinação não impediu, contudo, que muitos imigrantes ou seus descendentes se associassem a intenção de reconstrução, o que evidencia o caráter catalisador fornecido pelo cunho religioso, que permitia transcender e cimentar “antigos” e “novos” paulistanos.

O caráter católico do movimento de reconstrução não era, ele mesmo, monolítico. Os mesmos agentes que a promoviam dividiam-se nos tensos debates sobre os efetivos fundadores da cidade, para eles restritos aos padres jesuítas Nóbrega e Anchieta, e recebiam as denominações de nobreguenses e anchietanos²⁶. Tais debates eram entremeados por projetos de afirmação identitária, que mobilizaram membros das colônias portuguesa e espanhola na defesa, respectivamente, de Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, além de outros católicos de diversas origens, incluindo paulistas de “quatrocentos anos”. Sem maiores prolongamentos na análise dessas disputas, o que não cabe a este trabalho, a referência vale para demonstrar como o passado era recorrentemente manipulado para atender aos propósitos e disputas políticas do momento e cristalizava-se, sobretudo, em alegorias urbanas, como o monumento escultórico a Anchieta localizado na Praça da Sé e a própria reconstrução do Pátio do Colégio.

²⁶ A esse respeito ver: QUARENTA, Ednilson A. **O Apostolo Progresso e as Alegorias da Fundação: Anchieta, um mito fundador no IV Centenário da Cidade de São Paulo**. Tese (doutorado em História) Universidade de São Paulo – FFLCH, São Paulo, 2009.

1.1 Esquadrinhando líderes

Segundo o histórico feito por Nunes Vilhena na entrevista supracitada, a primeira Comissão formada em 1950 pelos antigos alunos dos jesuítas “extinguiu-se sem nada conseguir”²⁷, tendo “fracassado” assim como a sua primeira tentativa de seis anos antes, quando foi entregue ao então governador do estado um “Livro de Ouro” contendo “4000 assinaturas, na maioria de pessoas gradas e influentes”²⁸ que pediam a reconstrução.

Já a Comissão presidida por César Salgado e pelo historiador e secretário da mesma Comissão José Nunes Vilhena, cuja existência perdurou, com algumas modificações, até o final das obras, foi formada em 1953²⁹, sendo novamente “integrada por figuras exponenciais da venerável Companhia de Jesus e ilustres membros da A.S.I.A.”³⁰.

Afora os padres que compuseram a Comissão, os membros leigos se expressavam e eram tidos publicamente, como ativos propagadores da fé católica, ou, no mínimo, eram entusiastas de José de Anchieta. Disso são exemplos o político Altino Arantes, festejado por ocasião de seus 80 anos também por estar “a frente de todos os movimentos religiosos de São Paulo” e por ser, “sem dúvida, um grande paladino do catolicismo no Brasil”³¹; José Nunes de Vilhena que, no artigo “Centenário da chegada de Anchieta no Brasil” publicado no *Correio Paulistano*, exaltou o jesuíta como o “plasmador do espírito da nossa nacionalidade, consolidador da nossa civilização e criador da cidade de São Paulo, eleito seu primeiro

²⁷ A RECONSTRUÇÃO dos primitivos edifícios. *O Correio Paulistano*, São Paulo, pp. 1-2, 17 dez. 1953.

²⁸ CASTRO, Fernando Pedreira de. *O Pátio do Colégio*. Resumo Histórico e Projeto de Reconstrução (Opúsculo de simples divulgação), 1954.

²⁹ MOVIMENTO pró-igreja do pátio do colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 10, 25 jun. 1953. A nota do periódico indicou: “no dia 21 último, em reunião do Conselho da A.S.I.A. (Antiqui Societatis Iesu Alumini), sob a presidência do dr. Altino Arantes, ficou constituída a Comissão Diretora do Movimento Pró-Igreja do Pátio do Colégio.

³⁰ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, n 272, ano 63 pp. 39-40, 1953. Também fizeram parte desta Comissão os seguintes nomes: Altino Arantes, padre Aristides Greve S. J., Arlindo Pereira Lima, Carlos Vilhena de Lacerda Soares, pe. Fernando Pedreira de Castro S. J., J. A. Cesar Salgado, José Nunes Vilhena, José Alves Palma, Lucio Cintra do Prado, Luis Tolosa de Oliveira e Costa Filho, Mario P. de Souza Lima, Olimpio Lioa e Ulisses Coutinho; uma ata de reunião da Comissão Pró Reconstrução realizada em sua sede na Av. Paulista, veiculada no Diário Oficial do Estado no dia 2 de dezembro de 1953, acrescentou alguns novos nomes à Comissão que, então, estava em vias de alcançar o êxito de suas campanhas. Compareceram à reunião: padre João de Castro e Costa S. J., reitor do Colégio Luis; padre João A. Achotghi S. J, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas; professor Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, diretor técnico da Comissão; professor Antonio Paim Vieira, também diretor técnico da Comissão.

³¹ LEITE, Manfredo. Altino Arantes e a Religião. *O Correio Paulistano*, São Paulo, p. 6, 2 out. 1956.

cidadão”³²; José Alves Palma, candidato a deputado federal em 1954 pelo Partido Social Democrático (PSD) com o entusiástico apoio da Confederação das Famílias Cristãs³³; Luis Tolosa de Oliveira e Costa Filho, que viria a ser diretor de *O São Paulo*, semanário oficial da Arquidiocese de São Paulo lançado em 25 de janeiro de 1956³⁴; e, por fim, Cesar Salgado, que foi um proeminente agente, mentor intelectual e presidente da campanha pela canonização de Anchieta que seria iniciada na década de 1960³⁵, bem como um ativo membro da campanha para a ereção do monumento à Anchieta na Praça da Sé³⁶, da União dos Amigos da Padroeira do Brasil e da campanha da saca de café pró Basílica de N. S. Aparecida³⁷.

Outro traço qualificativo e quase que comum aos nomes dessa formação da Comissão Pró Monumento Histórico da Fundação de São Paulo foi a sua origem social e genealógica, filiada aos membros das elites cafeeiras de origem colonial, cujas denominações variavam de “quatrocentões”, “paulistas de quatrocentos anos” ou, simplesmente, descendentes dos “barões do café”. Além da devoção católica³⁸, era marcante também entre os tributários desta filiação a escolha pelas letras jurídicas, visto que eram, sobretudo, diplomados na Faculdade de Direito do Largo São Francisco³⁹.

³² VILHENA, José Nunes de. Centenário da Chegada de Anchieta no Brasil. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 6, 13 jul. 1956.

³³ AOS ELEITORES associados à confederação das famílias cristãs. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 3 out. 1954. Ao arrolar e defender uma lista de políticos, a Congregação garantiu que, se seus membros e eleitores escolhessem tais candidatos eles estariam defendendo “politicamente, os sagrados direitos da família legitimamente constituída” e salvaguardando “a continuidade de nossas tradições cristãs”.

³⁴ MOVIMENTO religioso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 29 jan. 1956. De acordo com o texto de apresentação do Semanário, “os católicos unidos em torno de uma imprensa diocesana constituirão alta expressão de garantia para a elevação moral e espiritual da sociedade”.

³⁵ CAMPANHA pela canonização do padre José de Anchieta. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5 13 jul. 1962. O jornal divulgou a seguinte nota: “hoje, às 20:30 horas, no Pátio do Colégio n. 2 realizar-se-á, sob os auspícios da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, uma reunião para o lançamento da campanha em prol da canonização do Padre José de Anchieta, com a presença de autoridades, associações culturais e de classe, representantes da imprensa, rádio e televisão, e interessados em colaborar no êxito da iniciativa”. A referida Associação – a qual será abordada no cap. 4 – foi criada em fins década de 1950 e, na ocasião, era presidida por Cesar Salgado; QUARENTA, Ednilson A. Op. Cit. p. 198. O autor destacou a participação de Cesar Salgado no ciclo de palestras, intituladas *Conferencias Anchiéticas* e realizadas em 1969, as quais tinham como mote a “exaltação aos artifícios de Anchieta como mito fundador”.

³⁶ MONUMENTO á Anchieta. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 3, 29 jun. 1954; INAUGUROU-SE ontem na praça da Sé o monumento ao padre José de Anchieta. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 7, 9 dez. 1954.

³⁷ SERÁ entregue um pergaminho ao papa em nome da união dos amigos da padroeira de Brasil. **Folha da Manhã**, São Paulo, 20 mai. 1956; CAMPANHA da saca de café para a basílica de N. S. Aparecida. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 5, 1 mai. 1958; PRÓ-CONSTRUÇÃO da basílica da padroeira do Brasil. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 3, 13 jul. 1958.

³⁸ Além de ser adquirida no convívio familiar a religião católica foi adquirida também da formação escolar básica de alguns integrantes da Comissão. De acordo com a documentação consultada, estudaram no Colégio jesuíta São Luis: Altino Arantes, Cesar Salgado e Lúcio Cintra do Prado.

³⁹ Conforme a documentação, formaram-se no Largo São Francisco ou em Direito os seguintes nomes: Cesar Salgado, Lucio Cintra do Prado, Altino Arantes e José Alves Palma. Segundo a autora Maria Helena Bueno Trigo, durante os anos da Primeira República “era quase uma obrigação dos filhos de fazendeiros formarem-se em Direito [...] o diploma superior era condição essencial para o acesso à elite política, que era composta em sua maioria, de bacharéis. Também os ocupantes dos altos cargos nacionais saíram da Faculdade de Direito; sete dos

De acordo com Maria Helena Bueno Trigo, o apreço que essas famílias de cafeicultores sustentavam pelo passado era estratégico e decorria das constantes crises que começaram a abalar a ordem social da Primeira República e, por conseguinte, a primazia econômica e política das antigas famílias paulistas a partir da década de 1920. Além das flutuações dos preços internacionais do café, três fatores correntemente associados ao processo de modernização da capital também impulsionaram essas crises: o surto de urbanização por que passava a cidade desde fins do século XIX, o crescimento demográfico motivado pela imigração e o incremento da indústria local⁴⁰. De fato, a primeira onda de narrativas históricas de São Paulo, estudos genealógicos e construção de monumentos alusivos ao passado iniciou-se no período histórico que se convencionou chamar de a “Segunda Fundação de São Paulo”, situado por volta dos anos 1870⁴¹, e prolongou-se durante toda a Primeira República.

Com a pretensão de tornaram-se monumentais e hegemônicas da história paulista, tais narrativas acabaram por se sobreporem às narrativas menores e fragmentadas, alimentando o processo de “esquecimento social”⁴² de setores sociais que, no mais das vezes, eram demograficamente majoritários.

O cunho tradicionalista que permeou as atuações públicas dos referidos agentes da Comissão de 1953 pôde ainda ser percebido pela participação de alguns deles em instituições cuja agenda era justamente definida com a intenção de levar a cabo a exaltação do passado. Pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por exemplo, passaram Altino Arantes – primeiramente presidente e, depois, presidente honorário da entidade⁴³ – Cesar Salgado⁴⁴ e José Alves Palma⁴⁵, sendo que os dois primeiros também integraram a Academia Paulista de Letras⁴⁶.

Pode-se dizer, no entanto, que dentre esses nomes integrantes da Comissão Pró Monumento Histórico do Pátio do Colégio, o de José Augusto Cesar Salgado, pela

doze presidentes da velha República eram formados pela Academia Paulista de Direito”. pp. 62-63. TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os Paulistas de Quatrocentos Anos: Ser e Parecer**. São Paulo, Annablume, 2001.

⁴⁰ TRIGO, Maria Helena Bueno. Op. Cit. p. 35.

⁴¹ SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo: a cidade da primeira metade do século XX (1890-1930)**. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

⁴² Ibidem. p. 570.

⁴³ ALTINO Arantes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 06 jul. 1965.

⁴⁴ JOSÉ Augusto Cesar Salgado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 21, 10 abril 1979.

⁴⁵ INSTITUTO Histórico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 2 fev. 1972.

⁴⁶ ALTINO Arantes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 06 jul. 1965; JOSÉ Augusto Cesar Salgado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 21, 10 abril 1979.

recorrência com que apareceu nos principais jornais paulistanos da época⁴⁷, teve destaque. Em relação à reconstrução dos edifícios jesuítos foi uma figura de proa, não somente por ter presidido a dita Comissão até a sua morte em abril de 1979 (dois meses antes da inauguração dos edifícios), mas por ter se empenhado, notoriamente, no debate público em torno da empreitada, defendendo-a das diferentes críticas que recebeu ao longo de sua trajetória. O envolvimento de Cesar Salgado com o tema culminou com a publicação do livro *O Pátio do Colégio. História de uma Igreja e de uma Escola*, editado pela prefeitura de São Paulo em 1976⁴⁸, obra que pode ser considerada como um libelo final a favor da reconstrução, numa década em que, como veremos no capítulo 5, tal intenção era publicamente criticada pelos órgãos de preservação do patrimônio edificado.

Um breve perfil de Cesar Salgado pode sintetizar todos os atributos imputados aos signatários da reconstrução, configurando-se, enfim, quase como um arquétipo deles e das próprias elites conservadoras mais tradicionais, simultaneamente católicas e “quatrocentonas”.

Nascido em 1897 na cidade de Pindamonhangaba, localizada no Vale do Paraíba, Cesar Salgado teve suas trajetórias escolar e profissional iniciadas em cidades vizinhas. As primeiras letras foram aprendidas no colégio jesuíta São Luís de Itu e no São Joaquim em Lorena; já o seu ensino superior foi concluído em 1917 na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. A sua carreira pública, embora tenha chegado ao auge na cidade de São Paulo – onde foi eleito deputado pelo Partido Republicano Paulista⁴⁹ em 1934 e nomeado procurador geral de Justiça do Estado pelo governador Lucas Nogueira Garcez em 1951 – foi iniciada como promotor público nas cidades de Atibaia e Socorro⁵⁰.

A filiação elitizada de Cesar Salgado, atrelada à terra e a cafeicultura, adveio muito do tronco materno de seus ascendentes. Sua mãe, Maria Antonieta Cesar Salgado, pertencia, como foi afirmado pelo jornal *O Estado de São Paulo* na ocasião de seu falecimento em 1957, “a uma tradicional família de Pindamonhangaba”⁵¹. A linhagem tradicional de Maria Antonieta foi novamente afirmada, três anos mais tarde, na coluna social de Tavares de

⁴⁷ Foram consultados *O Estado de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e *Correio Paulistano*.

⁴⁸ SALGADO, José Augusto Cesar. *O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola*. São Paulo, Gráfica Municipal de São Paulo, 1976

⁴⁹ TRIGO, Maria Helena Bueno. Op. Cit. p. 33. Ao abordar o PRP, a autora afirmou que “o Partido Republicano Paulista (PRP) foi dominado por esse grupo [“quatrocentões”], que exercia rigoroso controle sobre as filiações ao partido. Os critérios adotados nas atitudes e nos julgamentos pelos partidários do PRP eram marcadas pelo conservadorismo e pelo patriarcalismo”

⁵⁰ HOJE a posse do Sr. Cesar Salgado no cargo de Procurador-Geral da Justiça. *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 fev. 1951; JOSÉ Augusto Cesar Salgado. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 21, 10 abril 1979.

⁵¹ D. MARIA Antonieta Cesar Salgado. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 16 ago. 1957.

Miranda que comemorou o centenário de nascimento da “dama paulista” e aproveitou também para qualificar um de seus descendentes:

hoje o velho Brasil comemora o centenário da ilustre dama paulista, D. Maria Antonieta Cesar Salgado, [...] filha do comendador João Maria de Oliveira Cesar e Maria Braulia de Oliveira Cesar, descendia pelo lado paterno, de velhos troncos paulistas da gentilíca cidade do Vale do Paraíba [Pindamonhangaba] e pela linhagem materna era neta dos viscondes de Guaratinguetá. Casada com o comendador Augusto Marcondes Salgado (que durante muitos anos foi tesoureiro da Basílica de Aparecida) Maria Antonieta teve doze filhos, entre os quais destacamos José Augusto Cesar Salgado, procurador do Estado, comendador da Santa Fé, presidente da Ordem dos Cavaleiros de São Paulo e alma dos Amigos da Padroeira que lutam pela construção da nova basílica⁵²

Destacado, então, como um continuador das tradições ancestrais de sua família, ancoradas, sobretudo, em sua raiz católica, José Augusto Cesar Salgado foi profícuo na participação de entidades e campanhas em prol da manutenção ou valorização da história de São Paulo, na acepção conservadora que a atrelava às velhas elites de origem colonial e imperial. Além das instituições já supracitadas, Cesar Salgado integrou – contemporânea e concomitantemente à reconstrução dos edifícios jesuíticos – o Clube Piratininga, a Associação dos Cavaleiros de São Paulo, a Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo (tais entidades serão abordados nas partes vindouras deste trabalho) e o Clube dos 21 Amigos Irmãos⁵³.

O veio passadista de Cesar Salgado ainda seria manifestado em diversas ocasiões: em janeiro de 1954, organizou – por meio da *Antiqui Iesu Alumni Societatis* (entidade dos ex-alunos de jesuítas, da qual era presidente) – uma “festa cívica cristã” na cidade litorânea de São Vicente, em homenagem ao desembarque da Companhia de Jesus⁵⁴; em 1955 foi sócio da Cruzada Paulista, campanha de excursão pelas “cidades tradicionais” paulistas promovida pelo Clube Piratininga⁵⁵; e, por fim, já em janeiro de 1962, encerrou o “Curso Especial de História da Fundação de São Paulo” patrocinado pelo Ateneu Paulista de História e realizado na cabana representativa da fundação de São Paulo que havia sido reconstruída pela Comissão Pró Monumento da Fundação de São Paulo no Pátio do Colégio.

⁵² CENTENÁRIO de Maria Antonieta Cesar Salgado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 9 mai. 1963.

⁵³ NOVA diretoria dos ‘21 irmãos amigos’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 21 jan, 1962.

⁵⁴ MISSA campal, a 31, em São Vicente para comemorar a chegada àquela enseada dos primeiros jesuítas. **Folha da noite**, São Paulo, p. 1, 26 jan. 1954. A respeito desse evento Cesar Salgado declarou: “seria desnecessário, para justificar essa realização patriótica, realçar o quanto deve São Paulo à Companhia de Jesus. Em boa hora foram lembrados os homens que se sacrificaram pelo desbravamento do Planalto”.

⁵⁵ EXCURSÃO a cidades tradicionais do estado. **Folha da manhã**, São Paulo, p. 6, 12 mar. 1955.

Por fim, pode-se dizer que Cesar Salgado, assim como José Nunes Vilhena, e o arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, foi dos que mais se destacou entre os paladinos das obras de reconstrução. Liderados por Cesar Salgado, os membros da Comissão responderam as críticas e pressionaram o poder público para a devolução do terreno do Pátio do Colégio pertencente ao Estado aos jesuítas. Constituíram-se, dessa forma, no grupo mais organizado para os devidos fins e, evidentemente, seriam eles os que deveriam “fiscalizar as obras”⁵⁶. No entanto, eles não estiveram sozinhos, nesses anos iniciais da década de 1950, em suas propostas. Outros grupos fizeram coro para a revalorização do Pátio do Colégio e, embora algumas vezes sob prismas diversos, acabaram por demonstrar que o tema, nesse período, era mesmo caro aos setores mais conservadores da sociedade, como católicos de origem étnicas bem diversas.

1.2 Centro cívico ou monumento religioso?

No ano de 1953, ante a possibilidade de demolição do antigo, e já desocupado, edifício do Palácio do Governo, que figurava onde outrora estiveram os antigos colégio e igreja jesuítas, acentuou-se a discussão sobre os destinos do local histórico. Duas vertentes se destacaram, sendo uma de exaltação dos aspectos religiosos apagados do local desde a demolição da igreja em 1896 e outra que defendia a reativação da função pública e de poder que o qualificaram até os anos 1930⁵⁷. Foi comum, no entanto, às duas vertentes, a necessidade de pontuar o local com símbolos que remetessem à fundação da cidade, diferindo somente quanto ao grau de intensidade, ou monumentalidade, que esses deveriam ter. Outra marca de tal discussão foi o fato de não abranger agentes sociais muito díspares, sendo os seus polarizadores, em grande parte, provenientes de estratos sociais semelhantes, definidos pelos próprios, em diferentes ocasiões, como “paulistas de estirpe”, “pessoas gradas e influentes” ou, como no trecho que abre este capítulo, “paulistas conservadores”.

⁵⁶ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n 272, ano 63 pp. 39-40, 1953.

⁵⁷ LIMA, Solange Ferraz de. Pátio do Colégio, Largo do Palácio. **Anais do Museu Paulista**, ano/vol. 6/7, n. 007. São Paulo, 2003. p. 71. Como destacou a autora, na década de 1930 houve a mudança definitiva da sede do Governo para o edifício dos Campos Elíseos.

Uma destas manifestações foi o Movimento Feminino Pró Igreja do Pátio do Colégio lançado em 1953 e liderado por “senhoras da sociedade paulista”:

senhoras pertencentes às duas mais expressivas associações de beneficência religiosa desta capital, promoveram um movimento público de protesto contra a demolição do edifício onde funcionou a Secretaria de Educação do Estado, situado no Pateo do Colégio, por considerá-lo um próprio histórico. Visa o protesto das senhoras paulistas impedir que desapareçam definitivamente os últimos vestígios dos primitivos edifícios subsistentes dos alicerces e velhas paredes ocultos sob o edifício que foi sobre ele adaptado, para constituir a sede do governo e mais tarde ocupado pela Secretaria.⁵⁸

A preocupação das senhoras era com a manutenção dos símbolos que remetiam ao passado colonial e religioso da cidade e não propriamente com o edifício do Palácio do Governo, que ocupava o local desde fins do século XIX, prestes a ser demolido⁵⁹. E, frise-se, com os símbolos e não os “vestígios dos primitivos edifícios”, uma vez que elas se davam por satisfeitas se bem sucedido fosse o projeto de lei “dentro de poucos dias enviado à Assembléia Legislativa” para que fossem “reedificados os antigos edifícios que ali existiram, com as mesmas características arquitetônicas que tiveram, [...] as mesmas que lhe foram dadas pelos seus fundadores”⁶⁰.

Iniciada a demolição do antigo Palácio, em 1953, outro manifesto veio a público. Tratava-se, na verdade, da retomada de um movimento perpetrado há cerca de quarenta anos e que então parecia encontrar maior amparo para prosperar. A liderança, mais personalizada nesse caso, foi a do “catedrático da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e conhecido pintor e ceramista” Antonio Paim Vieira⁶¹. Como professor, Paim Viera defendeu a reedificação da “Schola Mater”, não sem o entrelaçamento com a religião cristã, advindo por meio da exaltação da figura de Anchieta, “paradigma de mestre”. À revista da A.S.I.A., declarou o professor Paim:

⁵⁸ MOVIMENTO feminino pró-igreja do Pátio do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 7, 20 mai. 1953.

⁵⁹ REVELA a demolição do antigo palácio do governo a existência de ruínas de valor histórico no Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 11, 13 out. 1953. De acordo com os jornais consultados, a demolição do edifício do Palácio do Governo ocorreu nos últimos meses de 1953.

⁶⁰ MOVIMENTO feminino pró-igreja do Pátio do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 7, 20 mai. 1953.

⁶¹ QUEREM os professores construir no Pátio do Colégio o ‘Lar do Mestre’. **Folha da Manhã**, São Paulo, 1 dez.1953. Em entrevista ao jornal, Paim Viera fez referência ao “manifesto lançada pelos professores da turma de 1913 [...] celebrando o jubileu de formatura, pela Escola Normal Secundária de São Paulo”.

nenhum movimento mais expressivo de nosso passado nobre do que o Colégio e a Igreja do outeiro de Piratininga. Nenhum mais expresso do nosso caráter. Será ele um monumento por excelência, de nossa vida no que ele possui de mais dignificante, e a função precípua de um monumento é a eloquência de sua presença. A eloquência da Igreja do Colégio acha-se na singeleza de suas formas fortes e despretensiosas, como que espalhando as virtudes cristãs que difundiu e a consagraram no apreço das gerações⁶²

O professor Paim Viera foi detalhista em seu referido manifesto, a ponto de associá-lo a um projeto, também de sua autoria, em que previa algumas transformações para o local, como a reconstrução do antigo colégio, considerado o “ponto de partida de nossa cultura e berço de nossa civilização”, e da igreja, “para onde [deveriam se recolher] as cinzas dos fundadores e, onde, futuramente, se [pudesse] erigir o altar de Anchieta”. Vieira requereu também que tais edifícios fossem restituídos à Igreja “e confiadas à guarda da ilustre Companhia de Jesus”⁶³ e, por fim, recomendou o lançamento da pedra fundamental para o dia 25 de janeiro do ano seguinte. O questionamento sobre o benefício do poder público concedido a uma religião não foi cogitado pelo professor que, no início da mesma entrevista, festejou a lei federal que estabelecia a exibição de imagens cristãs em escolas públicas.⁶⁴

Propostas um pouco menos vinculadas ao tom laudatório à religião também circularam. A primeira dessas propostas foi feita pela prefeitura municipal em 1952, por meio de uma lei de autoria do vereador Antonio de Toledo Piza, e a outra adveio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que, por meio da imprensa, ora veiculou textos assinados por alguns de seus membros como os de Luiz Tenório de Brito no *Correio Paulistano*, ora expressou-se de maneira mais despersonalizada.

De acordo com os periódicos consultados, o IHGSP esteve presente nos embates desde a demolição do antigo Palácio, ação que revelou “a existência de ruínas de valor histórico no Pátio do Colégio”⁶⁵. Afinal, o seu envolvimento no trato de questões ligadas a história da cidade era mais do que esperado. A entidade, criada em 1894 por membros ilustrados da sociedade paulistana e com laços estreitos com os que exerceram o poder nos primeiros

⁶² CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. O Pátio do Colégio. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 1975. p. 86.

⁶³ QUEREM os professores construir no Pátio do Colégio o ‘Lar do Mestre’. **Folha da Manhã**, São Paulo, 1 dez. 1953.

⁶⁴ Ibidem. “ciente de que é pela formação cristã das almas, iniciada na Família, e continuada pela Escola – sua projeção no plano intelectual – que se formam os caracteres sãos, capazes de constituir o cerne das sociedades que queiram subsistir à onda de corrupção avassaladora, a turma de normalistas de 1913 chamou a si a tarefa de restaurar um edificante costume de nossos antepassados, repondo a imagem do Crucificado no lugar de honra de sua Escola Normal, a que tanto deve à instrução de nossa Pátria. O exemplo em boa hora oferecido teve continuadores por toda a parte de nosso imenso Brasil e mereceu ser apoiado pelo Governo com lei federal”.

⁶⁵ REVELA a demolição do antigo palácio do governo a existência de ruínas de valor histórico no Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 11, 13 out. 1953. A matéria após revelar a existência das antigas paredes de taipa, informou: “dirige-se ao governador do Estado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”.

governos civis da República e com a Igreja Católica⁶⁶, detinha, até a criação da Escola Livre de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP, o monopólio da produção de estudos de cunho humanístico na capital e, destarte, manteve certa autoridade em assuntos próprios da história.

A sua produção histórica, regionalista e centrada em temas coloniais da cidade como o bandeirismo, foi, pode-se dizer, bastante imbricada a questões políticas. Atendia tanto aos anseios locais de seus membros para “fincar as raízes de um povo [e] as tradições de uma região”⁶⁷ em franca transformação, quanto às suas ambições nacionais de associar a história paulista à história pátria, legitimando a liderança política do PRP. Para o primeiro caso, foi significativa a intenção de seus membros de ligarem seus nomes, por meio de estudos genealógicos, aos dos antigos bandeirantes, numa abordagem que apontava ambos como protótipos de paulista. Para a segunda intenção, além do bandeirismo, tido como fator definidor das fronteiras nacionais, ganhou relevo a valorização da Independência – ocorrida na colina do Ipiranga em solo paulistano – cujo primeiro centenário, em 1922, foi comemorado com pompa e circunstância pelo Instituto⁶⁸.

Em relação aos significados de outra colina histórica, o Pátio do Colégio, o IHGSP defendeu inicialmente posições contrárias à sua reconstrução e chegou até a atritar com a Comissão que a reivindicava, mesmo que alguns nomes e sobrenomes tenham sido comuns às duas entidades⁶⁹. A primeira polêmica entre ambas foi para definir a quem de fato cabia a salvaguarda dos artefatos remanescentes no local e quem a polarizou foi José Nunes Vilhena, secretário da Comissão Pró Monumento e Ernesto de Souza Campos, presidente do IHGSP.

Souza Campos mencionou, em entrevista à *Folha da Noite*, que uma comissão do IHGSP formada para acompanhar as obras de demolição do antigo edifício do Palácio concluiu que lá constavam alguns objetos de valor histórico, entre os quais o trecho de uma parede de taipa⁷⁰ “que deve representar os últimos significativos vestígios do antigo tradicional Colégio dos Jesuítas”, desde então requerido para figurar “numa moldura metálica recoberta de vidro, para ser colocado no salão-nobre da sede própria do Instituto em

⁶⁶ FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002. pp. 99-100. Além do próprio presidente da República à época, Prudente de Moraes, o autor destacou a participações do presidente do Estado, secretários estaduais da Justiça e da Agricultura, o prefeito de São Paulo, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados do Estado, membros da comissão executiva do Partido Republicano Paulista, juízes do Supremo Tribunal Federal, deputados, senadores, ex-prefeitos e ex-ministros.

⁶⁷ Ibidem. p. 97

⁶⁸ Ibidem. pp. 111-112.

⁶⁹ Com destaque para Altino Arantes, presidente do IHGSP entre 1916 e 1922 e Pedro Augusto Gomes Cardim, figura pertencente ao tronco familiar do autor do projeto de reconstrução, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho.

⁷⁰ Tratava-se, na verdade, de uma parede datada das reformas empreendidas no século XVIII.

construção”.⁷¹ Na sequência, reivindicou para o IHGSP o “resguardo das outras coisas que pudessem existir como expressão da nossa cultura e de amor às nossas mais caras tradições”. O pedido feito ao governo batia de frente com a Comissão Pró Monumento que, segundo o entrevistado, já tomava indevidas providências no local:

no tocante aos documentos encontrados pelo prof. Vilhena, o qual se nega a entregá-los ao Instituto, o Sr. Sousa Campos, ao responder, sorriu, dizendo: “não acho que seja lícito uma pessoa se apropriar de documentos ou peças de um próprio do governo. É o que posso dizer. Mesmo nas condições que me esclarece, adiantando que o Sr. Barone [encarregado das obras de demolição do edifício do Palácio] está disposto a doar o que quisermos, nossa resposta é a mesma. Só retiraremos material do Pátio do Colégio no caso de sermos autorizados oficialmente”⁷²

Três dias depois, José Nunes Vilhena, primeiro secretário da Comissão Pró Reconstrução, respondeu a essas assertivas, em entrevista publicada no mesmo jornal. E, após afirmar que adquiriu os objetos por via legal diretamente com o “demolidor” do Palácio, a quem, segundo Nunes, pertencia tudo o que o edifício continha⁷³, atacou o IHGSP, qualificando como tardia a sua iniciativa. Por fim, “tranquilizou” o professor Souza Campos do IHGSP: “tais objetos ou materiais [...] ficarão comigo para o destino que melhor me parecer, como historiador que sou”; e para ele, o destino era conservá-los, assim como a parede de taipa, para que os auxiliassem na reconstrução dos antigos edifícios jesuítos – igreja e colégio⁷⁴.

Sem fazer menção a essa contenda, porém, ainda sob a sua forte latência, dois longos artigos de um membro do IHGSP, o coronel Luiz Tenório de Brito, circularam: um do dia 11 de dezembro de 1953, *O Pátio do Colégio*, e outro de pouco mais de um mês – *O IV Centenário e o Pátio do Colégio*. Ambos valoraram o local para história da cidade, mas, com um ponto de vista diverso do expressado por aqueles que queriam a sua reconstrução.

⁷¹ O INSTITUTO Histórico e Geográfico espera autorização para agir. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 2, 24 nov. 1953.

⁷² Ibidem.

⁷³ PODERIA o instituto ter preservado o material que quisesse. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 7, 27 nov. 1953. De acordo, com o historiador da Comissão Pró Monumento Histórico da Fundação de São Paulo: “1) o edifício no todo desmontável, com o quanto nele se continha, foi vendido ao demolidor; 2) nada foi ressalvado no contrato de venda a esse senhor, que acautelasse interesses históricos de qualquer natureza. Teve o contrato de venda caracter normal, sem restrições. Venda e demolição pura e simples, para a entrega do solo limpo e livre de entulhos [...] 3) sendo legítimo proprietário da coisa comprada sem restrições, o demolidor dispôs do que lhe pertencia, pela forma que bem aprouver e livremente; 4) passando da propriedade do demolidor às minhas mãos, alguns materiais históricos, por doação espontânea do Sr. Rafael Barone, são estes, indiscutivelmente, meus, assim como o mais adquirido por compra”.

⁷⁴ Ibidem. “Quanto ao recolhimento de um quadrado de taipa, pelo IHGSP, o prof. Vilhena assim se manifestou: Enquadrar a taipa de nada servirá. Não terá significado cultural para as futuras gerações. O que a razão cultural impõe, o que é de direito histórico, não concorda com tal intenção. Precisamos não tocar naqueles restos da nossa fundação, conservá-los, para a reconstrução dos antigos edifícios – igreja e colégio”.

No primeiro dos artigos de Tenório de Brito expressou ainda um grande entendimento dos debates vigentes:

com a demolição do tradicional edifício do Pátio do Colégio, no qual se abrigou, ao correr dos tempos, o governo de São Paulo, alvoroça-se a opinião pública bandeirante através dos elementos conservadores da cidade, das organizações culturais do Estado, das entidades de Piratininga, agustante expectativa em que se encontram quanto ao destino que aguarda aquele sagrado trato da terra paulista. E enquanto estranho silêncio sobre o assunto desce das esferas governamentais, de todos os cantos sugestões aparecem, tumultuando o ambiente. Há os que se contentam com o recolhimento em lugar seguro de um pedaço de taipa arrancado aos escombros, como lembrança perene do que foi a base arquitetônica da urbe gigantesca da atualidade. Clamam outros pela reedificação da primitiva igreja dos jesuítas que existiu no local, há 60 anos destruída. Reconstituído o templo, lembraria ele o que o ‘desamor a tradição’, na feliz expressão de Amadeu Mendes, desmanchou sem piedade⁷⁵

Depois de expor essas duas primeiras opiniões sem nomear os seus respectivos paladinos, Tenório de Brito passou a apresentar a sua, endossada também pelo IHGSP “que sucessivamente vem abordando o palpitante e patriótico assunto”⁷⁶. Reconstruir os antigos edifícios seria decepcionante como o foi, no seu entender, o caso de reconstrução do convento do Largo São Francisco, cujo “encanto espiritual [...] dos claustros venerandos, como que desapareceu com o novo edifício”. O melhor destino para o Pátio do Colégio seria, em sua opinião, o de restabelecer ali o Palácio do Governo; feito concorde com a tradição do local, pois, daí “São Paulo sempre foi governada”⁷⁷.

A defesa de Tenório de Brito não chegou a ser detalhada ao ponto de definir a feição que o local, com a função que requeria, deveria ter, tampouco acusou o estilo arquitetônico a ser adotado no novo edifício, mas recomendou que à sua frente fosse erguido “o monumento aos fundadores de São Paulo [...] ostentando em relevo as legendárias figuras de Nóbrega, Anchieta, Manoel de Paiva, João Ramalho e Tibiriçá”⁷⁸. A mescla desses personagens em detrimento da primazia dada à Anchieta por aqueles que queriam a volta dos edifícios jesuítas, já seria suficiente para apontar o esvaziamento que a função religiosa teve nessa proposta de tornar o Pátio do Colégio um local de poder e centro cívico da cidade. O que, no entanto, não chegou a ser uma novidade, pois, alguns meses antes do debate ser catapultado

⁷⁵ BRITO, Luiz Tenório de. O Pátio do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 11 dez. 1953.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Ibidem. Segundo Tenório de Brito, “é que aí nasceu São Paulo, e desde 25 de janeiro de 1554 até 1935, quando resolução infeliz lhe arrebatou o pendão de chefe, transferindo-o para o galicismo geográfico onde hoje se encontra, daí sempre foi governada”.

⁷⁸ Ibidem.

pelo início da demolição do edifício do Palácio do Governo, foi aprovada uma lei municipal que justamente tratava do assunto.

“A municipalidade construirá um logradouro público destinado a rememorar o local da fundação da cidade”. Este foi o título da matéria d’*O Estado de São Paulo* de julho de 1953 em referência a lei municipal n. 4.396 de autoria do vereador Antonio de Toledo Piza que autorizou o “Executivo a entrar em entendimentos com o Governo do Estado, a fim de adquirir, por doação, permuta ou compra, os imóveis deste último localizados no Pátio do Colégio”⁷⁹.

A lei propunha um projeto de reurbanização da área, que, segundo o seu autor, era carregado de um “sentido patriótico, histórico e urbanístico”⁸⁰. Na justificativa do projeto, lamentou-se ainda a descaracterização da área, denominada no texto de “Pátio do Palácio”, nomenclatura sintomática dos sentimentos ambíguos que o local despertava, pois de fato nunca existiu. O pátio frontal aos antigos colégio e igreja, característico de construções jesuítas, foi reformulado em fins do século XIX e passou a ser Largo do Palácio, nome que, com a desfiguração do largo nos anos 1930 e a demolição do edifício, perdeu completamente o sentido.

O comprometimento do projeto municipal de reurbanização foi mesmo com o passado colonial do local e revalorização dos símbolos da fundação da cidade. O único ali existente, o monumento à fundação do escultor Amadeo Zani, denominado Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo inaugurado em 1925 achava-se, segundo o autor da lei, “exprimido pelas construções oficiais, sem nenhuma visibilidade para o transeunte”⁸¹. Não foi mencionado, porém, nenhuma ideia de reconstrução dos edifícios, tampouco, houve menção aos jesuítas ou aos membros da A.S.I.A. que vinham pleiteando o local. Mas, assim como na proposta de Tenório de Brito e do IHGSP, foi bastante destacado que o espaço deveria se tornar uma “praça cívica” ou “logradouro público”⁸². E, para a concretização do projeto, Toledo Piza apelou ao “espírito público” do governador Lucas Nogueira Garcez, de quem dependia a

⁷⁹ A MUNICIPALIDADE construirá um logradouro público destinado a rememorar o local da fundação da cidade. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 10, 25 jun.1953. De acordo com o art 1º dessa lei, os imóveis localizavam-se no Pátio do Colégio e Rua Roberto Simonsen, ocupados pela Secretaria de Educação (antigo Palácio do Governo), 1ª. Delegacia Auxiliar e Plantão Central da Polícia.

⁸⁰ SÃO PAULO (Município). Projeto de Lei 177/52 de 28 de abril de 1952. **Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 1952.**

⁸¹ Ibidem

⁸² Ibidem. Conforme justificativa do projeto de lei: “urge ampliar esse local, propiciando, em substituição, uma praça cívica, com um mirante para a antiga Várzea do Carmo e bairros que se localizam além Tamanduateí. A existência dessa segunda praça, que seria a maior de São Paulo, facilitaria, também, a possibilidade de se localizar, em um de seus ângulos, veículos particulares e de aluguel, evitando a utilização da Praça da Sé, que urge ser ajardinada.

palavra final sobre o assunto, visto que uma eventual aprovação de transferência do terreno do palácio dependia de aprovação da Assembléia e posterior sanção sua; recomendou, por fim, que o governador definisse os rumos do local no dia da efeméride de quatrocentos anos da cidade. O que de fato Garcez fez, porém sem se compactuar com o sugerido por Toledo Piza.

No documento oficial de publicação da lei municipal, o autor do projeto afirmou ainda que “existe de longa data projetos de vários engenheiros, inclusive o do Dr. Gomes Cardim, Diretor do Departamento de Urbanismo, no sentido de ser urbanizado o Pateo do Colégio”⁸³. Intenso nos meios técnicos públicos, municipais ou estaduais, o debate era também bastante frequente nos jornais, que noticiavam cada uma das propostas de transformação que o local recebia.

Assim, a abrangência do tema pôde ser percebida pela série de textos do jornal *Folha da Manhã*, publicados entre junho e outubro de 1953, veiculados em sua seção de *Engenharia e Arquitetura*; os respectivos títulos deram idéia das diferentes clivagens que caracterizaram o debate e, analisando-os cronologicamente, sinalizaram para a sua possível resolução: *Deverá o Pátio do Colégio ser transformado numa Praça Cívica* (28/06/1953); *Considera-se o Pátio do Colégio o local mais indicado para a construção do Paço Municipal* (30/06/1953); *Considera-se oportuna e necessária a reconstrução da igreja edificada por Anchieta no Pátio do Colégio* (06/10/1953-01/11/1953). Nessas matérias, falaram agentes da esfera pública, políticos ou técnicos da prefeitura, e acadêmicos, pertencentes aos Departamentos de Arquitetura de diferentes Universidades. Todos, ao defenderem diferentes funções para o espaço, destacaram que as simbologias históricas da fundação da cidade que ele agregava deveriam ser valoradas.

A primeira fala foi do arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho que comentou a lei municipal acima mencionada, definiu o local como “célula-mater” da cidade e apresentou seus planos:

[...] pensa-se em erigir também um grande bloco que seria o Museu da Cúria e o Museu Municipal, ambos independentes, sendo que no Museu da Cúria seriam recebidos todos os elementos do precioso Museu de Arte que possui a Cúria e que muito diz do nosso passado. Seria ele administrado pela própria Cúria⁸⁴

Apesar de essa proposta entrelaçar o público e o religioso na configuração do “centro cívico”, não pregou propriamente a reconstrução dos edifícios jesuíticos; a igreja que constou

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ DEVERÁ o Pátio do Colégio ser transformado numa praça cívica. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 21, 28 jun.1953.

no croqui [figura 1] e que circulou junto à entrevista do arquiteto da prefeitura, não era exatamente uma cópia da que havia sido demolida em 1896 e nem estava no local da antiga, mas posicionada, entre os blocos projetados deslocada para a esquerda.

Figura 1: Estudo urbanístico para o Pátio do Colégio do engenheiro arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho.

Fonte: Revista Acropóle (1954)

Proposta diferente em sua forma, mas, de certo modo, parecida em relação aos resultados foi a do professor Henrique Neves Lefevre, “da cadeira de Urbanismo da Universidade Mackenzie e antigo diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura”. Lefevre abordou junto ao tema “Pátio do Colégio”, outro que à época também era candente para as políticas urbanas paulistanas – a construção de um Paço Municipal. O local para receber o Paço escolhido pelo arquiteto foi o Pátio do Colégio, a sua peculiaridade, no entanto, ficou com a feição que pleiteou para o edifício: “pormenor que julgo importante [...] é que o edifício apresente silhueta que evoque a antiga Igreja do Colégio, desse modo, erigiremos para a posteridade uma praça cívica”.⁸⁵ Se na proposta de Gomes Cardim o passado, colonial e religioso, era evocado por meio da função de um dos edifícios que projetou – um Museu da Cúria – nessa última proposta ele era evocado somente por meio da arquitetura, o que a aproximava de uma idéia de reconstrução.

⁸⁵ CONSIDERA-SE o Pátio do Colégio o local mais indicado para a construção do Paço Municipal. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 5, 30 jun.1953.

Por fim os políticos. A última matéria da citada série do jornal *Folha da Manhã* ouviu a opinião de três vereadores de São Paulo – Farabulini Junior, Homero Silva e William Salem. Publicada no dia 6 de outubro de 1953, além de informar o estágio avançado da demolição do edifício do Palácio, afirmou que já era quase certa a reconstrução do templo jesuítico em comemoração ao IV Centenário da cidade, “embora [houvesse] divergência quanto à oportunidade do empreendimento”⁸⁶.

Cada trecho das falas dos vereadores recebeu um subtítulo: *Não pode haver tradição mais cara; São Paulo deve ter seu patrimônio histórico preservado; Sentido Histórico*. Nessa ordem, Homero Silva:

somos favoráveis à recuperação da igreja do Pátio do Colégio porque se deve preservar a tradição e não pode haver tradição mais cara e expressiva para os paulistanos. A cidade não vive apenas do seu progresso tentacular, com base no concreto armado, mas deve e pode embelezar-se com a conservação de sua história. Deve, portanto, o poder público, atender aos sentimentos cristãos do povo paulistano [...] ⁸⁷

Já William Salem e Farabulini Junior mencionavam, respectivamente, que:

São Paulo deve ter seu patrimônio cultural e histórico preservado. Não podemos admitir a onda de destruição que vai levando abaixo até mesmo a nossa tradição. Dentro desse conceito, entendo que, no Pátio do Colégio, deve ser reconstruída, em todos os seus pormenores, a igreja que ali existia e cuja construção assinala a fundação da nossa cidade ⁸⁸

pertencemos à corrente que pretende fazer reviver no Pátio do Colégio o antigo Liceu dos Jesuítas, tanto quanto pode ser apreciado no mapa de 1890. De fato, reveste-se a reconstrução de todas as características históricas. Não somos dos que, conservadores, pretendem o continuísmo. No entanto, entendemos que os fatos históricos deverão estar sempre presentes em nossa mente. O fenômeno histórico do Pátio do Colégio é daqueles que deverão estar sempre no pensamento do povo paulistano. Por isso uma reforma de base no edifício, para que o mesmo possa retomar as linhas antigas, constituiria, a nosso ver, salvo melhor juízo, a melhor maneira de fazer com que pudéssemos sentir épocas que já foram marcos indelévels da história de São Paulo, na hora em que comemora o seu IV Centenário ⁸⁹

As três falas, sintonizadas, apontaram, inicialmente, para o respaldo que a idéia de reconstruir os edifícios jesuítos encontrava no poder público local. Permeou-as, além da explícita valoração do passado embutido no templo jesuítico, certa crítica em relação aos cuidados para com os edifícios históricos frente à “onda de destruição” e do “progresso

⁸⁶ CONSIDERA-SE oportuna e necessária a reconstrução da igreja edificada por Anchieta no Pátio do Colégio. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 7, 6 out. 1953.

⁸⁷ Ibidem

⁸⁸ Ibidem

⁸⁹ Ibidem

tentacular com base no concreto armado” que, segundo os três políticos, caracterizava a cidade.

Ao proporem a reconstrução, produziram, no entanto, discursos bastante ambíguos, pois, não foi exatamente o corrente “progresso” que destruiu o edifício defendido, mas o de 70 anos atrás, quando o requerido Liceu dos Jesuítas foi demolido, de modo que este não mais existia em 1890⁹⁰. Sem muita clareza do assunto, os três desejavam de fato o retorno dos edifícios jesuítas. Suas defesas, sem qualquer argumento técnico ou acadêmico, foram sinais exclusivos dos aspectos simbólicos – “tradicionais” e “cristãos” – contidos na empreitada. Por fim, vale mencionar o veio preservacionista da segunda fala; o termo patrimônio, no caso “cultural e histórico”, ainda não havia aparecido nos debates sobre o Pátio veiculados nos jornais. Para o vereador William Salem, preservar e reconstruir eram atividades correlatas, o que importava mesmo era “conservar a história” que o edifício reconstruído, tal qual um monumento, passaria a referendar.

1.3 Um monumento cívico religioso

Em meio a esses intensos debates sobre os rumos do Pátio do Colégio, os argüidores de suas diferentes clivagens se direcionavam para o governo do estado, sobretudo, para aquele que à época estava à sua frente, o engenheiro e professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo Lucas Nogueira Garcez, eleito pelo Partido Social Progressista (PSP). De modo que a referência ao governador foi comum em todas as propostas até aqui expostas. Era a mais ninguém que cabia mediar os trâmites políticos na Assembléia Legislativa e emitir o veredicto final sobre o que fazer com a área pertencente ao poder público estadual, pois era ele quem, por fim, deveria optar por uma das diferentes propostas de transformação que o local recebia: construção de um Paço Municipal ou reconstrução da igreja e colégio jesuítas, doação à Prefeitura ou aos jesuítas, unidos em torno da Comissão Pró Monumento, e ainda decidir sobre o resguardo dos materiais solicitados pelo IHGSP.

⁹⁰ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de Historia**. n. 7, São Paulo, 1970. pp. 60-61. De acordo com cronologia fornecida neste estudo, “em 1881 [...] foi demolida a ala perpendicular que se estendia pela parte fronteira. Em 1886, [...] foi feita a modificação total da fachada, perdendo o caráter do colégio jesuítico; essa data constava da fachada do frontispício da fachada principal”.

A nova configuração física que o local passaria a ter e os rearranjos de sua função se mostravam então explicitamente dependentes da anuência do poder público estadual. Anuência que, por sua vez, qualificaria a empreitada de reconstrução como uma obra pública, mesmo que a opção do estado fosse pela vertente que propunha a doação do local à entidade particular representante dos jesuítas e esta arcasse com os gastos das obras por meio de seus próprios encargos, o que, em parte, iria ocorrer.

Assim, para além das manifestações de diferentes agentes sociais, conferidas nos jornais da época, a obra de reconstrução do Pátio do Colégio teve sua trajetória inicial no seio político paulistano, mais especificamente na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, onde, majoritariamente, angariou novos adeptos, alguns mais outros menos entusiastas, mas também se reafirmou polêmica e, uma vez mais, provocou embates.

Apegado à exaltação das tradições paulistas e católicas – membro de entidades com o perfil da Academia Paulista de Letras, cuja eleição foi pouco posterior a tais embates, da multissecular Ordem Terceira do Carmo, e da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, criada em 1956 “sob os auspícios da Companhia de Jesus”⁹¹, da qual foi um “cavaleiro fundador”⁹² – o governador Lucas Nogueira Garcez optou pela reconstrução e doação da área aos jesuítas. Seu entusiasmo com as obras acabou até mesmo por extrapolar os limites de sua atuação como dirigente do estado; findado o seu mandato, atuou junto aos integrantes da Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo que visava arrecadar fundos para a reconstrução.

Tão exacerbada e premente era, para os seus defensores – entre os quais passava a figurar o governador do estado – a necessidade de explicitar a história da fundação e refazer, ou mesmo reconstruir, a importância de seus articuladores, sobretudo os religiosos, para a história da cidade que pouco valor teria somente a ereção de um novo monumento ou a revalorização daquele já existente no local, tampouco os agradaria a reformulação da área com indicações que remetessem a sua antiga configuração de colina, como sugeriu o projeto da prefeitura com a construção de mirante para o Tamanduateí e a Várzea do Carmo.

A reconstrução dos antigos edifícios e a retomada de suas antigas funções sinalizariam de maneira mais sólida para o conteúdo histórico exposto, como se, de fato, dali eles nunca desapareceram ou, antes, nunca deveriam ter desaparecido. Como manifestou o padre jesuíta Fernando Pedreira de Castro, o Pátio do Colégio:

⁹¹ A ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo e as comemorações do próximo dia 25. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 1, 22 jan. 1957.

⁹² **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 30. 10 fev. 1976.

será um monumento perene de saudades, de gratidão, de ufanía... Será a história viva, para as gerações que forem sucedendo, de quanto fizeram os que aqui viveram e labutaram... Será o amor da Pátria que liga o passado com o presente [...] a magnitude daquele local é tal, que não bastará de certo assinalá-lo com um monumento entre jardins, ao lado de um mirante. Se a incúria das gerações pretéritas destruiu o venturoso berço de Piratininga, à nossa está reservado o mérito e a glória de reconstruí-lo⁹³

A efetivação da escolha do governador pela reconstrução dos edifícios jesuítcos se deu por meio da aprovação de lei estadual n. 2.658/54, marco inicial do longo caminho que as obras ainda iriam percorrer. Aprovada em tempo recorde na Assembléia Legislativa, menos de dois meses, a lei foi subscrita por 66 deputados⁹⁴, motivo de orgulho para os defensores da empreitada, tornando-se ainda um recorrente argumento contra aqueles que a contestava. Sancionada pelo governador em 21 de janeiro de 1954, ela determinou a doção do terreno juntamente com o que ainda restava da antiga construção à Sociedade Brasileira de Educação, entidade de “Obras Sociais Catequéticas e Educacionais da Companhia São Paulo”. Como nova proprietária do terreno, caberia a esta entidade religiosa, nos termos da Lei:

construir um novo Colégio São Paulo e Igreja anexa, tanto quanto possível nos limites das fundações iniciais, e reproduzir em um perfeito renascimento o ato inicial da fundação da cidade de São Paulo, efetuando o lançamento da pedra fundamental da obra, que perpetuará a mais cara tradição do povo paulista, por ocasião do IV Centenário, a se comemorar no dia 25 de janeiro de 1954⁹⁵

O projeto de n. 1477/53 que originou a referida lei foi apresentado pelo deputado Yukishigue Tamura, nome de origem acentuadamente distinta em relação aos que até agora foram arrolados neste capítulo. Que tipo de veneração poderia ter o político nipo-brasileiro, pioneiro entre os que foram eleitos na colônia no século, pelo passado e as longínquas tradições de Piratininga? A questão torna-se ainda mais instigante após a verificação de que tal projeto figurou em sua plataforma de campanha. Essa estranheza foi sentida e relatada pelo próprio deputado, que contou ter sofrido resistência justamente dos católicos tradicionais “que não viam com bons olhos um filho de imigrantes, japonês, ser autor de um projeto ligado às tradições católicas e paulistas”⁹⁶.

⁹³ CASTRO, Fernando Pedreira de. Op. Cit. pp. 41-42.

⁹⁴ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 275, p. 28, 1953.

⁹⁵ SÃO PAULO (Estado). Lei n° 2.658 de 21 de janeiro de 1954. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n° 17, ano 64, p. 1, 1954.

⁹⁶ SAKURAI, Célia Os Primeiros Políticos de Origem Japonesa no Brasil. **Revista do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo. n. 4, pp. 87-97, 2005. Todas as informações sobre o deputado Yukishigue Tamura foram retiradas deste artigo.

Se não era exatamente um “paulista de estirpe”, como alegavam ser aqueles que estavam a frente das campanhas de reconstrução do Pátio do Colégio, Tamura obteve, no entanto, certa circularidade entre eles, como denotou o seu próprio ingresso na restrita cena política da época. Diferentemente da maioria das famílias imigrantes japonesas que buscavam alojamento nas cidades interioranas e os trabalhos agrícolas, os pais de Tamura com uma condição razoavelmente abastada logo se instalaram na capital, permitindo que seu filho, longe das lides do campo, se tornasse o terceiro nipo-brasileiro diplomado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, formadora de boa parte do quadro político paulistano.

Quanto a sua primeira formação, foi marcadamente católica. Além de ter estudado no colégio jesuíta São Francisco Xavier, Yukishigue Tamura foi próximo, durante sua infância, do padre jesuíta Guido del Toro que atuava junto às famílias japonesas no bairro da Liberdade. Os jesuítas eram, desde fins do século XIX, os responsáveis pela Igreja de São Gonçalo, sua primeira sede quando se reinstalaram na cidade, templo esse, situado no limite entre o Centro e a Liberdade, que tradicionalmente cumpre as funções de paróquia católica nipo-brasileira na capital. A relação com o padre del Toro perdurou até o momento em que Tamura já traçava seus primeiros passos na carreira política e o padre auxiliou o seu ingresso na legenda PDC (Partido Democrata Cristão). Desse modo, o argumento favorável às reconstruções jesuíticas propalado pelo deputado seguiu a mesma matriz de exaltação ao tradicional e de culto católico dos expostos anteriormente. Como na justificativa que acompanhou seu projeto de lei:

a História de São Paulo e do Brasil confundem-se com a da Igreja Católica, mas, forçoso é admitir-se que um dos principais responsáveis foi a gloriosa Companhia de Jesus representada por Leonardo Nunes, Manoel da Nóbrega, Manoel da Piva [Paiva], José de Anchieta e outros, que fundaram a cidade de São Paulo, nascida de uma escola, de um templo e de um hospital reunidos na histórica Igreja do Pátio do Colégio onde realmente se forjou o espírito cristão do povo paulista e brasileiro, por isso mui justamente considerada berço espiritual da nacionalidade brasileira. No transcurso do IV Centenário da Fundação de São Paulo a se verificar a 25 de janeiro de 1954, necessário se torna realçar o significado básico do memorável acontecimento, mandando reconstruir o monumento cívico, cultural e religioso⁹⁷

Com esse argumento prévio, Tamura qualificou como imperiosa – pois se tratava de um “ato de justiça” – a “devolução aos jesuítas de um próprio que lhes pertenceu desde o dia em que fincaram pé nos campos de Piratininga”⁹⁸. É significativo, para o entendimento das posturas do político, o emprego do termo “devolução” ao invés de doação e/ou transferência, que acabaram sendo os escolhidos para a escrita do texto final da lei. O deputado reivindicou o terreno aos jesuítas, quase como um advogado desses, por terem eles sido outrora injustiçados por medidas oficiais da coroa portuguesa em 1759, cabendo reparar, quase duzentos anos depois, os prejuízos causados. As críticas que o projeto de lei recebeu durante o seu breve, mas conturbado percurso giraram justamente em torno dessa questão, ou seja, a possibilidade de um conluio contemporâneo entre estado e igreja.

Assim, um componente político, fortemente crítico, foi integrado à reconstrução do Pátio do Colégio, já polêmica antes mesmo do seu início. Tal debate não chegou a mobilizar novos agentes sociais, mas fez com que os defensores das obras renovassem o seu estoque de argumentos, pois deveriam responder agora a questões sobre a laicidade do estado. Desta vez o debate ocorreu não somente nos jornais, mas no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado, onde algumas falas dos políticos favoráveis às reconstruções indicaram para o teor das críticas que recebiam.

O deputado Yukishigue Tamura, poucos dias depois de apresentar seu projeto de lei, no dia 27 de novembro de 1953, já se pronunciava em resposta à “minoría” que tentava impugnar a lei por considerar-la inconstitucional e inconciliável com o princípio vigente de separação entre Igreja e Estado; os críticos alegavam também que a medida era lesiva ao patrimônio público. Como contra argumento, Tamura apresentou a resposta do “jurista,

⁹⁷ SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei n. 1298/53 de 21 de outubro de 1953. **Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1953. O trecho citado faz parte da justificativa do primeiro projeto de lei apresentado pelo deputado Yukishigue Tamura. Um mês depois, esse projeto foi substituído pelo de n. 1477/53.

⁹⁸ SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei n.º 1477/53. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 272, ano 63, p. 39, 1953.

professor e presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Genésio de Almeida Moura, que obteve após consultá-lo sobre o assunto:

sob o ponto de vista constitucional parece que nada há a objetar com relação a proposta. No caso não é de se invocar a tese da laicidade do Estado, para dizer-se que, dentro do princípio da separação entre o temporal e espiritual, que é o nosso, não deve o Poder Público sustentar ou beneficiar diretamente esse ou aquele culto. Na hipótese, a discussão deve ser apenas em torno de um assunto de Direito Civil. Se a propriedade do Estado se operou através de prescrição aquisitiva – creio que foi assim – nem por isso se extinguiu o direito da Companhia, a qual pode vê-lo revigorado sob essa forma indireta de doação. [...] no que toca à conveniência, ou oportunidade do projeto, li hoje em um dos nossos matutinos que a opinião pública é contra ele, por ser altamente lesivo ao patrimônio do Estado. Não sei porque. Tudo quanto contribua para incentivar o culto das nossas tradições deve merecer o nosso apoio⁹⁹

Mesmo que chamado para elucidar dúvidas de cunho puramente técnico, específico de sua área de formação, o jurista não deixou de atentar para o aspecto simbólico das obras, o que tornava, no seu entender, injustificável qualquer manifestação contrária. A crítica ao entrelaçamento Estado/Igreja – que, por fim, iria pontuar todo o percurso da reconstrução – configurou-se nesse primeiro momento como o maior entrave para sua realização. E, por sua vez, revelou não somente o comprometimento de políticos de “velha cepa” e formação católica com a reconstrução, ou de outros “novos” propagadores de valores similares, mas também sinalizou para a sua possível perda de espaço e, por conseguinte, questionamento de seus atos. Contudo, os críticos à doação ainda eram minoria para imporem-se ou até mesmo para conseguir espaço para expressarem-se. Disso é evidência o fato de que foram mais comumente veiculadas, nos principais jornais paulistas, as defesas e explicações dos próceres da reconstrução do que os ataques e críticas que a mesma recebia.

A edição do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 03 de abril de 1954, na sua seção *Amigos da Cidade*, publicou carta de José Nunes Vilhena, que, ao explicitar os primeiros passos que a Comissão Executiva Pró Monumento da Fundação de São Paulo planejava para a reconstrução dos edifícios jesuíticos, fez questão de deixar claro que “o monumento histórico será edificado com esplendor, sem nenhum encargo aos cofres públicos”. Ao final da carta, o jornal manifestou a sua posição referente ao assunto: “louvável é a idéia da Comissão Pró Monumento da Fundação de São Paulo [...] com o nobre propósito de dar ao povo idéia exata de como foi fundada a cidade”¹⁰⁰.

⁹⁹ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 277, ano 63, p. 36, 1953.

¹⁰⁰ PÁTIO do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 03 abril 1954.

Desse modo, a crítica à referida lei para ser contundente, ou, antes, considerada, deveria partir de grupos tão organizados ou poderosos quanto ao de seus proponentes, que mobilizaram não somente agentes do Estado como também d'*O Estado de São Paulo*. O que de fato ocorreu, pois adveio do centenário periódico *O Correio Paulistano*. Como mais um indício do quão caro era o assunto para os setores tradicionais da sociedade paulistana, o posicionamento do jornal revelou-se também como um resquício do seu antigo comprometimento com princípios republicanos.

As posições do *Correio Paulistano* já estavam, ainda que de maneira implícita, anunciadas. Sintomaticamente, foi o jornal que veiculou os artigos de Luiz Tenório de Brito, solicitante do rearranjo do local como centro de poder da cidade. Um destes artigos circulou, inclusive, concomitantemente ao desfecho da lei de doação da área aos jesuítas, foi publicado no dia 16 de janeiro de 1954¹⁰¹. A ele o *Correio* fez referência em seu editorial de três dias depois, intitulado *Pátio do Colégio* (transcrito integralmente):

¹⁰¹ BRITO, Luiz Tenório de. O Pátio do Colégio e IV Centenário da Cidade. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 16 jan. 1954. Assim terminou o artigo: “que se restitua, pois, ao Pátio do Colégio, o direito que lhe assiste de, como sede do governo do Estado, presidir aos gloriosos destinos de São Paulo”.

quem leu o artigo do coronel Tenório de Brito, nosso ilustre e prezado colaborador, inserto na edição de 16 do corrente, viu desfilar pelo Pátio do Colégio quatro séculos de lutas gloriosas de São Paulo de Piratininga em prol do Brasil vasto, unido e forte. Como num filme que se desenrolasse, lento e nítido, colorido pelas notas rubras de episódios magníficos, São Paulo passou sob os olhos embevecidos do leitor. Não sabemos, no entanto, se o articulista conhece o perigo que ora paira sobre o tradicional torreão, de onde São Paulo sempre foi governado. O caso é o seguinte: em dias de setembro do ano findo, foi apresentado à Assembléia Legislativa um projeto de lei mandando dar a uma sociedade particular [Sociedade Brasileira de Educação], a título de devolução, ao que parece, os terrenos do Pátio do Colégio. Acontece porém que, com a expulsão dos jesuítas do país, foram-lhe os bens confiscados pela Coroa portuguesa, em ato legal. Ao Brasil independente do futuro, é que não caberia qualquer responsabilidade pelos atos de então, do governo de além mar. E tanto isso é verdade que nunca ninguém se lembrou de pretender reaver a Fazenda Santa Cruz, por exemplo, patrimônio da União, por estar localizada no Distrito Federal, como é o Pátio do Colégio patrimônio do Estado. Além disto, havendo ruído em 1896 parte da velha igreja aí existente e de há muitos anos abandonada, se viu a pública administração na contingência de demolir o resto, que oferecia perigo público. Não obstante entrou o governo do Estado em acordo com a Cúria Metropolitana, indenizando-a, por direitos sobre o imóvel, pela importância de trezentos e sessenta contos de réis, conforme escritura pública na época lançada. Assim, pois, é indispensável que o honrado Sr. governador do Estado fique alerta e, na ocasião oportuna, use o direito do veto sobre o malsinado projeto de lei, conforme vem fazendo com numerosos outros dos duzentos aprovados ao apagar das luzes, sem o merecido e acurado exame. Como patrimônio do Estado o terreno do Pátio do Colégio, a ser aproveitado convenientemente, de acordo com as necessidades oficiais e urbanísticas, tem de ser defendido¹⁰²

O jornal publicou ainda, no mesmo dia em que a lei foi assinada pelo governador, uma carta de leitor condizente com suas posturas e também reivindicativa do veto do governador – “o Pátio do Colégio, patrimônio moral e material do Estado, não pode maltratar-se ao sabor de caprichos levianos”¹⁰³. A reclamação foi tão inócua quanto o editorial do jornal. A lei, já aprovada sem debate na Assembléia Legislativa¹⁰⁴, foi assinada pelo governador Lucas Nogueira Garcez.

A redação final da lei também foi aprovada em primeira discussão ou, melhor, sem discussão¹⁰⁵. No entanto, foram impostos pelo governador dois vetos ao texto do projeto de

¹⁰² O PÁTIO do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 19 jan. 1954.

¹⁰³ O PÁTIO do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 21 jan. 1954. O leitor seguiu mesmo argumento do editorial do jornal quanto à mistura de valores religiosos e cívicos contidos no local, com a preponderância, no seu entender, deste último. “desde a expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759, que a ação religiosa aí entrou em declínio, até completo desaparecimento [...] a tradição cívica no Pátio do Colégio, permanente e viva, confirmada ainda com a régia indenização levada a efeito pelo governo do Estado, sobre a colina histórica, tem força incontestável”.

¹⁰⁴ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 288, ano 63, p. 33, 1953.

¹⁰⁵ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 9, ano 64, p. 29, 1954.

lei. O primeiro dizia respeito sobre um logradouro público a ser implementado de acordo com os estudos urbanísticos do Estado em colaboração com a Sociedade Brasileira de Educação, o que Lucas Garcez considerou assunto da “alçada do Município”; o segundo ponto tratava da construção de um “conjunto arquitetônico” para abrigar órgãos públicos e tornar o “Pátio do Colégio o Centro Cívico de São Paulo”, vetado por considerar o governador que tal empreitada era merecedora de estudos “mais aprofundados” e por ser uma “matéria mais de planejamento, imprópria para uma lei como esta”¹⁰⁶.

A malfadada iniciativa do projeto de lei de juntar as propostas de reconstrução do monumento religioso e construção de um centro cívico além de ter sido, num primeiro momento, uma tentativa de agregar em torno da lei os defensores da segunda opção – como a prefeitura do Município, o IHGSP e o arquiteto Gomes Cardim Filho, que chegou a exaltar a lei municipal que abordou a questão – revelou o aspecto puramente simbólico da medida legal, desvinculada de qualquer questão de planejamento ou de política urbana. No entanto, mesmo que vetada a proposta de centro cívico, o arquiteto e o Instituto permaneceriam estreitamente vinculados as obras de reconstrução. O primeiro como consultor da Comissão Pró Monumento Histórico e autor do projeto, e o segundo, que já havia aparecido juntamente com a Comissão respondendo sobre o valor e os cuidados com os objetos do local¹⁰⁷, revelou-se, posteriormente, através de alguns de seus membros, como Aureliano Leite, bastante entusiasta das obras¹⁰⁸. Já a ausência da prefeitura impediu que se implementasse qualquer transformação urbana da área consonante com a reconstrução, e ainda por cima a atravancou, visto que a área que a antiga Igreja ocupava era, então, leito carroçável pertencente ao Município. De modo que, nessa primeira fase das obras, dos objetivos expressos na lei estadual – reconstrução de colégio e igreja, “tanto quanto possível nos limites dos originais” – apenas o primeiro se realizou, como veremos no capítulo 4.

¹⁰⁶ SÃO PAULO (Estado). Veto nº 81 de 21 de janeiro de 1954 ao Projeto de Lei nº 1477/53. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 17, ano 64, p. 4, 1954.

¹⁰⁷ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 282, Ano 63, pp. 38-39, 1953. Oportunamente, foi citado o documento “Quesitos e respostas formuladas e respondidas, respectivamente pela Secretaria de Viação e Obras Públicas e as seguintes entidades: a.) Comissão Diretora Pró Igreja do Pátio do Colégio [...] integrada por figuras exponenciais da Companhia de Jesus e da A.S.I.A (Antiqui Societatis Iesu Alumini) [...] cujo presidente é o ilustre homem público Dr. Altino Arantes, ex-governador de Estado de São Paulo; b.) Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo presidido pelo ilustre professor Ernesto de Souza Campos; c.) Professor Dr. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo”.

¹⁰⁸ Abordaremos as falas e a atuação de Aureliano Leite no capítulo 5.

1.4 O custo político do custeio

De posse do terreno, a Comissão Pró Monumento de Fundação de São Paulo começou a tomar as primeiras iniciativas para concretizar a sua nova/velha configuração. Tudo o que nele constava passaria aos cuidados da nova proprietária, como o trecho remanescente da parede de taipa, “objetos como pregos, tijolos, madeiras e outras relíquias e valores que forem encontrados nas pesquisas e escavações”¹⁰⁹. Além do torreão, mantido por ser considerado o mesmo que outrora figurou na antiga Igreja, reformulado por Ramos de Azevedo que lhe havia atribuído os ornatos ecléticos a serem removidos [figura 2]. Antes do início das obras de reconstrução, porém, o torreão [figura 3] remanescente passaria a ser a nova sede da Comissão, onde, inclusive, se daria, três anos depois, a assinatura das plantas de reconstrução do “monumento da Fundação de São Paulo”¹¹⁰.

¹⁰⁹ DIA 25 o lançamento da pedra fundamental da construção do novo colégio São Paulo. **Folha da Noite**, São Paulo, 22 jan.1954.

¹¹⁰ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 13, 03 jan. 1957. De acordo com a nota: “em agosto, no torreão do Pátio do Colégio foram assinadas as plantas do Monumento da Fundação de São Paulo, a ser edificado naquele local que compreendia diversos prédios: a Igreja e o Colégio primitivos, o Museu Colonial (Casa de Anchieta) e o Cruzeiro, de 120 metros de altura, no interior do qual ficará o modelo exato da primitiva cabana”.

Figura 2 - Demolição do antigo Palácio do Governo e torreão resultante da reforma da antiga torre da igreja
Fonte: Estado de São Paulo (1953).

Figura 3 – O torreão remanescente ao lado da reconstrução hipotéticae temporária da “cabana”
 Fonte: Diário Popular (1959, p. 24)

O primeiro ato rememorativo da história pregressa do local comprometeu-se, radicalmente, com a sua feição mais antiga; com a consultoria de Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, e bastante fetiche historicista, a Comissão erigiu o que se considerava ser a antiga cabana [figura 4], exatamente da mesma maneira, segundo seus artífices, como a construiu Tibiriçá¹¹¹.

¹¹¹ PÁTIO do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 03 abril 1954. Em entrevista ao jornal, José Nunes Vilhena afirmou: “inicialmente, a Comissão está procedendo a construção da cabana histórica, evocando a que fora feita por Tibiriçá, e na qual foi escrita a epigrafe do primeiro capítulo de nossa história”.

Figura 4 – Visão frontal da Cabana
Fonte: O Estado de São Paulo.

A urgência de ressignificar o local como o ponto de partida da história da cidade foi facilitada pela simplicidade da cabana de sape e madeira. Mais problemática e dispendiosa seria, no entanto, a feitura dos edifícios jesuítos supostamente primitivos. Ainda mais depois do compromisso assumido publicamente pelo secretário da Comissão de não contar com verbas públicas para tal, pois, como foi demonstrado, havia críticas à participação do Estado nas obras.

Um opúsculo que foi distribuído aos visitantes da cabana, escrito pelo padre jesuíta Fernando Pedreira de Castro, divulgou o problema do custeio: “donde provirá o vultoso capital imprescindível para execução de monumental projeto?”. Para o religioso, os recursos financeiros adviriam do “Povo” – “não é possível que o povo paulistano [...] deixe de concorrer com alguns cruzeiros que sejam, para reerguer o Monumento mais sagrado, mais saudoso, mais emocionante de suas glórias e tradições”¹¹².

Para a resolução do problema de verba, os requerentes das obras lançaram, no dia 9 de setembro de 1955, a extensa Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo¹¹³, amplamente divulgada nos jornais entre os meses de agosto e setembro daquele ano. O mote ou o chamamento para adesão à campanha foi “vamos dar um pouco aos que nos deram tanto”. Os atuais “discípulos” dos jesuítas ou mesmo “simpatizantes”, deviam reaver os prejuízos causados aos missionários de outrora. Defendiam as obras como uma espécie de reparo histórico:

¹¹² CASTRO, Fernando Pedreira de. Op. Cit. pp. 46-47

¹¹³ CAMPANHA de gratidão aos fundadores de São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 1, 24 set. 1955. Além de fundos para a reconstrução dos edifícios do Pátio do Colégio, a Campanha era também para “a construção do novo Colégio São Luiz no Morumbi e ampliação das obras do Aprendizado de Itaiçi”.

[...] duas vezes injustamente expulsos de Piratininga, por motivos políticos, os jesuítas se viram violentamente apartados da empresa maravilhosa que vinham realizando no Planalto. Tudo perderam: bens morais inestimáveis, fruto da catequese, e bens materiais – escolas, igrejas, casas, fazendas. Tudo lhes foi arbitrariamente expropriado. Um dia voltaram em definitivo. E recomeçaram a tarefa, com a mesma fé, o mesmo devotamento, o mesmo ideal: servir São Paulo! Quatro séculos após a missa inaugural do Padre Manuel de Paiva, quando ainda não morriam os ecos festivos do IV Centenário da Cidade, lembraram-se alguns paulistas de que temos uma dívida a saldar. Vamos dar um pouco aos que no deram tanto!¹¹⁴

Acompanhar cada nota publicada sobre o desenrolar da campanha e os resultados obtidos revelou uma infinidade de nomes, impossível de ser aqui arrolada, até mesmo por não ser possível aferir o quanto cada um deles foi efetivamente engajado nas obras. Citemos primeiramente aqueles clérigos que figuraram na Comissão de Honra da Campanha: d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, d. Paulo de Tarso Campos, d. Antonio Ferreira Macedo, d. Antonio Maria Alves de Siqueira, d. Paulo Rolim Loureiro, d. Vicente Zioni, pe. João Bosco Rocha, pe. Luis Gonzaga D’Elboux. Além deles, nomes leigos de imenso destaque na cidade manifestaram-se: o historiador, professor da USP e ex-diretor do Museu Paulista Afonso E. Taunay, Erasmo Teixeira de Assunção, Candido Fontoura, o ex-prefeito Fabio da Silva Prado, o empresário conde Francisco Matarazzo, o “rei do café” Geremia Lunardelli, José Carlos de Macedo Moraes, o ex-diretor do Banco do Brasil e ex-Ministro da Fazenda José Maria Whitaker, Luis de Anhaia Melo, Roberto Meira, Valter Belian e o então governador Lucas Nogueira Garcez; o orador oficial dos eventos promovidos foi Altino Arantes¹¹⁵. Novamente preponderou a mescla de religiosos e antigos sobrenomes de figuras preocupadas com a manutenção das tradições paulistas, com a, em princípio destoante, inclusão de empresários de origem imigrante como Francisco Matarazzo e Geremia Lunardelli e um inusitado Taunay, que, quando diretor do Museu Paulista, jamais dera destaque à obra e presença dos jesuítas na narrativa que criara para narrar a história de São Paulo e do próprio país¹¹⁶.

Uma matéria publicada pela *Folha da Manhã* em fins de 1956, que informava que “dentro de um mês será iniciada a construção da igreja e escola de Anchieta no Pátio do Colégio”, deu a entender que o montante arrecadado com a campanha não fora suficiente aos objetivos da Comissão, a qual lançava mão de outros meios, perante os “materiais e

¹¹⁴ SALGADO, José Augusto César. Op. Cit. p. 138.

¹¹⁵ CAMPANHA de gratidão aos fundadores de São Paulo. O *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 09 set. 1955.

¹¹⁶ MONTEIRO, Michelli Cristine Scapol. **Fundação de São Paulo, de Oscar Pereira da Silva:** trajetórias de uma imagem urbana. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo – FAU, São Paulo, 2012.

determinados pormenores de custo elevado” das obras¹¹⁷. Alegava-se que a reconstrução se mostrava complexa e dispendiosa justamente pelo rigor técnico pretendido¹¹⁸. De modo que a sempre solícita Assembléia Legislativa aprovou – três anos depois de conceder a área aos jesuítas – o repasse de verba de auxílio para a reconstrução¹¹⁹.

Assim, a retomada da feição jesuítica do Pátio do Colégio, anunciada durante os festejos do IV Centenário da cidade, foi, de fato, iniciada no seu muito menos pomposo 403º aniversário e seu fim foi inúmeras vezes protelado. O prazo inicial de “dez meses” então estipulado pelos seus artífices se mostrou infactível e estendeu-se até o início da década seguinte. Em janeiro de 1959, por exemplo, era noticiado o adiamento da “inauguração parcial do monumento”¹²⁰, por falta de acabamentos.

Somente três anos mais tarde, anunciava-se a retirada dos tapumes que revelaram o Colégio reconstruído¹²¹ [figura 5], motivo de alarde para Comissão Pró Monumento da Fundação e também oportunidade para reforçar seus ânimos para pleitear a área correspondente a Igreja, que se encontrava “dentro da rua”, e completar o refazimento do complexo jesuítico.

¹¹⁷ DENTRO de um mês será iniciada a construção da igreja e escola de Anchieta no Pátio do Colégio. **Folha da Manhã**, São Paulo, 19 nov. 1956. De acordo com a matéria, “graças ao aluguel de parte do terreno do Pátio do Colégio onde serão desenvolvidos os trabalhos, cedido para estacionamento de automóveis particulares, mensalmente entram para os cofres da Comissão Pró Monumento da Fundação de São Paulo 15 mil cruzeiros. Assim, em menos de ano e meio para reforçar as suas verbas, a entidade já conseguiu arrecadar 250 mil cruzeiros”.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ INICIAR-SE-Á dia 25 de janeiro de 1957 a construção da ‘Igreja de Anchieta’. **Folha da Manhã**, São Paulo, 27 dez. 1956. “Até o momento, a Comissão Pró Monumento já conseguiu arrecadar, através de contribuições diversas da população em geral, cerca de 4 milhões de cruzeiros. A Assembléia Legislativa já aprovou uma verba de auxílio de 3 milhões. Quanto ao Município, até agora não se manifestou em qualquer sentido”.

¹²⁰ ADIADA a inauguração parcial do monumento a São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 1, 17 jan. 1959.

¹²¹ SERÁ inaugurada em futuro próximo a ‘Casa de Anchieta’ reconstruída. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 16 jul. 1961.

Aspecto atual do monumento-edifício do Pátio do Colégio. A direita, protegido com um tapume, trecho do local em que se constrói a igreja. Mas, para sua edificação, o governo precisa ceder mais um 14 metros do Pátio.

COLEGIO DE ANCHIETA VOLTA A SER ESCOLA 400 ANOS DEPOIS

Paulistas reconstruem, no Pátio do Colégio, os edifícios que assinalaram a fundação de S. Paulo — Um monumento "sui generis": é museu, escola e sede de entidades culturais — Governo precisa ceder 14 metros do Pátio para reproduzir-se a igreja dos jesuítas

O paulistano já se acostumou com o edifício delirantemente antigo do Pátio do Colégio. "Dói andares, estado de branqueamento, paredes e portas grandes, pintadas de verde. O lado direito perdura-se numa torre de igreja. Percebe-se que falta algo: o tempo.

Todos sabem que esse é o monumento — edifício que assinala a fundação de São Paulo. Todavia, sua história, as peripécias que tem vencido para atravessar o tempo e entrar o espaço, e, acima de tudo, suas funções atuais, muitos desconhecem.

RECONSTRUÍDO
O monumento está sendo reconstruído desde 1957. Isto não

é novidade. Em setembro de 1956, os jornais divulgaram a "Campanha da Graúda", organizada por uma equipe de paulistas no sentido de angariar fundos para devolver, à terra bandeirante, seus edifícios primitivos. Aliás, essa Campanha obteve resultados modestos em relação ao vasto do empreendimento: apenas Cr\$ 7.100.000,00.

A equipe em apuro, dirigida pelo jesuíta pe. Fernando Pereira Baptista, e tendo como vice-presidente o sr. Nunes de Vilhena, vem trabalhando arduamente nos objetivos a que se propõe. Contando com apoio de ex. particulares, criou-se uma obra a longo prazo, mas cujos

benefícios já podem ser usufruídos.

PROJETOS

Atualmente, falta reedificar-se a igreja, e isto está dependendo da decisão, por parte do governo, de uma área de 14 metros do Pátio. Como antecedeu com o Colégio os aliteros, alguns edifícios, sendo conservados na medida do possível e reconstruídos à base de concreto armado. Os projetos, que se encontram, à técnica antiga, acham-se no que diz respeito à estrutura, feita a mão de ferro na base.

Como projeto futuro, prevê-se a construção no lado esquerdo do Colégio, em área que, anteriormente, destinava-se a estaca-

namento de veículos, de um Museu Colonial que se denominará "Casa de Anchieta".

Mas, analisemos, por ora, o que já se fez.

VOLTA AO PASSADO

É preciso considerar, antes de mais nada, que a obra é o único monumento no Brasil, que tem função prática e não apenas estética. Como no passado, volta a se constituir em núcleo propulsor de atividades culturais e criativas.

Assim é que funcionam as salas primárias e preparatórias para o ensino, gradativamente, reunidos pelos responsáveis pela reedificação e pelo dinamismo do edifício. Cerca de 300 filhos de operários frequentam, diurnamente, aulas, e, após o

recomendado, para, depois, amplos de fruição artística.

E há três anos, no Pátio do Colégio, um curso de Teologia para sacerdotes católicos, promovido pela Conferência de Episcopos Brasileiros, e Teológico "Pio XII". Também outras entidades têm se tornado de interdependência para desenvolver suas atividades culturais e pedagógicas, como, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Teologia e Problemas Sociais e a Associação Profissional dos Advogados Sociais. E tem a reconstrução que o próprio edifício, inclusive, os sedes da Associação dos Cidadãos de São Paulo e do Alameda Paulista de História.

Contudo, o monumento-edifício colégio possui, ainda outro atributo: é um museu, pois cada detalhe e cada peça que constitui seu todo, tem caráter histórico; as baterias das portas, e janelas, assim como as portas principais da entrada, foram construídas com madeira de 400 anos, encontradas no local. De dentro retiradas das ruínas, constituíram-se os moldes, extintos.

A disposição dos capitéis, o Salão de Festas, a torre, a Biblioteca, o salão, enfim, tudo foi reconstruído segundo o modelo do Colégio outrora construído pelos jesuítas.

Até mesmo o "desenho" da cabana, que, em 1633, o católico Tibério mandou fazer para os sacerdotes da Companhia de Jesus, pode ser observado, no quinhão da edificação.

E logo adiante, protegida em uma redoma de vidro, permanece a parede mais antiga de São Paulo.

A história de todas essas particularidades é bem interessante, e nada mais adequado do que enfocarmos a palavra do sr. Nunes de Vilhena, professor de História e profundo conhecedor da vida do monumento, e, em suma, das origens de São Paulo.

Foi ele quem, gentilmente, se pôs a explicar os fatos "desse o início".

Mas isto é assunto que publicaremos em próxima reportagem.

Figura 5 – Notícia da inauguração do Colégio
Fonte: Correio Paulistano (19/08/1962)

Capítulo 2. Os critérios do reconstruir: uma prática moderna de preservação

A lei estadual n. 2658/54 que doou aos jesuítas parte do terreno junto à Colina Histórica da cidade de São Paulo e determinou que nele fosse reconstruído o antigo conjunto arquitetônico jesuítico, ressaltou, ainda, que a réplica fosse feita tanto quanto possível nos limites das construções originais, de modo que, quando finalizados, tais edifícios permitissem um perfeito renascimento do ato inicial da fundação da cidade¹²². Uma vez abordados no capítulo anterior os sentidos de expressar – para os seus agentes – o ato da fundação, seus personagens e o forte componente religioso agregado às obras nos idos anos de 1950, cabe agora indagar sobre as maneiras pelas quais esses conteúdos foram lá cristalizados, ou seja, por meio de uma reconstrução histórica que, longe de materializar a visão da fundação da cidade, buscou sim a fisionomia do conjunto jesuítico de princípios do século XVIII. A fisionomia seiscentista foi a escolhida para ser revivida, embora a evocação temporal que justificasse a reconstrução fosse sempre a da presença jesuíta de origem quinhentista. Assim, embora a réplica fosse alusiva às construções que puderam ser fotografadas no século XIX, será quase sempre a lembrança das “paredes” de Anchieta e dos índios aquelas que são celebradas por quase todos os textos que se referiram à reconstrução.

Como destacou o padre jesuíta Fernando Pedreira de Castro, pouco valor teria para o local assinalá-lo apenas com um monumento, mas, dada a sua “magnitude”, necessária se tornava a sua reconstrução¹²³. Então, por que tanto valor foi atribuído ao ato da reconstrução propriamente, para além da exaltação do conteúdo que ela expressava? Houve consonâncias, num plano local, com práticas similares de reconstruções históricas com as quais as obras do Pátio do Colégio dialogaram ou se tratou de experiência isolada e pioneira? E, por fim, houve posturas desfavoráveis e/ou críticas às reconstruções?

¹²² SÃO PAULO (Estado). Lei n° 2.658 de 21 de janeiro de 1954. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n° 17, ano 64, p. 1, 1954. De acordo com Artigo 2° da lei: “A doação do terreno é feita acompanhada das relíquias nele existentes, obrigando-se, porém, a donatária, pela conservação, em lugar apropriado, e a nele construir um novo Colégio São Paulo e Igreja anexa tanto quanto possível nos limites das fundações iniciais e reproduzir em um perfeito renascimento o ato inicial da fundação da cidade de São Paulo, efetuando o lançamento da pedra fundamental da obra, perpetuando a mais cara tradição do povo paulista, por ocasião do IV Centenário a se comemorar no dia 25 de janeiro de 1954”.

¹²³ CASTRO, Fernando Pedreira de. Op. Cit. 41-42

A começar pela última pergunta, a resposta é negativa. Aliás, o que foi verificado na documentação consultada foi justamente o contrário; as obras pareciam legitimadas pelos cuidados e destreza de seus condutores em restabelecer, com rigor e pormenorizadamente, as antigas feições dos edifícios. No primeiro momento da reconstrução, que equivale à conclusão do colégio e da torre da igreja a ele acoplado, as críticas giraram em torno, exclusivamente, do conluio Estado/Igreja, pouco se abordando criticamente o ato da reconstrução em si¹²⁴. Já para os defensores das obras, foi comum em suas manifestações certo entusiasmo pela recuperação do conjunto arquitetônico em seu formato tido como o mais primitivo e original, como preconizou o próprio texto da lei ao requerer fidedignidade às obras, esquivando-se de que a imagem efetivamente da origem seria materialmente tão precária que não foi digna de ser retomada permanentemente.

A opinião dos jornais também indicou compartilhar tal entusiasmo. Para além dos artigos ou editoriais, em geral mais autorais e opinativos, as notas que informavam, passo a passo, o andamento das obras destacaram e valoraram a retomada da “antiga” feição, os seus efeitos e até mesmo a competência de seus construtores, tidos como aptos para realizar a complexa tarefa. Disso foi evidência a manchete da *Folha da Noite* que, em 06 de abril de 1954, informou que já estava “tudo pronto para o início das obras”: “O Colégio e a Escola de Anchieta ressurgirão no Pátio do Colégio”¹²⁵. Ou ainda o *Correio Paulistano* de 17 de dezembro de 1953, que forneceu histórico das mobilizações favoráveis às obras sob o título “A Reconstrução dos primitivos edifícios”. Primitivo e original foram palavras recorrentes nas abordagens do tema, empregadas indiscriminadamente como sinônimos de antigo.

Desde a primeira matéria sobre o início das obras até aquela que noticiou a conclusão do colégio jesuítico, ficaram patentes tanto as notícias do comprometimento dos seus construtores com o que para eles era o estilo primitivo dos edifícios, quanto um regozijo, decorrente da possibilidade de as obras explicitarem aquele que seria o primeiro edifício da história paulistana. Prevaleceu, enfim, a exaltação coletiva dos aspectos positivos que a reconstrução acarretaria para preservação da história e da memória a ela embutidas. Parcas foram as manifestações opostas a essa, como por exemplo, a de que, para a história e memória locais, a reconstrução seria malévola, ou até mesmo inócua, por tratar-se inteiramente de

¹²⁴ BRITO, Luiz Tenório de. O Pátio do Colégio. *O Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, 11 dez. 1953. O membro do IHGSP e crítico da reconstrução, Luiz Tenório de Brito, chegou a afirmar que a reconstrução dos antigos edifícios seria “decepcionante” como o foi, em sua opinião, a “reconstrução” do Convento do Largo São Francisco. Porém, não chegou a aprofundar essa questão, deteve-se nas discussões sobre a função do local, que, para ele, deveria ser centro de poder da cidade.

¹²⁵ O COLÉGIO e a igreja de Anchieta ressurgirão no Pátio do Colégio. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 1, 06 abril 1954.

cópia dos edifícios há muito desaparecidos. Imprensa e promotores da reconstrução foram, portanto, unívocos.

Já em fins de 1956 – perto, portanto, da data de aprovação das plantas para reconstrução dos edifícios¹²⁶ pela prefeitura – foi noticiado pela *Folha da Noite* que “os estudiosos que irão acompanhar a evolução das obras procurarão reconstituir tanto o colégio como a igreja com a máxima fidelidade das construções originais”¹²⁷ e, de acordo com o estágio avançado dos estudos então verificado, já poderia ser iniciada a “reconstituição das duas importantíssimas peças históricas de nossa cidade”¹²⁸. Exaltava-se ao mesmo tempo o rigor dos “estudiosos” envolvidos nas obras e o resultado delas para preservação da história paulista.

Também referente a esse primeiro momento da reconstrução, uma matéria do *Correio Paulistano* corroborou, ainda que de maneira um pouco mais resguardada, com aqueles que abordavam reconstrução e preservação como atividades correlatas. É esta uma das poucas ressalvas à maneira pela qual se decidiu a reconstrução, na qual se insinua um certo desdém das obras pelos restos jesuíticos existentes. Inicialmente, a matéria “Erguer-se-á a Igreja dos jesuítas sobre alicerces de quatro séculos” descreveu a situação presente do local histórico e, em seguida, apontou para as dubiedades da empreitada:

após a demolição [Palácio do Governo], as antigas fundações revelaram reconstruções realizadas pelos jesuítas em épocas diversas. Na quase totalidade dos primitivos edifícios, os padres da Companhia de Jesus substituíram as paredes de taipa por outras de tijolos, sobre alicerces de pedras assentadas com barro. Esses restos de taipas foram agora arrasados na abertura do alicerce para a nova construção. [...] ao fim da visita que fizemos disseram-nos os membros da comissão de pesquisas que seria essa a última vez que seriam vistos os alicerces antigos. No interior das valas já se iniciou o despejo do concreto armado e da estrutura de ferro que irão escorar a nova obra¹²⁹

No entanto, ao lado da valoração dos antigos alicerces ainda presentes – verificada tanto pela sua detalhada descrição quanto pela qualificação que deles fizeram como suporte da história pregressa do local (“desaparecem os últimos vestígios da obra dos companheiros de

¹²⁶ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de Historia**. n. 7, pp. 53-61, São Paulo, 1970. Seguindo a cronologia das obras mencionada pelo autor: “as obras, depois de aprovadas pela Prefeitura de São Paulo, em 1957, foram iniciadas em maio do mesmo ano”. p. 61.

¹²⁷ 25 de janeiro de 1957: início da construção da igreja de Achieta. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 5 20 dez.1956.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ ERGUE-SE-Á a Igreja dos jesuítas sobre alicerces de quatro séculos. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 25 mai.1957.

Nóbrega e Anchieta”¹³⁰) – a matéria também definiu a reconstrução como um ato condizente com a preservação do “primeiro marco” arquitetônico da cidade; vale repetir, então completamente desaparecido:

naquele cantinho do Pátio do Colégio, oculto pelo tapume há muito tempo construído, dar-se-á o trabalho mais árduo da tarefa assumida pelos elementos que visam preservar o primeiro marco da formação da gente de Piratininga¹³¹.

Com o desenrolar das obras, os textos de simples coberturas jornalísticas veiculados nos principais periódicos paulistanos não deixaram de destacar os objetivos e a competência da reconstrução em reavivar os edifícios jesuíticos em suas supostas feições primitivas e/ou originais. Próximo da conclusão da primeira parte das obras, nos anos finais da década de 1950, quando já estava erguido o antigo colégio e reformado o torreão para que se voltasse à fisionomia anterior de torre, o jornal *Folha da Manhã* reportou matéria com o título “Reergue-se à feição do antigo o novo Colégio dos jesuítas”, assim resumida: “candeeiros batidos a mão ao lado de fios elétricos – recursos da engenharia moderna para maior solidez do edifício – recuo de quatro séculos na história paulistana”¹³². Além de mencionar a obstinação dos condutores das obras em refazer o antigo, a matéria elogiou os critérios de escolha dos materiais empregados; paradoxalmente, não somente aqueles que guardavam semelhanças com os antigos, mas também os modernos:

o antigo Colégio de São Paulo, fundado há mais de quatrocentos anos por José de Anchieta, está praticamente reerguido [...] tanto quanto possível os reconstrutores, dirigidos pelo escritor José Nunes Vilhena, procurarão ater-se ao que de fato era o antigo estabelecimento [...] pesadas portas talhadas a enchó, telhas coloniais lajes de granito cortadas a talhadeira, eis alguns dos recursos para se fazer aquele recanto do pátio do Colégio recuar mais de quatro séculos na história [...], entretanto para dar maior solidez à construção, empregar-se-ão materiais modernos, tais como cal hidratada, vigas de ferro, cimento, aço, etc. Tudo, porém, será revestido de madeira, para que realmente se tenha impressão de construção antiga¹³³

Alguns meses depois, o mesmo jornal anunciou o adiamento da inauguração do Colégio, pretendida para o dia 25 de janeiro de 1959. O motivo alegado foi justamente o apreço em restabelecer a sua feição primitiva:

¹³⁰ Ibidem

¹³¹ Ibidem

¹³² REERGUE-SE à feição do antigo o novo colégio dos jesuítas. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 1, 20 jul.1958.

¹³³ Ibidem.

o referido imóvel está em fase de acabamento; entretanto, a dificuldade em encontrar ou confeccionar portas, ladrilhos, caixilhos e até batentes semelhantes aos usados na primitiva construção impede que a obra seja concluída em tempo¹³⁴

Assim, as obras correspondentes à primeira parte da reconstrução do Pátio do Colégio seguiram, sem que posições contrárias viessem a público para questionar a viabilidade ou a legitimidade dos procedimentos adotados; elas foram polêmicas exclusivamente pelos debates que marcaram o percurso para aprovação da lei de doação do local aos jesuítas e pelas discordâncias sobre a função que ele deveria ter. Uma vez definido oficialmente o seu destino, as polêmicas feneceram. Os mesmos jornais que explicitaram as diferentes propostas para a utilização do local e chegaram até a requerer o veto da lei supracitada não manifestaram, tampouco veicularam, posturas que diferiram de tal intenção. No máximo expressaram certa ironia.

O *Correio Paulistano* de 16 de julho de 1961, por exemplo, ao noticiar “Será inaugurada em futuro próximo a ‘Casa de Anchieta’ reconstruída”, assegurou que “tudo [foi] reproduzido do original”, mas com a introdução de “dois melhoramentos da civilização: luz elétrica e vidros nas janelas”¹³⁵. O jornal veiculou ainda entrevista com o padre jesuíta Fernando Pedreira de Castro que afirmou:

realmente os construtores quiseram manter-se fiéis aos dados obtidos após estafantes procuras em bibliotecas, sobre o verdadeiro seminário que Anchieta construiu com os índios. [...] as paredes tiveram que ser primeiramente estruturadas em concreto para, depois, serem revestidas com madeira especial a fim de que não se afastasse a obra um momento sequer do original¹³⁶

Mesmo tendo-se colocado como um contundente crítico do rearranjo do local com a sua antiga função religiosa, o *Correio Paulistano*, ao cobrir as obras, não deixou de outorgar méritos aos construtores e reconhecer a reconstrução como um ato significativo para a história da cidade. Um ano mais tarde, com as obras já concluídas, anunciou o periódico: “Colégio de Anchieta volta a ser escola 400 anos depois – paulistas reconstroem, no Pátio do Colégio, os edifícios que assinalam a Fundação de São Paulo”¹³⁷; e com o subtítulo “Volta ao Passado” afirmou:

¹³⁴ ADIADA a inauguração parcial do monumento a São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 1, 17 jan.1959.

¹³⁵ SERÁ inaugurada em futuro próximo a ‘Casa de Anchieta’ reconstruída. **O Correio Paulistano**, São Paulo, 16 jul.1961.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ COLÉGIO de Anchieta volta a ser escola 400 anos depois. **O Correio Paulistano**, São Paulo, 19 ago.1962.

o paulistano já se acostumou com o edifício deliciosamente antigo do Pátio do Colégio. [...] É preciso considerar, antes de mais nada, que a obra é o único monumento no Brasil que tem função prática e não apenas estática. Como no passado, volta a se constituir em núcleo propulsor de atividades culturais e cristãs¹³⁸

Com a reconstrução, o objetivo que a Comissão Pró Monumento Histórico da Fundação de São Paulo explicitou de, por meio dela, fazer “reviver o nascimento de São Paulo”¹³⁹, mostrava-se então consentido e incontestado. Não somente referendar o passado, como já o faria um simples monumento, o Colégio jesuítico, refeito fidedignamente, permitiria de fato uma “volta ao passado”. Juntamente com o antigo edifício, reconstruía-se o passado que ele suportava.

Uma vez demonstradas a maneira entusiasmada com que a reconstrução em si foi então publicamente aceita e a legitimidade que lhe foi atribuída como um efetivo e até mesmo pioneiro monumento histórico, faz-se oportuna a verificação de possíveis consonâncias ou dissonâncias que a reconstrução do Pátio do Colégio apresentou com os contemporâneos tratamentos dispensados para a preservação de edifícios históricos. De antemão, a considerar as manifestações favoráveis já expostas pela imprensa, não seria tão forçoso considerar a existências de conexões com outras experiências, até mesmo pela falta de crítica ou estranhamento que um feito inédito, “único”, tenderia despertar.

2.1 Reconstruir para preservar

Em 1941, foi proferido o discurso que em muitas ocasiões¹⁴⁰ foi apontado como o primeiro a requerer a reconstrução dos edifícios jesuíticos do Pátio do Colégio como parte das comemorações do IV Centenário:

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 268, ano 63, p. 59, 1953.

¹⁴⁰ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. O Pátio do Colégio. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1975; CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de História**, n. 7, pp. 53-61, São Paulo, 1970; LIMA, Solange Ferraz de. Pátio do Colégio, Largo do Palácio. **Anais do Museu Paulista**, ano/vol. 6/7, n. 007. São Paulo, 2003. Tais textos confirmaram o pioneirismo do discurso de José Mariano Filho.

o Patrimônio artístico de São Paulo está a merecer medidas mais amplas de proteção. Dentro de treze anos São Paulo comemorará o 4º centenário de sua fundação, seria um ato da mais alta significação cultural a reconstituição integral da igreja dos jesuítas, e uma ala do antigo colégio, exatamente no sítio em que ele existia, de modo a ser novamente rezada uma missa na manhã de 25 de janeiro de 1954, [...] São Paulo tem uma dívida sagrada a resgatar com a Companhia de Jesus. O momento é chegado. Se a idéia progredir como é de se supor, dado o entusiasmo com que tem sido acolhida por todos os intelectuais paulistas, o Rotary Club, em cujo seio sempre encontram eco as idéias de interesse social não lhe negará apoio. A civilização não é obra de uma época. A história de um povo é feita por etapas sucessivas, concorrendo cada geração com seu esforço em prol do bem [...] o esquecimento do passado cria uma barreira entre o presente e o futuro. São Paulo deve orgulhar-se do esforço empreendido de seus antepassados. A história de São Paulo está vinculada de modo indelével à Companhia de Jesus. Restituindo-lhe o singelo templo cujo barro das paredes, Anchieta socava com as próprias mãos, São Paulo se desagrava da injúria feita a seus benfeitores infatigáveis¹⁴¹

O teor do discurso não diferiu muito do daqueles abordados no primeiro capítulo; a sua particularidade deveu-se, por um lado, ao seu pioneirismo – pois foi bem antes dos debates serem intensificados após a demolição do edifício do Palácio do Governo, em 1953 – e, por outro, por ter sido seu interlocutor o médico José Mariano Filho.

Mariano Filho, embora tenha se pronunciado afinadíssimo com os anseios dos paulistas tradicionalistas que, oportunamente, o ouviam na sede do Rotary Club de São Paulo, não era propriamente um deles, mas era pernambucano. E sua atuação, de projeção nacional pode-se dizer, foi pífia em terras paulistas, sobretudo se comparada ao destaque que obteve no Rio de Janeiro, naquele momento capital federal do país. Manifestar-se favoravelmente às reconstruções do Pátio do Colégio, porém, era um ato extremamente condizente com as propostas do movimento Neocolonial, do qual foi mentor intelectual, mecenas e um dos principais difusores. Suas atividades sempre estiveram conectadas com a promoção de tal movimento e exaltação da arquitetura colonial de matriz luso-brasileira que ele acarretava.

Nos anos 1920, auge do Neocolonial, José Mariano, demonstrando estar em perfeita sintonia com os grupos intelectuais que então despontavam no cenário cultural, empreendeu viagens às cidades mineiras para “descoberta” e estudo da arquitetura colonial¹⁴², sobretudo o

¹⁴¹ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. “O Pátio do Colégio”. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 1975. p. 84.

¹⁴² PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Relatório Final da Pesquisa: O Neocolonial e suas relações com o modernismo e com a preservação do patrimônio no Brasil**. FAUUSP, São Paulo, s/d.; PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011. “[...] parece-nos que a atividade então exercida por José Mariano de maior relevo para o futuro da arquitetura brasileira foi patrocinar, através da Sociedade Brasileira de Belas Artes, viagens de estudos às cidades mineiras do ciclo do ouro a jovens arquitetos ou estudantes de arquitetura, em 1924 [...]”.

barroco, por eles considerado o estilo mais representativo da cultura nacional. Dada a autoridade e a notoriedade que o médico pernambucano alcançou na área, chegou a ocupar, ainda que rapidamente, o cargo de diretor da prestigiosa Escola Nacional de Belas Artes, onde pleiteou a criação da disciplina de História da Arte Brasileira¹⁴³.

Para o movimento Neocolonial, no entanto, a valorização da arquitetura colonial – em muitos casos perdida ou já bastante descaracterizada pelas transformações por que passaram as cidades brasileiras em fins do século XIX – foi investida por discursos de acentuado cunho nacionalista e identitário. Seus membros primavam não somente por identificar e estudar a arquitetura pretérita, mas a promoviam como a mais, senão a única, expressão genuína da arte local. Por conseguinte, desvalorizavam todas as manifestações que intermediaram as coloniais e neocoloniais¹⁴⁴.

A própria fala de José Mariano Filho no Rotary Club indiciou tais posturas. Difundir a ideia de reconstrução do Pátio do Colégio, em 1941, implicava necessariamente na demolição do edifício do Palácio do Governo, então ocupado pela Secretaria de Educação do Estado e pouco deteriorado. De modo que, se Mariano Filho destacou os aspectos positivos, para história da cidade, surtidos com a reconstrução dos edifícios jesuíticos, nem sequer cogitou atribuir qualquer relevância histórica ou artística ao presente edifício.

Reformado pelo engenheiro/arquiteto de origem francesa Eusébio Steveaux [figura 6] na década de 1880 e, anos mais tarde, novamente reformado por Ramos de Azevedo, o edifício do Palácio¹⁴⁵ [figura 7] era portador exatamente do Estilo Eclético, repudiado por Mariano e os “neocoloniais”, que o viam como estranho ao meio local e representante de nacionalidades que não integravam a matriz luso-brasileira, exaltada como a formadora da nação. Nem mesmo a unidade estética que o local expressava – com edifícios de padrão e função pares, todos ecléticos que abrigavam repartições públicas e formavam um harmônico

¹⁴³ Ibidem pp. 40 e 41. De acordo com a autora, a data de sua primeira reunião na ENBA é 21/05/1926 e da última, 12/05/1927. Segundo a autora, a tentativa de Mariano Filho de criação da disciplina de História da Arte Brasileira não foi bem sucedida.

¹⁴⁴ Sobre o Neocolonial, além do relatório citado acima e sua edição comercial publicada pela Edusp em 2011, ver também: AMARAL, Aracy (org.) **Arquitetura Neocolonial**: América Latina, Caribe, Estados Unidos. São Paulo: Memorial da América Latina; Fondo de Cultura Económica, 1994, especialmente pp. 147 a 164 e pp. 237-258; KESSEL, Carlos. **Arquitetura Neocolonial no Brasil**: entre pastiche e modernidade. Rio de Janeiro: Univ. Estácio de Sá; Jauá, 2008; e MELLO, Joana. **Ricardo Severo**: da arquitetura portuguesa à arquitetura brasileira. São Paulo: Annablume, 2007.

¹⁴⁵ Para o histórico das transformações do local e reformas dos edifícios ver: MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. Vida e Morte da Igreja do Colégio. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. São Paulo, 1975; CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de História**. n. 7 pp. 53-61, São Paulo, 1970. Sobre as atuações de Eusébio Steveaux ver: CAMPOS, Eudes. Eusébio Steveaux, arquiteto. **Informativo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo**, São Paulo, 4 (23), mar/abr, 2009. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Acesso em: 17/08/2012

centro cívico da cidade¹⁴⁶ – foi considerada por Mariano Filho, que preferia ver em meio ao que sobraria desse conjunto os antigos colégio e igreja jesuíticos.

Figura 6 - Fotografia do Palácio da Presidência. Fotografia de Militão de Azevedo, 1884 ou 85.
Fonte: CAMPOS (2009)

Figura 7 - Vista do Palácio do Governo após a demolição da igreja jesuítica e a construção do torreão de autoria do arquiteto Ramos de Azevedo.
Fonte : CAMPOS (2009)

¹⁴⁶ TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: três cidades em um século**. 3ª. Edição. São Paulo: Cosac e Naify, Duas Cidades, 2004. pp. 86 e 87. Para o autor “o Largo do Palácio chegou, no início do século, a impressionar os visitantes estrangeiros por sua harmonia e pela qualidade de seus edifícios.

O apelo historicista que Mariano Filho proferiu deve, dessa forma, ser matizado. Embora tenha afirmado que “a civilização não é obra de uma época” ou “a história de um povo é feita por etapas sucessivas, concorrendo cada geração com seu esforço em prol do bem”, o paladino do Neocolonial pouco se importava em perder o edifício que além de integrar a paisagem urbana de São Paulo já há algum tempo era significativo exemplar da arquitetura pública da cidade, correntemente empreendida desde fins do Império e nos anos iniciais do Período Republicano. Então, nas “etapas sucessivas” da história, defendidas pelo pernambucano, não parecia constar esse último período.

Em São Paulo, a figura de proa do Neocolonial foi o arquiteto português Ricardo Severo, que, por sua vez, protagonizou um dos mais ambíguos episódios da história da preservação paulista, o caso do Convento do Largo São Francisco. Demolido para dar lugar a um novo edifício em estilo neocolonial que, de acordo com seus proponentes, passaria a atender melhor as necessidades da Faculdade de Direito, instalada ali desde 1817.

Tal edifício foi projetado pelo “neocolonial” Ricardo Severo, líder da chamada “arquitetura tradicional” em São Paulo, que afirmou: “a mansão imensa e sombria de barro deveria dar lugar a uma casa que traduzisse ao mesmo tempo, o progresso de São Paulo e o amor de São Paulo pelas coisas do passado”¹⁴⁷. O patente paradoxo da frase – e também do próprio feito encampado nos anos 1930¹⁴⁸ e, como já foi apontado, evocado nos debates em torno da reconstrução do Pátio do Colégio¹⁴⁹ – só ganha mesmo alguma inteligibilidade se identificado o engajamento de Severo, e dos próprios defensores do estilo em questão, em, ao eleger a arquitetura colonial como a mais representativa do país, legitimar o Neocolonial como seu herdeiro e exaltar as raízes lusitanas da cultura nacional. Os discursos valorativos da arquitetura nacional que os signatários do movimento promoveram confirmavam-se fortemente instrumentalizados.

Contudo, além das ambiguidades, ao Neocolonial foi atribuído um papel importante como propiciador das primeiras manifestações preservacionistas da arquitetura pretérita nacional¹⁵⁰, afinal José Mariano Filho abriu o seu supracitado discurso com a afirmação de

¹⁴⁷ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Op. Cit. p. 101.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 100 De acordo com a cronologia fornecida pela autora “em 1933, iniciou-se uma ampliação do edifício, com a construção de dois corpos anexos, na área livre correspondente ao jardim posterior da Faculdade. Esta proposta inicial foi se ampliando gradualmente até configurar-se como demolição irreversível: os dois novos blocos, ainda inacabados, tiveram sua área aumentada, a partir da demolição da ala posterior do antigo convento, consumada em 1934. Em 1935, aparentemente sem qualquer alarde, optou-se pela demolição completa de todo o bloco frontal restante do conjunto colonial”.

¹⁴⁹ Ver posturas do membro do IHGSP, Luiz Tenório de Brito, discutidas no primeiro capítulo.

¹⁵⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. Para a autora, “o estilo neocolonial representou a primeira reação, a partir da segunda década do século, à incorporação acrítica dos estilos históricos europeus pelo ecletismo no

que “o patrimônio artístico de São Paulo está a merecer medidas mais amplas de proteção”. A historiografia do movimento imputou-lhe tal atributo:

de fato, a proposta neocolonial de valorização de nossas raízes arquitetônicas tradicionais apresentava – aos olhos de muitos de seus adeptos – claras afinidades com a idéia de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, que perpassa discretamente o panorama cultural da década de 1920, ganhando corpo a partir de 1930¹⁵¹

Porém, o processo de oficialização das políticas preservacionistas gestado nos anos 1930 não foi ganho pelos membros do movimento Neocolonial, mas sim por adeptos do Modernismo, criadores do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, uma corrente oposta a primeira menos pela exaltação da antiga arquitetura de que também foi partidária, do que pelos modos empregados para transpor os sobrevalorizados elementos desta última para a elaboração de uma arquitetura atual, que acreditavam moderna, a ser legitimada como herdeira da arquitetura pretérita.

A imbricação de ambos os movimentos em suas propostas de valorização da arquitetura colonial pôde ser aferida pela ligação que certos membros tiveram com as duas vertentes. Como Mario de Andrade, que se entusiasmou com o Neocolonial por ocasião da Semana de 1922 e chegou até a cogitar, em 1936, o nome de José Mariano Filho para participar da futura Comissão Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro, prevista no projeto de lei que elaborou para criação do órgão nacional de preservação; ou Lucio Costa que durante os anos de 1920 mostrava-se “extremamente afinado” com o pernambucano e era um dos representantes do movimento¹⁵².

O interesse pela arquitetura colonial e a abordagem que dela promoviam, fortemente marcada por discursos de cunho nacionalista, foram comuns tanto aos neocoloniais quanto aos modernistas; ambos os movimentos foram ainda forças propulsoras das práticas iniciais de

Brasil, e ao desconhecimento e mesmo desvalorização da tradição construtiva vinda da colônia. Seus seguidores procuraram produzir uma arquitetura que, inspirada nessas raízes, terminou por se converter em uma cópia cujo efeito era evocar o passado”. p. 91

¹⁵¹ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Op. Cit. p. 83.

¹⁵² Ibidem. A autora apontou as conexões entre os referidos membros de ambos os movimentos: “cabe assinalar que Mario de Andrade – bem ao contrário de Lúcio Costa, como veremos – não desdenhou inteiramente a tendência neocolonial – ou seus adeptos – após 1930. De fato, em 1936, quando elaborou o projeto de lei para a criação do SPHAN a ser complementado pela atuação dos órgãos estaduais de preservação do patrimônio, Mario sugeriu o nome de José Mariano Filho – uma das mais polêmicas figuras ligadas ao neocolonial – para participar da futura Comissão Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro. Diz Mario, a seu respeito: ‘José Mariano Filho tem o grave defeito das suas paixões, mas, se ele competisse propor o tombamento da arquitetura e mesmo qualquer arte colonial, ele seria de imprescindível auxílio’” p. 116; “deve-se mencionar que, durante toda a década de 1920, Lucio mostrava-se extremamente afinado com José Mariano Filho, o polêmico mentor intelectual do grupo neocolonial, a julgar por sua destacada participação nos concursos de arquitetura tradicional por ele promovidos, bem como por sua viagem a Diamantina, em 1924, comissionado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes para estudar a arquitetura tradicional brasileira”. P. 141.

preservação do patrimônio edificado no Brasil. No entanto, aos modernistas foi dada a primazia na institucionalização do primeiro serviço público responsável pelos tombamentos de bens considerados patrimônio histórico e artístico nacional, o mencionado SPHAN¹⁵³.

O modo como os modernistas entrelaçaram-se ao órgão de preservação e aí fizeram valer suas noções e preceitos para a formulação, escolha e salvaguarda do patrimônio histórico edificado nacional já se revelou indispensável para entender ou abordar o seu funcionamento. Conforme demonstrou a historiografia:

foram alguns intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa idéia na forma do conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado, através do SPHAN. Pois foram esses intelectuais que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger as obras de arte e de história no país¹⁵⁴

Próximos ao órgão nacional de preservação durante os anos iniciais de sua atuação, a denominada “fase heróica”¹⁵⁵, quando foram definidos os seus critérios iniciais de trabalho e conduta, o legado modernista confirmou-se bastante duradouro às práticas preservacionistas locais e plasmou-se também em seu modelo, resultado tanto do seu pioneirismo quanto da aura técnica e acadêmica que lhe foi investida por seus próprios membros¹⁵⁶.

Instrumentalizado pelos modernistas, o SPHAN, acabou por atender exclusivamente aos seus propósitos políticos e estéticos¹⁵⁷, e priorizou por valorar e proteger os edifícios postulantes da “arquitetura tradicional” brasileira, com destaque para o barroco mineiro, considerado a sua forma mais bem acabada. Tal e qual o discurso preservacionista proferido por paladinos do Neocolonial, os exemplares arquitetônicos não coloniais eram tidos pelo órgão como expressões estranhas ao meio e, portanto, não mereciam o timbre de patrimônio nacional.

¹⁵³ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit. A instituição federal encarregada da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional foi criada em 1936 com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em 1946 passou a se chamar Departamento (Dphan) e, em 1970, se transformou em Instituto (Iphan).

¹⁵⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit. p. 81

¹⁵⁵ Ibidem. De acordo com a autora a “fase heróica do órgão terminou com a aposentaria de Rodrigo M. Franco de Andrade, em 1967, quando foi substituído por Renato Soeiro. p. 126.

¹⁵⁶ Ibidem. A autora destacou que “o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas”. p. 116

¹⁵⁷ MICELI, Sérgio. SPHAN: o Refrigério da Cultura Oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1987, n. 22. É significativa a análise desse autor. Segundo o qual, o órgão federal, sedimentado, permaneceu por longo impenetrável por agentes que atuavam fora do círculo de seus técnicos: “tal sedimentação institucional foi convertendo o SPHAN numa espécie de refrigério da cultura oficial, vale dizer, uma agência reivindicando um status estritamente técnico, impermeável ao clientelismo de balcão, cujas atividades e produtos somente poderiam ser avaliados por especialistas”. pp. 44-45.

O afã modernista de eleger os cânones para a escrita de uma história da arquitetura nacional, iniciada com as manifestações coloniais e culminadas com a arquitetura moderna foi palavra de ordem nas primeiras atuações preservacionistas do órgão. Com essa marca, o SPHAN foi ainda fortemente assinalado por uma alcunha classista:

essa geração de jovens intelectuais e políticos mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como “memória nacional”. E nesse passo, o SPHAN é também um capítulo pouco conhecido, mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes fatos, obras e personagens do passado [...] a política do patrimônio ostenta essa marca classista em tudo que lhe diz respeito. Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente¹⁵⁸

As práticas de restauração do órgão, tópico que mais interessa a este trabalho, não ficaram alheias a tais clivagens simbólicas, mas acabaram a elas incondicionalmente submetidas¹⁵⁹. A obstinação do IPHAN em resguardar os exemplares da arquitetura colonial chegou até ao paroxismo de refazê-los, ou mesmo restabelecê-los por completo, quando estes se apresentavam muito modificados ou simplesmente portavam marcas que não remetiam à sua almejada feição mais remota; nesses casos a orientação do órgão era mesmo de apagar essas marcas para retomar os antigos atributos dos edifícios. Foi o arquiteto Lucio Costa – “principal técnico do órgão”¹⁶⁰ – quem forneceu as diretrizes, apreendidas no seguinte trecho que discutiu a restauração do Convento do Carmo no Rio de Janeiro em 1963:

são dois objetivos visados na presente proposta de tombamento: primeiro repor o edifício em causa na sua feição original; segundo impedir a construção de novo prédio, de gabarito elevado, no alinhamento do antigo Terreiro do Paço. E ambos convergem para o objetivo maior de conferir de novo parcialmente ao logradouro a sua feição primitiva¹⁶¹

Conduziu cada prática de restauração do órgão federal uma visão idealizada dos bens em questão; o objetivo era, invariavelmente, a recuperação das supostas “integridade e

¹⁵⁸ Ibidem. p. 44.

¹⁵⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit. pp. 115 e 116. “Essa visão normativa da arquitetura brasileira que predominava no SPHAN acabou influenciando também uma outra área – a restauração – em que a instituição era extremamente cuidadosa com o rigor nos procedimentos e com a autenticidade nas informações [...]”

¹⁶⁰ Ibidem. p. 117

¹⁶¹ COSTA, Lucio. Documentação Necessária. **Arquitetura Civil II**, São Paulo: FAUUSP, MEC-RPHAN, 1975

autenticidade da obra primitiva” ou da “feição original” dos edifícios. Como teórico, o órgão consagrou o arquiteto francês Viollet-le-Duc, cujos preceitos definiram que restaurar um edifício “não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo é restabelecê-lo em um estado completo que pode jamais ter existido”. A frase supracitada – embora por si só não denote nenhum conhecimento aprofundado da obra do autor e corra o risco de cometer injustiças, pois ele chegou a afirmar que, para alguns casos, os princípios de restauração não deviam ser seguidos de maneira absoluta e sim partir de suas particularidades – é emblemática para demonstrar a maneira “incisiva” do conjunto das atuações de “reintegrações estilísticas” promovidas por Viollet-le-Duc¹⁶².

Na falta de referências textuais explícitas dos agentes do órgão ao teórico francês¹⁶³, a aproximação entre ambos pôde ser apreendida por outras vias. O contexto europeu em que Le-Duc atuou e formulou seus princípios, foi bastante marcado por uma voga historicista e de resgate dos edifícios, então perdidos ou muito modificados, caros para afirmação da identidade e nacionalidade locais¹⁶⁴. O que, de certo modo, não diferiu muito das primeiras práticas preservacionistas no Brasil, sempre revestidas de discursos nacionalistas/identitários que, por sua vez, subjugarão as intervenções restaurativas.

Conforme o sociólogo Sérgio Miceli, o SPHAN, como postulante das doutrinas de Viollet-le-Duc, promoveu restaurações que foram verdadeiras experiências de “purificações” de edifícios históricos e de “limpezas visuais”. Afirmou ainda o autor que:

no limite tal postura redundava na reconstrução de uma fantasia perfeccionista bastante dissociada da memória que podem ter os habitantes da vizinhança ou de setores da comunidade cuja própria história de vida tenha alguma ligação com o espaço restaurado¹⁶⁵

Consumava-se, de acordo com as posturas do IPHAN, que o retorno ao passado que os edifícios restaurados propiciavam, atendia mais a uma função monumental que documental¹⁶⁶;

¹⁶² VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2006. pp. 21- 49.

¹⁶³ Como está frisado em KUHLMANN, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008, pp. 107-108.

¹⁶⁴ MARTINEZ, Ascensión Hernández. **La clonación arquitectónica**. Madrid: Siruela, 2007.

¹⁶⁵ MICELI, Sérgio. Op. Cit. Ainda segundo o autor: “o encanto pelo monumental, pela ostentação da riqueza metamorfoseada em testemunho de estilos artísticos, o embevecimento pelo ornamental, a crença na existência de soluções ótimas em matéria de organização espacial, e outras tantas posturas mentais condizentes com o projeto de restaurar um mundo de formas cujos laços com a experiência social de seus produtores e usuários vão se esgarçando a tal ponto que passam a justificar critérios autônomos de percepção e juízo. A modalidade técnica escolhida para o trabalho de restauração enquadra-se nessa mesma lógica de embelezamento do estilo e conseqüente diluição das marcas sociais. Apesar das afirmações em contrário, a tradição preservacionista no Brasil nunca conseguiu superar a orientação doutrinária consagrada por Viollet-le-Duc, defensor da chamada “reintegração estilística” que não é outra senão o delírio de “purificar” o prédio em vias de restauração de quaisquer acréscimos posteriores à sua construção original”

¹⁶⁶ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

evocativos da história, pouco compromisso tinham, de fato, em documentá-la ou preservá-la, a estes papéis se sobrepunham os aspectos simbólicos que lhes imputavam os sujeitos envolvidos em sua elaboração. O apreço extremado à feição primitiva para além de promover purificações, limpezas e apagamentos da historicidade das edificações, produziu falsificações. Edifícios antigos que sequer tinham feição colonial, após intervenções deveriam passar a expressar.

Caso emblemático, e arquétipo, desses critérios preservacionistas tornou-se a cidade mineira de Ouro Preto, transmutada em “santuário modernista”¹⁶⁷ após a atuação do SPHAN. Em diferentes momentos, as intervenções na cidade podem demonstrar um pouco nossas afirmações. Na primeira grande intervenção, a construção do Grande Hotel de Ouro Preto projetado por Oscar Niemeyer, o órgão optou por seguir princípios da Carta de Atenas e aprovar um projeto radicalmente modernista, diferente de seu entorno. Em carta pessoal a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lucio Costa novamente os expressou com nitidez. Aliás, não só os princípios de intervenção, tal carta, quase como um manifesto das posturas do órgão, expressou também os esforços já citados de, juntamente com a preservação do patrimônio nacional, promover a arquitetura moderna.

Foi a arquiteta Lia Motta quem citou e analisou a carta de Lucio Costa, indicando seu valor documental por revelar a atuação “do arquiteto autor da carta como conselheiro do diretor”.¹⁶⁸ No final da carta, Lucio Costa sugeriu que o hotel:

sem pretender de forma nenhuma reproduzir velhas construções [...] acentuasse menos ao vivo o contraste entre passado e presente, procurando, apesar do tamanho, aparecer o menos possível, não contar, melhor ainda, não dizer nada (assim como certas pessoas grandes e gordas, mas de cuja presença a gente acaba esquecendo), para que Ouro Preto continue à vontade, sozinha lá no seu canto, a reviver a própria história¹⁶⁹

Escreveu ainda que, concluída a obra, “teríamos, ou uma imitação perfeita, [...] ou, fracassada a tentativa, teríamos um arremedo ‘neocolonial’”. Esse último resultado era inimaginável para Lucio Costa, pois se tratava de obra de Oscar Niemeyer, expoente máximo da arquitetura moderna. Divulgado como único estilo capaz de lançar mão dos pressupostos da arquitetura colonial sem cair em simulacros ou pastiches: “o turista desprevenido correria o

¹⁶⁷ MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n° 20, 1987. p. 111

¹⁶⁸ Ibidem. p. 109.

¹⁶⁹ Ibidem. p. 110.

risco de, à primeira vista, o tomar [Grande Hotel] por um dos principais monumentos da cidade”.¹⁷⁰

Assim, para assegurar a condição de repositória da harmonia entre os estilos moderno e colonial, foram implementados os trabalhos de restauração na cidade mineira. Se o novo deveria ser moderno, o antigo deveria ser efetivamente pretérito. Ainda segundo a autora supracitada, para os edifícios que apresentavam feições muito distantes daquelas requeridas pelos modernistas, como aquelas que portavam fisionomia do Neoclassicismo e do Ecletismo, o órgão praticou “ações corretivas”, ou seja, a remoção dos abundantes elementos considerados “bastardos”, como platibandas e frontões, característicos da Ouro Preto pós-século XVIII¹⁷¹. Exemplo notório para expressar essas posturas foi o caso do edifício eclético do Liceu de Artes e Ofícios, cujas obras de “adequação” foram conduzidas por Lucio Costa em 1957¹⁷².

Em São Paulo, a orientação do SPHAN não foi diferente da explicitada em esfera federal. Tal orientação foi garantida, regionalmente, pela formação dos membros que ocuparam o departamento local; uma vez que, para os seus quadros técnicos, o órgão primou por preenchê-los com sujeitos que compartilhassem dos preceitos modernistas. Assim, no período em questão – que condiz ao pronunciamento das primeiras manifestações favoráveis a reconstrução do Pátio do Colégio e a sua conclusão – o ramo paulista do serviço de patrimônio foi chefiado por Luís Saia com amplo apoio de Mário de Andrade. Aquele, arquiteto, forneceu ainda as diretrizes para os trabalhos de restauração, afinadas ao que Lucio Costa propagava nacionalmente.

Sob a coordenação de Luís Saia, foram empreendidas as primeiras iniciativas de restauração no estado. Já no ano de 1939, foram realizadas as obras da igreja e residência jesuítica de Embu e da Igreja de São Miguel Paulista. Em ambos os casos, de acordo com a historiografia que os abordou, prevaleceu o princípio que estabelecia a volta ao suposto estado

¹⁷⁰ Ibidem. p. 109.

¹⁷¹ Ibidem. p.110. “dentro desse critério restaurador eram previstas ainda ações corretivas, com a exigência, na aprovação de projetos de reformas, da retirada de frontões e platibandas características da tímida evolução de Ouro Preto posterior ao século XVIII. Este tipo de ação era justificado pelos técnicos da instituição com a necessidade de restabelecer a marcante linha dos beirais da cidade ou, de forma mais radical, para eliminar o aspecto bastardo daquelas edificações”

¹⁷² Ibidem; SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 4, n. 1, 1996. Para a autora “as mudanças propostas por Lúcio Costa em 1956 para este prédio consistiram em ‘atenuar seu aspecto bastardo’ eliminando os frontões e substituindo o ático ornamental por telhados de beirais no ‘estilo colonial’; ‘uniformizou-se’ também o arco pleno das janelas, ‘conservando-se’, porém, o entablamento e as pilastras”. pp. 136 e 137.

original e primitivo dos edifícios¹⁷³. Sobre a restauração do edifício jesuítico de Embu, que Lúcio Costa desaprovou em parte, o arquiteto Antônio Luís Dias de Andrade observou:

as críticas principais que têm sido formuladas a propósito do caso da Igreja de N. Sra. do Rosário restringem-se às questões relativas às interpretações que conduziram a reconstituição das feições primitivas do frontispício do conjunto arquitetônico, alcançando a torre sineira maior grau de dificuldade face às reformas realizadas na década de 20 deste século, furtando-lhe totalmente o primitivo aspecto, destruindo, inclusive, quaisquer vestígios que sugerissem a forma anterior, restando apenas a consulta e análise das fontes iconográficas, raras e fragmentadas¹⁷⁴

E, ainda para Andrade, o arquiteto responsável pelas obras esteve:

imbuído da natural ingenuidade de quem ainda não detinha familiaridade e experiência em serviços de semelhante natureza, Luís Saia propunha pragmaticamente resgatar a originalidade perdida no tempo, reconstituindo fielmente o frontispício alterado pela radical reforma da década de 20, empregando, inclusive, o sistema de taipa de pilão, assim pensando refazer os elementos faltantes da talha dos retábulos da capela-mor¹⁷⁵

Ainda assim, embora com as ressalvas de Lúcio Costa, ambos concordavam no retorno ao passado remoto, partido que Saia utilizaria em várias de suas intervenções no estado e na capital paulista. Concomitantemente as primeiras manifestações favoráveis a reconstrução do Pátio do Colégio, Luis Saia coordenou, por exemplo, a célebre restauração da “Casa do Bandeirante”, uma sede de fazenda em taipa, de padrão dito bandeirista localizado no bairro do Butantã. As obras foram iniciadas em 1954 e custodiadas pela Comissão do IV Centenário, à época já presidida por Guilherme de Almeida, que a incluiu como parte dos festejos.

A menção às obras da casa bandeirista mostra-se relevante a este trabalho sobre a reconstrução do colégio no Pátio por três aspectos: pela evidente proximidade temporal entre ambas; pela proximidade física entre ambas, uma vez que estão na capital paulista; e, por fim, por coadunar-se com os propósitos simbólicos investidos para rememorar o passado durante as comemorações do IV Centenário. No tocante a esse último item, a função identitária que Guilherme de Almeida atribuía ao passado paulista e a conseqüente abordagem glorificada que promovia do bandeirismo eram compatíveis à metodologia proposta por Luis Saia para a

¹⁷³ GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica**: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2007. pp. 84-85. Alguns trechos da descrição pormenorizada que a autora fez das obras de São Miguel revelam os critérios: “o entelhamento – caso fosse confirmada a necessidade de substituição integral – deveria ser recomposto com peças de idênticas dimensões e posicionamento [...] como se observa, aos elementos considerados de fatura recente – tais como esquadrias e balaústres em madeira – era prevista a substituição com posterior reconstituição do suposto feitiço original, tal como preconizado pela D.O.P.”.

¹⁷⁴ ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. O nariz torcido de Lucio Costa. **Sinopses**, São Paulo, n. 18 pp. 5-17, dez-1992. p. 5

¹⁷⁵ Ibidem. p. 6

restauração da casa “bandeirista” do Butantã que, por sua vez, lançou mão de princípios estilísticos para recompor o edifício em sua suposta, e idealizada, feição primitiva:

o partido arquitetônico adotado para a intervenção na Casa do Butantã, alicerçado sobre as bases teóricas estabelecidas por Saia em 1944, orientou-se pela recuperação da feição mais primitiva conhecida do edifício. Essa configuração primitiva foi inferida exclusivamente pelo exame empírico do edifício e pelos pressupostos da tese de 1944, como faz supor a ausência absoluta de documentos de pesquisa sobre a história do imóvel¹⁷⁶

Desta feita, restaurar, para o escritório paulista do SPHAN, equivalia a reconstruir ou refazer, em parte ou completamente, os edifícios apreciados, ao menos enquanto esteve imbuído de preceitos modernista – como esteve durante as reconstruções do Pátio do Colégio. Aliás, foram tais preceitos que guiaram as suas obras, por mais que estas estivessem tecnicamente justificadas e embasadas. A valoração do passado colonial, promovido ideologicamente ora para restabelecer os “espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira”¹⁷⁷ ora para eleição dos cânones da arquitetura nacional, resultou no seu oferecimento idealizado e estático, livre dos sinais do tempo e de sua historicidade, tidos como deturpadores daquela feição primitiva digna de preservação e exibição. Se há diferenças de escala nas obras e intervenções – que vão da restauração parcial até uma total reconstrução – o princípio “restaurador” do próprio passado é o mesmo.

A reconstrução do Pátio do Colégio expressou consonâncias com essas práticas oficiais de preservação/restauração e em muitos sentidos condissu com aquilo que propagava o único órgão responsável por tais atividades em São Paulo. Em primeiro lugar, retomar os edifícios jesuítos significava também retomar os marcos arquitetônicos da história colonial e, a reboque, acarretava na demolição de edifício portador do rechaçado estilo eclético e na desfiguração de um conjunto arquitetônico que o expressava harmonicamente; em segundo lugar, intervir em edifícios históricos para que eles retornassem à sua feição primitiva e/ou original era não só ampla e publicamente aceito, como destacaram os jornais já arrolados no início deste capítulo, como era a norma ou o paradigma moderno e oficial de restauração; por fim, a reconstrução do Pátio e as contemporâneas obras empreendidas pelo SPHAN guardaram a singularidade de terem sido, primordialmente, suporte dos discursos daqueles sujeitos diretamente envolvidos em sua feitura, atenderam, nacionalmente ou em nível local, a

¹⁷⁶ MAYUMI, Lia. **Taipa, canela-preta e concreto**: Estudo sobre o restauro de casas bandeirista. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008 p 97.

¹⁷⁷ MICELI. Op. Cit.

“vontade de memória”¹⁷⁸ destes, de materializar um passado ameaçado ou já completamente desaparecido.

A considerar a documentação consultada, o órgão federal de preservação não se manifestou, nesse primeiro momento, a respeito dos destinos do Pátio do Colégio. Seus membros, incluindo Luís Saia, não participaram dos debates públicos que tomou os jornais da época, o que, se não confirmou certa complacência com as obras lá empreendidas, indicou um descaso para com o local histórico. Nem sequer as ruínas de taipa lá expostas mereceram a atenção do órgão de patrimônio, que nada manifestou perante a postura oficial que determinou: “as paredes de taipa que ainda se conservam de pé, também doados por este ato à mesma Companhia, dependerá o seu aproveitamento ou não do futuro arquiteto, assim como da Comissão Diretora Pró Igreja do Pátio do Colégio que deverá fiscalizar as obras”¹⁷⁹.

Para completar as consonâncias entre as práticas oficiais de preservação vigentes e a reconstrução do Pátio do Colégio, essa última teve como um de seus principais articuladores e defensores o engenheiro/arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, cuja formação foi francamente tributária dos quadros que originaram as primeiras iniciativas preservacionistas no país. À moda oficial de preservação de sua época, Gomes Cardim proferiu discursos de cunho técnico, sempre submetidos às questões simbólicas, que buscaram legitimar o seu projeto pela sua fidedignidade, como se verá a seguir.

2.2 Um politécnico conciliando futuro e passado

O jornal *Folha da Manhã* de 1/11/1953, contemporâneo, portanto, às demolições do antigo edifício do Palácio do Governo, informou que o tema era debatido por “especialistas”: “está surgindo entre os arquitetos e urbanistas um movimento para reconstrução e conservação, naquele ponto da cidade, dos edifícios que lembrem à posteridade o marco

¹⁷⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: História e Cultura**, n.10. São Paulo: Educ, 1993. A expressão destacada é desse autor.

¹⁷⁹ SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei n° 1477 de 1953. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 272, ano 63, p. 39, 1953.

inicial de nossa civilização”¹⁸⁰. Uma vez mais, para o periódico, o ato de reconstruir era tido como afim à conservação da história remota do local; e o arquiteto oportunamente ouvido, José Vicente Vicari, não diferiu de tal postura, somente a embasou tecnicamente.

Vicari, que, como destacou a matéria, vinha se dedicando já há algum tempo ao tema, seja como professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo ou membro da Comissão de Planejamento da Cidade¹⁸¹, reconheceu, inicialmente, o valor histórico do local e do significado da empreitada que visava recuperá-lo:

com o movimento de reconstrução histórica da antiga igreja do Pátio do Colégio talvez se inicie, em São Paulo, um período de restauração e preservação dos antigos monumentos importantes para nossa nacionalidade. Talvez, assim, com a iniciativa de zelar pelas fundações históricas da igreja de Anchieta, nós, paulistas, reabilitaremos São Paulo diante da perda de inúmeras construções do Período Colonial. Cultuaremos assim a tradição do espírito quase secular da cidade e deixaremos um pouco de lado o chamado ‘materialismo histórico’¹⁸²

Identificadas as benesses do feito, o que incluía mesmo o libelo ideológico final, Vicente Vicari, retomando as lides próprias à sua área de formação, passou a expor as questões referentes à “restauração de monumentos históricos” e à “técnica de sua recuperação”. Pois, para o arquiteto, “a restauração da igreja do Pátio do Colégio deverá ser encarada sob aspectos especiais”. E, apesar de “reconhecer que as teorias de restauração de monumentos são várias”, destacou duas, as mais clássicas, uma que estipulava a “reconstrução e a recomposição integral dos monumentos antigos, quer sob o ponto de vista arquitetônico, quer na parte decorativa, em todos os seus detalhes” e outra que “defende a técnica de conservação pura e simples dos monumentos”. Para o Pátio do Colégio, a opção de Vicari foi pela primeira corrente, representada, segundo o arquiteto, pelo teórico francês Viollet-Le-Duc¹⁸³:

¹⁸⁰ CONSIDERA-SE oportuna e necessária a reconstrução da Igreja edificada por Anchieta no Pátio do Colégio. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 2, nov.1953.

¹⁸¹ Ibidem. “um dos urbanistas que vêm dedicando há tempo a esse problema de recuperação histórica do Pátio do Colégio é o prof. José Vicente Vicari, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, membro da Comissão de Planejamento da Cidade e diplomado pelo Instituto Arqueológico de Roma”.

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Ibidem. À corrente oposta foram designados como representantes “Jacomino [Giacomo] Boni, [Antoine] Desgodetz, Heemskerck e Giovanni de Andrade”.

os paulistas poderão fazer ressurgir a Igreja de Anchieta e Nobrega, marco importante da nossa história e embrião da nossa nacionalidade. Deve-se promover, ali, a recolocação de todos os fragmentos arquitetônicos, estruturais, decorativos e religiosos. A documentação para essa recomposição da nossa primeira igreja poderá ser colhida com relativa facilidade¹⁸⁴

O potencial do local de cultivar “a tradição do espírito quase secular da cidade” e a “nossa nacionalidade” só se materializaria mediante sua completa reconstrução, defendida, na ocasião, com rigor acadêmico.

Postura semelhante a essa teve o autor do projeto de reconstrução dos edifícios jesuíticos, o engenheiro-arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, mais profícuo defensor das obras e, para alguns¹⁸⁵, o mais engajado também. Engenheiro-arquiteto formado pela Escola Politécnica de São Paulo e funcionário graduado da Prefeitura de São Paulo, Gomes Cardim é uma figura chave do longo processo de reconstrução do conjunto jesuítico, cujas obras se estenderam até a década de 1970, sempre sob sua condução projetual e sob seu imenso empenho em defender as soluções arquitetônicas adotadas.

Sem mencionar em suas manifestações o teórico e arquiteto francês, Gomes Cardim garantia e propagava a qualidade do seu projeto ao demonstrá-lo como resultante de acurada pesquisa e fidelidade aos eleitos documentos iconográficos que lhe serviram de modelo.

Além de expressar tal rigor técnico para com a recuperação das feições primitivas dos edifícios, Gomes Cardim não deixou de valorar os conteúdos simbólicos neles embutidos. Atitude que se relacionava com suas filiações e sua linhagem social, próximas aos círculos dos setores tradicionais que então debatiam as transformações do local, conforme procuramos caracterizar no capítulo 1.

Entre seus parentes imediatos, dois destacaram-se socialmente: seu pai, Carlos Alberto Gomes Cardim, pedagogo, professor da Escola Modelo Prudente de Moraes e da Escola Normal, e um dos fundadores da Academia de Belas Artes de São Paulo em 1925; e Pedro Augusto Gomes Cardim, seu tio, advogado, jornalista, membro da Academia Paulista de

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Os entrevistados ouvidos para esta pesquisa ressaltaram o papel de Carlos Alberto Gomes Cardim Filho. Para Claudio Lembo, Gomes Cardim “lutou muito [...] era muito ativo, muito inteligente, que tinha um amor por aquilo [...] acompanhou a obra”. Já Adolpho Lindenberg ressaltou que a entrada da sua construtora na segunda parte das obras ocorreu por intermédio de Cardim: “pelo que eu me recordo foi o seguinte... o Cardim que era o arquiteto da Prefeitura e ele comentando comigo de que estavam precisando reconstruir a capela, levantou a problemática da verba, que eles tinham muito pouca verba para isso, uma das coisas que emperravam a obra seria falta de verba e eu naquela época estava em pleno auge de construções aqui em São Paulo e achei que seria um tributo à cidade colaborar para isso”; CASTRO, Fernando Pedreira de. Op. Cit. Para o padre jesuíta, “entre os números e ativos propugnadores do projeto, cujos nomes havemos de reunir e publicar, como sinal de gratidão e lembrança para os futuros paulistanos, há um que tem de ser exarado mesmo [...] é o do Dr. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho. Desde anos ele pensa em assinalar de modo condigno o grandioso local; sem a sua ação providente, talvez já não se pudesse pensar, agora, em reconstituição”.

Letras e do IHGSP, vereador e diretor do *Correio Paulistano*¹⁸⁶. Ligado então aos setores tradicionais da sociedade qualificou a reconstrução, em texto veiculado na *Revista Paulistânia*:

a tradição sempre foi base segura de uma nacionalidade, povo sem tradição não se impõe no conceito universal das nações [...] é de fato uma parede original [referência à parede de taipa encontrada após a demolição do edifício do Palácio do Governo] do antigo colégio dos jesuítas e, merece ser conservada como uma relíquia arqueológica de São Paulo. Há ainda muita parede de taipa pela cidade; aí esta a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, conservada em sua integridade [...] nenhuma, porém, fala tanto à formação da cidade e nenhuma assinala tão bem a origem da metrópole como essa do Pátio do Colégio. Por essa razão, propuzemo-nos rever nosso projeto e dar a significação histórica que merece essa parede, aproveitando-a e mantendo-a assim, sem revestimento, para um dos lados da antiga Igreja do Colégio que, então, aí seria reconstruída, num deslocamento paralelo à antiga Igreja¹⁸⁷

A reconstrução do Pátio do Colégio representava, para o arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, uma oportunidade de recuperar, manter e explicitar as caras tradições paulistas que acreditava que poderiam ser veiculadas pelos antigos edifícios jesuítas. Tradições entrelaçadas à história colonial da cidade e, sobretudo, à sua matriz católica, exatamente a mesma contida na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, citada, ainda, como caso exemplar de preservação – “conservada em sua integridade” – pelo arquiteto, que preferiu não abordar as controversas intervenções neocoloniais no convento da ordem primeira, empreendidas duas décadas antes, que haviam deturpado justamente a integridade da feição colonial do conjunto arquitetônico.

O Pátio do Colégio, porém, frente a outros exemplares arquitetônicos coloniais/religiosos, era um veículo muito mais efetivo para cristalizar tais conteúdos, pois, qual outro edifício poderia, em suas palavras, assinalar “tão bem a origem da metrópole” ou “a formação da cidade”? Recuperar os seus significados originários era uma maneira de, enfim, enraizar na paisagem urbana paulistana as referidas e tão requeridas tradições.

Ainda para demonstrar que as manifestações do arquiteto reconstrutor dos edifícios do Pátio do Colégio foram um tanto devedoras de suas filiações sociais e de linhagem, vale mencionar o seguinte trecho retirado de outro texto redigido por Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, e publicado, desta vez, pela *Revista do Ateneu Paulista de História*:

¹⁸⁶ FICHER, Sylvia. **Os Arquitetos da Poli**: Ensino Profissional em São Paulo. São Paulo: FAPESP: EDUSP, 2005. p. 215.

¹⁸⁷ CARDIM FILHO, Carlos Alberto Gomes. Pátio do Colégio. **Paulistânia**, n. 50, pp. 33-36, São Paulo, 1954.

o monumento histórico da fundação de São Paulo, será [...] integrado às tradições de São Paulo, como mais um patrimônio a ser conservado, para relembrar aos paulistas que houve uma geração que sentindo a necessidade de reavivar a tradição quase destruída, num feliz alarme e compreensão dos nossos dignos governadores, resolveu apoiar uma reconstituição histórica e com isso, reiniciam mais uma página para o livro de tradição da cidade pois nós vivemos, nós que vêm depois de nós, e a história do passado revivida em monumentos, é a história viva para a educação cívica do presente, uma das bases para despertar o sentido da Pátria¹⁸⁸

Então, além de ter sido crítico em relação aos mecanismos das transformações materiais da cidade que deixavam poucos sinais das tradições locais, Gomes Cardim se colocou como um porta-voz destas, juntamente com os outros agentes que viabilizavam a reconstrução do Pátio do Colégio. Para o engenheiro/arquiteto paulista, os edifícios reconstruídos deveriam relembrar não somente os seus conteúdos históricos – que serviriam para a “educação cívica do presente” e “despertar o sentido da Pátria” – mas também os indivíduos que oportunamente o refizeram.

As revistas em que Gomes Cardim publicou suas engajadas defesas da reconstrução do Pátio do Colégio fornecem certos indícios de como ele circulou entre as entidades tradicionais da cidade e, por sua vez, como inseriu o debate em meios mais técnicos. Ao mesmo tempo em que veiculava textos em revistas de caráter mais especializado como a *Acrópole* ou a *Revista de Engenharia Municipal*¹⁸⁹, expressava-se, igualmente, por meio da *Revista Paulistânia* e da *Revista do Ateneu Paulista de História*, das quais foram extraídas as duas manifestações supracitadas.

Essa última foi vinculada a entidade explicitada em seu próprio nome. Criado em 1967, o Ateneu de História logo passou a ocupar as dependências, já reconstruídas, do Pátio do Colégio, onde promoveu, continuamente, cursos sobre a história de São Paulo.

À época da publicação do *Projeto do Pátio do Colégio*, o Ateneu tinha à sua frente Mario Leite e o padre jesuíta Helio de Abranches Viotti. O arquiteto Gomes Cardim figurou entre os sócios efetivos da entidade, ao lado de alguns nomes já arrolados aqui como José Augusto Cesar Salgado, Ernesto de Souza Campos, José Carlos de Vilhena Nunes e outros como Aureliano Leite, Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg e Augusto Galvão Bueno Trigueirinho; esses últimos nomes foram membros, respectivamente, do IHGSP, de seu congênere de Bertioga/Guarujá e do Instituto Genealógico de São Paulo.

¹⁸⁸ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de Historia**. n. 7, pp. 53-61, São Paulo, 1970. pp. 56 e 57.

¹⁸⁹ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes; GOMES CARDIM, Luciano Octavio. O tradicional Pátio do Colégio. **Revista de Engenharia Municipal**. n. 4, ano II, vol. II, São Paulo, 1956; CARDIM FILHO, Carlos Alberto Gomes. O Pateo do Colegio e o Centenário. **Acrópole**. São Paulo, 1950.

A edição em questão da *Revista do Ateneu Paulista de História*, cuja comissão de redação foi formada por Carlota Pereira de Queiroz, Alexandre de Mello, Alfredo Gomes e Pedro Brasil Bandecchi, contou ainda com a colaboração de outros doze autores, dos quais três eram padres jesuítas. Os temas abordados variaram entre passagens da história colonial da cidade e a exaltação de suas figuras religiosas, como alguns de seus títulos indicaram: *A bênção do Taumaturgo, Joseph de Anchieta, Padre Gaspar Lourenço, O Paulista na vila de Piratininga (1554 a 1700), Efeitos do Bandeirismo Paulista*¹⁹⁰.

A *Revista Paulistânia*, por sua vez, foi veículo de propaganda dos ideais do tradicionalista Clube Piratininga. Fundado em 1934 por nomes como Guilherme de Almeida e alguns integrantes do IHGSP, como Wladimir de Toledo Piza e Alfredo Ellis Junior, o clube teve como objetivo primeiro combater as políticas centralizadoras e intervencionistas do governo de Getúlio Vargas e, como corolário deste objetivo, o enaltecimento das realizações econômicas do estado e o culto à grandiosidade do passado regional¹⁹¹. O editorial do n. 5 da revista de dezembro de 1939, assim definiu o clube:

um grupo de paulistas, reunidos, sentindo bem de perto a necessidade de cultivar a memória e a tradição de São Paulo, deliberou fundar o Clube Piratininga. Nêle seriam recebidos os que estimassem a terra; os que venerassem os vultos do seu passado, nelle ingressariam; os que cultuassem a sua história, entrecortada de arrojadas arremetidas, de arroubos de entusiasmo e de coragem e patriotismo e civismo. [...] e a medida que os dias se passavam, avolumava-se a já crescente molle de associados. Nosso Clube foi, assim, pouco a pouco, se avolumando e se solidificando. Hoje elle é um monumento, como monumento é tudo que se erige no fértil solo de Piratininga, nessa terra grandiosa plantada sob o signo da fé e abençoada por Anchieta¹⁹²

A revista começou como um simples boletim informativo do clube e atingiu sua maturidade entre os anos 1940/50 – período em que teve como um de seus redatores o presidente da Comissão Pró Reconstrução do Pátio do Colégio, Cesar Salgado¹⁹³ – para declinar na década seguinte. E apesar de perder um pouco da pauta política e laudatória de sua origem, como atestaram a diversificação de seus autores em edições dos anos 1940, não perdeu a predileção por abordar temas históricos da velha Piratininga¹⁹⁴.

¹⁹⁰ **Revista do Ateneu Paulista de Historia**. n. 7, São Paulo, 1970. Os autores de tais textos foram, respectivamente, Pe. Afonso Rodrigues, Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, Pe. Fernando Pedreira de Castro, Nilva R. Mello e Lycurgo de Castro Santos Filho.

¹⁹¹ MAYUMI, Lia. **Taipa, canela-preta e concreto**: Estudo sobre o restauro de casas bandeirista. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008 p. 86.

¹⁹² Ibidem. p. 87.

¹⁹³ Ibidem. p. 89

¹⁹⁴ Ibidem. “Nessa transformação, seu caráter meramente político desaparece e passa a exibir anúncios comerciais de patrocinadores, assim como a apresentar uma grande variedade de temas relacionados

O tom dos artigos de Gomes Cardim, no entanto, não foi alterado, conduzido ou ditado, pelos perfis mais técnicos de outras revistas que também publicaram textos do arquiteto. Ao lado de certo chauvinismo, o engenheiro/arquiteto expôs comumente as qualidades de seu projeto, apto para dar conta do que foi previsto em lei estadual, vale relembrar, reconstruir os edifícios jesuíticos “tanto quanto possível nos limites das construções originais”. À *Revista Acrópole*, divulgadora de projetos arquitetônicos e urbanísticos, Gomes Cardim apresentou, em 1953, o artigo *Pateo do Colégio e o Centenário*; com croquis e plantas, nele foram descritos detalhadamente os planos do arquiteto para transformação do local, a serem empreendidos, antes de tudo, para “resguardar a nossa tradição” e “transmitir à geração que nos suceder uma reprodução daquela igreja”¹⁹⁵.

Além do destaque dado aos significados simbólicos da empreitada, foi comum em todas as manifestações de Gomes Cardim a convicção de que reconstruir os edifícios antigos com o máximo de fidelidade era a forma privilegiada para a recuperação do sentido histórico do local. Para expressar os conteúdos coloniais e religiosos lá implícitos, urgia reconstruir o conjunto. Somente a exibição das remanescentes paredes de taipa não seria suficiente, como argumentou o arquiteto no trecho citado da *Revista Paulistânia*; isoladas elas não tinham qualquer sentido e inteligibilidade. Já com a reconstrução dos antigos edifícios – os quais, supostamente, as antigas paredes haviam integrado – estava garantida a ativação de sua “significação histórica”¹⁹⁶ e, por conseguinte, a de todo o local.

Ainda de acordo com Gomes Cardim, os edifícios jesuíticos reconstruídos figurariam como “mais um patrimônio a ser conservado”¹⁹⁷. Tal status dado a uma reconstrução histórica não soava tão estranho à época; porém, ele também foi um tanto tributário da formação acadêmica de seu paladino, a qual merece alguns apontamentos. Afinal, como a uma cópia histórico/arquitetônica foi atribuída, por um arquiteto, tanta legitimidade e funções representativas? Após a constatação de alguns dos princípios que atuaram e nortearam a formação de Gomes Cardim, verificar-se-á, uma vez mais, que os seus discursos a respeito do

principalmente à cultura, contando com colaborações ilustres como as de Aroldo de Azevedo, Aziz Ab'Saber, Carlos Drummond de Andrade, Alfredo Ellis Junior, Tácito de Almeida, Sergio Buarque de Holanda, Ernani da Silva Bruno e Egon Schaden, entre outros. [...] durante seu apogeu nas décadas de 1940, 1950 e meados da década de 1960, muitos foram os temas: Revolução Constitucionalista e o passado paulista (biografias; fatos da história colonial e da história republicana; indianismo; cidades coloniais; patrimônio histórico; arquitetura; toponímia) [...] o progresso da cidade e do estado de São Paulo (planejamento urbano; inauguração de obras; arranha-céus, viadutos em construção; abastecimento de água) [...] os temas bandeirantes, sempre presentes, se avolumam por volta de 1954 e 1955 por causa do IV Centenário” pp. 88 e 89.

¹⁹⁵ CARDIM FILHO, Carlos Alberto Gomes. O Pateo do Colégio e o Centenário. *Acrópole*. São Paulo, 1950.

¹⁹⁶ CARDIM FILHO, Carlos Alberto Gomes. Pátio do Colégio. *Paulistânia*. n. 50, pp. 33-36, São Paulo, 1954.

¹⁹⁷ CARDIM FILHO, Carlos Alberto. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. *Revista do Ateneu Paulista de História*. n. 7 pp. 53-61, São Paulo, 1970.

Pátio do Colégio estiveram bastante conectados com as práticas de preservação do patrimônio histórico de então.

Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, como foi dito, ingressou, em 1918, na Escola Politécnica de São Paulo, onde obteve o diploma, sete anos mais tarde, de engenheiro-arquiteto. Na Escola, foi aluno de professores como Victor Dubugras e Alexandre Albuquerque, ambos postulantes do Neocolonial e disseminadores do seu ensino. O primeiro, como atestou depoimento do próprio Cardim, nas suas aulas “em fins da década de 1910 [período que corresponde a fase neocolonial de Dubugras], costumava levar desenhos de seus próprios projetos para serem copiados”¹⁹⁸. Já Alexandre Albuquerque, titular das cadeiras de “História da Arquitetura, Estética, Estilos”, realizou “excursões técnicas” com seus alunos – entre eles o próprio Gomes Cardim – às cidades de Itanhaém, Ouro Preto, Tiradentes e Congonhas do Campo¹⁹⁹.

Professor titular da cadeira de “História da Arquitetura, Estética, Estilos” Alexandre Albuquerque, considerado aquele que “efetivamente levou o Neocolonial para o seio da Escola Politécnica”²⁰⁰, demonstrou também, em suas atividades docentes, preocupações com a preservação da antiga arquitetura colonial. Além do pioneirismo na promoção das viagens de estudantes às cidades barrocas, pois as realizou bem antes das viagens empreendidas por José Mariano Filho e a Sociedade de Belas Artes ou da maior parte dos modernistas, Albuquerque defendeu:

constituir missões científicas e artísticas a um tempo que estudassem todas as obras de arte da época colonial [...]; dar preferência ao barroco colonial na confecção de certos edifícios públicos em que não se explica o ecletismo atual; “nacionalizar” ou reivindicar para o patrimônio público certos monumentos verdadeiramente históricos e de valor incontestável como obras de arquitetura colonial, algumas das quais já foram atingidas por esse vandalismo utilitário e demolidor das nossas melhores tradições²⁰¹

Portanto, a formação de Gomes Cardim foi fortemente marcada pelos discursos valorativos da arquitetura colonial vigentes nos anos de 1920. E a qualidade simbólica que tais discursos garantiram aos exemplares arquitetônicos coloniais, tidos como a expressão máxima de “nossas melhores tradições”, impregnou as condutas profissionais e intelectuais de Gomes Cardim. O ufanismo nacionalista presente em suas manifestações favoráveis à reconstrução do Pátio do Colégio – “a tradição sempre foi base segura de uma nacionalidade,

¹⁹⁸ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Op. Cit.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 36

²⁰⁰ Ibidem pp. 35 e 36.

²⁰¹ Ibidem. p. 38

povo sem tradição não se impõe no conceito universal das nações” – é em certa medida tributário dessas forças que atuaram em sua formação como politécnico.

Gomes Cardim, já diplomado, trilhou uma extensa carreira na prefeitura de São Paulo: inicialmente, foi engenheiro da Seção de Obras Particulares; em 1927, era engenheiro da 3ª. Seção de Execução e Reforma de Calçamento; em 1936, já alcançou o cargo de Diretor da Divisão de Urbanismo e, em 1947, o de Diretor do Departamento de Arquitetura; em 1948, assumiu a Secretaria de Obras Públicas; aposentando-se em 1954²⁰². E, ainda no funcionalismo público, o arquiteto atuou como docente, e pôde dar vazão ao gosto pela arquitetura colonial adquirido quando estudante. De acordo com Sylvia Ficher:

graças à excursão a Minas Gerais na década de 1920, Gomes Cardim sempre se interessou pela arquitetura colonial, tendo sido, inclusive professor da cadeira ‘Arquitetura do Brasil’ na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 1951. Sobre o assunto, publicou alguns artigos, tais como “Minas e Tradição” (1930), “Arquitetura e Tradição” (1942), “Precisamos conhecer Parati” (1968)²⁰³

Em paralelo à carreira pública, Gomes Cardim trabalhou em escritórios particulares de arquitetura e, até fundar aquele que levaria o seu nome, atuou como funcionário e sócios de outros tantos²⁰⁴. Nas suas construções, ecos de sua formação foram novamente verificados, e o Neocolonial foi amplamente o padrão mais empregado; entre os anos 1940/50, os edifícios projetados por Gomes Cardim em São Paulo e portadores de tal estilo foram a Igreja de São Pancrácio, em Interlagos, e a sua residência à Rua Iucatã²⁰⁵. O arquiteto foi também o autor dos projetos de reforma da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e da Igreja Nossa Senhora do Brasil. Depreende-se, assim que a atuação de Gomes Cardim não foi somente relacionada à plástica colonial e neocolonial, mas também à diversos edifícios religiosos²⁰⁶. Gomes Cardim fundou, enfim, juntamente com seu filho Luciano Octavio Ferreira Gomes Cardim, o escritório Cardim & Cardim Ltda, o qual esteve à frente da primeira fase da reconstrução dos edifícios jesuítcos do Pátio do Colégio.

Para Gomes Cardim, a reconstrução dos edifícios do Pátio do Colégio estava qualificada por duas vias, por um lado por sua integração aos quadros tradicionais da cidade e, por outro, em decorrência de seus estudos na Politécnica de São Paulo nos anos 1920, onde

²⁰² FICHER, Sylvia. Op. Cit. p. 216

²⁰³ Ibidem p. 220.

²⁰⁴ Ibidem. p. 218

²⁰⁵ Ibidem. p. 218

²⁰⁶ CARDIM FILHO, Carlos Alberto Gomes. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, arquiteto. **Acrópole**. São Paulo, 1951. A revista destacou três obras do arquiteto: o Altar Monumento construído por ocasião do IV Congresso Eucarístico Nacional, no Parque do Anhangabaú (1942); a Igreja de São Pancrácio em Interlagos (1951); o Externato Madre Alix em São Paulo (1951).

aprendeu a valorar a arquitetura colonial como o autêntico patrimônio nacional. Ambas as vias, porém, não correram paralelas, antes, entrecruzaram-se, com propósitos essencialmente compatíveis.

Ora, se o gosto pela plástica colonial foi despertado no aluno da Politécnica por paladinos do Movimento Neocolonial, não o foi sem o acentuado apelo nacionalista – de enaltecimento dos traços luso-brasileiros – que o marcou; apelo que, por sua vez, era igualmente válido para os postulantes do Movimento Moderno, outra corrente arquitetônica em pleno vigor durante os anos de 1940/50. Conquanto o retorno ao passado se fizesse com competência e fidelidade, a reedificação, acreditava Gomes Cardim, poderia ser legítima. Foi o que tratou de garantir o arquiteto e autor do projeto de reconstrução dos edifícios.

Aliás, dentre os defensores da reconstrução do Pátio do Colégio, Gomes Cardim, por sua formação, era o mais apto para assegurar a sua exatidão, requerida em lei estadual e festejada pela imprensa. Sua credibilidade e longa trajetória de técnico municipal e sua carreira docente não deixaram de ser propagandeadas pelos membros da Comissão Pró Reconstrução como qualificativos das obras. Como o fez o historiador e vice-presidente da referida comissão José Nunes Vilhena, em entrevista ao *Correio Paulistano* de 17 de dezembro de 1953:

está empenhada a comissão na reedificação dos velhos edifícios, que no conjunto constituem o marco zero de nossa fundação. [...] os planos estão sendo estudados pelo prof. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho. Aliás, este arquiteto de há muito vem estudando o caso dos monumentos do Pátio do Colégio e é justamente ele um dos participantes ativos desde o primeiro movimento em 1945. Sobre este ponto só ele está habilitado a falar. Sei, entretanto, que tem ele a concepção exata do conjunto monumental, devidamente esboçado²⁰⁷

Se Gomes Cardim foi, contudo, uma espécie de autor e referencial teórico dos requerentes da reconstrução, não tão preparados para produzir discursos acurados e embasados como os seus, ele, por sua vez, também teve os seus autores diletos: “quem primeiro nos despertou o entusiasmo pelo Pátio do Colégio foi o grande médico amigo, profundo historiador do colonial brasileiro, professor José Mariano Filho”²⁰⁸; a recorrente menção à este autor era empregada pelo arquiteto como a legitimação máxima e, intelectualmente, incontestada da empreitada. Também referendou as manifestações do arquiteto/reconstrutor, embora com menor frequência, o “saudoso mestre prof. Alexandre

²⁰⁷ A RECONSTRUÇÃO dos primitivos edifícios. *O Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 17 dez.1953.

²⁰⁸ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Pátio do Colégio. *Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, São Paulo*, 1975. pp. 83 e 84.

Albuquerque”²⁰⁹, cujo pronunciamento, proferido em palestra realizada em 1930 e intitulada *Colonial na Bahia*, encerrou um dos textos de Cardim sobre o Pátio do Colégio:

em Piratininga o primeiro operário foi o índio, dono até então de toda a terra, caçador e guerreiro, desconhecedor da penitência do trabalho. O material a terra apiloada; o arquiteto o missionário jesuítico. E com essa proeza, elevaram a Igreja do Colégio, e pintaram de branco as paisagens sertanejas, com as ermidas dedicadas ao culto de Maria²¹⁰

Exacerbavam-se os préstimos intelectuais de Gomes Cardim com os “neocoloniais”, os quais, além de lhe inculcarem o valor da arquitetura colonial – tanto para restituir os seus desaparecidos exemplares quanto para, supostamente, lançar mão de seus elementos em novas construções – lhe avalizaram com os necessários conhecimentos para a reconstrução dos edifícios jesuíticos:

[...] estamos fazendo sob o ponto de vista arquitetônico, reprodução dentro da nossa especialização, e do conhecimento da arquitetura colonial brasileira, aquilo que possuímos da iconografia da época de sua demolição, e, isso é o suficiente de acordo com a nossa vivência do problema, para ‘recrear’ um monumento²¹¹

Assim, Gomes Cardim, como especialista da arquitetura colonial, com rigor acadêmico e compromisso com os documentos que lhe serviram de base para reproduzir os antigos edifícios, propagou o seu projeto: “podemos com documentos iconográficos e textos existentes reconstruí-la [...] com engenho e arte [...] de forma a ficar marcado o palmo de terra da nossa origem de cidade grandiosa”²¹².

Ao difundir as qualidades de seu projeto, porém, o arquiteto não o fez sem deixar de expressar certa contradição que, por sua vez, o próprio ato em si, de tentativa de reconstrução dos edifícios, “tanto quanto nos limites de suas fundações originais”, já implicava. Como se pode entrever nas seguintes falas do arquiteto projetista:

²⁰⁹ Ibidem. p. 96

²¹⁰ Ibidem. p. 97

²¹¹ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de Historia**. n. 7, pp. 53-61, São Paulo, 1970. p. 56.

²¹² CARDIM FILHO, Carlos Alberto Gomes. Pátio do Colégio. **Paulistânia**, n. 50, pp. 33-36, São Paulo, 1954.

quando nos perguntam sobre a reconstrução do Colégio e sua Igreja, dizemos estar fazendo uma obra de recriação, com honestidade e conhecimento do problema arquitetônico; que o Colégio recriamos de acordo com a documentação existente, que a torre reconstruímos, em parte, dando a feição física do ano de sua reconstrução em 1683, terminada em 1694. Um depoimento de 1701 conta que a Igreja era digna de se ver pela obra de talha dourada. Deve ser a mesma que existia na época de sua demolição²¹³

Em outro texto, publicado quando já estava concluída a primeira fase das obras (colégio e torre) e, a igreja, somente projetada, afirmou:

[...] não demorou muito para que fosse restituída a área parcial do antigo Pátio do Colégio à Companhia de Jesus que, em boa hora, levou avante o projeto aprovado pela Prefeitura, e, executou com a firma Cardim & Cardim Ltda.; as obras do Colégio e a torre primitiva da Igreja, que foram projetadas pelos arquitetos Carlos A. Gomes Cardim Filho e Luciano Octavio F. Gomes Cardim, revivendo o projeto primitivo com muita precisão e autoridade, e construindo-o sobre suas antigas fundações, aí existentes²¹⁴

Se no último trecho, o arquiteto fez coro aos discursos preservacionistas, sobretudo aqueles que embasavam as práticas de restauração dos edifícios históricos correntes à época, confirmando o pretenso objetivo de fazer “reviver” com “precisão” e “autoridade” o “projeto primitivo”, no primeiro trecho, de tom mais ponderado, demonstrou, de fato, maior “honestidade e conhecimento do problema arquitetônico”, ou, melhor, das limitações que a documentação que empregava e/ou dispunha como referência impunha ao seu ambicioso projeto.

Figuraram como referências máximas no corpus documental organizado por Gomes Cardim, composto sobretudo por iconografia, os dois primeiros registros imagéticos do Pátio do Colégio, cada qual em seus respectivos formatos: o desenho *O Colégio e sua Igreja* de 1818 de autoria de Thomas Ender [figura 8] e a fotografia *Pátio do Colégio* de Militão Augusto de Azevedo, de 1862 [figura 9]. No entanto, eles pouco se complementavam ou diferiam entre si. Ambos expressaram as mesmas feições dos edifícios, com destaque para a ala perpendicular do Colégio, concluída, de acordo com a cronologia do próprio arquiteto, em 1727²¹⁵, e que não constou no projeto de reconstrução, sendo Cardim, até aí, condizente com o objetivo, supracitado, de retomar as feições seiscentistas dos edifícios, uma vez que entre

²¹³ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de Historia**. n. 7, pp. 53-61, São Paulo, 1970. p. 56.

²¹⁴ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Pátio do Colégio. **Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo**. São Paulo, 1975. p. 84.

²¹⁵ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de Historia**. n. 7, pp. 53-61, São Paulo, 1970. p. 60.

esta data e as datas dos referidos registros não houve significativa alteração no corpo frontal do conjunto arquitetônico²¹⁶.

Figura 8 - Desenho do pintor austríaco Thomas Ender, 1818. Documento iconográfico mais antigo do conjunto.
Fonte: MORAES (1979, p. 46)

Figura 9 - Igreja e antigo colégio, onde então funcionava o Palácio do Governo, fotografia de Militão de Azevedo, 1862.

Fonte: MORAES (1979, p.112)

Outra série fotográfica empregada por Gomes Cardim como fonte documental foi a produzida por Pedro Hoenen, o fotógrafo que documentou a demolição da Igreja jesuítica em

²¹⁶ Ibidem. p. 60.

fins do século XIX. Quem descreveu com entusiasmo a descoberta dos novos documentos foi o próprio Cardim:

vieram depois as festividades do IV Centenário da cidade e caíram em nossas mãos fotografias tiradas por P. Hoenen, quando da demolição da Igreja em 1897. Preciosa documentação que o prefeito de então Dr. Armando Arruda Pereira, adquiriu. A nossa pobre iconografia sobre a Igreja era enriquecida com essa descoberta inesperada. De posse das fotografias, que foi uma grande revelação, pois até então não tínhamos nenhuma documentação nesse sentido relativamente à Igreja, com detalhes internos na fase de sua demolição, pudemos com muitos estudos vencer as dificuldades para o projeto da recriação da parte do Convento e a Igreja do Colégio²¹⁷

A franqueza de Gomes Cardim em admitir a escassez documental de que dispunha a respeito dos antigos edifícios impôs alguns matizes à empreitada como um todo e aos discursos que a defenderam e a legitimaram em particular. Tanto ao marco inaugural das obras, a lei estadual que determinou a reconstrução dos edifícios, “para reviver o ato de fundação da cidade”, antes mesmo da verificação de sua viabilidade, quanto ao aceite daqueles que se manifestaram, sobretudo nos jornais, favoráveis e confiáveis em relação à competência das obras de restabelecê-los em suas feições primitivas.

Entre esses últimos se incluiu o arquiteto Gomes Cardim que, de acordo com a função que desempenhou nas obras – autor do projeto, pesquisador do tema e realizador da sua primeira fase – se não foi o agente mais douto nelas envolvido, certamente foi o que teve maior conhecimento de seus problemas e aquele que, por fim, impôs sua interpretação. E, apesar de, em dados momentos, ter rigorosamente afirmado que reconstruiu o antigo Colégio e a torre “com base na documentação existente” e, portanto, em sua feição seiscentista, afirmou em outros que o fez “revivendo o projeto primitivo”. O que, à época, aliás, condizia mais com as práticas que visavam recuperar os valores históricos de antigos edifícios.

Essa vontade de reconstruir, pautada por princípios que podem ser considerados modernos à sua época, logrou, por fim, desencadear um processo de reerguimento do conjunto jesuítico que dava ao antigo Largo do Palácio e ao próprio Centro da cidade de São Paulo um alento simbólico renovado. Numa década em que a verticalização acentuada da área central paulistana ainda era a referência principal da capital quadricentenária, outros centros simbólicos, como o Parque Ibirapuera, trouxeram uma concorrência entre diversos *loci* que a deviam representar. Um equilíbrio entre modernidade e tradição, no qual o conjunto jesuítico era, como a própria cidade, eivado de ambivalências.

²¹⁷ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Pátio do Colégio. **Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo**. São Paulo, 1975.

Capítulo 3. Um monumento para celebrar o Centro da nova metrópole

Conforme foi apontado nos capítulos precedentes, a idéia e a vontade de promover a conciliação do passado colonial e católico da cidade de São Paulo com o seu presente progresso, desapegado e transformador, deram o tom das falas dos agentes proponentes da reconstrução do Pátio do Colégio. Explicitamente, as palavras conciliação e/ou reconciliação foram largamente empregadas. Para os deputados que aprovaram a lei de doação do terreno aos jesuítas em 1954, por exemplo, as obras representavam “a conciliação do presente com o passado” e eram ainda “um monumento vivo para o futuro”²¹⁸.

Tal idéia permeou direta ou indiretamente todos os discursos, e expressou-se tanto na forma de críticas em relação ao presente momento em que a cidade recebia as comemorações de seu IV Centenário, quanto na própria exaltação dos ameaçados – e até mesmo já desaparecidos – marcos da história local, como bem resumiu a manifestação do vereador Homero Silva, um dos paladinos da reconstrução, para quem os antigos edifícios suportavam “a tradição mais cara e expressiva para os paulistanos” e deveriam ser, por isso, prontamente recuperados, uma vez que “a cidade não vive apenas do seu progresso tentacular, com base no concreto armado”²¹⁹.

A menção ao “concreto armado” do discurso do vereador proferido em 1953 poderia aplicar-se aos novos edifícios com linguagem modernista que à época eram construídos ou projetados em diferentes pontos da cidade, como o Edifício Copan (1951-1952) no Centro, ou ao conjunto arquitetônico do Parque do Ibirapuera (1954) que, como será abordado na sequência deste capítulo, era aventado quase como um novo marco zero da cidade, um rival simbólico para a área central²²⁰.

De fato, concomitante e entrelaçado às transformações da sociedade paulistana, decorrida em boa medida da ascensão social de imigrantes industriais e do cosmopolitismo e

²¹⁸ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 282, ano 63, pp. 38-39, 1953; SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 272, ano 63, p. 39, 1953.

²¹⁹ CONSIDERA-SE oportuna e necessária a reconstrução da Igreja edificada por Anchieta no Pátio do Colégio. **Folha da manhã**, São Paulo, p. 7, 6 out. 1953.

²²⁰ MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 6/7, 2003.

dinamismo cultural e econômico por eles implementados, houve uma série de mudanças físicas e funcionais no espaço urbano, as quais alvejaram, sobretudo, o Centro da cidade formado pelos distritos da Sé e da República²²¹, ou seja, o contorno imediato ao Pátio do Colégio, de modo que a sua reconstrução foi parte integrante desse quadro de transformações materiais da cidade e nele deve também ser abordada e compreendida.

Desse modo, pode-se afirmar, por mais paradoxal que a primeira vista possa parecer, dado o caráter passadista da reconstrução dos edifícios jesuítcos, que esta foi também um elemento das transformações físicas então ocorridas na cidade e com elas dialogou. Assim como no contexto das comemorações do IV Centenário a lei de doação do terreno aos jesuítas, para que estes iniciassem a reconstrução do Pátio do Colégio, ganha inteligibilidade em detrimento das construções do Parque do Ibirapuera e de suas alegorias, a efetivação da reconstrução ganha sentido quando inserida no percurso histórico do centro da cidade nos anos 1950, sobretudo se este for entendido como um campo de forças e local de disputa simbólica entre expressões antagônicas que lhes impunham – materialmente – diferentes funções e sentidos e eram indicativas da atuação de diferentes agentes sociais. Por fim, traçar um perfil da cidade quadricentenária e de seu centro realça o significado e o impacto que o “retorno” dos antigos edifícios jesuítcos teve naquele contexto urbano.

3.1 Uma cidade entre a tradição e a modernidade

Às diferentes propostas de revalorização do Pátio do Colégio como local da fundação da cidade foi comum o desejo de que a resolução fosse anunciada no emblemático dia 25 de janeiro de 1954. A intensidade com que a sociedade paulistana comemorou a data, cujos eventos, programados antecipadamente, extrapolaram os limites de um único dia e prolongaram-se ao longo daquele ano, parece ter impulsionado a latente vontade de restabelecer os antigos edifícios jesuítcos; ora, os próprios deputados que aprovaram quase que unanimemente a doação da área para reconstruí-los ofereceram o gesto como um presente da Assembléia para os quatrocentos anos da cidade:

²²¹ Ao longo deste trabalho, o emprego das denominações “Centro” ou “região central” faz referência à região da Sé e da República.

o pronunciamento imediato do Poder Executivo sobre o assunto, o que se requer, possibilitará, no dia 25 de janeiro de 1954, o lançamento de pedra fundamental dessa obra que, sendo a conciliação do presente com o passado e um monumento vivo para o futuro, é a melhor homenagem que os Poderes Executivo e Legislativo podem prestar à memória dos fundadores de São Paulo, por ocasião das comemorações do IV Centenário²²²

Indagar sobre o enquadramento da lei doação do Pátio do Colégio aos jesuítas entre os eventos comemorativos auxilia o entendimento da função social e memorial de que foi investida pelos seus variados, e já identificados, artífices. Afinal, por que se tornou “necessário realçar no transcurso do IV Centenário”, como quis o deputado Yukishigue Tamura, “o significado básico do memorável acontecimento” representado pelas antigas edificações?

O impacto que o IV Centenário teve para cidade, tanto do ponto de vista da agitação cultural quanto das transformações urbanas que seus eventos promoveram, foi amplamente estudado por uma historiografia²²³ que já explorou as suas diversas facetas e chegou até a defini-lo como uma síntese da sociedade paulistana de meados do século passado, marcada por rearranjos sociais, incremento industrial, crescimento urbano e demográfico, além de um entusiástico cosmopolitismo ocasionado pela atuação de novos agentes, em grande parte, imigrantes que despontavam financeiramente e empregavam parte de seu capital num poderoso mecenato que acabou por conectar a cidade de São Paulo ao que de mais moderno se realizava no campo cultural.

A opção pelo depois, pelo futuro, ou, de forma mais imediata, pelo novo, entusiasmava, da mesma forma que sinalizava rompimentos com as lógicas e os mecanismos que caracterizavam uma situação anterior. Pouca relevância tinha o passado local para os sujeitos que renovavam o cenário social e cultural paulistano. O momento estava mais para a “suspensão da história” e de “corte em relação ao passado”²²⁴.

Sobrenomes como Matarazzo e Chateaubriand, que não tinham qualquer tipo de relação com as tradições da terra de que tanto falavam os agentes que se mobilizavam pela reconstrução do Pátio do Colégio, despontavam de vez, por conta de seu poderio econômico,

²²² SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 282, ano 63, p. 38-39, 1953.

²²³ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Op. Cit.; LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004; MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 6/7, 2003;

²²⁴ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Op. Cit. pp. 31-32. Segundo a autora, “encontra-se em processo de cristalização um problema cultural de ordem diversa, no qual o peso normativo do passado é afastado e o presente faz-se mestre das múltiplas possibilidades inscritas na vida moderna, cuja experiência tenderia a se espalhar no futuro. A última, subjacente àquele sentimento difundido em meados dos 50 na cidade de São Paulo, diz respeito ao reconhecimento, ou talvez a sensação de que se vivia momento auspicioso dessa suspensão da história, um verdadeiro corte em relação ao passado”.

para as posições de lideranças culturais na cidade; as instituições culturais criadas sob seus auspícios como o MAM e o MASP²²⁵ passavam a rivalizar com as tradicionalistas, e outrora soberanas, IHGSP, Instituto Genealógico ou a Academia Paulista de Letras. Tal processo não ocorreu, porém, sem tensões. Se os novos e cosmopolitas agentes sociais despontavam, os antigos, que passavam a perder sua preponderância, resistiam, sobretudo no meio político da cidade, ainda pouco acessado pelos primeiros.

Num período de intensas mudanças, forças sociais antagônicas – renovadoras e conservadoras – mesclavam-se, acarretando, em contrapartida ao já mencionado entusiasmo pelo novo, um insistente apego às coisas do passado. Nomes tidos como paladinos de uma e outra corrente, por vezes, figuravam do mesmo lado, tamanha era a mescla entre as duas forças sociais, ou, antes, a disputa de ambas por posições de destaque na sociedade. Se o nome do pioneiro da indústria paulista, conde Francisco Matarazzo, apareceu discretamente entre tantos sobrenomes antigos na Comissão de Honra da campanha que visou angariar fundos para a reconstrução do Pátio do Colégio, outro Matarazzo, o versátil Ciccillo, Francisco Matarazzo Sobrinho, cuja mão era uma “quatrocentona”, esteve à frente da Comissão do IV Centenário, vetor das renovações, e, por sua vez, submeteu ao seu comando “um grupo formado quase exclusivamente por paulistas de velhos e vastos sobrenomes”²²⁶.

Essa ambivalência entre o velho e o novo, entre o futuro e a tradição permeou o programa comemorativo do IV Centenário que, sob a presidência do industrial e mecenas Ciccillo Matarazzo, foi inaugurado com a abertura I Bienal Internacional de Artes de São Paulo e terminou com a restauração da Casa do Bandeirante e a sua transmutação em museu, quando os comandos dos festejos já estavam sob os cuidados do poeta “apaixonado pelas coisas do passado” Guilherme de Almeida, empossado na presidência da Comissão pelo prefeito recém-eleito Jânio Quadros. No entanto, a face representada pelo primeiro evento foi, de fato, a mais exaltada nas comemorações. Era a imagem de uma cidade internacionalizada e culturalmente ativa que a Comissão presidida pelo industrial, à frente dela durante quase toda a sua existência, buscava propagar²²⁷:

²²⁵ Ibidem. A autora abordou as diversas instituições culturais, entre as quais se destacaram: Museu de Arte Moderna (MAM), Museu de Arte Paulista (MASP), Teatro Brasileiro de Comédia (TBC); Companhia Cinematográfica Vera Cruz.

²²⁶ MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. p. 30

²²⁷ LOFEGO, Silvio Luiz. Op. Cit. Para Lofego, o objetivo das comemorações ao propagar tal imagem da cidade era buscar “a convergência de interesses para São Paulo expandir seu território de influência econômica e política”. p. 44.

as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo (1954) decantam o conjunto das questões referentes às noções de Modernização, Modernidade, Modernismo. Concebido no plano imediato para festejar os quatrocentos anos da cidade, o evento exprimia, na verdade, o desejo de projetar uma imagem da São Paulo progressista e moderna, o que tornou o projeto comemorativo um ritual de celebração do poder dos paulistas²²⁸.

Nesse mesmo cenário, a vertente de cunho mais regionalista de exaltação de traços da história colonial paulista, como o recorrente bandeirismo, exprimia-se, mas começava a perder forças:

o IV Centenário de São Paulo seria [...] o momento em que se entreveria o esgotamento do passado como formulador de um futuro já incontornavelmente liderado por novos agentes sociais e expressões culturais cosmopolitas, cujos liames com os velhos símbolos paulistas se esgarçariam rapidamente no decorrer da segunda metade do século XX²²⁹.

Fato significativo dessa voga renovadora foi o descaso da Comissão do IV Centenário, ou mesmo o conflito, com o Instituto Genealógico e a Academia Paulista de Letras, dois bastiões do culto ao passado paulista. Tampouco, a Comissão manteve alguma relação, durante as comemorações, com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de perfil fortemente compatível ao dos dois outros grêmios já citados. Em relação ao primeiro, a Comissão vetou verbas para a publicação de seus estudos genealógicos de velhas famílias paulistas, que primavam por conectá-las, por laços de sangue, aos antigos bandeirantes, bem ao gosto dos membros do IHGSP²³⁰.

Quanto à Academia, o conflito tornou-se público e foi bastante veiculado nos jornais. O teor do conflito dizia respeito às insatisfações de seus membros com as interferências que a Comissão de Ciccillo promovia no evento que pretendiam oferecer em comemoração à efeméride. No caso, se tratou de um curso de História Paulista, que só seria financiado pela Comissão com a prerrogativa de que ela o “fiscalizasse”. Os ataques então promovidos pelo presidente da Academia Paulista de Letras, Aristéo Seixas, ao condutor dos festejos, deram o tom do quão acirrada e tensa era a disputa e do elevado sentimento de casta que a pautou:

²²⁸ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Op. Cit. pp. 70 e 71.

²²⁹ MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. p. 13.

²³⁰ Ibidem. p. 30

o pior não é o dar a Academia conta do que recebeu, escandaloso é pretender um cavaleiro de instrução rudimentar, e que mal se expressa em língua portuguesa, fiscalizar um curso promovido e dado por acadêmicos tida e havida como centro mais alto e requisitado das letras paulistas [...] há uma grande diferença entre a Academia e a Comissão, uma distância muito grande entre uma instituição que representa a cultura de Piratininga, e um simples indivíduo que [...] não tem sequer preparo que lhe permita, nas esferas superiores da inteligência e do saber, o desempenho do elevado posto em que se meteu, minguido nas raízes de quatrocentos anos que o pudessem sustentar e prestigiar nesta gloriosa terra das bandeiras²³¹

A contenção das verbas da Comissão do IV Centenário, a serem despendidas em eventos por ela já considerados antiquados, não significou, contudo, severidade quanto às suas despesas. Mas assinalou para aquilo que, em sua opinião, deveria ser oportunamente exaltado como qualidade máxima da cidade, e apontou para as maneiras de como isso se daria. Assim, embora a devolução do Pátio do Colégio ocupasse um papel importante nas comemorações promovidas pela Comissão, 80% de suas verbas foram direcionadas para as construções do Parque do Ibirapuera, espaço investido ainda de uma função de portador da memória do evento²³².

O parque de proporções jamais vistas foi ainda o espaço que abrigou as primeiras construções públicas de linguagem modernista da cidade, os Pavilhões projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. No entanto, ao lado destes que, diferentemente de outros edifícios do modernismo, não exprimiram alegorias passadistas²³³, figuraram o Obelisco e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932, que seria inaugurado em 1955, e o Monumento às Bandeiras, concluído em 1953, ambos representantes dos estertores da celebração pública e urbana das alegorias bandeirantes e também do passado colonial paulista.

Tanto para Brecheret, autor do Monumento às Bandeiras, quanto para Cicillo, exibir nominalmente os bandeirantes, equivaleria aos excludentes formatos das antigas alegorias, pois, tenderia novamente a representar somente alguns poucos indivíduos a eles ligados genealogicamente. De modo que o monumento encampado como parte do IV Centenário deveria, necessariamente, ser mais agregador; dar conta, enfim, daqueles múltiplos agentes que compunham a sociedade paulistana, sobretudo, aqueles industriais imigrantes responsáveis pelo seu poderio econômico, tão propagado em âmbito nacional.

A lógica do Monumento às Bandeiras, então, foi de valorização do feito pregresso e esvaziamento de seus reais personagens. A junção dos diversos elementos desfigurados e

²³¹ LOFEGO, Silvio Luiz. Op. Cit. pp. 171 e 172.

²³² Ibidem. p. 79 “o Parque do Ibirapuera, além de monumento que eternizava a memória do IV Centenário, transforma-se no lugar ideal para onde deveria convergir a diversidade dos acontecimentos da celebração”.

²³³ MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. Como exemplo das imbricações entre a arquitetura moderna e as alegorias coloniais o autor mencionou o conjunto da Pampulha.

atuantes de forma compassada em uma atividade requerente de um grande esforço, a ser distribuído igualitariamente a todos, implicou numa sugestiva metáfora do tempo que permitiu a elaboração do monumento: “o que importava a Brecheret e aos demais proponentes era destacar a força, o avanço da massa humana aos sertões, às terras desconhecidas – algo compartilhável pelos imigrantes recém-chegados”²³⁴.

Já para os modernos Pavilhões e os planos de urbanização do parque conduzidos pela equipe de Oscar Niemeyer, convidado diretamente por Ciccillo Matarazzo²³⁵, o compromisso com o passado ficou totalmente ausente. Foram construídos como símbolos exclusivos da nova fase histórica da cidade, cujas benesses, explicitadas materialmente, passavam a ser incontestes, tanto num plano internacional, dada a reconhecimento mundial alcançado pelo arquiteto carioca, quanto nacionalmente, uma vez que, construção pública moderna deixava de ser primazia da cidade do Rio de Janeiro, com o seu icônico edifício do Ministério de Educação e Cultura ou do já então célebre conjunto da Pampulha erguido em Belo Horizonte.

Tamanha foi a ruptura que o parque provocou na paisagem urbana paulistana que pode mesmo ser definido como o “novo marco zero”²³⁶ de uma cidade (re) fundada sob o signo do novo e do moderno, resultantes da atuação de novos agentes sociais, como Ciccillo, para quem o IV Centenário deveria ser comemorado com “cimento e concreto armado”. O texto do *Ante Projeto da Exposição do IV Centenário de São Paulo* expressou a função simbólica embutida nas construções:

a Comissão Organizadora do IV Centenário de São Paulo encontra, portanto, nesse conjunto arquitetônico a indicação perfeita e adequada, a linguagem ideal para transmitir, a quantos quizerem saber, a importância e o grau de desenvolvimento técnico e industrial do grande Estado, através de quatro séculos de existência²³⁷

Somente com o dado da elevada quantia empregada nas construções do Parque Ibirapuera não seria tão forçosa a afirmação de que houve certa predileção da Comissão do IV Centenário por expressar-se por meio de alegorias urbanas, tanto em elaborações de monumentos quanto pela criação de novos espaços, todos postulantes a lugares de memória.

No documento *Histórico da Comissão do IV e suas realizações*, produzido pelo Serviço de Imprensa da referida Comissão constou, inclusive, o tópico *Símbolos e Monumentos* que, por sua vez, destacou os seguintes planos e realizações na área: restauração

²³⁴ Ibidem. p. 14

²³⁵ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Op. Cit p. 84

²³⁶ MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. p. 33

²³⁷ ANTEPROJETO da exposição do IV Centenário de São Paulo. **Arquivo Municipal Washington Luiz**, São Paulo, s/d.

da Casa do Bandeirante, Monumento às Bandeiras, Monumento à Mãe Preta, Monumento ao Café, Monumento aos Mortos na Revolução Constitucionalista de 1932, além dos Monumentos aos fundadores de São Paulo Nóbrega e Anchieta²³⁸. Todos eles alusivos ao passado da cidade foram apenas mencionados, sem qualificativos, no citado documento; diferentemente do monumento denominado “Aspiral”, projetado pelo arquiteto Zenon Lotufo para figurar na entrada do Parque Ibirapuera. Este último “mereceu destaque” por ser “mais que um simples monumento, [tratava-se] de um símbolo original, instituído pela Comissão do IV Centenário para representar a cidade quadricentenária”²³⁹. Em forma de espiral, o monumento representava o “ritmo ascensional” e a “aspiração para o alto”, características exaltadas como as mais marcantes da cidade naquele momento.

Como, então, se posicionaram os setores tradicionais da sociedade paulistana perante a esse desprendimento em relação ao passado que, expresso materialmente, conduziu os notáveis programas do IV Centenário? A aprovação da lei que previa a reconstrução do Pátio do Colégio foi, decerto, uma resposta – ainda mais legítima após a identificação do apelo passadista que suportou os discursos de seus defensores; assim como a inauguração parcial da Catedral da Sé que, se não exibia propriamente as feições coloniais do Pátio do Colégio, apontava para o componente religioso também valorado na reconstrução deste. A proximidade física de ambos os edifícios garantiu, inclusive, que os programas oficiais das comemorações do dia 25 de janeiro de 1954 fossem aí iniciados²⁴⁰.

E, dois anos mais tarde, em 1956, a Catedral foi objeto de campanha para angariar fundos para a conclusão de suas obras, tal qual o Pátio do Colégio havia sido um ano antes. A denominada *Campanha das torres para São Paulo*, numa clara alusão às partes faltantes do edifício religioso, foi também amplamente divulgada nos principais jornais paulistanos, como confirmou o *Correio Paulistano* que, em sua edição de 12 de junho de 1956, divulgou o manifesto dos “grandes patronos” da campanha, assinado por seu presidente Dom Paulo Rolim Loureiro e os seguintes nomes: Antonio Benedicto Machado Florence, Antônio Devisate, Aziz Nader, [Décio] Ferraz Novais, João Di Pietro, José Ermírio de Moraes, Lucas Nogueira Garcez, Luciano Vasconcelos Carvalho, Marcos Gasparian, Roberto Meira e Rogério Giorgi²⁴¹. Estão entre eles nomes mais diversificados do que aqueles que compuseram a campanha favorável ao Pátio do Colégio – embora três deles tenham sido

²³⁸ HISTÓRICO da comissão e suas realizações. **Arquivo Municipal Washington Luiz**, São Paulo, p. 20, s/d.

²³⁹ Ibidem p. 20.

²⁴⁰ LOFEGO, Silvio Luiz. Op. Cit. pp. 65-66. “às 8h30 foram colocadas flores no Monumento de Fundação da cidade e às 9h ocorreu, com a presença das autoridades, a inauguração da Catedral”.

²⁴¹ CAMPANHA das torres para São Paulo. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 12 jun. 1956.

verificados em ambas e também na própria Comissão favorável à reconstrução formada no início dos anos 1950 – como atesta a presença de um número maior de imigrantes e de nomes ligados às atividades industriais do estado. No entanto, o veio tradicionalista da empreitada explicitava-se na fala de um de seus membros, para quem “o objetivo [da campanha] é dar a São Paulo uma Catedral à altura de sua tradição religiosa”²⁴².

Já o vislumbre de reconstruir o Pátio do Colégio, numa cidade que “negociava sua memória”²⁴³ em seu próprio espaço urbano e se pretendia “refundada”, era uma forma de assinalar aos novos agentes sociais, condutores das transformações, que aqui havia indivíduos cujas antigas raízes e o longínquo pertencimento à terra os tornavam “mais paulistas” e, conseqüentemente, mais aptos para definir os rumos da cidade. E, para esses antigos paulistas, o local era a mais perfeita representação dos seus, então ameaçados, valores: retomava o passado colonial da cidade, cujos protagonistas eram considerados, por via sanguínea ou moral, seus antecedentes, e a tradição católica da cidade. Valores ameaçados, mas que ainda encontravam significativa acolhida, pois, o Pátio, apesar de alguns protestos, foi “devolvido” aos jesuítas e, alguns anos depois, reerguido.

Doar o terreno do Pátio do Colégio aos jesuítas significava a possibilidade de recuperar uma memória que pouco valor tinha para aqueles que estavam fora do circuito tradicional da cidade e comandavam a sua renovação social e cultural. Para os proponentes da reconstrução, retomar a feição colonial do Pátio do Colégio era, enfim, uma maneira de reconstruir também a sua importância social e cultural, outrora preponderante, para a cidade e também para sua área central, que passava pela primeira vez a sofrer uma concorrência simbólica que ameaçava sua primazia, constituída pelo “rival” Parque do Ibirapuera. Essa foi a função social investida na doação; explicitar o antigo marco, símbolo de velhos paulistas, perante a profusão de tantos outros novos e festejados símbolos representantes de mudanças.

Assim, ao contrário do que definiu parte da historiografia do IV Centenário, o papel do Pátio do Colégio, durante o transcurso dos festejos, não foi o de sinalizar para um passado que então já estava “superado”²⁴⁴, mas, sim, o de demonstrar que este ainda tinha vitalidade, ao menos para os seus artífices.

²⁴² OBJETIVO: dar a São Paulo uma catedral à altura de sua tradição religiosa. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 05 ago.1956.

²⁴³ HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. O autor utilizou essa expressão para explicar as reformas de Berlim após queda do Muro.

²⁴⁴ LOFEGO, Silvio Luiz. Op. Cit. p. 78. Para o autor, “o Pátio [no contexto das comemorações do IV Centenário] constitui-se em monumento da fundação, é o lugar da memória remota, da origem, perdido em meio a tantos outros marcos que o cerca. Ao mesmo tempo isso o faz símbolo e testemunho da mudança. Portanto, o papel do Pátio do Colégio, no contexto das comemorações do IV Centenário, não seria negar a memória que representa, a da fundação, mas o fato de ser signo de uma memória do que foi superado. Seu lugar na metrópole

Em suas diferentes propostas – veiculadas no Pátio do Colégio e no Parque Ibirapuera – a Comissão presidida por Cicillo Matarazzo e os defensores da reconstrução jesuítica, agrupados em torno da Comissão Pró Monumento Histórico do Pátio do Colégio, rivalizavam. Esses últimos, sem o poderio econômico advindo das atividades industriais, das quais não eram os líderes, faziam valer suas demandas por meio de suas atuações nos quadros políticos da cidade, do qual partiu o seguinte ataque aos programas comemorativos do IV Centenário:

tive a honra de apresentar há dias neste plenário, projeto de lei atribuindo ao Governo a obrigação de honrar a memória de Anchieta, com a ereção de um grande monumento em sua homenagem como parte integrante das comemorações do IV Centenário. Isso porque, até o momento, tem sido apenas totalmente pagãs as festividades que se projetam, excluídas naturalmente aquelas que a Igreja vai realizar em conjunto com a data da inauguração da Catedral, sonho e aspiração de todos os paulistas. Mas ao governo incumbe também dar uma demonstração clara, positiva e sincera de sua índole cristã, marcando na figura de Anchieta o ponto central da solenidade quadricentenária. [...] será de significação admirável, para a tradição e para a história, esse gesto, essa lembrança, essa atitude. E nenhum lugar melhor do que a grande Praça da Sé. Já que ao Pátio do Colégio se reserva a restauração da Igreja e do Colégio na posse dos beneméritos jesuítas. Que a lembrança é inadiável, oportuna e justa, não há dúvida alguma, principalmente quando se examina o programa das comemorações, onde excedem, em exuberância, os congressos científicos e culturas de todos os aspectos, o festival de cinema e os “ballets”, que se ensaiam já a longos meses, sem contar a preocupação da Bienal, que vai aparecer como pórtico antecipado de todas as festas. Ponhamos, pois, nesse roteiro paganizado, embora digno de aplausos, uma nota cristã, de absoluta inteireza histórica e profundo sentimento moral [...] ²⁴⁵

A possibilidade de reconstrução do Pátio do Colégio coadunava-se perfeitamente com os anseios do deputado Manoel Victor, que proferiu seu discurso um mês antes da aprovação do projeto de lei de doação da área aos jesuítas, por ele subscrito. Reconstruir o Pátio do Colégio também atendia aos três tópicos que, segundo o político, deveriam ser ressaltados durante o IV Centenário de São Paulo: a sua história, sua tradição e sua índole cristã. Tópicos que, para todos os proponentes da reconstrução, eram inseparáveis. De modo que o Pátio do Colégio reconstruído, num contexto de transformações, apontaria para uma possível reativação das três qualidades e para “uma reconciliação [da cidade] com o [seu] passado”²⁴⁶, permitida pela exibição pública do “primeiro” marco arquitetônico de sua história.

quartocentenária é de ser a prova viva de que os homens de hoje também possuem bravura e São Paulo continua sendo fundada, daí a necessidade de novos marcos”.

²⁴⁵ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 275, ano 63, p. 34, 1953.

²⁴⁶ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 272, ano 63, p. 39, 1953

O centro da cidade se renovava mais uma vez, mas por um “novo” que dependia, para manter-se moderno, da retomada da tradição, algo que o Parque Ibirapuera, embora crivado de bandeirantes, não podia certamente com o Centro – e com o Pátio do Colégio – rivalizar.

3.2 O novo centro da metrópole

A historiografia que se deteve nas análises da cidade de São Paulo de meados do século XX foi concorde em afirmar que se tratou de um período marcado por intensas mudanças, qualificadas pela industrialização, a expansão física da cidade, a diversificação e alteração das funções de alguns de seus espaços e a variedade de agentes que nela passariam a atuar²⁴⁷. Tais mudanças acarretaram, por sua vez, na conformação definitiva da cidade como uma “metrópole moderna” e consonante aos epítetos de “a cidade que mais cresce no mundo”, “a cidade que não dorme” ou “a cidade que não pode parar”, que àquela altura acoplavam-se à sua imagem:

na década de 1950 a cidade de São Paulo apresentava um conjunto de atributos físicos, sociais, econômicos e culturais que a colocava na universal categoria de ‘metrópole moderna’. Por se tratar de uma etapa no interior de um processo gradualmente percorrido, o de ‘metropolização’, o estágio alcançado nos anos 1950 relacionava-se intensamente com situações precedentes que influenciaram outras, posteriores. Representa um ponto de inflexão no desenvolvimento da metrópole²⁴⁸.

Ainda de acordo com a historiografia, o traço preponderante na vida citadina durante o decênio 1950-60 foi justamente o crescimento, verificado não somente no aumento do contingente demográfico, mas também na multiplicação espacial da cidade, da qual adveio a intensificação de seu processo de metropolização, iniciado de forma vertiginosa no último quartel do século XIX, como costuma ser qualificado e periodizado²⁴⁹.

²⁴⁷ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Op. Cit.; LEME, Maria Cristina da Silva. **Planejamento em São Paulo: 1930 – 1969**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo – FAU, São Paulo, 1982; MEYER, Regina Maria P. **São Paulo nos anos 1950: Metrópole e Urbanismo**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo – FAU, São Paulo, 1991.

²⁴⁸ MEYER, Regina Maria P. Op. Cit. p. 12.

²⁴⁹ SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo: a cidade da primeira metade do século XX (1890-1930)**. São Paulo, Paz e Terra, 2004. p. 560. De acordo com o autor houve por volta dos anos 1870 “o início do vertiginoso

Notoriamente, o número de habitantes da cidade se multiplicou. Dando seqüência ao índice de crescimento demográfico dos anos 1920, chegou à marca de 2.817.600²⁵⁰ habitantes no festejado ano de 1954, superou a cidade do Rio de Janeiro e configurou-se ainda como mais um atributo da cidade a ser enaltecido pelos jornais paulistanos à época daquela data emblemática para história da cidade e também bastante ufanista:

a cidade de Anchieta e Nobrega dentro de poucas horas comemorará o IV Centenário de seu nascimento. Da bucólica vila plantada pelos jesuítas no Planalto de Piratininga, em 25 de janeiro de 1554, surgiu a vertiginosa metrópole de nossos dias [...] Realmente, São Paulo é um fenômeno dentro da paisagem do mundo. O crescimento de sua área urbana e de sua população tem uma velocidade sem par na história das metrópoles do planeta²⁵¹

Para além dos imigrantes – que representavam um terço da população citadina e, por meio dos recursos obtidos em suas atividades industriais, alteravam o ritmo da vida urbana da antiga cidade moldada pela economia cafeeira, dando ares cosmopolitas ao seu cenário cultural com a criação de instituições voltadas para a arte²⁵² – fazia parte também do caldeamento populacional da cidade um considerável contingente migratório; somente no ano do IV Centenário, foram 94.436 os brasileiros originários de diferentes estados que desembarcaram em São Paulo, dos quais muitos viriam compor os quadros sociais da cidade²⁵³.

Diante então desse mosaico humano ou “babel cultural”²⁵⁴, a história pregressa da cidade passava a importar e fazer sentido para uma parcela cada vez menor de seus habitantes. O que, de fato, valia para os novos agentes que optavam pela vida na metrópole eram exatamente a negação desse passado e a adesão a um novo estilo de vida, pautado, em grande medida, por mobilidade social e pelo ritmo acelerado das transformações urbanas²⁵⁵.

Arelada ao aumento populacional, foi verificada também, sempre no decorrer da década de 1950, a maior expansão física da história da cidade. Atestando o aspecto material

processo de metropolização da Cidade, que se fecha, afinal, em 1929, com as crises da economia cafeeira ou, numa periodização mais ampla, com o impulso industrialista dos anos 1950”.

²⁵⁰ MEYER, Regina Maria P. Op. Cit.

²⁵¹ **Folha da Manhã**, São Paulo, 24 jan. 1954.

²⁵² ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Op. Cit. p. 52.

²⁵³ Ibidem. p. 58; LEME, Maria Cristina da Silva. Op. Cit. pp. 42 e 53.

²⁵⁴ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. p. 57.

²⁵⁵ Ibidem. p. 30. Ao comentar a seguinte frase “O passado possui pouca significação. O que importa é o presente e, acima de tudo, o futuro” – proferida por Florestan Fernandes no *Congresso Internacional de Americanistas* em 1954, no âmbito das comemorações do IV Centenário – a autora afirmou que “se quisermos expressar o sentimento difundido em amplas parcelas da população paulistana, a propósito da dinâmica acelerada de transformações em curso na capital, encontraremos valorizações altamente positivas a mobilizar a adesão ao novo estilo urbano que se impunha. Inclinações dessa natureza acompanhavam a complexa história da metropolização de São Paulo que, no transcurso dos anos 50-60, atingia um ponto de inflexão”.

envolvido em seu dinâmico processo de metropolização, foi então consolidada a expansão periférica da cidade e a sua conurbação com municípios vizinhos, com destaque àqueles que formavam o ABC paulista, sigla sintomaticamente cunhada, inclusive, em 1950²⁵⁶.

O centro da cidade constituído por Sé e República, por sua vez, não ficou alheio a essas mudanças, pelo contrário, foi iniciado aí o processo de substituição de suas antigas funções e muitas de suas construções por outras que eram paradigmáticas e bastante representativas das forças sociais atuantes nessa nova fase histórica. De antemão, porém, pode-se dizer que o seu papel de centralidade ou de “coração da cidade” – depositário de suas funções vitais – foi não somente mantido como reforçado; à expansão periférica da cidade correspondeu, assim, o fortalecimento de sua área central. Contudo, os seus antigos atributos se não foram completamente apagados, perderam, no mínimo, o valor e o sentido que outrora tinham para a cidade. De maneira expressiva, a configuração do centro, ainda bastante tributária das reformas praticadas entre o ano de 1870 e as três primeiras décadas do século XX e fortemente correlata ao desenvolvimento promovido pela economia cafeeira, foi alterada.

Era marcante no centro a presença imponente do poder público²⁵⁷, lá estavam em edifícios monumentais projetados – em sua maioria – pelo escritório do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo as suas principais e mais representativas instituições como, por exemplo, a Escola Normal de São Paulo, sintomaticamente instalada na Praça da República, as secretarias de Estado e a própria sede do Governo. Outro dado relevante da presença do poder público no centro foi o seu vultoso dispêndio nessas construções e em obras de embelezamento e urbanização que, via de regra, visavam impor ao local a nova imagem da cidade e apagar dela quaisquer vestígios do passado colonial.

A transformação que nessa época ocorreu no Pátio do Colégio e alterou a sua nomenclatura para Largo do Palácio pode, sob diversos aspectos, ser considerada emblemática desse afã renovador: em primeiro lugar, por ter promovido o apagamento do último vestígio material visível de arquitetura jesuítica ainda presente no local – a Igreja de taipa de pilão, já um tanto arruinada em decorrência de descuido e abandono²⁵⁸, foi demolida

²⁵⁶ MEYER, Regina Maria P. Op. Cit. p. 27.

²⁵⁷ LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e Cidade:** da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887 – 1954. Campinas – SP: Mercado das Letras – FAPESP, 1997. p. 118. De acordo com as autoras, da virada do século em diante, o número de edifícios construídos e mantidos pelo Estado aumenta significativamente. Todas as áreas que direta ou indiretamente respondiam ao Governo Provincial ou Municipal, a saber, saúde e saneamento, o ensino público e a administração propriamente dita, ganharam edifícios.

²⁵⁸ MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. Vida e Morte da Igreja do Colégio. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.** São Paulo, 1975. p. 35

em 1896, restando dela somente a torre que, por seu turno, foi reformada para ganhar feição eclética; e, em segundo lugar, por passar a abrigar exclusivamente os órgãos públicos da cidade, constituindo-se em seu centro de poder com edifícios de linguagem e funções harmônicas entre si. Por fim, realçando o engajamento público nas obras, houve o ajardinamento e a instalação de bancos na parte frontal ao novo edifício, transformando-a efetivamente em uma praça cívica. De acordo com a historiadora Solange Ferraz de Lima, que abordou essas transformações do Pátio do Colégio,

com a exclusão das funções religiosas devido à demolição da torre e da capela, promoveu-se a primeira lacuna nas significações sociais imediatamente associadas ao pátio – o poder da Igreja na organização da cidade colonial e a lembrança de seus fundadores [...] Com a finalização das obras das Secretarias da Justiça, da Agricultura e da Fazenda, projetadas pelo arquiteto Ramos de Azevedo, e com as alterações arquitetônicas na igreja e colégio dos jesuítas, o pátio perdeu totalmente a sua expressão como marco religioso, e a área passou a ser conhecida tão somente como centro político e cívico²⁵⁹

Ora, para além de um ponto de vista puramente material, o conteúdo dessa transformação apontou para o que era realizado e almejado para a cidade inteira, ou seja, a evidente tentativa de superação do Período Colonial e a laicização de seus espaços vitais, especialmente aqueles localizados na região central. De fato, não eram católicos os edifícios referenciais dessa época²⁶⁰. Metaforicamente, o papel da religião católica nesse período de remodelações urbanas ficava representado pelo espaço vazio entre os edifícios oficiais do, então antigo, Pátio do Colégio [figura 10].

²⁵⁹ LIMA, Solange Ferraz de. Pátio do Colégio, Largo do Palácio. **Anais do Museu Paulista**, ano/vol. 6/7, n. 007. São Paulo, 2003. p. 70.

²⁶⁰ LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Op. Cit. pp. 114-115.

Figura 10 – O espaço antes ocupado pela antiga igreja dos jesuítas transformado em leito carroçável, 1908
Fonte: LIMA (2003, p. 69)

Ainda no decorrer desse período, situado de maneira aproximada entre os anos 1870 e 1930, o desenvolvimento das mudanças acarretou em uma subdivisão do centro da cidade, que passou a ser correntemente denominado e distinguido com os adjetivos velho (Sé) e novo (República). Tais denominações decorreram muito da própria configuração pregressa das respectivas áreas e do que elas possibilitavam para as transformações vigentes. Com lotes estreitos e profundos, ruas tortuosas e uma topografia mais acidentada – qualificativos quase intransponíveis de uma organização espacial da Colônia – a Colina, ou Triângulo Histórico, impunha mais limites às reformas, diferentemente da região da Praça da República que, com uma ocupação mais recente, não proporcionava tantos entraves²⁶¹. Assim, ambos os “centros” tiveram aí configurações singulares e trajetórias posteriores descompassadas²⁶², mas não

²⁶¹ SILVA, Luís Octávio da. Breve História do Centro de São Paulo: sua decadência e reabilitação. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (org.). **Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP/PROURB, Óculum Ensaios, 2004. p. 53. Segundo o autor, “enquanto o Centro Velho se caracterizava por um sistema viário de largura reduzida e traçado tortuoso, de certa forma característico das cidades coloniais, com lotes estreitos e profundos, o Centro Novo apresenta sistema viário e parcelar já correspondente a outro período histórico”.

²⁶² OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. **Do Tombamento às Reabilitações Urbanas: um estudo sobre a preservação no Centro Histórico de São Paulo (1970 – 2007)**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, FAUUSP, São Paulo, 2009. pp. 68-69. Como apontou autora, “do início do século XX até a década de 1950, a *Colina Histórica* transformava-se, mas ainda mantinha comércio e serviços elitizados. O Viaduto do Chá provavelmente tenha prolongado essas atividades na porção mais antiga da cidade por estar ligado ao ‘novo centro’ que ia nascendo na região da Praça da República. Nesse ‘Centro Novo’, voltado para sudoeste, foi se consolidando o centro das elites, com suas lojas, apartamentos de luxo e mansões. Do outro lado, o núcleo original, que começou a ser identificado como ‘Centro Velho’ foi, aos poucos,

deixaram de comportar e exprimir, conjuntamente até os anos 1930, os atributos físicos que eram símbolos das novidades implementadas naquele contexto urbano: construções públicas imponentes em estilo eclético e a implantação de um ativo e elitizado comércio, verificados tanto no centro “velho” quanto no “novo”. A autora Marta Dora Gronstein sintetizou os preceitos que conduziram os planos para o centro durante esse seu primeiro período de intensificação de sua urbanização:

nas três primeiras décadas desse século a sociedade tinha uma meta clara: construir um Centro. Na realização dessa tarefa, convergiam os interesses da classe dominante e da municipalidade. Os projetos urbanísticos tinham como modelo os padrões europeus de cidade e procurava-se reproduzi-los na conjugação de ruas, praças e edifícios que compunham o espaço cenográfico da vida urbana que se organizava²⁶³.

Esses foram, então, os preceitos de organização do centro da cidade de São Paulo – e as características por eles produzidas – profundamente alterados em meados do século XX. Definitivamente, se comparados os dois principais momentos históricos de desenvolvimento da cidade, verificar-se-á uma mudança dos elementos qualificadores do feitiço, das funções e da imagem imputadas ao seu centro.

Para as autoras Vânia Carneiro de Carvalho e Solange Ferraz de Lima (duas estudiosas da propagação da imagem da cidade nos respectivos períodos), enquanto o centro do início do século era o lugar dos órgãos públicos oficiais, dos serviços terciários, do consumo elitizado, da circulação e, enfim, francamente consonante as prerrogativas da cidade do café, laica e republicana²⁶⁴, nos anos 1950 ele esteve subjugado à condição metropolitana que intensamente se instalava, e passou a expressar todos os atributos de uma “sociedade de massas”: intensificação do consumo e da circulação, mercantilização do seu espaço, transitoriedade e mobilidade social²⁶⁵.

De característico e convergente entre os dois períodos se destacou somente a vontade de renovação que pontuou as respectivas fases de transformações urbanas. Se entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do XX, os signos coloniais eram algo a ser superado a todo custo, nos anos 1950, o passado da cidade, tampouco, foi alvo de qualquer preocupação

ocupado pelas camadas mais populares, situação que ficou evidente a partir das décadas de 1960 e 1970, quando novas *centralidades* da cidade, sobretudo a Avenida Paulista, começaram a provocar novos impactos na estrutura desses centros antigos”.

²⁶³ FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo:** trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Cortez Editora – Edusp: Fapesp, 2000. p. 51.

²⁶⁴ LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Op. Cit.

²⁶⁵ Ibidem.

mais sistemática. Ainda de acordo com as duas autoras supracitadas, durante a década de 1950:

as inúmeras imagens de construções, demolições ou mesmo de implantação de infra-estrutura urbana (canalização, pavimentação, alargamento de via, etc.) evidenciam uma percepção do crescimento como um processo desvinculado de qualquer configuração urbana anterior à construção de altos edifícios. Desse modo, a representação promove o consenso em torno da idéia de que todo o tecido urbano deve passar necessariamente pela reciclagem, que estabelece as áreas sujeitas à substituição física radical (o que inclui a grande maioria do tecido antigo da cidade), ou à alteração de sentido (referência histórica, cultural, exótica ou nostálgica). [...] cultiva-se um descompromisso com o passado, entendido como a parte de uma trajetória já cumprida. A percepção da transitoriedade como um valor positivo metropolitano é o que fica²⁶⁶

Evidentemente, as mudanças do perfil do centro arroladas não corresponderam somente à década 1950, aí o que ocorreu foi a intensificação de um processo iniciado há cerca de vinte anos, cujos marcos basilares podem ser o débâcle, em 1929, das atividades econômicas e agrárias que davam sustentação ao modelo de cidade brevemente descrito e as arrasadoras gestões do prefeito Francisco Prestes Maia, nomeado ao cargo em 1938 pelo interventor Adhemar de Barros e mantido nele até 1945, perfazendo dois mandatos consecutivos²⁶⁷. À época, Prestes Maia implantou parte de seu Plano de Avenidas e, uma vez mais, iniciou um período de intensas transformações do centro da cidade.

Contemporaneamente, o Pátio do Colégio também sofreu modificações, para ser, num intervalo de tempo de menos de quarenta anos, novamente ressignificado. Desta vez em decorrência da imperiosa necessidade de circulação viária, substrato recorrente dos planos urbanos em voga: a abertura do viaduto Boa Vista – que vinha sendo construído desde os anos 1910, mas que foi concluído duas décadas depois – alterou a configuração da área, fazendo com que a sua atual nomenclatura, Largo do Palácio, perdesse o significado, pois tanto o largo quanto o palácio foram, a partir de então, apagados do local.

O largo frontal à edificação oficial foi completamente desfigurado e subtraído de todos os equipamentos qualificadores de uma praça ou de um espaço de convívio e atividades cívicas²⁶⁸. Em seu lugar foi inaugurado, em 1925, o monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo do escultor italiano Amadeo Zani, abordado, por sua vez, como um dispositivo de memória coletiva, mas que representou, “na verdade, o esvaziamento de todas

²⁶⁶ Ibidem. p. 153.

²⁶⁷ MEYER, Regina Maria P. Op. Cit. p. 30; FRÚGOLI JR., Heitor. Op. Cit. p. 53.

²⁶⁸ TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: três cidades em um século**. São Paulo: Cosac & Naify, Livraria Duas Cidades, 2004.

aquelas práticas que dotavam este espaço de sua carga simbólica e ativa em significações e usos²⁶⁹ [figura 11].

Figura 11 - Monumento Glória Imortal aos fundadores de São Paulo de Amadeo Zani, 1926.
Fonte: LIMA (2003, p. 73)

Tais transformações culminaram na transferência da sede do governo para o palacete Elias Chaves, localizado no bairro dos Campos Elíseos. Num primeiro momento, se instalou no palacete somente a moradia dos governantes, mas logo em seguida, já em 1930, ele concentrou todas as atividades administrativas do poder executivo municipal²⁷⁰. Completava-se, desse modo, o gradual processo de lacunas dos significados que desde a fundação da cidade distinguiam o Pátio do Colégio, ou seja, após o banimento da religiosidade, era agora deslocada a função de poder. Com essas modificações, no lugar do Palácio do Governo passou a figurar a Secretaria de Educação, permanecendo no local até 1953, quando o edifício foi demolido para iniciar-se a reconstrução dos edifícios jesuítcos.

Pode-se dizer, enfim, que essas derradeiras transformações do Pátio do Colégio antes da retomada de sua “antiga feição” foram tão emblemáticas para a sua época quanto o foram, ao início do século XX, aquelas que eliminaram a igreja e lá instalaram um centro laico e de poder; elas expressaram também alguns dos vetores e das contingências determinantes da

²⁶⁹ LIMA, Solange Ferraz de. Pátio do Colégio, Largo do Palácio. *Anais do Museu Paulista*, ano/vol. 6/7, n. 007. São Paulo, 2003 p. 71.

²⁷⁰ Ibidem.

cidade dos anos 1930, principalmente, de seu Centro. A substituição de um largo cívico por um leito carroçável indicava, por exemplo, que a circulação, o movimento e o dinamismo eram os elementos preponderantes das intervenções, enquanto o desalojamento da sede do governo explicitava que as mudanças materiais implicavam, uma vez mais, em alterações dos usos e das funções do Centro, dentre as quais a de administração pública ficaria secundária.

Correlato ao incremento econômico/industrial e a metropolização houve, então, um processo paulatino – que durante a década de 1950 atingira o seu ápice – de mudança e diversificação das funções do centro da cidade: em 1952, o comércio, subdividido em vários segmentos²⁷¹, destacava-se como a função de maior incidência, seguida da função industrial, das profissões liberais, da função financeira, das diversões, da função administrativa, hospedagem, alimentação e, por último e já enfraquecida, da função residencial²⁷².

A verificação das três primeiras funções, subseqüentes à pujante função comercial, era a evidência e o reflexo do poder econômico da “sociedade de consumo” que vicejava e ganhava bastante em complexidade. Sedes administrativas de empresas nacionais, filiais de multinacionais, comércio, serviços e, sobretudo bancos, passariam a compor o elenco de funções características do Centro e a formar a sua nova imagem.²⁷³

O próprio comércio que não era exatamente uma novidade sofreu as suas modificações. Além de algumas lojas terem, literalmente, mudado de espaço e optado por abrigarem-se em novos tipos de construções, a pecha de elitizadas que lhes recaía foi aos poucos cedendo às suas massificação e popularização. O sempre citado exemplo da loja de departamentos Mappin – justificado, entre outras coisas, pela importância que teve para cidade – foi revelador desse processo:

²⁷¹ MEYER, Regina Maria P. Op. Cit. p. 31

²⁷² Ibidem. p. 31.

²⁷³ LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Op. Cit. p. 150 e p. 181

o Mappin Stores, instalado em 1913 inicialmente na Rua XV de Novembro e posteriormente na Praça do Patriarca, onde permaneceu por mais de duas décadas, constituiu inicialmente um típico espaço de afluência das classes privilegiadas [...] A própria introdução da loja de departamento acarretava uma série de novos procedimentos modernizantes na relação entre vendedor e cliente [...] Além disso, como no caso do chá do Mappin, aliavam a idéia das compras ao lazer, o que veio a ser explorado por concorrentes [...] Em 1939, o Mappin foi transferido definitivamente para a Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal. Parte do comércio do Centro saiu dos limites do “Triângulo Central” em direção a Praça da República, processo em parte facilitado pela abertura do Viaduto do Chá [...] algumas das lojas ‘elegantes’ passaram a se fixar na Rua Barão de Itapetininga e adjacências, constituindo a nova região de circulação da elite no Centro, com o início da popularização do comércio no “Triangulo Central”. [...] na nova sede o Mappin destinou-se inicialmente ainda às elites, mas, principalmente a partir da venda da participação acionária dos sócios ingleses para brasileiros, optou-se por uma popularização do magazine²⁷⁴.

A diferenciação entre os dois “centros” da cidade consumava-se. Agora, com certa predileção, no que diz respeito aos usos e as imagens consideradas mais paradigmáticas daquele momento, ao “centro novo”. A este último correspondeu o impulso de novas construções que representou o apogeu e o esgotamento do potencial construtivo da região²⁷⁵, nele figurou o comércio elitizado e as novas edificações que o suportariam, como as galerias que foram edificadas entre as ruas 24 de Maio e a Barão de Itapetininga, mencionadas no trecho acima, a ele estariam contíguos, enfim, os novos bairros de elite que se desenvolviam a oeste.

No entanto, o denominado “centro velho”, aquém do incremento de que foi alvo a região da Praça da República, do desalojamento da sede do governo local e da perda de uma das lojas mais importantes, não deixou de comportar as funções vitais da sociedade paulistana da época, mas foi configurado, pouco a pouco, como o local dos serviços financeiros da cidade, com a larga instalação de bancos, sobretudo, na Rua Boa Vista, próxima a Colina Histórica do Pátio do Colégio.

A localização dos bancos e de suas sedes administrativas no centro explicitava o papel de centralidade de que este ainda era depositário e, por conseguinte, realçava a importância do setor financeiro para o novo modelo de cidade que grassava àquela altura, submetido, em boa medida, ao dinamismo econômico. As já citadas autoras Vânia Carneiro e Solange Ferraz de Lima assinalaram a correlação entre os bancos e o centro da cidade nos anos 1950:

²⁷⁴ FRÚGOLI JR., Heitor. Op. Cit. pp. 50-51.

²⁷⁵ SILVA, Luís Octávio da. Op. Cit. p. 54. “até o final da década de 1930, 70% dos edifícios produzidos na capital eram localizados na região central e possuíam características comerciais. A década de 1950 praticamente encerrou o período de apogeu da atividade construtiva do centro, com projetos como o Edifício Itália, Copan, galeria Metrôpole, Zarvos, Olido, Andraus e Citibank, todos localizados no perímetro do centro novo”.

a cidade como lugar de investimento do capital [...] exibe no seu centro as sedes administrativas da indústria, os escritórios, as lojas e os bancos. A presença dos bancos, que como foi vista nos álbuns [álbuns de fotografias da cidade nos 1950 que foram os objetos de pesquisa das autoras] é significativa, tem como sentido último a materialização monumentalizada da penetração econômica do capital na cidade e no país [...] a sua instalação nos centros urbanos é obrigatória, ao lado dos hotéis, das sedes de empresas nacionais e das filiais de empresas internacionais²⁷⁶

A monumentalidade dos edifícios bancários também foi bastante representativa do papel que este serviço desempenhava naquele contexto urbano. Em cerca de quinze anos, três importantes edifícios foram inaugurados no centro para abrigar a função financeira e se destacaram pelas novas linguagens arquitetônicas que impuseram à região, pelas técnicas sofisticadas de construção que empregaram, e, principalmente, pela imponência e altura que passaram a exibir: foram eles, o Edifício Sé (1939), o Edifício Altino Arantes (1947) e o Edifício do Banco do Brasil (1954). O primeiro deles abrigou a Caixa Econômica Federal e em uma síntese entre os estilos neoclássico (presente em seu pórtico de granito negro) e *art déco* dispôs-se em frente – levemente deslocado à direita – à Catedral da Sé; e o segundo, sede do Banco do Estado e instalado num dos limites do “centro velho”, foi durante certo tempo o edifício mais alto da cidade, o que contribuiu para a associação de sua imagem à “modernização, desenvolvimento e internacionalização”²⁷⁷, traços que o qualificaram como um dos mais importantes símbolos de uma nova identidade do centro urbano.

Identidade que se mostrava bastante sintonizada ao desenvolvimento da economia capitalista, era descompromissada com o passado da cidade e, do ponto vista do feitiço de novas construções, tinha a verticalização, literalmente, em alta conta. Como puderam demonstrar, aliás, os três edifícios bancários supracitados. Cada novo edifício construído e/ou inaugurado no Centro era, invariavelmente, valorado como “um dos mais altos da cidade” ou, simplesmente, recebia a denominação de arranha-céu. De modo que, para além de comportar novas funções o centro passava a exibir também uma feição inteiramente nova.

O fenômeno do crescimento vertical do centro da cidade, cuja condição de marco inicial é freqüentemente arrogada ao Edifício Martinelli, inaugurado em 1929, teve no decorrer nos anos 1950 forte correlação com o comércio, a mercantilização do espaço urbano e, por si só, foi mais um dado da capacidade industrial e tecnológica que a cidade atingia²⁷⁸; como portadores de tais atributos, eles foram amplamente divulgados, de modo que, uma vez mais, o Centro era ressaltado como o lugar da confluência do poderio econômico e do que

²⁷⁶ LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Op. Cit. p. 181.

²⁷⁷ Ibidem. p. 158.

²⁷⁸ MEYER, Regina Maria P. Op. Cit. p. 30.

este era capaz de produzir, era lá que estavam, afinal, os edifícios mais altos da cidade²⁷⁹. O entrelaçamento entre a verticalização da região central e sua valorização pode ainda ser explicado pelo encarecimento de seu solo, aproveitado agora da forma mais intensa e rentável possível por seus proprietários.

O lugar de destaque que esse novo Centro, significativamente verticalizado, exercia sobre as outras áreas da cidade foi apontado por Regina Meyer:

o crescimento vertical e a organização de novas funções criaram simbólica e concretamente um papel diferenciado, prestigioso e dominante, para o centro da metrópole. Enquanto o desamparo crescia horizontalmente a afluência verticalizava-se. Dialeticamente relacionadas estas duas realidades não comportam análises que as isole. Ambas respondem e correspondem a espaços diferenciados e complementares que o capital industrial requer da metrópole. Enquanto a periferia é unifuncional e de certa forma unidimensional, o centro é multifuncional e multidimensional²⁸⁰.

Então, no decorrer dos anos 1950, o Centro era caracterizado como o receptáculo das atividades urbanas vitais da nova metrópole – com destaque para as atividades comerciais e financeiras – além de liderar, e ser emblemático, do processo de verticalização da cidade. O ganho dessas novas feição e função, porém, não ocorreu sem a perda e/ou a alteração de algumas das funções e características historicamente marcantes do Centro, as quais ao longo do seu desenvolvimento lhe garantiram um papel de centralidade na dinâmica urbana de São Paulo; como por exemplo, a função administrativa de poder que, como já foi apontado, foi desalojada do Pátio do Colégio para um bairro residencial de elite, mais próximo do “novo” centro que do “velho” Triângulo Histórico, núcleo inicial de ocupação da cidade.

Por sua vez, essas forças que intentavam conectar o Centro a uma condição metropolitana e fazê-lo comportar e exprimir os seus principais atributos – como “diversidade, dinamismo, crescimento, transformação e modernidade”²⁸¹ – não constituíram um processo de todo homogêneo, tampouco hegemônico o foi, antes, marcado por tensões, reveses e contramarchas. Da mesma maneira que houve quem apregoasse nos anos 1950, sem sucesso diga-se, a volta da sede do governo ao seu antigo posto, houve também aqueles que se arrogaram o dever de apelar por tradições ainda mais longínquas da cidade, as quais foram sistematicamente apagadas da sua área central desde fins do século XIX.

A reconstrução dos edifícios jesuítcos do Pátio do Colégio foi, assim, um contundente indício dessas conflitantes transformações urbanas. A sua exibição em meio à dinamização

²⁷⁹ LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Op. Cit p. 153.

²⁸⁰ MEYER, Regina Maria P. Op. Cit. p. 29.

²⁸¹ LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Op. Cit. p. 150.

vertical do centro revelava, ainda, a relevância simbólica que os antigos jesuíticos edifícios tinham para alguns influentes setores da sociedade paulistana de então. Ora, estes conseguiram impingir, ou melhor, evocar, naquele supervalorizado e disputado solo do centro da cidade parte de suas antigas e um tanto renegadas tradições, sobretudo as imbricadas a religião católica.

3.3 Do profano ao sagrado

Ao traçar um breve perfil conceitual dos centros urbanos, o arquiteto Flávio Villaçã argumentou que estes se efetivaram como tais, historicamente até meados do século XIX, por exaltarem “Deus, o Estado e a classe dominante”²⁸²; a partir de então, porém, os dois primeiros elementos deixaram de ter grande destaque para o centro da “cidade capitalista”, desenvolvida em favor, entre outras coisas, das vicissitudes de um intenso uso do seu solo, propulsor da instalação do comércio varejista e dos serviços²⁸³. Murillo Marx, meditando sobre a mesma perda do caráter religioso no espaço comum das áreas centrais, destacou os processos de laicização que se precipitaram no Oitocentos, que culminaram com a vontade da cidade laica, de inspiração burguesa e parisiense²⁸⁴. Tendo em conta somente este último aspecto, pode-se definir que a configuração adquirida pelo centro paulistano desde o início do processo de metropolização e urbanização da cidade foi fortemente correlata à teorização exposta pelos dois arquitetos. De fato, como já foi apontado, o que ocorreu no centro de São Paulo a partir dos anos 1870 foi um paulatino esvaziamento de suas funções de poder e religiosas. Contudo, justamente no momento em que os dois processos acima indicados foram intensificados, a religião voltou a ser materializada no centro, como puderam atestar a reconstrução dos edifícios jesuíticos do Pátio do Colégio e, não muito distante dali, as obras de construção da Catedral da Sé. Ambas as empreitadas – levadas a cabo, inclusive, com o apoio e o aval do poder público local – foram, inicialmente, propagadas pelos seus artífices

²⁸² VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre o centro de São Paulo. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio. (orgs). **Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP/PROURB, Óculum Ensaios, 2004. p. 21.

²⁸³ Ibidem. p. 26.

²⁸⁴ MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 2003.

como uma resposta aos efeitos das transformações materiais do centro da cidade para, depois, terem explicitados os sentidos de expor o conteúdo de suas alegorias dentro daquela dinâmica urbana.

Como já foi brevemente mencionado na abertura deste capítulo, as manifestações favoráveis a reconstrução dos edifícios do Pátio do Colégio foram pontuadas por certa crítica às transformações materiais da cidade. Entre os diversificados agentes propositores da empreitada, dos padres jesuítas e seus ex-alunos até os políticos, acadêmicos e arquitetos envolvidos com as obras e os debates em torno delas, foi comum a menção a generalizações do tipo “onda de demolições ou destruições” que, para eles, era negativamente vivida à época. Como indicou a matéria do jornal *Folha da Noite* de 22 de março de 1954 que, por ocasião da inauguração da antiga cabana de madeira e palha no Pátio do Colégio, entrevistou o secretário da Comissão Pró Monumento Histórico da Fundação de São Paulo, o historiador José Nunes Vilhena:

o professor Vilhena esclareceu que a A.S.I.A., dessa forma, tenta remediar [com a reconstrução da cabana] a destruição do monumento histórico ali existente, frisando: “agora, podemos reconstruir tudo. Com os elementos históricos que possuímos, levantaremos não só a cabana, mas também todo o conjunto igreja-colégio [...] essa será uma forma de redirmos os erros dos paulistas, deixando que picaretas nefastas destruíssem o único e verdadeiro monumento de sua história regional”²⁸⁵.

Postura semelhante teve o vereador paulistano, e também um ocasional defensor da reconstrução, William Salem, para quem a cidade de São Paulo deveria ter o seu “patrimônio cultural e histórico preservado”, contanto, não se podia mais “admitir a onda de destruição que vai levando abaixo até mesmo a nossa tradição”²⁸⁶. É significativo notar que ambos, historiador e vereador, ao defenderem o retorno ou a manutenção das tradições suportadas pelos edifícios do conjunto arquitetônico jesuítico – o primeiro, sendo até bastante enfático, qualificou-o como o único e verdadeiro monumento da história regional – criticaram as correntes transformações da cidade, identificadas ora como “onda de destruição” ora como “erro dos paulistas” e “picareta nefasta”, uma vez que, não foram essas as transformações que “destruíram” os requeridos e enaltecidos edifícios religiosos, mas, o que elas “destruíram” foi o edifício do Palácio do Governo que, há cerca de sessenta anos, havia sido construído justamente sobre os alicerces dos primeiros.

²⁸⁵ DIA 22, grande missa campal na cabana de Anchieta. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 2, 22 mar. 1954.

²⁸⁶ CONSIDERA-SE oportuna e necessária a reconstrução da Igreja edificada por Anchieta no Pátio do Colégio. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 7, 6 out. 1953.

Outra aparente e não menos significativa contradição presente nesses primeiros discursos foi o difícil ajuste entre as críticas às demolições “das tradições da cidade” e o pedido de uma reconstrução que, para efetivar-se, implicaria noutra demolição. Essa confusão explicitou-se, por exemplo, na já citada (ver capítulo 1) manifestação do Movimento Feminino Pró Igreja do Pátio do Colégio. O movimento liderado pela Liga das Senhoras Católicas de São Paulo já dizia em seu próprio nome qual era o seu principal objetivo, porém, até juntar-se às vozes pedintes da reconstrução, percorreu caminho um tanto peculiar, posicionando-se inicialmente

contra a demolição do edifício onde funcionou a Secretaria de Educação do Estado, situado no pátio do Colégio, por considerá-lo um próprio histórico [...] informadas de que se pretende demolir aquele edifício para, em seu lugar, construir-se um belvedere, resolveram as senhoras da sociedade paulista promover um grande movimento público para impugnar qualquer ato administrativo que determine a demolição dos únicos vestígios que ainda restam do marco zero da fundação da cidade²⁸⁷

Dando seqüência à abordagem das posturas das venerandas senhoras paulistas, esclareceu-se o porquê da defesa à preservação do Palácio do Governo, obviamente esta não teria sido desencadeada por um apego às formas ecléticas do edifício ou às suas funções originais, muito menos ao período histórico a que este edifício poderia aludir – os primeiros anos do Período Republicano e a *belle époque* paulistana – mas, o que as mobilizavam àquela altura não era sequer visto – ao menos com certa facilidade – no local:

visa o protesto das senhoras paulistas impedir que desapareçam definitivamente os últimos vestígios dos primitivos edifícios subsistentes dos alicerces e velhas paredes ocultos sob o edifício que foi sobre eles adaptado, para construir a sede do governo e mais tarde ocupado pela Secretaria da Educação²⁸⁸

A preocupação e o interesse do movimento de cunho religioso convergiram, então, para o único vestígio material de construção jesuítica ainda existente no local, qual seja, uma resistente parede de taipa que lá permaneceu às sucessivas transformações dos edifícios [figura 12]. Nesse caso, o edifício do Palácio foi destacado não por suas características e possíveis valores, mas por conter em sua estrutura algo que não lhe era próprio. Ao valorarem a parede de taipa, no entanto, as líderes religiosas não iniciaram qualquer discussão preservacionista acerca de vestígios arqueológicos ou de manutenção de ruínas, como

²⁸⁷ MOVIMENTO feminino pró-Igreja do Pátio do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 7, 20 mai. 1953.

²⁸⁸ Ibidem.

denotaram o posterior entusiasmo com que aderiram as idéias de reconstruir os antigos edifícios²⁸⁹.

Figura 12 – Fotografia das paredes de taipa, 1953
Fonte: CONDEPHAAT (1977, p. 12)

Para além de indicar a condição de palimpsesto²⁹⁰ da cidade construída e reconstruída a todo instante, a particularidade um tanto incoerente da manifestação do movimento favorável a reconstrução deixava claro que este não era propriamente um crítico dessa condição. Mas, assim como para as outras duas posturas supracitadas e igualmente revestidas por um ambíguo caráter anti transformações, o crucial era restabelecer no centro da cidade as antigas construções do Pátio do Colégio, mesmo que estas ocasionassem nas demolições de paredes de taipa ou de um edifício que há mais de meio século integrava a paisagem paulistana.

Noutras palavras, o importante era impor – e expor – novamente ao centro paulistano o seu antigo componente colonial e, principalmente, religioso, para lembrar e explicitar o quanto a história e o desenvolvimento da cidade foram tributários de uma matriz originária de cunho católico. A falta de um maior discernimento, por parte dos proponentes da reconstrução, do momento ao qual se referiam quando falavam, por exemplo, em “onda de demolições” foi uma evidência dessa intenção. Ou seja, essa referência bastante genérica

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ TOLEDO, Benedito Lima de. Op. Cit.

poderia aplicar-se tanto ao momento em que elas eram proferidas, os anos 1950, quanto ao quartel final do século XIX e as três primeiras décadas do XX, uma vez que ambos os períodos foram marcados por transformações urbanas que, entre outras coisas, apagaram e/ou desvalorizaram a presença religiosa no centro da cidade. Para os requerentes da reconstrução, esse aspecto qualificava o período situado, aproximadamente, entre os anos 1870 e 1950 como um único processo de esvaziamento da religião na organização urbana local. Ora, justamente no início desse processo ocorreu o que se convencionou denominar de a “Segunda Fundação de São Paulo” que, evidentemente, nada de semelhante tinha com a “primeira fundação” advinda de uma missão jesuítica e representada pelos pleiteados edifícios do Pátio do Colégio.

Até precisamente o ano de 1954, quando dois importantes marcos – Pátio do Colégio e Catedral da Sé – começaram a ser reabilitados na região central, a religião católica não foi o alvo dileto dos representantes do poder público em suas intervenções e propostas de reformas urbanas. Isto se aplicou, inicialmente, a tríade de governantes que propiciaram os três grandes momentos de transformações da cidade ou os seus três “surtos urbanísticos”: João Teodoro (1872-1875), Antonio Prado (1899-1911) e Raimundo Duprat (1911-1914).

A esses três dirigentes é comumente imputado pela historiografia um papel de liderança e responsabilidade na dinamização urbana imposta por planos do poder público e da configuração laica e republicana²⁹¹ que o Centro da cidade exibiu até os anos 1930. A considerar o arco temporal abalizado entre o começo e o fim das três gestões, verificaram-se algumas obras de grande porte como, por exemplo, o início do saneamento da Várzea do Carmo, o Jardim da Luz, além das urbanizações do Anhangabaú e do Parque Dom Pedro II. Para implementá-las, no entanto, foram desfigurados os antigos marcos urbanos locais, quais sejam, “as inúmeras igrejas e conventos que simbolizavam as forças que regiam a vida na cidade colonial”²⁹².

Além das já abordadas transformações ocorridas à época no Pátio do Colégio, ao menos outras três importantes igrejas e seus largos contíguos foram alvejados: igrejas e largos do Rosário, dos Remédios e, sobretudo, da Sé. Os dois primeiros casos tiveram trajetórias bastante semelhantes, a Igreja do Rosário foi desapropriada e demolida em 1904 e o seu largo correspondente transmutou-se em um dos pontos nevrálgicos do centro no início do século

²⁹¹ LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. p. 119.

²⁹² Ibidem. p. 119.

XX, a Praça Antonio Prado, nome que referenciou o então prefeito da cidade²⁹³, figura máxima das transformações gestadas no início do Período Republicano; a Igreja dos Remédios, por sua vez, não chegou a ser demolida nesse período, mas o largo vazio a sua frente que lhe garantia visibilidade, imponência e realçava a sua função de preponderância na organização daquele espaço foi esvaziado e transformado também em uma praça arborizada, tendo ainda em seu epicentro um monumento que passou a dividir com a igreja o papel de destaque que outrora lhe era exclusivo²⁹⁴.

A Praça da Sé, nomenclatura hoje utilizada para referir-se ao local, também não ficou alheia às transformações. E, se de fato a sua vocação religiosa nunca chegou a perder espaço, a essa época ela foi atenuada, dividida ou, no mínimo, preterida em razão de outros enfoques tidos como prioritários para a região. A perda de sua feição inicial ocorreu em 1912, quando foi efetivada a demolição da catedral colonial e iniciou-se o processo de reformulação do antigo largo, visando por em prática um plano para instalar no local um novo centro cívico da cidade e uma nova catedral. Tal plano não foi inteiramente concretizado²⁹⁵ e a catedral só viria a ser parcialmente inaugurada em 1954, ainda que sem as suas duas torres previstas em seu projeto original. Até essa última data, então, o local que havia permanecido por cerca de trezentos anos como uma referência religiosa para a cidade, comportando além de sua igreja matriz a Igreja São Pedro, teve uma fisionomia bastante descaracterizada e difusa:

assim, a Praça da Sé, entre os anos de 1912 (demolição da antiga Sé) e 1954 (inauguração da nova catedral), ficou marcada como um grande descampado em sua parte central, cuja área era utilizada como estacionamento, tendo ao fundo a quase eterna imagem da catedral em construção, com suas torres inacabadas [...] aos poucos, as silhuetas de outros edifícios foram se definindo ao redor da praça, como o Palacete São Paulo e o Palácio da Justiça. Todos ecléticos, com estrutura de concreto armado, abrigavam o setor de comércio e serviços²⁹⁶.

O longo período em que a Catedral da Sé permaneceu inacabada indicou a importância que a religião católica teve para aqueles que conduziram os planos urbanos da cidade durante esses anos, ou seja, quase nenhuma. Após a significativa trinca dos prefeitos que, embevecidos por princípios republicanos de separação Igreja/Estado, secularizaram a

²⁹³ TOLEDO, Benedito Lima de. Op. Cit. p. 89; CAMPOS, Eudes. São Paulo na visão classi[c]ista de Prestes Maia. In: **Cidade: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo**, nº 4 – A saga da metrópole e seu inventor: cem anos de Prestes Maia. São Paulo, 1996. p. 42.

²⁹⁴ LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Op. Cit. p. 115.

²⁹⁵ BRUNA, Gilda Collet; SIMÕES JR, José Geraldo. Transformações no centro histórico e renovação da Praça da Sé no início do século XX. In: CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JR, José Geraldo. (orgs). **Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo**. São Paulo, Editora Senac – Imprensa Oficial, 2006. pp. 29-30 e 31.

²⁹⁶ Ibidem. pp. 32 e 36.

região central da cidade, destacaram-se as duas gestões de Prestes Maia (1938-1945), indicado pelo interventor Adhemar de Barros. Até mesmo de um ponto de vista pessoal, a religião não foi algo tão relevante para ambos os políticos. Adhemar de Barros, apesar de sua ascendência remontar à aristocracia rural paulista do século XVIII²⁹⁷ e ter, portanto, uma filiação familiar bastante afim às filiações dos membros que compunham a Comissão Pró Monumento Histórico do Pátio do Colégio, nunca se engajou muito em movimentos ou campanhas religiosas como era característico nesse meio social, e, por ocasião de seu segundo mandato como governador (1963-66), impôs, ainda, alguns entraves para a continuidade das obras de reconstrução dos edifícios jesuítos²⁹⁸. Já em relação à atuação pública de Prestes Maia, parece que a sua formação inicial – católica e adquirida no tradicional Colégio São Bento da capital – foi mesmo sobrepujada por sua formação secundária e racional de politécnico²⁹⁹; de modo que, aquilo que fosse ligado ao passado ou as tradições da cidade e representasse um obstáculo para implementação de planos, qualificados por ele como modernizadores, seria removido.

O trecho seguinte é emblemático das posturas de Prestes Maia e ao mesmo tempo revelador de sua concepção do que era ou do que deveria ser a cidade daquele momento. Trata-se de um prefácio intitulado *São Paulo no IV Centenário* que o então ex-prefeito escreveu a um álbum de fotografias de São Paulo publicado exatamente no ano de 1954:

esta [São Paulo] não só cresce quantitativamente em população e área, como incessantemente demole e constrói, rasga avenidas e canais, lança pontes e viadutos, mudando de fisionomia. Desapontar-se-á por isso o turista que, por sabê-la das mais antigas cidades do país, nela procurar velhos edifícios ou aspectos tradicionais, encontrando em tantas outras da América espanhola e do próprio Brasil. Essas curiosidades veneráveis são comuns em Minas, no Nordeste e mesmo no Rio, mas não em São Paulo. O encanto desta cidade reside na sua atividade e no seu modernismo. Costumam dizer os norte-americanos que é, fora dos Estados Unidos, a cidade mais semelhante às suas³⁰⁰.

Entre os edifícios católicos subtraídos da paisagem central da cidade durante as obras de implantação do plano de avenidas do prefeito Prestes Maia destacaram-se a supracitada

²⁹⁷ CANNABRAVA FILHO, João. **Adhemar de Barros: trajetória e realizações**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2004. pp. 17-20

²⁹⁸ Ver capítulo 4.

²⁹⁹ **Cidade: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo**, n° 4 – A saga da metrópole e seu inventor: cem anos de Prestes Maia. São Paulo, 1996.

³⁰⁰ LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Op. Cit. p. 160.

Igreja da Nossa Senhora dos Remédios e os Convento e Igreja do Carmo, conjunto arquitetônico colonial situado na ladeira do Carmo³⁰¹.

Essas freqüentes demolições e/ou desfigurações de igrejas não devem ser atribuídas a uma iconoclastia anti religiosa de Prestes Maia ou dos outros três agentes citados como condutores das transformações urbanas. Não se tratou de uma prática obstinada para acabar com os símbolos católicos do centro de São Paulo, porém, àquela altura, estes eram considerados entraves ao desenvolvimento da cidade, não combinavam nem com a imagem do centro laico do poder político e do comércio elitizado das primeiras décadas do século XX, tampouco com o centro dinâmico do poder econômico/financeiro dos anos 1940/50, período profícuo na produção de novos símbolos urbanos³⁰².

Contra esse estado de diminuição da presença física da religião católica no espaço central da cidade – por sua vez, indicativa da própria diminuição do papel da Igreja na sociedade e das suas conseqüentes reformulações³⁰³ – voltaram-se os paladinos e os agentes da reconstrução do Pátio do Colégio, entre os quais se encontravam, inclusive, alguns agentes com influência e poder de decisão suficientes para levar a cabo a empreitada, como o deputado Yukishigue Tamura, o procurador-geral do Estado Cesar Salgado, o arquiteto da prefeitura e professor da Universidade de São Paulo Carlos Alberto Gomes Cardim Filho e o governador Lucas Nogueira Garcez. Este último pode ser considerado, ainda, um contraponto aos seus antecessores Adhemar de Barros e Prestes Maia, na medida em que, concomitantemente às suas lides públicas, sempre foi afeito às atividades religiosas, como já foi demonstrado no primeiro capítulo.

Novamente, as falas dos defensores da reconstrução – já com sua faceta crítica das transformações materiais da cidade relativizada – evidenciaram o realce que foi dado à religião católica, como denotou a manifestação do professor Antônio Paim Vieira:

³⁰¹ TOLEDO, Benedito Lima de. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa das Artes/ABCP, 1996.

³⁰² DIÊGOLI, Leila Regina. A Arquitetura Oficial e o Estado Novo. In: **Cidade: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo**, n° 4 – A saga da metrópole e seu inventor: cem anos de Prestes Maia. São Paulo, 1996. pp. 46-53. De acordo com a autora, os principais símbolos arquitetônicos dessa época eram “a nova agência do Banco do Estado de São Paulo, da Praça Antonio Prado, o Viaduto do Chá com o Parque Anhangabaú reestruturado, o túnel Trianon e a Avenida Nove de Julho, a Biblioteca Municipal, o Estádio Municipal e o Parque Infantil da Vila Romana [...]”.

³⁰³ AUGUSTO, Adailton Maciel. O laicato paulistano: formas e presença no período pré-conciliar. In: VILHENA, Maria Angela; PASSOS, João Décio. (orgs). **A Igreja de São Paulo: presença católica na história da cidade**. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 275. Para o autor, “a década de 1950 marca um momento divisor atuações [da Igreja católica], pois começa a surgir uma tensão dentro da Igreja, sobretudo nos setores mais ligados diretamente à esfera política e social, como os membros do JOC (Juventude Operaria Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica). Na convivência com outros grupos políticos, começam a sentir dificuldades em difundir as posições conservadoras tradicionalmente mantidas e sustentadas pela Igreja. Assim, passam a preocupar-se com perspectivas de uma abertura para uma problemática social, já pré-anunciando o modelo de Igreja popular das décadas de 1970 e 1980”.

a eloquência da Igreja do Colégio acha-se na singeleza de suas formas fortes e despretensiosas, como que espalhando as virtudes cristãs que difundiu e a consagraram no apreço das gerações³⁰⁴

E o secretário da Comissão condutora das obras de reconstrução, José Nunes Vilhena, assim se manifestou quando da inauguração do novo/velho Colégio jesuítico e do torreão da Igreja:

o edifício, reedificado em parte, é um Monumento Histórico, mas, um monumento-colégio, que funcionará recordando as nossas origens com as suas sagradas tradições, qual marco fundamental de nossa civilização. Ao apontá-lo dirão todos: Aqui nasceu São Paulo e este edifício é o seu marco inicial³⁰⁵.

As funções e valores que ambos atribuíram aos edifícios reconstruídos não deixaram dúvidas do veio tradicionalista e religioso da empreitada de reconstrução do Pátio do Colégio. Para o primeiro, aos edifícios jesuíticos estavam acopladas as “virtudes cristãs”, enquanto que, para o segundo, com uma abordagem não muito diferente, eles representavam as “mais sagradas tradições” locais. Foi, ainda, bastante expressiva a menção feita por Nunes Filho de que aquela parte já reconstruída do conjunto arquitetônico aludia ao nascimento da cidade de São Paulo, era o seu “marco inicial” e, portanto, “ao apontá-lo, todos dirão: aqui nasceu São Paulo”.

Ora, definir o Colégio e o torreão reconstruídos – juntamente com o componente religioso que suportavam – como o marco inicial da formação da cidade era uma forma bastante perspicaz de indicar o quão a história e a origem da cidade de São Paulo eram devedoras do catolicismo, apesar das constantes perdas de igrejas e das recorrentes reformas promotoras da secularização do Centro da cidade, então o seu espaço mais importante e de maior vitalidade. Completando a frase proferida pelo secretário José Nunes Vilhena, sugestiva de um efeito inculcado aos edifícios, pode-se aventar que “ao apontá-lo, todos dirão: aqui nasceu São Paulo” e ela adveio de uma missão religiosa.

Desse modo, com a inauguração do referido conjunto arquitetônico, em 1961³⁰⁶, parte do objetivo dos propositores da reconstrução do Pátio do Colégio estaria cumprida e a religião católica e a presença jesuíta voltavam a ser materializadas no centro da cidade, imposta por meio de um de seus edifícios/símbolos. Este passaria ainda a rivalizar com os antitéticos

³⁰⁴ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. O Pátio do Colégio. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1975. p. 86.

³⁰⁵ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de Historia**. n. 7, pp. 53 – 61, São Paulo, 1970.

³⁰⁶ SERÁ inaugurada em futuro próximo a ‘Casa de Anchieta’ reconstruída. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 16 jul. 1961.

edifícios das secretarias da Justiça e da Agricultura [ver figura 15], dois representantes da antiga configuração da área como um centro laico de poder, e também com as numerosas – e não menos antitéticas – sedes bancárias que seguiam em direção oposta pela Rua Boa Vista, marcos do presente desenvolvimento da cidade.

Sem a proposta e a implementação de planos urbanos que alterassem o perfil do entorno do edifício do Colégio e do torreão³⁰⁷, a reconstrução foi valorada e viabilizada, durante essa sua primeira fase, entre os anos 1954/61, exclusivamente com o intento de efetivar um monumento de exaltação religiosa perante a ameaçadora laicização do Centro de São Paulo, sentida pelos influentes agentes sociais – já identificados no primeiro capítulo – que deram cabo da empreitada. A perda de influência social desses mesmos agentes ou, antes, da religião católica e das tradições locais para os novos setores decisórios da cidade e até mesmo do arrefecimento das discussões públicas acerca da fundação da cidade e de seu passado, como as que foram suscitadas pelas comemorações do IV Centenário, atravancaram por cerca uma década a continuidade das obras. Quando estas foram retomadas, já nos anos 1970, elas novamente entrecruzaram-se com as contingências históricas do Centro daquele momento, menos pujante ou, talvez, menos central, mas ainda alvo de significativos planos do poder do público e de profundas mudanças físicas e funcionais.

³⁰⁷ A MUNICIPALIDADE construirá um logradouro público destinado a rememorar o local da fundação da cidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 25 jun.1953. Vale lembrar que o plano proposto pela Prefeitura em 1953 de transformação do local em centro cívico não progrediu. Ver capítulo 1.

Parte II

Capítulo 4 – Novas vontades de lembrar: entre o passado e o presente

A tímida inauguração da reconstrução do Colégio jesuítico e da torre pertencente à Igreja ocorreu em 1961, sem muito alarde e com uma cobertura jornalística de pouca intensidade. O evento foi pouco noticiado nos três principais periódicos paulistanos³⁰⁸ – cabendo somente ao *Correio Paulistano* anunciar a “retirada dos tapumes” em sua edição de 16 de julho de 1961³⁰⁹. Essa pouca repercussão aponta para um possível esfriamento do debate público acerca da reconstrução, que já se arrastava por quase uma década, revelando ainda o que era essencial à empreitada naquele momento, ou seja, ela não havia atingido o seu objetivo final e estava apenas em sua metade.

A referida edição do *Correio Paulistano* noticiou que o processo de reconstrução do Pátio do Colégio ainda não tinha terminado e que, portanto, os seus requerentes e artífices, além de comemorar o que já estava erguido, se deparariam, com uma nova etapa: “o problema mais árduo que ora enfrenta a Comissão do Monumento Histórico é a obtenção do terreno que vizinha a torre da Igreja ora nas mãos do governo estadual”³¹⁰. De fato, por imprevidência ou por esquecimento, aquilo que fora previsto na Lei nº 2.658 de 1954, a reconstrução do colégio e igreja jesuíticos “tanto quanto possível nos limites de suas fundações originais” – não pôde viabilizar-se, uma vez que o terreno então doado aos jesuítas referia-se unicamente a área do antigo Colégio, edifício que passou a ser sede do poder da capitania desde 1776. Já o trecho de terra correspondente à Igreja, foi transmutada em leito carroçável quando de suas desapropriação e demolição em 1896 [ver figura 10] e permanecia como via pública.

Desse modo, restava aos agentes favoráveis à reconstrução perseverarem novamente junto à sociedade e, sobretudo, ao poder público, para angariar o apoio necessário e adquirir o terreno da Colina Histórica que lhes faltava para completar a sua “elevada missão histórica,

³⁰⁸ Trata-se dos três jornais referentes à primeira fase das obras consultados durante a pesquisa: **Folha Manhã** e **Folha da Noite** (pertencentes ao mesmo grupo e posteriormente unificados sob o título **Folha de São Paulo**), **O Estado de São Paulo** e o **Correio Paulistano**.

³⁰⁹ SERÁ inaugurada em futuro próximo a ‘Casa de Anchieta’ reconstruída. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 16 jul. 1961.

³¹⁰ Ibidem.

cívica, cultural e religiosa”³¹¹, tal como os próprios agentes definiam a reconstrução. No entanto, por mais que esses últimos alegassem que se tratava de uma questão simples, a ser determinada por lei, essa aquisição não foi tão fácil, mas prolongou-se até o último ano da década de 1960. E, até que a empreitada encontrasse a acolhida entre figuras políticas influentes que pudessem defendê-las e efetivá-las, como outrora fizeram os solícitos deputado Yukishigue Tamura e o governador Lucas Nogueira Garcez, ela foi alvo de novas campanhas, mobilizações e debates. Esses foram, aliás, bem menos intensos durante os anos 1960, uma década de impasses para a continuidade das obras, mas acabaram por ser sensivelmente amplificados e catapultados como um dos assuntos mais candentes da cidade a partir do início da reconstrução da igreja em 1969.

Esse intervalo das obras de reconstrução do conjunto do Pátio do Colégio fez com que seus promotores enfrentassem novos argumentos contrários, para além daqueles laicos que antes se opunham às intenções marcadas pelo viés tradicionalista e religioso. Além disso, a partir da década de 1970, houve uma redefinição dos grupos oponentes mediante a intromissão de novos agentes às discussões sobre os destinos do local histórico, alguns deles entusiastas pela continuidade das obras e outros sendo, sob novas justificativas, seus críticos contundentes.

Se, no decorrer dos anos 1950, as comemorações do IV Centenário da cidade e suas práticas de exaltação dos símbolos e alegorias do passado colonial paulista incrementaram os debates em torno da fundação e, por certo, representaram um período fértil para o início da reconstrução, durante os anos 1960 essas práticas ficaram circunscritas a uma parcela ínfima da população, para na década seguinte perder ainda mais a sua força. Se, na primeira parte das obras, a legitimidade do projeto arquitetônico da reconstrução de um edifício histórico não foi sequer questionada – pelo contrário, foi consonante com as posturas oficiais de preservação da época –, nos anos 1970, essa dimensão foi a pauta das principais críticas que as obras receberam ao longo de toda a sua trajetória. Além disso, o centro da cidade, antes pujante e pulsante, apresentava-se, agora, já bastante modificado e esvaziado de suas funções de centralidade. Veremos como ambos os quadros tiveram papéis decisivos para o debate, a contestação e a própria vitória da reconstrução.

Esses novos tópicos figuraram inicialmente nos trâmites políticos em torno da doação do terreno necessário para a continuidade da reconstrução. Sobre essa questão foram mobilizadas as esferas estadual e municipal de poder, sendo os agentes dessa última esfera

³¹¹ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n° 268, Ano 63, pp. 58-59, 1953.

mais favoráveis e incentivadores das obras que os representantes da primeira. Em ambas as esferas, porém, a reconstrução foi atacada e defendida sob alguns novos argumentos que, superada a dificuldade mais imediata de obtenção da área correspondente ao edifício da igreja, pautariam intensos debates públicos, sobretudo na imprensa, acerca da reconstrução.

Assim, expostos sumariamente o cenário e as forças atuantes nessa segunda etapa de reconstrução do Pátio do Colégio, pode-se entrever que ela não seria facilmente implementada. De fato, a duração de sete anos verificada entre a doação do terreno aos jesuítas (1954) e a finalização do colégio e da torre (1961) tornou-se quase exígua perante os dez anos que separaram o início e a finalização das obras da antiga igreja, ocorridas respectivamente entre os anos de 1969 e 1979. Ainda mais morosa e complicada tornou-se essa segunda etapa da reconstrução quando somados a esses dez anos os outros nove em que os seus proponentes esperaram para receber o trecho de terra necessário para complementar o refazimento total do conjunto arquitetônico. Todo esse tempo era indício de que a reconstrução continuava polêmica e ainda fortemente tensionada entre diferentes propostas de utilização e configuração daquele espaço.

4.1 Igreja, leito carroçável ou “monumento apócrifo”? Impasses com a esfera estadual

os responsáveis pelas obras do Pátio do Colégio esperam inaugurar a 25 de janeiro de 1959 o prédio que representará o primitivo colégio de São Paulo [...] após concluído o primitivo colégio, serão atacadas as obras da Igreja. Esta, que será erguida com as mesmas dimensões da primitiva estender-se-á alguns metros adiante da antiga torre que ainda permanece de pé na extremidade do Pátio do Colégio. O governo do Estado, todavia, até agora não se manifestou sobre a cessão daquele espaço que os historiadores julgam indispensável para reconstruir, com absoluta fidelidade às suas proporções, o templo usado pelo pe. Anchieta³¹²

o paulistano já se acostumou com o edifício deliciosamente antigo do Pátio do Colégio. Dois andares, caiado de branco, comprido. Janelas e portas grandes, pintadas de verde. O lado direito prolonga-se numa torre de Igreja. Percebe-se que falta algo: o templo. Todos sabem que esse é o monumento-edifício que assinala a fundação de São Paulo. Todavia, sua história, as peripécias que tem vencido para atravessar o tempo e marcar o espaço, e, acima de tudo, suas funções atuais, muitos desconhecem³¹³

As duas matérias acima – extraídas respectivamente dos jornais *Folha da Manhã* de agosto de 1958 e *Correio Paulistano* de agosto de 1962 – indicaram que a aquisição do terreno para reconstrução da Igreja jesuítica era então a tarefa a ser enfrentada. No entanto, se a primeira delas, ao anunciar a inauguração do Colégio, denotou maior credulidade e abordou as obras quase como um ato contínuo, “após concluído o primitivo Colégio, serão atacadas as obras da Igreja”, a segunda, publicada exatamente três anos mais tarde, foi bem mais reticente, anunciando, primeiramente, que o paulistano já havia se acostumado com o “edifício deliciosamente antigo do Pátio do Colégio”, embora exibido pela metade [ver figura 5], e, em seguida, apontando para as “peripécias” pouco conhecidas e subjacentes à empreitada. A presente situação foi detalhada na sequência da matéria do *Correio*:

³¹² SERÁ concluída até janeiro do próximo ano a reconstrução do antigo colégio de São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 8, 19 ago. 1958.

³¹³ COLÉGIO de Anchieta volta a ser escola 400 anos depois. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 6, 19 ago. 1962.

atualmente, falta reedificar-se a Igreja, e isto está dependendo da cessão, por parte do governo, de uma área de 14 metros do Pátio. Como aconteceu com o Colégio, os alicerces, ainda existentes, serão conservados na medida do possível e reconsolidados a base de concreto armado. Obedecer-se-á, rigorosamente, à técnica antiga [...] ³¹⁴

Ao período em que o conjunto arquitetônico permaneceu inacabado não correspondeu, portanto, uma ausência de articulações que visassem efetivá-los. Houve, porém, certo arrefecimento dos outrora intensos debates, embates e eventos públicos alusivos à história local engendrados na década passada, como, por exemplo, aqueles marcados pelas discussões públicas entre anchietanos e nobreguenses sobre a fundação da cidade ³¹⁵. Os temas propalados pelos congressos e lançamentos editoriais de estudos históricos viabilizados pelo IV Centenário ³¹⁶ e o destaque que foi dado, ainda no âmbito dos festejos, à construção de monumentos portadores de alegorias passadistas também foram perdendo impacto e acolhida social.

De acordo com Marins, no IV Centenário ocorreu o último momento significativo de práticas de exaltação ao passado de São Paulo pela figura do bandeirante ³¹⁷, personagem que deixou paulatinamente de fazer parte de uma agenda pública para monumentos públicos. O mesmo pode ser aqui aproximado em relação à falta de atitude do governo perante as inconclusas obras do Pátio do Colégio ou quanto à ausência de grandes mobilizações populares para tanto. Contudo, o passado continuava a importar aos agentes requerentes da reconstrução e, uma vez mais, eles fundaram círculos e organizaram-se em torno de grupos e entidades cuja finalidade essencial era enaltecê-lo. Para além das já existentes Comissão Pró Monumento Histórico do Pátio do Colégio e Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo, foi formada a Associação dos Cavaleiros de São Paulo (ou Ordem dos Cavaleiros de São Paulo), entidade das mais recorrentes durante os anos 1960 e 70 quando o assunto foi o incerto destino daquela Colina Histórica, embora a antiga Comissão não tenha deixado de figurar ao longo de toda a reconstrução.

As primeiras menções na imprensa à Associação dos Cavaleiros de São Paulo e aos nomes que inicialmente dela faziam parte informam que ela existia desde 1956 ³¹⁸. Como relatou o *Estado de São Paulo*, no mês de dezembro daquele ano, os membros da Associação – os designados cavaleiros – reuniram-se na torre do Pátio do Colégio para definir a diretoria

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ QUARENTA, Ednilson A. Op. Cit.

³¹⁶ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Op. Cit. p. 95.

³¹⁷ MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit.

³¹⁸ A ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo e as comemorações do próximo dia 25. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 10, 22 jan. 1957.

que atuaria durante o triênio 1956/59: “presidente dr. Francisco Machado de Campos, primeiro vice-presidente padre Fernando Pedreira de Castro, segundo vice-presidente dr. Aureliano Leite, primeiro secretário professor José Nunes Vilhena, segundo secretário professor Alfredo Gomes, primeiro tesoureiro dr. Ubaldo Franco Caiuby e segundo tesoureiro dr. Manuel Ubaldino de Azevedo”³¹⁹. Se comparados com os nomes que antes já haviam aderido às campanhas para a reconstrução do Pátio, nota-se a repetição de três entre os sete integrantes da diretoria, com destaque para o atuante José Nunes Vilhena, primeiro secretário dos Cavaleiros e também da Comissão Pró Monumento.

Essa primeira lista de nomes foi a primeira a circular na imprensa, porém, logo no seu surgimento, a confraria já contava com cerca de duzentos associados e, ao longo de sua trajetória, foram bastante comuns as nomeações de outros membros. Como se verá nas partes seguintes desta dissertação, nenhum agente que durante os anos 1960/70 tenha se sensibilizado ou tomado medidas em prol do restabelecimento dos edifícios jesuítcos ficou sem o seu título de “Cavaleiro de São Paulo”. O que, aliás, não soou estranho, uma vez que, no momento da obtenção de tal título o contemplado deveria prestar “juramento de defender as tradições nacionais e paulistas de cunho cultural, moral e cristão”³²⁰.

Os propósitos e objetivos da Associação de Cavaleiros, já indiretamente indicados, foram explicitados em diferentes períodos pelos jornais *Folha da Manhã* e *Folha de São Paulo*. O primeiro, em sua edição de janeiro de 1957, além de ter informado quais eram os reais e prementes interesses que mobilizavam os membros da associação, forneceu também alguns dados da sua recente fundação:

a entidade que se fundou há menos de um ano, sob os auspícios da Companhia de Jesus, sob o nome Associação dos Cavaleiros de São Paulo [...] iniciou suas atividades com mais de duzentos sócios [e] tem por finalidade o culto das tradições paulistas e, como objetivo mais imediato, pretende a reconstrução da Igreja do Colégio³²¹

Anos mais tarde, tais finalidades foram reafirmadas. Em duas oportunidades, o jornal *Folha de São Paulo* ao divulgar alguns dos eventos promovidos pela Associação aproveitou para lembrar os seus objetivos: a primeira anunciou que os novos cavaleiros então empossados no Pátio do Colégio juraram “zelar pelas tradições paulistas”³²²; a segunda

³¹⁹ ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 13 dez. 1956; ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 6, 15 dez. 1956.

³²⁰ **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 30, 15 fev. 1974.

³²¹ A ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo e as comemorações do próximo dia 25. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 10, 22 jan. 1957.

³²² **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 30, 20 fev. 1973.

mencionou uma homenagem dos cavaleiros à um ex-prefeito da cidade, não sem atribuir qualificações à entidade: “essa magnífica associação que além de homenagear e enaltecer os grandes vultos de São Paulo do passado e do presente, divulga a cultura e o civismo”³²³. Ambos os eventos ocorreram no ano de 1973, num indício tanto da longevidade da Associação quanto da devoção dos cavaleiros aos seus princípios. De fato, eles estiveram e em muitos casos lideraram, por duas décadas, todos os acontecimentos de caráter tradicionalista da cidade, sobretudo, aqueles que aludiam à história paulista ou eram diretamente ligados aos conteúdos históricos implícitos ao Pátio do Colégio.

Numa de suas primeiras manifestações públicas, a Associação promoveu, no Pátio do Colégio, uma solenidade em comemoração à Independência do Brasil, fato transcorrido em solo paulista e, por isso, ufanado por segmentos mais jactanciosos do evento “paulista”. Oportunamente, o recém nomeado cavaleiro Aureliano Leite pronunciou um discurso bastante categórico, indicativo tanto da forma idealizada com que o passado era abordado quanto dos tópicos que, a ele ligados, mereciam ser destacados:

a Associação dos Cavaleiros de São Paulo e o Ateneu Paulista de História promoveram ontem, no Pátio do Colégio, às 20 horas e 30, uma solenidade, em comemoração à data da independência do Brasil. [...] discursou, a seguir, o acadêmico Aureliano Leite [...] fez elogios aos portugueses, guerreiros sempre a serviço de Deus e da Pátria, que não visavam riquezas ou qualquer proveito material, afirmando que maior riqueza não nos poderia ter deixado eles do que a história [...] encerrando seu breve discurso, declarou que agora precisamos construir um futuro que seja exemplo do nosso passado³²⁴

Os préstimos dos membros da Associação para com o local da fundação da cidade explicitaram-se logo na imediata ocupação que fizeram de seus edifícios. Antes mesmo que a primeira parte do antigo conjunto arquitetônico jesuítico fosse inaugurada, as reuniões que definiam os quadros e os planos de trabalho da Associação já eram realizadas no exíguo espaço interno da torre da Igreja³²⁵ [ver figuras 2 e 3]. Obviamente, então, quando da finalização das obras do Colégio, a Associação passou a ser um de seus principais ocupantes³²⁶.

Entre as novas atividades realizadas pelos Cavaleiros de São Paulo no recém inaugurado Colégio destacou-se a promoção de uma série de cursos de História. Ocorridos durante os anos 1960/70, pode-se dizer que tais cursos deram vazão as propostas da Associação de enaltecimento do passado local. A notícia sobre a oficialização e o

³²³ CAVALEIROS de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 46, 16 set. 1973.

³²⁴ PALESTRA sobre a Independência do Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 13, 8 set. 1960.

³²⁵ ASSOCIAÇÃO dos Cavaleiros de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 3 jan. 1957.

³²⁶ COLÉGIO de Anchieta volta a ser escola 400 anos depois. **Correio Paulistano**, São Paulo, 19 ago.1962.

reconhecimento do secretário estadual de Educação desse curso de História de São Paulo circulou no jornal *O Estado de São Paulo* em 15 de maio de 1962, quando foram também arrolados os seus inúmeros ministrantes, entre os quais figuraram Cesar Salgado, padre Fernando Pedreira de Castro, Lucas Nogueira Garcez, padre Helio Abranches Viotti, Ernesto de Souza Campos e Aureliano Leite³²⁷. Em outras ocasiões, os enfoques dos cursos foram mais especificados: no IV Curso da série, ocorrido em 1966, a aula inaugural proferida por Cesar Salgado tratou da atuação de “João Ramalho, o Patriarca”³²⁸; já, no ano seguinte, foram abordados os temas “Cidades Históricas Paulistas” e a atuação dos jesuítas na colonização do Brasil³²⁹.

Outras atividades que demonstraram a disposição dos membros da Associação para cumprirem o seu objetivo de “zelar pelas antigas tradições paulistas” foram os eventos que recorrentemente promoveram em comemoração a fundação da cidade; esta data, aliás, após o catártico 25 de janeiro de 1954, passou a ser sempre, se não exclusivamente, por eles lembrada e comemorada. A partir dessa data, cada nota publicada sobre o aniversário de São Paulo invariavelmente citava a Associação dos Cavaleiros. O que ocorreu logo no primeiro ano de funcionamento da entidade, quando, em 1957, ela promoveu num Pátio do Colégio ainda sem qualquer feição definida um programa de festividades que incluiu

hasteamento das Bandeiras Nacional e Paulista, missa campal, ‘benção das rosas’, assentamento da pedra angular que vai constituir o Monumento à Fundação da Cidade, plantação de 13 roseiras simbólicas e distribuição de flores³³⁰.

Foi esse o primeiro evento festivo em comemoração à fundação da cidade organizado sob os auspícios da Associação³³¹, que seria seguido de muitos outros. De modo que, ao final da década de 1960, tal evento já era considerado tradicional, como qualificou o *Estado de São Paulo* em 24 de janeiro de 1969:

³²⁷ OFICIALIZADO o curso de História de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p.11. 15 mai. 1962.

³²⁸ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 12, 16 set. 1966.

³²⁹ CURSO no Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 12, 19 ago. 1967.

³³⁰ 403º aniversário da fundação de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 18 jan. 1957.

³³¹ ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 3 jan. 1957. A Associação organizou uma comissão para tratar dos festejos, na qual constaram os seguintes nomes: José Augusto Cesar Salgado, capitão Amadeu Saraiva, major Roberto Baptista Martins, Cristiano Altenfelder Silva, Gumerindo de Padua Fleury, Mercio Prudente Correa, Ibraim Nobre, Guilherme de Almeida, Waldemar Ferreira, mons. Paulo Florencio Silveira Camargo, Antonio Benedito Machado Florence e Antonio Paim Vieira.

a Comissão do Monumento Histórico da Fundação de São Paulo, a Associação dos Cavaleiros de São Paulo, o Ateneu Paulista de História e a Sociedade de Amigos da Cidade, colaborando com o programa da Secretaria de Turismo Municipal, também participarão das comemorações do aniversário da cidade amanhã. No Pátio do Colégio, às 8 horas será rezada a tradicional missa de aniversário pelo cardeal Agnelo Rossi, seguida de bênção e distribuição de rosas. A seguir serão visitados os monumentos aos fundadores³³²

Porém, no transcurso dos anos 1960, nada causou maior furor entre os Cavaleiros de São Paulo do que a chegada à cidade de um fêmur do padre jesuíta José de Anchieta. Vindo diretamente de Roma em 1966, tal artefato desfilou em carro do Corpo de Bombeiros, foi cortejado pela população paulistana e ensejou dois eventos religiosos ocorridos na Praça da Sé e no Pátio do Colégio³³³. O “encarregado da coordenação dos trabalhos de transladação a São Paulo da relíquia de Anchieta”³³⁴ foi Cesar Salgado, àquela altura presidente da Associação dos Cavaleiros de São Paulo. À época, esta última, juntamente com outras entidades de acentuado cunho tradicionalista e/ou católico³³⁵, como IHGSP e a Liga das Senhoras Católicas, veiculou na imprensa o seguinte manifesto:

São Paulo se apresta para receber a preciosa relíquia do padre José de Anchieta, que se achava sob custódia da Cúria Generalícia da Companhia de Jesus. Trata-se de um fêmur do Taumaturgo, enviado a Roma em 1610 e ora restituído ao Brasil, para permanecer na capela votiva do Pátio do Colégio, nesta cidade, até a reconstrução, no mesmo local, da primitiva Igreja dos paulistanos. [...] na ocasião em que retorna a São Paulo uma partícula do corpo daquele a quem tanto deve a nossa terra, o povo desta cidade, que é bem a cidade de Anchieta, saberá, por certo, manifestar a sua gratidão e o culto ao Fundador, ao Mestre, ao Herói, ao Santo [...] que todos [...] compareçam com a mesma fé e o mesmo entusiasmo dos grandes dias da nacionalidade, para reafirmar a perenidade de nosso afeto a quem nos ensinou, pela primeira vez, as verdades do Evangelho e os símbolos da cartilha³³⁶

O manifesto foi emblemático das razões e das determinações da Associação dos Cavaleiros de São Paulo e das demais entidades mencionadas. Ao mesmo tempo em que a chegada de uma “partícula do corpo” do religioso representava uma oportunidade para despertar na população – vide o tom de conclamação do manifesto – os sentidos e o mérito do culto ao passado da cidade e, por conseguinte, demonstrar o quão este descendia do catolicismo, servia também para lembrar que o local que abrigaria a “preciosa relíquia” era provisório, uma vez que a “primitiva Igreja dos paulistanos” ainda aguardava a sua

³³² **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jan. 1969.

³³³ RELÍQUIA sai hoje do Rio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 19 mar. 1966.

³³⁴ SÃO PAULO reverenciou relíquia de Anchieta. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mai. 1966.

³³⁵ RELÍQUIA sai hoje do Rio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 19 mar. 1966.

³³⁶ Ibidem.

reconstrução. Por fim, apelava-se por meio do evento, ao menos indiretamente, para que medidas fossem tomadas no sentido de removerem os impasses que impediam a continuidade da empreitada. Ora, como poderiam ficar inacabados e exibidos pela metade os edifícios que passariam a receber tantos paulistanos para contemplar e cultuar tão caro objeto de seu próprio passado?

No entanto, se para os requerentes da reconstrução, a atual indefinição era quase um sacrilégio para com as tradições locais, outros segmentos sociais da cidade, dos quais era solicitado e esperado o fundamental apoio, como os membros do poder público estadual, não deixaram registros documentais sobre se ocuparem muito da questão. Assim, por mais que tais grupos tradicionalistas se organizassem em torno de associações, campanhas e comissões, seus objetivos de reconstruir a Igreja e completar o conjunto arquitetônico do Pátio do Colégio somente com dificuldade os extrapolariam.

Foi o que ocorreu com o inevitável trâmite entre os agentes favoráveis à reconstrução do Pátio do Colégio e alguns agentes do poder público local estadual, trazido novamente à baila por ser proprietário do terreno requerido, e, por duas vezes, nada solícito aos reclamos dos primeiros. Foi esse um primeiro indício de que o apelo ao passado e à religião que na década de 1950 conduziu a empreitada e angariara significativos apoios políticos, não seria mais suficiente para efetivá-la rapidamente. Contudo, os mesmos expedientes para obtenção de apoio verificados na primeira etapa das obras foram novamente cumpridos na década de 1960. Os agentes da reconstrução se voltaram para os políticos, entre os quais encontraram a acolhida necessária para que houvesse a elaboração de um projeto de lei que previa a doação da área. Mas, diferentemente da lei de 1954, que demorou menos de três meses para ser aprovada, esta tramitaria por cerca de dois anos para, enfim, ser totalmente vetada.

A recorrência, novamente, à Assembleia Legislativa de São Paulo foi lembrada por Cesar Salgado:

nos termos da lei nº 2658, a donatária, Sociedade Brasileira de Educação (Companhia de Jesus), assumiu a obrigação de construir, no local, além de “um novo Colégio São Paulo”, a Igreja anexa, “tanto quanto possível nos limites das fundações iniciais”. Para dar cumprimento à obrigação legal de construir a Igreja, não havia fugir à providência preliminar da obtenção do terreno correspondente ao mesmo imóvel. Como consegui-lo, senão apelando à própria Assembléia Legislativa a fim de que se complementasse o ato anterior, mediante doação da faixa de terreno, onde deveria edificar-se a nova Igreja? Foi, precisamente, o que solicitaram a Sociedade Brasileira de Educação e a Comissão do Monumento Histórico da Fundação³³⁷.

Àquele momento acreditava-se que o leito carroçável deveria ser cedido por lei estadual, o que se mostraria, como veremos mais à frente, uma estratégia equivocada tanto política quanto juridicamente.

O projeto de lei estadual nº 92 que visou dar continuidade à empreitada só foi apresentado dois anos depois da conclusão da primeira fase das obras, em 21 de março de 1963 e, em seu segundo artigo, ficava previsto que a doação era “condicionada a construção dentro do prazo de cinco anos da data da escritura, no local, de uma igreja que lembre a Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas, acrescida de uma cripta destinada a servir de mausoléu para os restos mortais dos primeiros paulistanos”³³⁸. A justificativa do projeto de lei, por sua vez, foi amplamente afim à argumentação rememorada por Cesar Salgado em 1976:

pela lei n. 2658, de 21 de janeiro de 1954, foi doado à Sociedade Brasileira de Educação o terreno sito nesta Capital, no Pátio do Colégio, onde se erguera o primitivo Palácio do Governo, servindo, depois de sede da Secretaria da Educação. O Palácio a que nos referimos era o mesmo onde funcionara o antigo Colégio dos Jesuítas engrandecido pela atuação do Padre Anchieta e de seus abnegados companheiros [...] acontece, porém, que a lei referida não incluiu, por inadvertência, na doação justamente a parte em que deve ser reconstruída a primitiva Igreja “tanto quanto possível nos limites das fundações iniciais, como menciona o artigo 2º da lei n. 2658. Tal exclusão se deu porque essa parte do edifício fora demolida em época anterior, deixando desocupado o terreno cuja doação ora se preconiza, a fim de que nele possa ser levantada a réplica da igreja do colégio. Devemos registrar que, no momento, já estão edificadas o colégio e a torre da igreja, completando-se com a construção da igreja, o notável conjunto histórico erguido pelo Padre Anchieta, que constitui, sem dúvida, o marco fundamental da cidade³³⁹

O autor do referido projeto de lei foi o político norte-aparecidense Roberto Cardoso Alves, cujo mandato como deputado estadual foi cumprido entre os anos de 1958 e 1967³⁴⁰

³³⁷ SALGADO, José Augusto Cesar. **O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola**. São Paulo, Gráfica Municipal de São Paulo, 1976. p. 163.

³³⁸ SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 92 de 1963. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano LXXIII, n. 56, p. 4, 1963.

³³⁹ Ibidem.

³⁴⁰ **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 29 jan. 1996.

pela legenda PDC (Partido Democrata Cristão), o mesmo partido do deputado Yukishigue Tamura. Em seu pronunciamento à Assembléia Legislativa no dia 13 de abril de 1965 que abordou justamente a doação da nesga de terra aos jesuítas e, mais especificamente, o projeto de lei estadual nº 92/63, Cardoso Alves forneceu algumas informações sobre os trâmites que antecederam a sua formulação e também sobre os agentes que “bateram às portas da Assembléia” e lhe procuraram:

não foi somente a Sociedade Brasileira de Educação que, diurnamente nos procurava, através do Sr. José Moraes Filho, num trabalho dedicado e eficiente. Outras entidades solicitaram da Assembléia a aprovação deste projeto [...] desta referência à própria história de São Paulo. Muitos aqui vieram, juntando croquis, plantas, velhas escrituras para demonstrar que o terreno pretendido era, de fato, o terreno onde se erguia a igreja [...] é um terreno que está calçado pelos ossos dos nossos antepassados. A igreja atenta guardiã da história da nossa terra [...] também nos tem feito apelos. Quantos bateram às portas da Assembléia! O Reitor do Colégio São Luiz, o Abade de São Bento, o Cardeal Arcebispo de São Paulo, o presidente da Ordem dos Cavaleiros de São Paulo, Dr. Cesar Salgado, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico, enfim, tudo o que São Paulo tem de mais representativo em face do culto à história³⁴¹

O conteúdo da qualificação que Cardoso Alves atribuiu àqueles que entusiasticamente procurou atender foi consonante com as homenagens que havia recebido da Associação dos Cavaleiros de São Paulo em 25 de janeiro daquele mesmo ano em pleno Pátio do Colégio, como noticiou o jornal *Folha de São Paulo*: “entre as solenidades do Dia da Fundação da Cidade de São Paulo, as da Associação dos Cavaleiros foram marcadamente de cunho cívico cultural [...] foram prestadas homenagens ao dep. Roberto Cardoso Alves, saudado pelo Sr. Lucio Cintra do Prado”³⁴². Evidentemente, a homenagem viabilizou-se pelos cavaleiros considerarem a atuação pública do político correlata aos seus princípios.

Porém, a afinidade entre velhos e novos agentes mobilizados para complementar a reconstrução do conjunto histórico não bastou para que a lei proposta chegasse a um bom termo. Como já ficou explicitado, a pauta apresentada em 1963 ainda era debatida dois anos mais tarde, menos por ter causado grandes embates entre os membros da Assembleia – embora estes, em contraposição a lei congênere de 1954, tenham, ainda que brevemente, existido, como veremos à frente – do que pelas posturas do então governador do Estado Adhemar de Barros, a quem, por ora, cabia a última palavra.

³⁴¹ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, ano LXXV, n. 68, pp. 37-40, 1965.

³⁴² **Folha de São Paulo**, 31 jan. 1965; o jornal *O Estado de São Paulo* também mencionou a homenagem a Roberto Cardoso Alves: ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de SP. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 23, 26 jan. 1965.

Por duas vezes, Adhemar de Barros esteve às voltas com o tema e pôde impor o seu total desinteresse pela reconstrução dos edifícios históricos. O projeto de lei apresentado por Roberto Cardoso Alves foi finalmente aprovado por seus pares da Assembleia³⁴³ em 1965, mas foi vetado pelo governador. Inconformado com o resultado, o deputado estadual o reapresentou, naquele mesmo ano – agora sob o número 450/65³⁴⁴ – tendo sido aprovado e ao qual recaiu, novamente, o veto governamental. A negativa do governador implicou na fundamentação e na explicação de seu veto, sustentado por um caráter estritamente prático e francamente oposto às arguições que até então trataram a reconstrução:

sem embargo dos elevados propósitos da medida, vejo-me na contingência de negar-lhe sanção, face às razões que passo a expor, e das quais se insere a sua inconveniência ao interesse público. Com efeito, a área em questão constitui logradouro público, ocupando parte do Pátio do Colégio e vem servindo, no momento, de acesso a dependências das Secretarias de Segurança Pública e da Justiça [...] a reconstrução do Colégio, se viesse a estender-se à faixa de terreno de que trata a proposição, ocasionaria a demolição do prédio ocupado pela repartição da Secretaria de Segurança [...] além de tolher de acesso e de luz o prédio da Secretaria da Justiça. Causar-se-iam, pois, sérios transtornos à Administração estadual, cuja atividade, em prol do bem coletivo, se veria prejudicada³⁴⁵

Aos anseios passadistas previstos na lei estadual, Adhemar contrapôs os interesses públicos que, para ele, saíam prejudicados com a proposta. Indiretamente, acusava-se que as obras atenderiam unicamente aos agentes que as pleiteavam, ainda que estes argumentassem o tempo todo que se tratava de um feito em prol do “povo” e da “história” paulistanas.

A postura do governador não ficou sem a sua devida resposta, pois cada um dos tópicos presentes no veto foi abordado, relativizado ou negado por Cesar Salgado³⁴⁶, salvo um que, talvez, poderia ter encurtado o difícil percurso da reconstrução. A praticidade com que Adhemar de Barros encarou a requisição o fez afirmar que

³⁴³ SALGADO, José Augusto Cesar. **O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola**. São Paulo, Gráfica Municipal de São Paulo, 1976. p. 154.

³⁴⁴ SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 450 de 1965. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano LXXV, n. 90, p. 44, 1965.

³⁴⁵ SÃO PAULO (Estado). Veto Total ao Projeto de Lei n. 92 de 1963. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano LXXV, p. 5, 1965.

³⁴⁶ SALGADO, José Augusto Cesar. Op. Cit. pp. 166-174.

a reforçar os motivos que contra-indicam o acolhimento do projeto ocorre ainda que, segundo informações dos órgãos técnicos e jurídicos, o terreno em apreço está compreendido na área a que se refere o projeto de subterrâneo organizado pela Prefeitura Municipal. Trata-se, portanto, de local que a Municipalidade terá necessidade [...] só esse fato já inibiria a doação [...] em vista do caráter prioritário da execução de obras de utilidade pública³⁴⁷.

De fato, o trecho de terra pertencia à esfera municipal e com este o imbróglia seria posteriormente resolvido, mas não, ao que se percebeu, da maneira como o governador indicou preferir. Entretanto, até que se chegasse a tal resolução, o veto de Adhemar canalizou e insuflou alguns embates, tanto no âmbito político quanto na imprensa escrita da época. Nesse último caso, porém, eles se revelaram bem mais minguados em comparação àqueles já verificados nos anos 1950 e aos que viriam a seguir com o início das obras de reconstrução da Igreja.

A Assembleia Legislativa de São Paulo abordou o veto governamental ao projeto de lei 92/63 na sessão do dia 13 de abril de 1965. Pronunciaram-se sobre a pauta dez deputados, os quais realizaram um debate intenso, apesar de curto. Desses dez políticos, somente três tomaram posições contrárias à doação do terreno, sendo que um deles, Gilberto Siqueira Lopes, se manifestou em nome da bancada governista pela manutenção do veto, mas foi econômico em suas argumentações³⁴⁸; outro, Augusto Amaral, foi contra a doação, embora achasse oportuna a reconstrução da Igreja; e, por fim, João Hornos Filho, que encerrou o debate e foi, de longe, o mais arguto dos três opositores, pois tratou o tema sob diferentes ângulos e abordou junto aos debates da reconstrução – de maneira pioneira – alguns tópicos que, dadas as suas pertinências, passariam a acompanhar empreitada.

Os outros sete deputados que se ocuparam do assunto e foram favoráveis a doação e, por conseguinte, a reconstrução da Igreja jesuítica, produziram discursos inteiramente correlatos aos daqueles agentes que, fora do espaço político, defendiam a empreitada. Além da presença óbvia de Roberto Cardoso Alves, autor do projeto vetado e também da primeira arguição do dia, manifestaram-se Sinval Antunes de Souza, Muzetti Elias Antonio, Diogo Nomura, Aristides Troncoso Peres, Araripe Serpa e Chopin Tavares de Lima. O primeiro fez questão, antes de tudo, de esclarecer que encampar tal “causa” não lhe acarretava quaisquer dividendos políticos: “não ganho um voto com este projeto, não aumenta um milímetro o meu

³⁴⁷ SÃO PAULO (Estado). Veto Total ao Projeto de Lei n. 92 de 1963. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano LXXV, p. 5, 1965.

³⁴⁸ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, ano LXXV, n. 68, pp. 37-40, 1965. A respeito do veto o político afirmou somente que “é questão fechada, para a bancada do PSP a manutenção do veto”.

prestígio político”³⁴⁹. O mesmo pode-se supor em relação aos demais deputados, pois, àquele momento, a reconstrução e o futuro do Pátio do Colégio não eram assuntos que despertavam grandes polarizações ou mobilizações e clamores populares, a julgar pela frequência em que ambos eram abordados pela imprensa. Pelo contrário, os temas continuavam sendo um projeto daquele obstinado grupo de “paulistas de estirpe” determinados em materializar as ameaçadas, ou já perdidas, tradições religiosas da cidade – de modo que é plausível vislumbrar interesses políticos modestos em jogo. Assim, as falas de tais deputados foram pontuadas de matizes tradicionalistas, nacionalistas e religiosos; além de conterem poucas, mas significativas, referências e qualificações ao governador e a alguns outros políticos que, noutras circunstâncias, defenderam a reconstrução.

A menção a Adhemar de Barros foi notável e quem a pronunciou foi o deputado Muzetti Elias Antonio, que se revelou surpreso com o veto e demonstrou que o governador tinha todos os atributos pessoais necessários para ser mais um paladino da reconstrução do que um opositor:

tal veto, Sr Presidente, temos certeza de que não brotou dos sentimentos do Sr. Governador, homem católico, apostólico e romano, e sobretudo bandeirante da velha estirpe e das velhas tradições de São Paulo e do Brasil³⁵⁰

Já o deputado Augusto Amaral – contrário à doação por considerar o lote pertencente à Sociedade Brasileira de Educação já suficiente para a reconstrução da Igreja³⁵¹ – foi membro da Assembleia à época da aprovação da lei 2658/54, a qual, oportunamente, aderiu. Em seu pronunciamento ao veto à lei 92, Amaral evocou o político Yukishigue Tamura e aproveitou também para lembrar o início do processo de reconstrução do Pátio do Colégio:

³⁴⁹ Ibidem. p 38.

³⁵⁰ Ibidem. p. 39.

³⁵¹ Ibidem. p 39. Ocasionalmente, o deputado Augusto Amaral argumentou: “não consigo compreender qual a razão da necessidade de mais um pedaço de terreno, prejudicando instalações do Governo [...] firmo, por isso, minha convicção de que a atual Sociedade Brasileira de Educação, que suponho seja a sucessora da primeira donatária, há-de encontrar lugar suficiente para a construção da referida igreja”.

como deputado na legislatura de 1951/54, ao tempo em que era deputado a esta Casa, pelo Partido Democrata Cristão, o atual deputado federal Yukishigue Tamura, tive a oportunidade de acompanhar [...] o processo inicial de doação do terreno do Pátio do Colégio para a Companhia de Jesus construir o chamado colégio de Anchieta. [...] setenta e quatro deputados o assinaram, tal o trabalho desenvolvido por aquele nosso ex-colega, que deixou, na Assembléia de São Paulo, um nome que merece ser destacado sempre que for oportuno, pelo seu caráter ímpoluto, pela sua extraordinária capacidade de trabalho, pela sua cultura jurídica, sempre demonstrada, e, sobretudo, pela sua vocação religiosa de Católico Apostólico Romano³⁵²

Os dois políticos mencionados, o atual governador Adhemar de Barros e o ex-deputado estadual Yukishigue Tamura, e as suas respectivas qualificações, sintetizaram os valores que os deputados atribuíam à própria reconstrução da Igreja. Se, ao segundo político, faltava certa ancestralidade local, “bandeirante”, não lhe faltava a “vocação religiosa” – enfatizada em maiúsculas “Católico, Apostólico Romano” – diminuta na atuação pública do primeiro, este sim um membro da “velha estirpe e das velhas tradições de São Paulo”. De modo que ficava evidente e realçada, uma vez mais, a presença do cunho tradicional/religioso envolvido na reconstrução. Cunho este que já havia sido a força motriz para a aprovação da lei estadual de 1954, para a reconstrução do Colégio, para os discursos e campanhas favoráveis à empreitada, e, agora, era exaltado por alguns novos agentes. Como fez Roberto Cardoso Alves que, diante do veto, não teve mais como continuar sucinto em adjetivações e justificativas como o fizera em seu malfadado projeto de lei:

este projeto, a nosso ver, prescinde de qualquer justificativa. Ele tem a sua justificativa nos ossos dos paulistas que estão sepultados no local onde outrora foi a capela do Padre Anchieta [...] a sua justificativa é envolvida pela sotaina do Padre Anchieta; a sua justificativa é contida no ensino primário e no ensino religioso que ali foram desferidos pelos padres jesuítas [...] sua justificativa se contem no esforço de civilização dos padres pioneiros da Companhia de Jesus [...] sua justificativa se confunde com o sentimento de paulistinamismo e paulistimo [...] sua justificativa está, afinal, na antiga fisionomia de São Paulo, onde, no Planalto de Piratininga, o perfil do horizonte era recortado pela capela do Padre José³⁵³.

Depois de amplamente justificado, Cardoso Alves, expôs, também de maneira um pouco mais enfática – como, aliás, pedia a ocasião – que a aprovação de seu projeto recomporia “para os nossos [próximos], no prazo exíguo e condicionado de cinco anos, o perfil de São Paulo do XVI”³⁵⁴. Então, para além dos préstimos aos conteúdos dos antigos edifícios, a crença do deputado e autor do discutido projeto de lei na possibilidade de o

³⁵² Ibidem. p. 39.

³⁵³ Ibidem. p. 37.

³⁵⁴ Ibidem. p. 37.

projeto arquitetônico de Carlos A. Gomes Cardim Filho reintegrar, de fato, a primitiva configuração do local histórico era também afim às postulações dos agentes organizados em torno da reconstrução.

Por fim, como parece mesmo ter sido praxe no debate do plenário naquele 13 de abril de 1965, Roberto Cardoso Alves fez alusões em seu pronunciamento a outro companheiro de ofício. O seu escolhido foi Altino Arantes, um dos mais atuantes e mobilizados políticos em prol da reconstrução, curiosamente fora do âmbito oficial, pois seus mandatos já haviam terminado quando do início das obras³⁵⁵. O nome de Altino Arantes figurou na primeira lista dos integrantes da Comissão Pró Monumento Histórico do Pátio do Colégio e da Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo, realizada no ano de 1955³⁵⁶. Quando citado, Altino Arantes acumulava ainda o cargo de Presidente de Honra da Federação Brasileira das Associações dos ex-alunos da Companhia de Jesus³⁵⁷.

A menção ao ex-presidente do Estado, contudo, não foi de maneira alguma fortuita ou pautada, exclusivamente, em feitos pretéritos do experiente político paulista que, então, beirava os “90 anos de dignidade”³⁵⁸. Ao trazê-lo para o centro dos debates, Cardoso Alves referiu-se a passagens bastante recentes do “venerando Dr. Altino Arantes” – como foi qualificado – naquela Assembleia.

Inicialmente, Cardoso Alves lembrou aos seus ouvintes uma homenagem que haviam prestado um ano antes a Altino Arantes; num evento que, de acordo com o pronunciante, foi “uma memorável sessão solene convocada pela deliberação unânime dos senhores deputados”³⁵⁹ em que a presença e a fala do homenageado significaram uma “lição de civismo” e redundaram “num instante dos mais altos na vida dessa Assembleia”³⁶⁰. Na sequência de seu pronunciamento, Cardoso Alves mencionou um pedido que Altino Arantes enviou para cada um dos membros daquela casa solicitando que aprovassem o projeto de lei 92/63 e apoiassem a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio.

A fala do deputado Cardoso Alves não esclareceu se foram duas ocasiões diferentes ou se, no momento em que foi homenageado, Altino Arantes aproveitou para fazer o seu pedido.

³⁵⁵ ALTINO Arantes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 06 jul. 1965. Altino Arantes desempenhou as seguintes funções como membro do Partido Republicano Paulista (PRP): Deputado Federal (1906/1908 – 1909/1911 – 1921-1930); Presidente do Estado de São Paulo (1916-1920); Deputado à Assembléia Constituinte (1946).

³⁵⁶ Ver capítulo 1.

³⁵⁷ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, ano LXXV, n. 68, pp. 37-40, 1965. p. 39

³⁵⁸ Ibidem. p. 37.

³⁵⁹ Ibidem. p. 37.

³⁶⁰ Ibidem. p. 37.

Isso, de fato, não demandava maiores detalhamentos. O que importava mesmo era demonstrar como a reconstrução tinha o apoio de figura tão ilustre e aclamada pelos próprios deputados daquela “casa” que, por isso, seriam incoerentes se não fizessem frente ao veto. O trecho seguinte elucidou as lógicas do discurso de Roberto Cardoso Alves:

cada um de nós recebeu, para nosso arquivo, para dignificar nosso assentamento político um ofício do ex-presidente Altino Arantes, do grande político da velha República – Altino Arantes –, do mesmo homem que nesta Casa foi homenageado [...] e recebeu de pé os aplausos, a prova de entusiasmo, de respeito e de veneração dos deputados de São Paulo. [...] eu perguntaria: há alguém que se sinta com coragem de dizer “não” a Altino Arantes quando ele pede pela História de São Paulo? Há, nesta Casa, alguém que diga “não” ao ex-presidente Altino Arantes, quando interpreta os sentimentos de paulistanismo de nossa terra e pleiteia a reedificação da Capela do Padre José³⁶¹

A estratégia de Roberto Cardoso Alves de sensibilizar seus pares por meio da evocação do prestigiado Altino Arantes revelou-se impactante e surtiu certo efeito nos embates da Assembleia. Mais dois deputados citaram o “político da velha República” em seus pronunciamentos, Muzetti Elias Antonio e Diogo Nomura. Contrários ao veto de Adhemar de Barros, ambos enalteciram a figura pública de Altino Arantes atribuindo-lhe os louros de um político ilibado que, portanto, só poderia atuar em favor de causas nobres, como lhes era a retomada da antiga feição colonial do Pátio do Colégio.

O deputado Muzetti Elias, ao defender a retirada do veto e o prosseguimento das obras fez questão de declarar-se um não católico para afirmar que seu apreço pela questão não advinha de qualquer ordem religiosa³⁶²; tampouco, apresentou o político um novo tipo de defesa da reconstrução que fugisse da exaltação dos valores que até então vinham sendo acoplados aos edifícios. Se o político se afastou dos discursos de cunho religioso, descambou para outro de acentuado tom chauvinista, também presente nas manifestações anteriores. Asseverou Muzetti Elias: “move-me, sobretudo, o apego às tradições, às coisas belas da Pátria, aquelas que tocam nossa alma e nosso coração”³⁶³. O que, ainda de acordo com o político, era correlato à atuação e ao fundamento da proposta do “inolvidável Dr. Altino Arantes, uma das glórias e tradição da política nacional” que, ainda segundo Elias, fazia uma

³⁶¹ Ibidem. p. 38.

³⁶² Ibidem. p. 38. Em sua participação Muzetti Elias afirmou: “[...] não sou católico. Digo-o de público porque, afeito a externar aquilo que sou, não deixaria escapar esta oportunidade para melhor esclarecer meus colegas e o povo em geral. Não me move, portanto, nenhuma preocupação de ordem sectarista no campo da religião”.

³⁶³ Ibidem. p. 38.

solicitação à Assembleia Legislativa de São Paulo carregada sentidos “patrióticos” e “altaneiros”³⁶⁴.

Diogo Nomura, por sua vez, não foi menos empolgado em seu discurso. Arguiu pela retirada do veto e congratulou o “político admirável e grande líder do velho PRP” Altino Arantes, antes de ler o trecho da carta que este último endereçou aos membros da Assembleia. A participação do deputado no debate ficou praticamente circunscrita a essa leitura:

como ilustração, desejo apenas ler um trecho da carta que aquele nosso eminente ex-presidente, Altino Arantes deve ter enviado a todos os deputados, onde diz, a certa altura: a reconstrução da Igreja do Colégio, no local sagrado, onde os nossos antepassados receberam o batismo cristão e onde se encontram os despojos de muitos deles, se reveste de significado inestimável, pois importa em reafirmar a nossa fidelidade aos princípios espirituais que foram e continuam a ser o apanágio perpétuo de nossa gente. Daí o apelo que, com a devida vênua, formulo a V. Exa. para solicitar o seu valoroso concurso em favor da manutenção do ato legislativo, que tanto dignificou essa ilustre Assembléia, por corresponder a vivo anseio dos paulistas interessados de longa data na reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio³⁶⁵

No entanto, a referência a antigos agentes que não mais atuavam no cenário político, como Altino Arantes, ou que não poderiam mais participar de maneira decisiva em prol da reconstrução, como o ex-deputado estadual Yukishigue Tamura, além de ter sido um subterfúgio do discurso político para angariar apoio – funcionando quase como um lembrete, para aqueles deputados que não se manifestaram contra o veto, que o projeto era a vontade de ilustres membros da política local – significou, por outro lado, que àquela altura era mais fácil explicitar o apoio que a reconstrução tinha de antigas figuras do que encontrar novas que a aderissem.

Evidência maior disso foi o veto governamental que, apesar dos debates, manteve-se. O apoio de Adhemar de Barros não foi conseguido nem mesmo após alguns deputados terem discorrido sobre os valores contidos na empreitada. Estes últimos agentes, aliás, sequer apareceram mobilizados pela reconstrução da Igreja em outras ocasiões e meios, como a imprensa, pois se pronunciaram sobre tema somente quando este lhes recaiu em seu ambiente de trabalho; do mesmo modo, não figuraram em eventos que tivessem como proposta a exaltação das tradições ou do passado paulista, à exceção feita, em ambos os casos, ao deputado Roberto Cardoso Alves.

³⁶⁴ Ibidem. p. 39.

³⁶⁵ Ibidem. p. 39.

A manutenção do veto ao projeto de lei que previa a doação da área para a reconstrução da Igreja e o consequente impedimento da continuação das obras era o mais emblemático sinal de que as campanhas tradicionalistas de apreço pelo passado colonial e religioso da cidade, dos quais o Pátio do Colégio era tida a expressão material perfeita e primeira, por ora não abarcavam os adeptos necessários à retomada de sua antiga feição. Estes aspectos continuavam a ser preponderantes para aqueles que de “longa data” requeriam tal feito, mas, nos anos 1960, ficaram quase que exclusivamente circunscritos a eles, como puderam atestar o empenho que tiveram em formular entidades com o perfil da Associação dos Cavaleiros de São Paulo e o afínco com que se mantiveram fiéis às comemorações da fundação da cidade, sempre realizadas naquela Colina Histórica.

Além disso, os embates em torno da reconstrução começavam a ganhar novos contornos e agregar novos argumentos. Estes novos tópicos foram breve e inicialmente indicados nos próprios debates acerca das leis vetadas de Roberto Cardoso Alves, ocorridos na Assembleia Legislativa de São Paulo. Foram manifestados precisamente no último embate do dia, travado entre os deputados Chopin Tavares de Lima e João Hornos Filho, sendo o primeiro abertamente favorável a doação do terreno aos jesuítas e a reconstrução da Igreja e o segundo um crítico empedernido que atacou as obras sob diferentes – e mesmo inéditos – ângulos.

Em sua primeira arguição, porém, o deputado João Hornos Filho apresentou um contra argumento não tão novo à reconstrução:

temos uma Constituição Federal que separa a Igreja do Estado e proíbe que o Estado doe ou dê recursos – bens materiais – a qualquer credo religioso. Desta forma a doação de um terreno para edificação de um templo religioso de qualquer credo vem ferir frontalmente o espírito da nossa Constituição Federal. [...] Ora, ainda que a intenção do legislador, ao elaborar o projeto, fosse de caráter histórico-religioso, o Estado se vê impedido, pela lei maior, de entregar um terreno para construção de templo religioso de qualquer credo [...] isso viria abrir um precedente terrível porque todos os credos religiosos gostariam de obter para si os terrenos onde fundaram os seus primeiros núcleos, as suas primeiras sedes³⁶⁶

A questão religiosa, porém, foi somente um dos tópicos abordados pelo deputado Hornos Filho em seu pronunciamento, indicando, sobremaneira, que os debates sobre a reconstrução não mais girariam exclusivamente ao redor dela. Para o político, as obras agregavam, ainda, outros aspectos negativos, os quais foram destacados em sua fala após o

³⁶⁶ Ibidem. p. 40.

“aparte” feito por Chopin Tavares de Lima que, inicialmente, qualificou o seu interlocutor como “um protestante”, afirmou-se um “parlamentar católico”³⁶⁷, para, em seguida, argumentar que a reconstrução do Pátio do Colégio passava ao largo de questões meramente religiosas:

o Pátio do Colégio não é uma igreja católica, nobre deputado João Hornos Filho. É, realmente, um patrimônio histórico da nacionalidade; é muito mais do que ser de uma seita religiosa; é o berço de São Paulo; é o berço da cultura no Brasil. Ali, ao lado daquela igreja, nasceu a primeira escola. Assim, o Estado protege uma obra de arte, que pode ser artística e religiosa; são guardadas inúmeras igrejas que estão sendo reconstruídas com verbas realmente vultosas do patrimônio artístico nacional, como em Ouro Preto e na Bahia e que são preciosidades da nossa cultura artística e de cunho eminentemente religioso. Isto que se debate no projeto é um patrimônio histórico, Excelência! E é esse o tema do debate³⁶⁸

O deputado Tavares de Lima encaminhou a discussão para outra direção. Atribuiu à empreitada valores e razões que iam além dos religiosos, definindo-a como um ato benéfico à preservação do “patrimônio histórico da nacionalidade” e a alçou como uma experiência correlata a outras que ocorriam em diferentes localidades – Ouro Preto e Bahia – e eram efetivadas pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³⁶⁹. Ao término do “aparte”, João Hornos Filho continuou o seu pronunciamento, não deixando, por sua vez, de levar em conta as considerações de seu ocasional oponente, tratando a reconstrução também do ponto preservacionista, mas sob um enfoque completamente diverso e negativo:

sob o ponto de vista material e prático o Pátio do Colégio deve ser, se possível, conservado, na minha modesta opinião, porque qualquer reconstrução viria roubar ao Pátio a sua originalidade, a sua historicidade. Viria tirar, do Pátio do Colégio, o seu supremo valor histórico acrescentando uma coisa nova, apócrifa, moderna, com mais de 500 anos de diferença [...] do ponto de vista histórico, seria um verdadeiro crime que se acrescentasse uma coisa moderna, apócrifa, àquilo que lá está a tantos séculos [...] a luta, quanto aos monumentos históricos, é pela sua conservação e seria um verdadeiro crime, uma obra vandálica tentar acrescentar, somar ou reconstruir em termos modernos, de cimento armado, em termos de ferro, aquilo que está lá, como milagre da providência, para gáudio da história paulista³⁷⁰

³⁶⁷ Ibidem. p. 40. Referindo-se a menção da condição laica do Estado citada por João Hornos, Chopin Tavares de Lima argumentou: “não obstante tenha V. Exa. citado legislação correta, no sentido de que o Estado é, no Brasil, separado da Igreja, V. Exa. como protestante e eu como católico, assim defendemos”.

³⁶⁸ Ibidem. p. 40.

³⁶⁹ Sobre a atuação do órgão federal de preservação ver capítulo 2.

³⁷⁰ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, ano LXXV, n. 68, pp. 37-40, 1965. p. 40.

De acordo com a documentação consultada³⁷¹, esta foi a primeira crítica que a reconstrução em si recebeu. Antes, os argumentos a ela desfavoráveis haviam girado em torno da relação Igreja Católica/Estado e da pertinência deste último em, primeiramente, doar um terreno que lhe pertencia e, depois, arcar com parte das despesas das obras. Até então, as ocasiões em que a reconstrução propriamente dita havia sido o objeto dos debates ou das manifestações verificadas nos jornais da época não houve senão elogios ao projeto e a sua competência de retomar de fato a primitiva feição do conjunto arquitetônico³⁷². A partir de então, o teor dessa crítica feita pelo deputado João Hornos Filho passaria a acompanhar a reconstrução até a sua conclusão, configurando-se mesmo como um de seus maiores entraves; menos por terem as declarações do deputado extrapolado o seu meio, do que pelo desenvolvimento de certos postulados de preservação do patrimônio edificado que rechaçariam quaisquer práticas de reconstruções e/ou restaurações obstinadas em recuperar os estados pretéritos e idealizados dos antigos edifícios³⁷³.

Por fim, e na vã tentativa de esgotar os principais assuntos tratados nos debates acerca do malfadado projeto de lei nº 92/63, o deputado João Hornos Filho, demonstrando ser mesmo um dos mais atinados arguidores do projeto de lei, abordou a reconstrução sob o ponto de vista urbanístico, entrelaçando-a com questões que, para o desenvolvimento da cidade e, sobretudo, da sua região central, eram da ordem do dia:

também sob o ponto de vista prático seria uma verdadeira monstruosidade acrescentar alguma coisa àqueles terrenos que se situam no Pátio do Colégio. A velha Ladeira do Carmo seria uma das bocas no nosso metrô e o metrô teria que ser sacrificado ou ter modificados seus planos, para que tivéssemos a reconstrução [...] então, os paulistanos que confiam em que Faria Lima construa o metrô para São Paulo, devem escolher entre o monumento apócrifo [...] ao seu metrô [...] será que o povo de São Paulo nos perdoará se cedermos um pedaço de terra para construir um velho templo, deixando que a Rua 15 de Novembro, a velha Ladeira do Carmo, o Pátio do Colégio fiquem completamente liquidados no centro do coração de São Paulo para qualquer reforma urbanística [...] ³⁷⁴

Para o deputado, a ideia de reconstruir a igreja não se coadunava com o conjunto dos planos urbanos que eram prementes para a cidade; a seu ver, ambas as propostas eram francamente antitéticas: ou o “povo de São Paulo” teria o antigo monumento – “apócrifo” segundo o político – ou teria, naquele mesmo local, um acesso ao metrô. Se a escolha recaísse

³⁷¹ Ver posturas de Tenório de Brito abordadas no capítulo 1. O membro da IHGSP criticou a reconstrução por entender que no local deveria voltar a ser instalada a sede do governo.

³⁷² Ver capítulo 2.

³⁷³ Ver capítulo 5.

³⁷⁴ SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, ano LXXV, n. 68, pp. 37-40, 1965. p. 40.

sobre a primeira alternativa, a região do Pátio do Colégio ficaria, ainda, impedida de receber novos melhoramentos e reformas.

Subtraída de sua forma sucinta, pouco matizada e sem maiores detalhes, a menção que Hornos Filho fez em seu pronunciamento à questão urbana se destacou pelo ineditismo, uma vez que, no período anterior, a reconstrução do Colégio não foi acompanhada de qualquer plano que pensasse ou implementasse modificações de sua área envoltória ou de argumentos que a defendessem por meio de uma proposta mais pragmática e global de recuperação ou alteração de usos da área. Pode-se dizer que houve aí apenas uma substituição do “antigo” prédio do Palácio do Governo pelo “novo” Colégio dos jesuítas.

A partir de agora, tanto a resolução da contenda sobre a aquisição do “pedaço de terra” necessário para a reconstrução da Igreja – ocorrida quatro anos após os debates na Assembleia Legislativa – quanto a própria finalização das obras no final da década 1970 não escapariam a serem associados a propostas de planos urbanísticos para o Centro. No primeiro caso, que será abordado na parte seguinte deste capítulo, a lei de doação do terreno sugeriu – ainda que timidamente – alterações físicas no entorno dos edifícios; já no segundo caso, a reconstrução foi reputada e incentivada como um meio de atribuir novas funções e feições à região central da cidade, numa tentativa de recuperá-la de um inexorável processo de degradação³⁷⁵. Desse modo, inversamente ao que fora preconizado pelo deputado opositor da reconstrução, as obras seriam impulsionadas por suas diferentes possibilidades de conexão com as propostas de transformações urbanas do local.

Assim, a partir do último ano da década de 1960, os prefeitos apoiaram e financiaram a reconstrução da Igreja jesuítica, conectando-a também em seus projetos urbanísticos, os quais acabaram por abarcar os conteúdos tradicionalistas tão exaltados pelas campanhas em prol da reconstrução. O que se deveu tanto à identificação dos prefeitos com as propostas das referidas campanhas quanto às suas proximidades com as agentes que as promoveram.

Nessas primeiras discussões engendradas no meio político paulistano foram indicadas as premissas que, com o início das obras de reconstrução da Igreja, pautariam os novos caminhos de suas críticas e das suas novas defesas. Essas discussões indicaram também que a prática de exaltação de aspectos tradicionais e religiosos não foi – ao menos momentaneamente – tão agregadora e forte ao ponto de angariar os apoios necessários para efetivar a materialização dos antigos edifícios. Tal prática já não mobilizava segmentos mais amplos da sociedade como na década anterior e, para além da irresolução das obras e do veto

³⁷⁵ Ver capítulo 6.

governamental a doação do terreno, um último fator indicia o seu enfraquecimento, sua falta de ressonância em setores decisórios da sociedade e sua pouca capacidade para ocasionar significativas manifestações públicas, qual seja, a pouca circulação de cobertura e comentários que a atual situação do Pátio do Colégio teve nos principais jornais da cidade.

Evidência disso é que somente o jornal *O Estado de São Paulo* declarou em editorial o seu apoio a reconstrução. Numa manifestação ainda mais próxima dos seus fiéis e originários defensores, definiu a “Igreja do Pátio do Colégio” como “um patrimônio moral de São Paulo” e vilipendiou o veto de Adhemar de Barros:

trata-se de uma atitude, entre tantas, inteiramente desarrazoada, na consideração de um problema de tanta relevância e que precisa ser examinada com a maior atenção pela Assembléia Legislativa, que, com inteira consciência da matéria, deu a ela sua aprovação unânime. Resta, agora, que, coerente com essa atitude, impedindo a intromissão política, rejeite o veto tão levianamente imposto³⁷⁶

Sem impactar, gerar grandes comoções e angariar apoio, os agentes engajados na reconstrução não conseguiram, por cerca de uma década, completar reconstrução do Pátio do Colégio e alterar a sua fisionomia de obra inacabada, exibida desde a inauguração do Colégio e do torreão em 1961. Materialmente, esses agentes só conseguiram ostentar no local uma placa que – pendurada da fachada lateral do torreão defronte ao leito carroçável e/ou o terreno “sagrado” da antiga Igreja [figura 13] – portava a seguinte inscrição:

esta é a torre da Igreja de Anchieta e dos Bandeirantes. A primeira de São Paulo em má hora demolida. Seus alicerces encobertos pelo atual calçamento encerram centenas de túmulos dos primeiros paulistanos. É dever de nosso povo reconstruí-la.

³⁷⁶ A IGREJA do Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 12. 28 jan.1965.

Figura 13 - Colégio reconstruído; em detalhe, a placa alusiva ao terreno para reconstrução da Igreja, 1971.
Fonte: Estado de São Paulo.

4.2 O antigo em meio ao “novo”: a esfera municipal como aliada

Depois das fracassadas tentativas de aquisição do terreno da Igreja por meio dos dois projetos de lei estaduais, ambos vetados, a reconstrução passaria a ser negociada na esfera municipal de poder. Até então ausente de quaisquer trâmites que desde 1954 articulavam a retomada das antigas feições daquele local histórico, a Prefeitura de São Paulo se inseriu na trajetória das obras no ano de 1969 e até a conclusão delas – dez anos mais tarde – atuou de maneira enfática e decisiva em seu favor. Quase todos os prefeitos que dirigiram a cidade durante a década de 1970 apoiaram as obras, de diferentes maneiras, mas sob um ponto de vista bastante correlato³⁷⁷.

A mudança do foco de atuação dos agentes mobilizados pela reconstrução da esfera estadual de poder para a municipal, que fora indiretamente estimulada por Adhemar de Barros

³⁷⁷ Incentivaram a reconstrução por meio de doação de verbas os seguintes prefeitos: Paulo Salim Maluf (1969-1971); Miguel Colasuonno (1973-1975); Olavo Setubal (1975-1979).

em seu veto ao projeto de lei 92/63, quando afirmou que, “segundo informações dos órgãos técnicos e jurídicos, o terreno em apreço está compreendido na área a que se refere o subterrâneo organizado pela Prefeitura Municipal”, foi reafirmada e explicada por Cesar Salgado:

as negociações prosseguiram na área municipal, por força do reconhecimento a que se chegou, de acordo com a opinião de conceituados juristas, de que o terreno reivindicado se havia incorporado pelos usos, como logradouro público, ao patrimônio do Município³⁷⁸

A afirmação de Salgado foi retirada de seu livro intitulado *O Pátio do Colégio, História de uma Igreja e de uma Escola*, publicado pela Gráfica Municipal de São Paulo em maio de 1976, de modo que não é possível precisar o exato momento em que tais percepção e informação ocorreram; se logo após a inauguração do Colégio, do insucesso junto Governo do Estado ou se ocorrera mesmo em 1969, ano em que o terreno foi recebido pelos jesuítas, representados, para fins legais, pela Sociedade Brasileira de Educação. Corroborou com esta última hipótese o fato de não terem sido verificadas tentativas de aquisição da área anteriores a essa última data, durante as gestões de Francisco Prestes Maia (1961/65) ou de José Vicente Faria Lima (1965/69), recaindo sobre Paulo Salim Maluf (1969/71) a resolução da pendência. O que não deixou de ser exaltado por Cesar Salgado:

por feliz coincidência, era prefeito àquele tempo, o eng. Paulo Salim Maluf, ex-aluno dos jesuítas. Procurado pelos integrantes da Comissão Pró Reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio, o prefeito Paulo Maluf assumiu de imediato o compromisso de cooperar para a realização da obra. E, sem demora, transmitiu instruções aos seus assessores para que, no projeto de urbanização do Pátio do Colégio a ser encaminhado a Câmara Municipal, se autorizasse o Executivo a doar à Sociedade Brasileira de Educação determinado terreno de propriedade do Município, para fins de reconstrução da Igreja histórica³⁷⁹

Em outra oportunidade, já após o fim de seu mandato, Paulo Maluf recebeu homenagens dos agentes requerentes da reconstrução e recebeu o título de Cavaleiro de São Paulo, como informou a coluna social do jornal *Folha de São Paulo* de 19 de setembro de 1973:

³⁷⁸ SALGADO, José Augusto Cesar. p. 174.

³⁷⁹ Ibidem. p. 175.

[os membros da Associação dos Cavaleiros de São Paulo] prestarão uma homenagem ao engenheiro Paulo Salim Maluf concedendo-lhe o título de Sócio Honorário, em razão de sua notável atuação como Prefeito da Capital regularizando a situação do Pátio do Colégio, berço de São Paulo, a fim de que nele seja construída a Igreja de Nóbrega e Anchieta num ambiente evocativo. Esse problema do Pátio do Colégio que se arrastava por decênios foi prontamente solucionado pelo ex-prefeito. Tudo o que se quer agora é que as obras de urbanização prossigam³⁸⁰

Considerando que o “objetivo imediato” da referida Associação, proclamado nos últimos anos da década de 1950, era a “reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio”³⁸¹ não lhe faltaram motivos para louvar a figura do ex-prefeito. De fato, Paulo Maluf foi decisivo perante a indefinição e os embates que pairavam sobre o local desde 1961, pois tomou partido da reconstrução, elaborando dois projetos de lei³⁸² submetidos à Câmara de vereadores.

Porém, um pouco antes do início da gestão de Maluf, houve algumas manifestações que trataram do Pátio do Colégio e que, por sua vez, não fizeram claras menções à reconstrução da Igreja jesuítica, havendo somente referências à necessidade de valorizar e/ou recuperar a área. Disso são exemplos uma reportagem e uma nota do jornal *Folha de São Paulo*, publicadas respectivamente nos dias 10 de janeiro e 19 de abril de 1969, que abordaram a questão. A primeira matéria, cujo título *Estado retoma terreno para transformá-lo em praça cívica* já deixava implícito que o local era disputado por diferentes agentes, arrolou as novas medidas que o então governador do Estado Abreu Sodré desejava implementar. Além dessas medidas, a matéria revelou, de passagem, quais eram as atuais situação e utilização do local:

³⁸⁰ CAVALEIROS de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 46, 16 set. 1973.

³⁸¹ A ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo e as comemorações do próximo dia 25. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 10, 22 jan. 1957.

³⁸² CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Pátio do Colégio. **Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, São Paulo**, 1975. P. 93. De acordo com Gomes, “o prefeito Paulo Salim Maluf foi um dos que mais se interessaram pelo Pátio do Colégio, não só por ser antigo aluno dos jesuítas, mas principalmente por sua grande sensibilidade na solução dos problemas culturais e tradicionais da cidade. Foi assessorado na organização das leis de defesa do Pátio pelo competente engenheiro urbanista Luiz Gomes Cardim Sangirardi, com a colaboração do arquiteto Luciano Gomes Cardim, minutando as Leis 7356 de 19 de setembro de 1969, dec. n. 9952 de 13 de outubro de 1970, e a Lei 7561 de 10 de dezembro de 1970, esta última de grande visão urbanística”.

devolva-se à História o local onde São Paulo nasceu. A frase foi do governador Abreu Sodré quando determinou ao secretário estadual de Justiça, Sr. Luis Francisco da Silva Carvalho, providências para retomar e transformar em praça cívica o terreno no Pátio do Colégio ao lado da Casa Anchieta que cedido a uma instituição particular, foi transformado em estacionamento de automóvel [...] o que se vê é uma verdadeira aberração dentro da paisagem da cidade – um terreno vago, enfeitando o centro de São Paulo [...]³⁸³

Quanto às medidas para alterar tais condições, Sodré propôs uma

determinação governamental à Secretaria do Turismo, a fim de que esta Pasta, em colaboração com a Prefeitura, a Cúria Metropolitana, o Instituto Histórico e Geográfico e outras entidades culturais transforme o local do imóvel em praça cívica³⁸⁴

Destaca-se na reportagem relativa à proposta do governador Sodré a ausência de referências às tentativas de reconstrução da igreja e aos membros da Comissão Pró Monumento Histórico do Pátio do Colégio, da Associação dos Cavaleiros de São Paulo e da Sociedade Brasileira de Educação dos padres jesuítas, instituições já instaladas no local. Se a menção à Cúria Metropolitana evidenciou a importância dada à religião para a nova configuração do local, o que ficou mesmo realçado foi a determinação do governador em transmutá-lo em uma praça cívica, designação que apareceu nos dois trechos selecionados e no próprio título da reportagem. No entanto, tal propositura não desencadeou uma volta da polarização entre a construção de um centro cívico ou a ereção de um monumento religioso como a que foi verificada no início do processo de reconstrução no ano de 1953, antes da aprovação da Lei estadual nº 2658/54³⁸⁵.

Já a nota do jornal *Folha de São Paulo* publicada em abril, veiculada três meses após as “sugestões” de Abreu Sodré, sinalizava haver uma possível solução e consequente esvaziamento de debates. Sob o título *Sodré e Maluf definem setores de cooperação Estado-Município*³⁸⁶ a nota elencou seis tópicos de um acordo, entre os quais constaram as transformações do Pátio do Colégio e a primazia da Prefeitura na condução das reformas do local.

Desse modo, a Lei Municipal nº 7356, de autoria de Paulo Maluf, foi aprovada em setembro de 1969, selando o fim dos impasses sobre os rumos do sítio histórico, pois determinava a quem iria pertencer o terreno da antiga Igreja e assegurava a continuidade das

³⁸³ ESTADO retoma terreno no Pátio do Colégio para transformá-lo em praça cívica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 10 jan. 1969.

³⁸⁴ Ibidem.

³⁸⁵ Ver capítulo 1.

³⁸⁶ SODRÉ e Maluf definem setores da cooperação Estado-Município. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 9. 19 abril. 1969.

demanda de um líder do Poder Executivo num contexto de acirramento da Ditadura Militar. Nos principais jornais da cidade³⁹⁰ também houve pouca manifestação contrária a medida oficial, embora ela tenha sido relativamente bem veiculada, noticiada e explicada. A lei trazia novamente à tona, ou, ao público – depois de quase dez anos de certo obscurantismo decorrente da falta de iniciativas e das posições contrárias do poderes públicos locais – o tema da reconstrução do Pátio do Colégio.

Percorrer os textos de jornal que abordaram a Lei municipal nº 7356/69 e o seu próprio texto de justificação indica, no entanto, que aos aspectos tradicionais religiosos, sempre presentes nas abordagens da reconstrução, se juntaria, ocasionalmente, a questão da recuperação urbana do entorno dos edifícios. Como figurou na “exposição de motivos” que circulou com o referido projeto de lei:

o presente projeto de lei objetiva aprovar plano de urbanização do Pátio do Colégio [...] elaborado pelos órgãos competentes da Prefeitura, tem por finalidade principal a ampliação daquele logradouro, conferindo-lhe característica de belvedere. Compreenderá, ainda, jardins, local para concentrações cívicas comemorativas do nascimento da cidade, junto ao respectivo monumento, cuja visibilidade, hoje deficiente, será destacada [...] assim, aquele local receberá melhoramentos [condizentes] com sua proeminência na história de São Paulo. [...] Cuida o projeto, outrossim, de doação, à mencionada Sociedade [Brasileira de Educação], a área municipal onde se situava o primitivo Templo. Tal providência reveste-se de inegável interesse público, porquanto se destina a possibilitar total reconstrução, em suas próprias fundações, da primeira Igreja erigida em terras de Piratininga³⁹¹

O jornal *O Estado de São Paulo* que, no mesmo ano da efetivação da doação do terreno aos jesuítas, definiu-se como um defensor da reconstrução – “esta folha é hoje, como sempre foi, favorável a restauração do sítio histórico onde nasceu São Paulo”³⁹² – e que tinha entre seus fundadores, Julio de Mesquita Filho, o qual havia presidido a “grande Comissão Nacional do dia de Anchieta” e “sido associado e constante colaborador da Associação dos Cavaleiros de São Paulo”³⁹³, comentou a lei de Maluf dias depois de sua aprovação, em duas matérias editadas nos dias 21 e 25 de setembro de 1969.

Na primeira oportunidade *O Estado* apenas informou a aprovação da lei e o seu conteúdo, resumido no enunciado na matéria: *Belvedere no Pátio do Colégio*³⁹⁴; já, na segunda, o jornal dispensou uma página inteira ao assunto, tratado com bastante entusiasmo

³⁹⁰ Para esta parte da pesquisa foram consultados *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*.

³⁹¹ SÃO PAULO (Município). Lei 7356 de 19 de setembro de 1969. *Câmara Municipal de São Paulo*, São Paulo, 1969.

³⁹² A URBANIZAÇÃO do Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 45, 14 dez. 1969.

³⁹³ *Ibidem*.

³⁹⁴ BELVEDERE no Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 23. 21 set. 1969.

em três textos sem assinaturas: *Este é o velho Pátio, o Novo está nascendo* (acompanhado de foto), *Tudo vai mudar onde tudo começou* e *A cidade sempre quis salvar sua História, mas faltava o dinheiro*³⁹⁵. Se, no texto que relatou a trajetória da retomada dos antigos edifícios, não houvesse sido afirmado que “a reconstrução [do Colégio] usou muito concreto, mas bem disfarçado para dar a idéia do original”³⁹⁶, as posturas do jornal, subentendidas nos respectivos títulos, seriam de uma patente contradição. Ora, como poderiam ser harmônicos os anúncios de mudanças e do “nascimento” de um “novo” Pátio do Colégio no lugar de um “velho” com a preocupação de “salvar a História” da cidade. O que importava para o jornal era destacar que o plano de urbanização comportava compromissos com a antiga imagem colonial do local e, portanto, com a origem católica da cidade, mesmo que sua viabilização implicasse algumas demolições, como foi brevemente detalhado:

o Pátio do Colégio vai mudar de aspecto. A igreja dos tempos de Anchieta vai ser reconstruída. Com isso, uma parte do Pátio do Colégio vai ser tomada, a igreja vai avançar até a frente da Secretaria da Justiça. Todo o local vai ser urbanizado pela Prefeitura. Poderão ser demolidos o Pronto-Socorro e a delegacia mais famosa de São Paulo – a Central de Polícia e o PS do Pátio do Colégio³⁹⁷

O veio histórico do plano de urbanização imprimido e pretendido por meio da lei municipal nº 7356/69 foi também destacado pela *Folha de São Paulo* na primeira página de sua edição do dia 19 de janeiro de 1970:

São Paulo antiga vai ressurgir com autenticidade no Pátio do Colégio, onde a Igreja do Convento Jesuíta será reconstruída com base em documentos históricos. As obras serão iniciadas logo que a comissão especial recém-criada para levar o plano em frente reúna os fundos necessários. A Prefeitura, porém, já homologou a concorrência para a pavimentação e urbanização do pátio [...] pelo projeto a pavimentação será com lajotas coloniais, de arenito vermelho, de formas irregulares como os pisos das ruas de velhas cidades brasileiras [...] o patamar terá uma amurada em estilo colonial [...] a iluminação ao redor do Colégio será com primitivos lampiões de gás [...]³⁹⁸

Ressaltou-se o acentuado fetichismo histórico investido na proposta de transformação/recuperação urbana da área. De acordo com este último excerto, a reconstrução da Igreja aparecia apenas como mais um figurante entre tantas outras iniciativas que (re) valorizariam o principal atributo do Pátio do Colégio – o histórico – já bastante descaracterizado. Passariam a recompor o Pátio, não somente a Igreja jesuítica, mas lajotas

³⁹⁵ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 24, 25 set.1969.

³⁹⁶ Ibidem.

³⁹⁷ Ibidem.

³⁹⁸ OS PLANOS para o novo Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 19 jan. 1970.

coloniais, uma murada também em “estilo colonial” e “primitivos” lampiões de gás. Para além de quaisquer anacronismos, a implementação dessas obras possibilitaria, ainda conforme o texto da *Folha de São Paulo*, o ressurgimento “com autenticidade” da “São Paulo antiga”.

Assim, sem engendrar maiores questionamentos ou debates, a doação do terreno aos jesuítas – pleiteado com intensidade por quase uma década – foi anunciada pelos dois jornais de maior circulação da cidade. Do *Estado*, aliás, não se poderia esperar outro comportamento que não a simples informação ou a aclamação das medidas que visassem a efetivação da reconstrução, a qual já havia sido objeto de apoio do jornal em seu editorial; a *Folha*, por sua vez, foi bastante breve em suas matérias, não chegando a qualificar a lei ou abordar com profundidade aquilo que, então, era previsto para o Pátio do Colégio.

Em ambos os casos, a reconstrução da Igreja dividiu espaço com o plano de urbanização que, por um rápido momento, ao menos durante a aprovação da lei 7356/69 e do seu anúncio, parece ter preponderado, do ponto de vista da notícia, sobre a primeira. O que, talvez, tenha colaborado para minimizar as contestações em torno da doação do terreno, pois esta, desde a primeira lei de 1954 que cedeu a área para a reconstrução do Colégio até as malsucedidas tentativas de aquisição do restante da área em meados dos anos 1960, não deixou de gerar protestos, seja na imprensa da época ou no âmbito político em que tal proposta circulou.

A doação do terreno e a reconstrução da Igreja pareciam, então, terem sido beneficiadas por integrar uma obra maior de recuperação de seu entorno, projeto que surgia num período em que aquele espaço passava por um franco processo de deterioração e que, dali em diante, seria alvo de diferentes propostas para tentar revertê-lo. Ou seja, era quase unânime na grande imprensa a ideia de promover obras para conter a deterioração daquele local histórico. Para o próprio prefeito Paulo Maluf, a magnitude do plano de urbanização era mais valorosa e rendia-lhe maior prestígio político do que a reconstrução em si. Ainda assim, o ex-aluno do Colégio São Luís mantinha certa proximidade com a maioria daqueles agentes que a requeriam, embora não integrasse as entidades promotoras ou participasse de manifestações de caráter tradicionalista de reverência ao passado local. Sua ascendência libanesa era possivelmente um fator de estranhamento aos grupos tradicionalistas, notoriamente distantes dos imigrantes e de seus descendentes, mas, como no caso de Tamura, a religião católica era um fator de aproximação e empatia, inclusive política.

A reconstrução da igreja permitida pela Lei ensejada por Maluf em 1969 não caminhou *pari passu* às outras medidas de urbanização anunciadas, pois enquanto um “novo”

Pátio era inaugurado [figura 15] e o mandato do prefeito chegava ao fim em 1971, as obras de reconstrução continuavam sem grandes progressos.

Figura 15 - Vista aérea do Pátio, vendo-se o Colégio e a Torre da Igreja reconstruída e as obras de reurbanização da gestão Paulo Maluf, 1971.
Fonte: MORAES (1979, p. 134)

A divulgação da inauguração das obras constantes do plano urbano da Prefeitura, e também daquelas que por ora não seriam finalizadas, foi feita pelo jornal *Folha de São Paulo* em 22 de outubro de 1970:

ontem à noite foram removidos os tapumes que circundavam as obras do Pátio do Colégio, desvendando assim o novo cenário do local onde nasceu a cidade: uma pracinha antiga, com lampiões primitivos, bebedouros e bancos rústicos de madeira. A nova praça circunda totalmente o prédio do antigo Colégio de São Paulo e foi reformada com o sentido preservar as características outrora existentes no local. A pavimentação é de lajotas coloniais, de arenito vermelho e formas irregulares, idênticas às que ainda hoje existem nas velhas cidades brasileiras. [...] as obras do pátio hoje abertas ao público são apenas a primeira etapa de restauração do mesmo; alguns tapumes ao fundo da nova praça escondem os trabalhos da segunda etapa de reformas: demolição do prédio da Central de Polícia, terreno onde será construída uma rua, ao lado da ladeira General Carneiro, calçada com seixos rolados [...] Tudo como eram as antigas ruas e como são ainda algumas da cidade. A Igreja do Convento jesuítico será reconstruída, de acordo com o projeto do arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho³⁹⁹

O *Estado de São Paulo* também notificou a inauguração das obras, num tom, inclusive, bastante próximo ao de seu concorrente: “um novo Pátio do Colégio será entregue aos paulistanos [...] com todas as características de São Paulo antigo”⁴⁰⁰. Mas essas percepções da imprensa em 1970, antes ufanistas do que críticas, não foram verificadas em matéria do jornal *Folha de São Paulo* sobre o Pátio do Colégio, publicada dois anos após a inauguração das obras de urbanização, com o título da *O Pátio do Colégio de hoje, em ruínas, sujo e abandonado*:

ontem, mais uma família mudou-se para as ruínas do Pátio do Colégio, no centro da cidade. [...] metade do calçadão do Pátio está ocupado pelas obras do metrô. O que restou está sujo e abandonado, principalmente em volta do monumento ali existente [...] mas o quadro constrangedor é quando se vê o Pátio do Colégio pelo Parque Dom Pedro II, por onde qualquer transeunte pode notar uma espécie de morro coberto por vasta e antiga vegetação. Visto por esse lado, nota-se o completo abandono do local, devastado com montanhas de entulhos e lixos [...] pedaços de arquitetura antiga estão atiradas pelo grande terreno, onde aparecem com destaque duas velhas paineiras, contrastando com antigos e amplos salões das ruínas, hoje ocupados por favelados e explorados como estacionamentos de carros⁴⁰¹.

Como pôde ser apreendido pelo trecho acima, as obras implementadas por Maluf não foram suficientes para reverter o quadro de degradação física que recaía sobre o Pátio do Colégio. Este se encontrava em “ruínas” no ano de 1972, e nele ainda não figurava a antiga Igreja jesuítica. O quadro de degradação, por sua vez, se agravaria e perduraria até a conclusão das obras; de modo que, assim como beneficiou indiretamente a doação do terreno aos jesuítas – pois esta, vale frisar, foi proposta e aprovada em meio a uma série de outras

³⁹⁹ PÁTIO do Colégio concluída a primeira etapa da restauração. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 out. 1970.

⁴⁰⁰ PÁTIO do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 19, 22 out. 1970.

⁴⁰¹ O PÁTIO do Colégio de hoje, em ruínas, sujo e abandonado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1972.

medidas de um plano que visava recuperar urbana e historicamente o local – interferiria, de maneira decisiva, no término do processo de reconstrução⁴⁰².

4.3 Uma nova polêmica, agora arquitetônica

O lançamento da pedra fundamental das obras da Igreja foi anunciado em junho de 1970:

no Pátio do Colégio, no mesmo local escolhido por Nóbrega e Anchieta, dom Jaime de Barros Camara, cardeal do Rio de Janeiro, presidiu ontem às solenidades do início das obras que devolverão a São Paulo o templo marco de sua fundação, a igreja onde, em 1554, o pe. Manuel de Paiva rezou para indígenas e jesuítas a primeira missa no Planalto de Piratininga⁴⁰³.

Descolada, entretanto, dos planos urbanos aos quais fora originalmente acoplada, a reconstrução da igreja do Pátio do Colégio iria percorrer ainda um tortuoso caminho até a sua finalização, ocorrida somente dez após a aprovação da Lei municipal nº 7356 de 1969, seu marco inicial. A partir dessa data, no entanto, ganharam força as articulações em prol da empreitada, nas quais aqueles agentes já verificados na etapa anterior das obras continuavam atuantes nessa nova fase. Houve também, como será demonstrada a seguir, a intromissão de alguns novos apoiadores, os quais foram verificados tanto na condução das obras quanto na sua defesa e sua propagação na imprensa. Esse mesmo veículo, contudo, também abrigou novas posturas críticas e francamente desfavoráveis a reconstrução, reconfigurando mais uma vez a arena em torno do Pátio entre novos e outros já bem conhecidos defensores e oponentes das obras.

Seis meses após o lançamento da pedra fundamental, os dois principais jornais da cidade noticiavam o início de uma nova campanha liderada mais uma vez por José Augusto Cesar Salgado para angariar os fundos necessários para reconstrução⁴⁰⁴. Já em 1973, o *Estado de São Paulo* – sempre atento aos desdobramentos das negociações em torno das obras e abertamente favorável a elas – dispensou uma página de sua edição do dia 29 de abril para,

⁴⁰² Ver capítulo 6.

⁴⁰³ COMEÇA restauração do Pátio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 7, 10 jun. 1970.

⁴⁰⁴ RECONSTRUÇÃO da Igreja do Pátio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 9 dez. 1970; RECONSTRUÇÃO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 9 dez. 1970.

em tom crítico e de denúncia mesmo, relatar a presente situação do local e as principais dificuldades que aqueles agentes mobilizados pela empreitada enfrentavam. O título da matéria foi *A cidade esquece o seu passado no Pátio do Colégio*:

numa edição comemorativa do IV Centenário da fundação de São Paulo, o padre-historiador Fernando Pedreira de Castro discorria sobre a história da cidade e, no final do livreto, indagava: ‘No entanto, donde provirá o vultoso capital imprescindível para a execução do monumental projeto?’. O ‘monumental projeto’ era a completa recuperação das edificações originalmente existentes no Pátio do Colégio, e a pergunta ainda não encontrou resposta: quase 20 anos depois, o ambicioso plano de restauração do lugar ainda continua sua tumultuada trajetória por corredores e gavetas oficiais, tentando devolver a São Paulo parte da perdida história da cidade⁴⁰⁵

Assim como na primeira fase das obras, a falta de verbas impunha-se como entrave para sequência da reconstrução após a aquisição do terreno. Mas a campanha que visava ultrapassar tal dificuldade não teve a repercussão de sua congênere Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo, a qual foi exaustivamente divulgada pela imprensa no ano de 1955⁴⁰⁶, pois, dessa vez, nem mesmo a lista dos nomes que a compunham foi divulgada pelos jornais. Do ponto de vista da arrecadação financeira é necessário frisar, entretanto, que os resultados de ambas foram parcos. De modo que, como ficou subentendido no trecho acima, a reconstrução dependeria do suporte financeiro do poder público local e teria ainda uma longa trajetória “por corredores e gavetas oficiais”.

Ao apresentar o seu plano de urbanização em 1969, o prefeito Paulo Maluf assegurou arcar com metade das despesas das obras⁴⁰⁷. Ao seu sucessor, José Carlos de Figueiredo Ferraz, os membros da Comissão Pró Monumento Histórico do Pátio do Colégio também solicitaram apoio, o qual foi obtido sem a doação de verbas⁴⁰⁸. O contrário ocorreu durante o mandato de Miguel Colasuonno, que atendeu prontamente ao ofício que lhe foi enviado por

⁴⁰⁵ A CIDADE esquece o seu passado no Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 43, 29 abril 1973.

⁴⁰⁶ Ver capítulo 1.

⁴⁰⁷ RECONSTRUÇÃO da Igreja do Pátio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 9 dez. 1970. Como indicou essa matéria, “para a reconstrução da igreja, a comissão tem ainda a promessa do prefeito Paulo Maluf de que a municipalidade arcará com metade das despesas”.

⁴⁰⁸ PASCOA marca o dia de Anchieta. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 20, 8 jun. 1971. Na ocasião foi mencionado o ofício enviado ao prefeito Figueiredo Ferraz: “a comissão [Pró Reconstrução], ao ensejo da data, pediu ao prefeito Figueiredo Ferraz a reconstrução da igreja do Pátio do Colégio, local da fundação de São Paulo. ‘os fatos históricos’ – diz o ofício entregue ao prefeito – ‘são importantes à medida que assinalam a conservação ou mudança de diretrizes na História através dos séculos. Os monumentos são o espelho da História, razão pela qual solicitamos a reconstrução da igreja do Pátio do Colégio’. Esses são os termos do ofício entregue pelo professor Gofredo da Silva Teles, juntamente com membros da Academia Paulista de Letras e do Ateneu Paulista de História a Figueiredo Ferraz. Segundo promessa feita pelo prefeito, a igreja será reconstruída no próximo ano, com ajuda de entidades particulares”.

Cesar Salgado e pelo padre jesuíta Helio Abranches Viotti, assinando a Lei municipal nº 8089⁴⁰⁹ que previu repasse de verbas para a reconstrução.

A *Folha de São Paulo* divulgou a atitude do prefeito Colasuonno como uma tentativa de “reavivar no local o valor histórico, cívico e cultural da fundação de São Paulo”⁴¹⁰. Em uma semana, era a segunda vez que o jornal relatava posturas da prefeitura atinentes à transformação do Pátio do Colégio. Depois da cessão da Casa nº 1 ao Instituto Genealógico Brasileiro, para a instalação de sua sede⁴¹¹, Miguel Colasuonno doava, agora, verbas à reconstrução da Igreja. Juntas, tais medidas indicaram o empenho do poder público municipal – verificado no transcorrer da década de 1970 – em transformar o local e se aproximar de entidades tradicionalistas.

Na “exposição dos motivos” encaminhada à Câmara Municipal juntamente com a proposta do auxílio financeiro, Colasuonno afirmou que a reconstrução seria “um estímulo para que os paulistanos mantenham acesa a flama de sua civilização cristã”⁴¹². Já em relação à cessão da Casa nº 1 ao tradicionalista Instituto Genealógico, o prefeito assegurou ser uma tentativa de “restituir ao Pátio do Colégio a dignidade de Monumento da Fundação”⁴¹³.

Desta maneira, pode-se afirmar que o plano do poder público municipal de recuperação urbana do Pátio do Colégio entrelaçava-se de vez à reconstrução da igreja. Sem anunciar novos planos urbanísticos para área, Miguel Colasuonno intentou transformá-la por meio da alteração do uso de alguns de seus edifícios e por incentivar, financeiramente, a reconstrução da igreja jesuítica, por ele considerada pendente, pois esta já estava prevista em lei aprovada na gestão de Maluf⁴¹⁴, como argumentou ao propor o repasse do auxílio à Sociedade Brasileira de Educação.

A menção à lei de Maluf evidenciou que Colasuonno postulava continuar os planos de recuperação urbana engendrados naquela gestão. Já a efetividade de seu apoio à recuperação histórica e à reconstrução da Igreja, consumava-se pela homenagem que recebeu em novembro de 1974, como informou o jornal *Folha de São Paulo*:

⁴⁰⁹ SÃO PAULO (Município). Lei nº 8089 de agosto de 1974. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1974.

⁴¹⁰ A IGREJA vai ser restaurada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 11 ago. 1974.

⁴¹¹ **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 34, 7 ago. 1974.

⁴¹² SÃO PAULO (Município). Lei nº 8089 de agosto de 1974. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1974.

⁴¹³ **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 34, 7 ago. 1974.

⁴¹⁴ SÃO PAULO (Município). Lei nº 8089 de agosto de 1974. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1974.

o prefeito Miguel Colasuonno será homenageado pelos Cavaleiros de São Paulo, da Associação que tem sede na ‘Casa Anchieta’ e por objetivo precípua o culto das tradições paulistas e nacionais. Sua Exa. tornou possível a reconstrução da Igreja do Colégio, e por esse motivo será recebido, como sócio honorário, no jantar comemorativo do XVIII aniversário da Associação⁴¹⁵

Com o terreno e o numerário – ao menos o que fora requerido – disponíveis a reconstrução, poderia então a mesma ser iniciada e levada a cabo. Antes, porém, houve uma significativa mudança no quadro dos agentes condutores das obras. Para a reconstrução do Colégio e da torre, o escritório de Gomes Cardim figurou como autor e executor do projeto de reconstrução, já nessa nova fase, a segunda função passava para a construtora Adolpho Lindenberg⁴¹⁶, cujo ingresso na empreitada foi por ele explicado da seguinte maneira:

sobre a construção [...] os episódios referentes à construção dessa capela [...] pelo o que eu me recordo foi o seguinte [...] o Cardim [Carlos Alberto Gomes Cardim Filho] que era o arquiteto da prefeitura comentando comigo de que estavam precisando reconstruir a capela, levantou a problemática da verba, que eles tinham pouca verba para isso, uma das coisas que emperravam a obra seria a falta de verba e eu naquela época estava em pleno auge de construções aqui em São Paulo e achei que seria um tributo à cidade colaborar para isso [...] então me ofereci a colaborar para a construção da capela gratuitamente, nós executamos a obra sem cobrar nenhuma taxa⁴¹⁷

A fala de Adolpho Lindenberg indicou – e confirmou – alguns dos meandros já arrolados. Como, por exemplo, a assídua participação de Gomes Cardim, cujo projeto continuava a referendar a reconstrução, e o problema da falta de dinheiro para a sua sequência, ao qual Lindenberg dispôs-se a não cobrar honorários para os trabalhos de sua construtora, àquela altura com cerca de vinte anos de existência e, de fato, pujante e consagrada como construtora de edifícios de alto luxo em São Paulo⁴¹⁸.

Ao envolvimento de Lindenberg com a reconstrução, no entanto, devem ser atrelados alguns aspectos de sua biografia que podem ser considerados extremamente afins à vontade de explicitar os conteúdos embutidos nos antigos edifícios do Pátio do Colégio. Nascido na cidade de São Paulo em 1924, Adolpho Lindenberg descende de alemães por parte de seu

⁴¹⁵ **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 32, 6 nov. 1974.

⁴¹⁶ CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. Pátio do Colégio. **Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, São Paulo**, 1975. P. 93. “nesta altura [1974] a firma Cardim & Cardim Ltda. Foi extinta de acordo com o distrato aprovado pela junta comercial, e não havendo interesse para a construção da Igreja pelos seus sucessores, resolveram transferir com a anuência da Companhia de Jesus essa responsabilidade para a firma Construtora Adolpho Lindenberg S.A., que já de início à Igreja, sob orientação arquitetônica dos autores do projeto arqts. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho e Luciano Octávio F. Gomes Cardim”.

⁴¹⁷ **Entrevista** concedida ao autor em 2 fev. 2012.

⁴¹⁸ VISONI, Claudia; REINÉS, Tuca; MURÃO, Leonardo. **Construtora Adolpho Lindenberg: 50 anos**. São Paulo: Conectar Comunicações, 2004.

tronco familiar paterno e de “uma família tradicional paulista”⁴¹⁹ pelo lado materno. No âmbito religioso, Lindenberg, como a maior parte dos integrantes das comissões e associações favoráveis a reconstrução, adquiriu sua formação no colégio católico e jesuíta São Luís⁴²⁰ e a sua marcante religiosidade, por sua vez, foi realçada na participação em entidades do porte da Tradição, Família e Propriedade. E, se não militou em campanhas organizadas para a reconstrução e não tinha contato com os seus principais membros – conforme ele mesmo afirmou, a sua entrada nas obras foi mediada pelo engenheiro/arquiteto Gomes Cardim⁴²¹ –, a sua imagem e, por conseguinte, a de sua construtora ficou visível e notadamente ligada às obras de reconstrução, como denotou o seguinte trecho de uma matéria do jornal *Folha de São Paulo* ao afirmar que as obras da Igreja “são dominadas por uma flor vermelha muito comum nos arranha-céus”⁴²² de São Paulo [figura 16]. Selava-se, assim, uma chancela de dupla mão, que à construtora revertia os benefícios de uma identificação com os princípios “nobres” da reconstrução, e essa última ganhava um selo de qualidade construtiva que era ambicionada pelas elites da cidade.

⁴¹⁹ Ibidem. pp. 22-32.

⁴²⁰ **Entrevista** concedida ao autor em 2 fev. 2012.

⁴²¹ Ibidem. Conforme afirmou Lindenberg: “eu estudei no Colégio São Luis e sempre ouvi falar da fundação dessa cidade pelos jesuítas, então eu tinha uma simpatia dessa obra da parte deles. Mas, a minha participação no Colégio [reconstrução da Igreja] foi um contato pessoal que eu tive com o Cardim, no qual ele me falou da dificuldade de verbas que tinha para construir [...]”.

⁴²² UMA falsa Igreja no Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 6 jun. 1977.

Figura 16 – Os tapumes da obra da igreja com placa e logo da Construtora Adolpho Lindeberg, 1975
Fonte: MORAES (1979, p. 136)

Por fim, foram bastante emblemáticas desses primeiros anos – de 1969 até 1975 – de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio as posturas de dois colunistas do jornal *Folha de São Paulo*, José Tavares de Miranda e Fernando Cerqueira Lemos. Diferentemente do *Estado* que “institucionalmente” cravou posição favorável em relação às obras, a *Folha* limitou-se à cobertura de seus desdobramentos. No entanto, os dois articulistas citados foram bem contundentes em suas abordagens do tema, sendo o primeiro um ardoroso entusiasta da empreitada e o segundo um crítico perspicaz. Ambos indicaram, em seus respectivos espaços, para algumas nuances que então permeavam a reconstrução.

José Tavares de Miranda pertencia a uma família pernambucana e acentuadamente católica, como puderam atestar a sua formação de seminarista e a formação de uma de suas irmãs que se tornou freira⁴²³. Migrado para São Paulo, Tavares de Miranda obteve destaque e certa circulação social, realçados justamente durante os anos de 1970, quando chegou a candidatar-se a deputado federal pelo partido ARENA em 1976 e a integrar a Academia

⁴²³ SILVA, Carlos Alberto. **A crônica esquecida**: a trajetória do jornalista José Tavares de Miranda. São Paulo, s/d. Os dados biográficos de Tavares de Miranda foram retirados dessa monografia apresentada à Folha de São Paulo.

Paulista de Letras, nesse caso por suas lides de poeta⁴²⁴. Porém, mais marcante que essas duas funções – significativas por apontar os meios frequentados por Tavares de Miranda – foi a profissão de jornalista e colunista que o notabilizou.

Contemporaneamente à reconstrução da Igreja, José Tavares de Miranda assinava uma agitada coluna social, intitulada com o seu próprio sobrenome, em que divulgava casamentos, aniversários e festas promovidas em grande parte pela “elite paulista”⁴²⁵. Além da coluna social, o jornalista manteve ainda, por cerca de dez anos, de 1974 a 1984 – confirmando a sua influência – um programa diário na rádio e na TV Gazeta. Em janeiro de 1975, compareceram a este programa o padre Hélio Abranches Viotti e Cesar Salgado, conforme carta que o último enviou à coluna jornalística de Tavares de Miranda:

caro amigo, Dr. Tavares de Miranda: vamos reconstruir a Igreja do Pátio do Colégio! No próximo domingo atendendo ao seu amável convite, terei o prazer de participar do seu excelente programa na TV Gazeta, para falar sobre a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio. Se o amigo me permitir, levarei comigo o Padre Hélio Abranches Viotti, cuja presença evocará aquele “herói providencial” dos primeiros tempos de São Paulo, José de Anchieta (que xará para a Ordem dos Josés!)⁴²⁶

Além do convite para participar do programa e da veiculação da carta no jornal, explicitaram a proximidade entre os dois membros da Comissão Pró Reconstrução da Igreja e o colunista social o próprio tratamento e os elogios que Cesar Salgado dispensou a ele. A recíproca também foi verificada. Foi Tavares de Miranda quem divulgou todos os anúncios, planos, nomeações e eventos promovidos pela Associação dos Cavaleiros de São Paulo supracitados, não deixando, claro, de qualificá-la; foi em sua coluna, por exemplo, que a homenagem dos Cavaleiros ao prefeito Paulo Maluf circulou. Oportunamente, a Associação foi predicada como uma “magnífica Associação” que homenageava e enaltecia “os grandes vultos de São Paulo do passado e do presente”⁴²⁷. Alguns dos agentes da reconstrução também foram abordados e qualificados por Tavares de Miranda, como o fez com Cesar Salgado ao notificar o seu falecimento em abril de 1979:

⁴²⁴ Ibidem.

⁴²⁵ Ibidem. pp. 22, 23, 24.

⁴²⁶ CAMPANHA pró-reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio. Monumento Histórico da fundação de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jan. 1975.

⁴²⁷ CAVALEIROS de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 46, 16 set. 1973.

cavaleiro de São Paulo, Irmão-Amigo [...] Cesar Salgado foi uma dessas personalidades marcantes na comunidade e deixa na sociedade paulista e brasileira, lacuna irreparável e imorredoura saudade⁴²⁸

Quanto à reconstrução propriamente dita, Tavares de Miranda não foi econômico em suas defesas e divulgação. Em sua coluna do dia 13 de janeiro de 1971, afirmou: “este repórter orgulhosamente faz parte do Conselho de Patrocinadores da Campanha Pró Reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio”⁴²⁹. E dez dias depois, como era usual, comentou os preparativos para o aniversário da cidade que se aproximava:

este ano os 417 anos de SP vão ser comemorados em grande, sobretudo porque há uma razão maior: é a reconstrução (retomada) da Igreja mater de SP no Pátio do Colégio. A Secretaria de Turismo da Prefeitura está coordenando tudo com a participação da comissão especial da qual participam entre outros o padre Viotti, Cesar Salgado, Aureliano Leite, Gilberto Leite de Barros e outros ilustres paulistas do Ateneu Paulista de História, Instituto Histórico de São Paulo, Cavaleiros de São Paulo, etc⁴³⁰

A figuração da reconstrução e dos nomes e entidades que a requeriam e a empreendiam em uma coluna social denotou, no entanto, uma série de implicações. A primeira delas, e talvez a mais evidente, adveio do perfil e das qualidades do articulista da coluna. Ou seja, a religiosidade e o apreço ao culto do passado local de Tavares de Miranda, sugerido por sua participação na Academia Paulista de Letras e confirmado em algumas de suas colunas, o aproximaram da reconstrução, uma vez que a ela eram atribuídos exatamente esses dois valores. Por outro lado, realçava-se que a reconstrução, de fato, era um projeto e uma proposta de grupos que ainda gozavam de certo prestígio social e, a partir dos anos 1970, esses grupos passaram a contar com o inestimável aval do poder público municipal. O excerto acima confirmou o envolvimento de uma secretaria da prefeitura em evento que tratou da empreitada, cujos agentes políticos, Paulo Maluf e Miguel Colasuonno, apoiaram as obras sob um pretexto de recuperação urbana do local.

Por seu turno, a postura de Fernando Cerqueira Lemos na mesma *Folha de São Paulo* o inseria entre os setores da sociedade que eram críticos das obras de reconstrução. A coluna que Fernando Lemos assinava nos anos 1970 recebia o título de *Artes Visuais* e abordava assuntos completamente diversos daqueles que ocupavam José Tavares de Miranda. Assim como as vozes que ressoavam na coluna de Lemos eram, definitivamente, de outro matiz.

⁴²⁸ SAUDADE. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 44, 15 abril 1979.

⁴²⁹ CAMPANHA pró-reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio. *Folha de São Paulo*, p. 14, 13 jan. 1971.

⁴³⁰ SÃO Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 18, 23 jan. 1971.

Ao longo dos anos 1970, as ocasiões em que o tema Pátio do Colégio – ou, mais precisamente, a reconstrução da igreja jesuítica – figurou na coluna *Artes Visuais* dividiu espaço com assuntos ligados às artes, à cultura e à história. Por vezes todos esses vieses apareceram imbricados no tópico da preservação do patrimônio edificado, ao qual Fernando Lemos associava os debates em torno da reconstrução. Os órgãos e agentes – entre os quais se incluía Carlos Lemos, irmão do colunista – que então lideravam as tentativas de renovação das lides preservacionistas foram também citados na coluna, como atestou a primeira menção às obras, ocorrida em 30 de março de 1975:

a pedido da COGEP, órgão municipal dirigido pelo engenheiro João Evangelista Leão, os arquitetos Carlos A. C. Lemos e Benedito Lima de Toledo pesquisaram todo o centro da cidade de São Paulo. Objetivo: ver o que resta de mais representativo, arquitetônica e historicamente falando, das primeiras décadas do século XX e do século XIX (em volume maior) e de séculos anteriores (em menor número) [...] exatamente essas relíquias, os dois arquitetos paulistas relacionaram. É de obrigação – por que não? – da Prefeitura preservar tudo isso antes que a volúpia da renovação e a especulação imobiliária os destruam friamente em nome do progresso. E o que foi destruído não se recupera. Aí está a igreja do Pátio do Colégio a mostrar uma preocupação de refazer o que foi demolido. Mas, infelizmente, resultou numa obra mentirosa, espúria. Se em outros tempos houvesse esta preocupação atual de preservar o que merece ser preservado, não teríamos que nos sujeitar àquela falsificação que está sendo cometida em nome da história paulista⁴³¹

Se os pejorativos imputados à reconstrução – “obra mentirosa”, “espúria”, “falsificação” – não podem, conforme o trecho, ser apontados como críticas dos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, a afinidade de posições entre estes e o colunista evidenciou-se pela forma antagônica como foram abordadas as proposituras da COGEP e os destinos dados ao Pátio do Colégio, ou seja, a prefeitura deveria, sempre de acordo com Fernando Lemos, acatar as medidas inovadoras para não mais incorrer nos erros implícitos à reconstrução.

Em janeiro de 1979, Fernando Lemos abordou novamente o tema, num indício não somente da relevância que ele dava à reconstrução, mas também de como esta ainda perdurava. Lemos respondeu a um leitor que o inquiriu: “eu não vejo nada de mais na igreja que estão construindo no Pátio do Colégio, é uma homenagem a Anchieta e a São Paulo, não é implicância sua?”⁴³². A resposta do colunista conteve os mesmos argumentos críticos já indicados e também foram suportados por menções aos novos agentes atuantes nas práticas de

⁴³¹ PRESERVAÇÃO definitiva da arquitetura paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 44, 30 mar. 1975.

⁴³² PÁTIO do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 68, 21 jan. 1979.

preservação da cidade e, agora, a um recente documento internacional que então as referenciavam:

a construção da igreja e do colégio, no Pátio do Colégio, é uma aberração. Disse inúmeras vezes [e] repito que aquilo que cometeram, com apoio oficial da Prefeitura, é um atentado ao bom senso e uma mentira histórica que pregam ao povo desavisado de São Paulo [...] a reconstrução, a par de contrariar flagrantemente a Carta de Veneza, de que o Brasil é signatário, está sendo realizada com materiais tais como concreto armado [...] alegam os reconstrutores que se fez muito disso na Europa, após a última Grande Guerra. Além de um erro não justificar o outro, o europeu, particularmente o polonês que reconstruiu cidades inteiras, tinha – como disse Benedito Lima de Toledo – problemas de afirmação nacional [...] não é o nosso caso⁴³³

Evidenciava-se, então, que as críticas de Fernando Lemos recaíam sobre a reconstrução, a qual foi abordada como um ato diametralmente oposto ao que era anunciado pelas novas práticas de preservação locais e até mesmo ao que era recomendado internacionalmente pela Carta de Veneza. Tais novidades, por sua vez, chegaram ao conhecimento de Lemos – como os trechos supracitados indicaram – por meio do contato que mantinha com os novos órgãos oficiais que promoviam a renovação e os agentes que os integravam, em sua maioria, advindos do meio acadêmico, como os mencionados arquitetos Benedito Lima de Toledo e seu irmão Carlos A. C. Lemos.

De modo que, assim como o apoio e a vazão dispensados por Tavares de Miranda às obras sinalizaram que estas ainda eram caras a setores da sociedade paulistana que gozavam de certo prestígio social e econômico – pois eram dignos de figurar no colunismo social –, as posturas veiculadas por Fernando Lemos apontaram para o teor e os agentes das críticas que, sobretudo a partir de junho de 1975, envolveriam a reconstrução em contundente polêmica. Já indiretamente indicadas, essas críticas enveredariam por posições contrárias à prática de reconstrução de edifícios históricos e os seus paladinos pertenciam aos quadros da universidade e atuavam nos incipientes órgãos técnicos do poder público local. Esses agentes pronunciaram-se em diferentes meios e tomaram medidas legais para tentar impedir que a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio fosse consumada.

⁴³³ Ibidem.

Capítulo 5. Reconstrução: uma antiga prática de preservação

Em junho de 1975, os agentes que encaminhavam as obras de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio foram surpreendidos por uma medida oficial contrária à empreitada. Se concretizada, esta medida poderia inviabilizar o prosseguimento da reconstrução e jogar por terra todos os resultados positivos até então obtidos, como a difícil aquisição do lote e o apoio financeiro conseguido junto ao poder público municipal. Tratava-se de uma iniciativa do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), órgão de preservação estadual criado em 1968, que requeria o tombamento do local – ocasionalmente denominado de “sítio urbano original de São Paulo”⁴³⁴ – onde justamente se projetava a ereção da Igreja.

Essa iniciativa do órgão de patrimônio – inesperada para muitos daqueles agentes engajados na reconstrução – foi alardeada de maneira significativa e impactante pela imprensa da época; invariavelmente, foram vinculadas ao seu anúncio menções às possibilidades de um corte abrupto no andamento das obras e até mesmo do seu completo impedimento, tal como evidenciaram os enunciados de algumas das matérias que abordaram o assunto. O jornal *O Estado de São Paulo* informou, por exemplo, a abertura do processo de tombamento sob os títulos *Levantamento adiará fim da obra do Pátio*⁴³⁵ e *Restauração do Pátio ameaçada*⁴³⁶; a *Folha de São Paulo* enveredou pelo mesmo caminho e afirmou *Embargadas as obras do velho Pátio*⁴³⁷ e *Param as obras do Pátio, decisão do Condephaat*⁴³⁸; assim como o *Jornal da Tarde*, pertencente ao grupo d’*O Estado de São Paulo*, que indagou *Pátio do Colégio: obra interrompida?*⁴³⁹.

Mesmo diante dessas possibilidades negativas, não foi verificado um arrefecimento das manifestações favoráveis à reconstrução. Pelo contrário, houve o acirramento dos embates. Prenúncio disso foi a declaração de Augusto Galvão Bueno Trigueirinho, então diretor da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, que, contemporaneamente às primeiras

⁴³⁴ CONDEPHAAT (São Paulo). **O Sítio Urbano Original de São Paulo: O Pátio do Colégio**. Publicação nº 1. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1977.

⁴³⁵ LEVANTAMENTO adiará fim da obra do Pátio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 7 jun. 1975.

⁴³⁶ RESTAURAÇÃO do Pátio ameaçada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 1975.

⁴³⁷ EMBARGADAS as obras do velho Pátio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 7 jun. 1975.

⁴³⁸ PARAM obras do Pátio, decisão do CONDEPHAAT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1975.

⁴³⁹ PÁTIO do Colégio: obra interrompida. **Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 2, 10 dez. 1975.

notificações de tombamento, assegurou: “se não prosseguir [a reconstrução] haverá uma guerra”⁴⁴⁰.

De fato, os novos entraves impostos às obras pelo CONDEPHAAT não deixaram de ser debatidos e atacados pelos agentes da reconstrução, cujas reações iniciais variaram entre três vertentes: a desqualificação ao órgão estadual de patrimônio, o descrédito de seus argumentos contrários às obras e até mesmo por certa estupefação perante as medidas pleiteadas. Confirmaram os teores dessas reações, por exemplo, uma mensagem veiculada por Tavares de Miranda em sua coluna social⁴⁴¹, um longo artigo de Cesar Salgado publicado em duas edições do jornal *O Estado de São Paulo*⁴⁴² e um editorial⁴⁴³ deste último periódico. Todos os três casos circularam entre o mês de junho de 1975 e janeiro do ano seguinte.

A mensagem de Tavares de Miranda intitulada *O Colégio* foi publicada em 15 de junho de 1975, portanto, apenas alguns dias depois de ocorrerem as notícias acerca do possível tombamento da área e da paralisação das obras. O colunista social aproveitou para reafirmar os valores que imputava a reconstrução e atacar os seus atuais oponentes:

historiadores, intelectuais, paulistas ilustres estão profundamente desgostosos com a suspensão das obras de construção e de restauração do tradicional e histórico Pátio do Colégio. O motivo alegado é de que os atuais administradores não concordam com o projeto vigente, aprovado e consagrado pelas administrações anteriores e pelas entidades mais representativas da cidade. É lamentável que tecnocratas interfiram em coisas que dizem respeito à tradição, aos costumes, à religião do nosso povo. Mas sabe-se que a coisa não vai ficar assim. Não se irá permitir que aquele solo de Anchieta e Tibiriçá seja transformado em belvedere ou boulevard⁴⁴⁴

Entre os “tecnocratas”, considerados por Tavares de Miranda indiferentes à “tradição, aos costumes e à religião” locais, provavelmente encontravam-se os agentes do CONDEPHAAT, uma vez que, naquele momento, eram eles os líderes das críticas às obras de reconstrução, impondo-lhes algumas incertezas sobre a sua continuidade e, sobretudo, questionando os seus apregoados valores.

José A. Cesar Salgado, por sua vez, aceitou debater cada um dos pontos que, em seu entendimento, sustentavam a propositura do órgão estadual de preservação; suas observações foram expostas em artigo sugestivamente denominado *Em defesa do patrimônio histórico do*

⁴⁴⁰ PARAM obras do Pátio, decisão do CONDEPHAAT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1975.

⁴⁴¹ O COLÉGIO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 42, 15 jun. 1975.

⁴⁴² SALGADO, José Augusto Cesar. Em defesa do patrimônio histórico do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1975.

⁴⁴³ A IGREJA do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 1976.

⁴⁴⁴ O COLÉGIO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 42, 15 jun. 1975.

*Pátio do Colégio*⁴⁴⁵. De acordo com Salgado – um dos mais participativos da reconstrução desde os anos 1950, inclusive⁴⁴⁶ – cinco argumentos subscreviam as críticas do CONDEPHAAT à reconstrução e fundamentavam a solicitação de tombamento do sítio, entre os quais constavam: “as normas que regulam a restauração de monumentos arqueológicos vedam a reconstrução de edifícios totalmente destruídos” e “em face da Carta de Veneza, deve-se condenar qualquer tentativa de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio”⁴⁴⁷.

Às duas assertivas, Cesar Salgado opôs-se, inicialmente, afirmando que ambas eram de “absoluta improcedência” e derivavam de meras “opiniões pessoais” facilmente contestadas diante de alguns “fatos irrecusáveis”⁴⁴⁸. Estes últimos, ainda de acordo com Salgado, eram as inúmeras experiências de reconstruções de edifícios históricos ocorridas em diferentes localidades, sobretudo nos países da Europa durante o segundo pós-guerra. O defensor da reconstrução se estendeu nos relatos dessas experiências que, a seu ver, poderiam legitimar e ser consideradas correlatas a reconstrução da igreja do Pátio do Colégio. Entre outros exemplos, Cesar Salgado mencionou a casa de Goethe na Alemanha, a Catedral de Coventry, na Inglaterra, e as reconstruções de Varsóvia, na Polônia, e Williamsburg, nos E.U.A, para, enfim, argumentar que o que estava realmente em jogo e não poderia ser questionado era o potencial dessas obras em tornarem-se uma “lição viva da História”⁴⁴⁹ e o rigor delas em manterem-se fieis as “construções originais”:

o que, porém, mais importa no caso da reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio é saber que monumentos históricos, tais como a casa de Goethe, as igrejas medievais de Londres, a cidade velha de Varsóvia, a igreja de São Nicolau de Sangemini, o Campanille de Veneza, o Pavilhão Dourado de Kioto, foram reedificados à imagem e semelhança das construções originais, sobre os respectivos alicerces⁴⁵⁰

Mesclando obras reerguidas em tempos e circunstâncias completamente distintas, como Campanille de Veneza que colapsou no início do século XX, as obras de reconstrução do segundo pós-guerra em Varsóvia, uma reconstrução ritual em Kyoto e o empreendimento de Williamsburg, Salgado anulava historicidades distintas em prol de um argumento que ganhava foros internacionais, capaz de se opor até aos postulados da Carta de Veneza que,

⁴⁴⁵ SALGADO, José Augusto Cesar. Em defesa do patrimônio histórico do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1975; o artigo constou também no anexo do livro: SALGADO, José Augusto Cesar. **O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola**. São Paulo, Gráfica Municipal de São Paulo, 1976.

⁴⁴⁶ Ver capítulo 1.

⁴⁴⁷ SALGADO, José Augusto Cesar. Em defesa do patrimônio histórico do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1975.

⁴⁴⁸ Ibidem.

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ Ibidem.

entre outros princípios, considerava a restauração “uma operação de deve ter caráter excepcional”⁴⁵¹.

À referência a Carta de Veneza expressa na segunda assertiva contrária à reconstrução supracitada, Cesar Salgado também se opôs. Nem mesmo o caráter estritamente técnico do documento internacional de preservação refreou a obstinação de Salgado em suas arguições favoráveis a reconstrução da igreja jesuítica. Assim, a primeira menção ao documento verificada no extenso artigo *Em defesa do patrimônio histórico do Pátio do Colégio* intentou indicar para os conhecimentos básicos que seu autor detinha sobre ele e também para as críticas às maneiras pelas quais ele era ocasionalmente empregado: “a chamada Carta de Veneza não é Bíblia nem código. É um documento de princípios aprovado pelo II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos, reunidos naquela cidade, em maio de 1964”⁴⁵².

Na sequência, Cesar Salgado promoveu a sua própria interpretação da Carta de Veneza e concluiu que esta postulava princípios que ao invés de serem incompatíveis com a reconstrução da igreja eram correspondentes a esta iniciativa:

não haverá na Carta de Veneza outro dispositivo que possa ser invocado em favor da reconstrução da velha Igreja? Sim, há, claramente expresso nestes termos: “a conservação e a restauração de monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico”. No Pátio do Colégio, o que se pretende é exatamente “salvaguardar o testemunho histórico”⁴⁵³

A última das reações públicas que seguiram aos primeiros anúncios da abertura do processo de tombamento do “sítio histórico” do Pátio do Colégio adveio do jornal *O Estado de São Paulo*. Desde o início das obras, aliás, esta era a quinta oportunidade em que o periódico dispensava um editorial para apoiá-las e vilipendiar as posturas de seus opositores. Desta vez, o jornal afirmou-se surpreso diante das atitudes do órgão de preservação estadual, de modo que, dentre as três vertentes apontadas acima como definidoras de tais reações, a saber, a desqualificação do órgão estadual, o descrédito de seus argumentos e uma estupefação diante das medidas, o tradicional jornal enveredou por esta última e também pela primeira. Conforme denotou, de resto, as primeiras linhas do editorial *A Igreja do Pátio do Colégio* publicado no dia 22 de janeiro de 1976:

⁴⁵¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br> >. Acesso em: 07 jun. 2013.

⁴⁵² Ibidem; SALGADO, José Augusto Cesar. **O Pátio do Colégio**: História de uma Igreja e uma Escola. São Paulo, Gráfica Municipal de São Paulo, 1976.

⁴⁵³ Ibidem. p. 265.

por mais que se procure, ninguém consegue achar os verdadeiros motivos da campanha que nos últimos tempos foi desencadeada contra a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio. Quais serão as forças ocultas que se opõem àquela obra [...] por que se pretende fazer tabula rasa sobre decisões há muitos anos tomadas por governadores, prefeitos e secretários do Município?⁴⁵⁴

Após anunciar, inicialmente, a falta de entendimento dos impasses que por ora se interpunham às obras da igreja, as quais já eram tidas como certas depois do apoio de “governadores” e “prefeitos”, o jornal abordou o assunto que então se entrelaçava à reconstrução, ou seja, a preservação do patrimônio edificado. Contudo, diferentemente de Cesar Salgado que em seu artigo *Em defesa do Patrimônio do Pátio do Colégio* resolveu atacar todos os argumentos que, no seu entender, permeavam a atitude do CONDEPHAAT, o editorial relacionou pertinentemente os dois momentos da reconstrução para indagar porque que somente agora tal discussão era proposta. Figuraram ainda no editorial, menções aos dois órgãos oficiais que lideravam as práticas preservacionistas, o estadual, já citado, e o federal IPHAN:

não deixa de ser estranho, muitíssimo estranho, que os responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico de São Paulo, só agora, decorridos vinte anos, tenham verificado que algo de irregular estava acontecendo. Nem mesmo o IPHAN interferiu e só recentemente o fez [...] classificar de “sítio arqueológico” os restos da antiga Igreja, como fez o CONDEPHAAT, é um exagero, para não dizer um absurdo [...] em verdade não se compreende nem se justifica a atitude do CONDEPHAAT, nem tampouco a dos outros que o estão acompanhando ou incentivando. Por isso é que voltamos a repetir a pergunta feita por esta folha em 20 de agosto do ano passado [...]: “ou aquele órgão terá deixado de ser um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado?”. Mas se deixou, qual é hoje a sua função?⁴⁵⁵

A ocasião mencionada no trecho acima em que o jornal questionou se o CONDEPHAAT ainda era, de fato, um órgão voltado à preservação do patrimônio aludiu a outro editorial veiculado em 20 de agosto de 1975 sob o título *Em defesa da Igreja do Pátio do Colégio*⁴⁵⁶. O jornal afirmou ali que esperava uma postura oposta à apresentada pelo referido órgão estadual – pois conforme o editorial d’*O Estado*, o CONDEPHAAT deveria juntar “os seus esforços aos daqueles que, após uma luta que durou anos, lograram reunir os meios e condições que haveriam de permitir a restauração”⁴⁵⁷ – e assegurou que o apoio que

⁴⁵⁴ IGREJA do Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1976.

⁴⁵⁵ IGREJA do Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1976.

⁴⁵⁶ EM DEFESA da Igreja do Pátio do Colégio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1975.

⁴⁵⁷ Ibidem.

em outras situações dispensou ao órgão de preservação não seria verificado no caso da reconstrução do Pátio do Colégio⁴⁵⁸.

Para além de confirmar o engajamento d'*O Estado de São Paulo* na defesa da reconstrução do Pátio do Colégio, as passagens supracitadas – extraídas de editoriais do jornal – indicaram, definitivamente, que as mudanças e o advento de novas posturas forjadas nas práticas preservacionistas estaduais não mais se coadunavam com as obras. O próprio jornal evidenciou o caráter um tanto inovador de tais posturas, primeiramente ao revelar-se surpreso com a atitude do CONDEPHAAT e, depois, ao mencionar que até aquele momento não haviam sido imputadas tais críticas à reconstrução, nem mesmo o IPHAN – órgão introdutor das diretrizes patrimoniais e soberano nas práticas preservacionistas durante a primeira fase de reconstrução do Pátio do Colégio – havia contestado a empreitada ou até mesmo emitido qualquer juízo ou comentário sobre ela.

A partir da abertura do processo de tombamento do “sítio arqueológico” em 1975, porém, não somente os membros do IPHAN tiveram que pronunciar-se publicamente a respeito da reconstrução da igreja do Pátio do Colégio como também os agentes envolvidos com a empreitada desde o seu início tiveram que abordar assuntos ligados à preservação do patrimônio. Vide o exemplo já citado de Cesar Salgado que fez circular num dos jornais de maior tiragem da cidade um longo artigo em que discutia importantes experiências de reconstruções para práticas preservacionistas – tais como o centro de Varsóvia e o Campanille de Veneza – e ainda promovia uma interpretação da Carta de Veneza⁴⁵⁹. Apesar de algumas incorreções veiculadas nos artigos de Salgado⁴⁶⁰, é inegável o papel que teve para divulgar publicamente – e por meio das obras do Pátio do Colégio – temas ligados a reconstrução e a restauração do patrimônio edificado.

Desta feita, a medida anunciada pelo CONDEPHAAT ocasionou em torno do Pátio do Colégio uma série de discussões sobre o caráter de preservação, a viabilidade e o valor de uma reconstrução histórica. Sobre esta prática se manifestaram então diferentes agentes

⁴⁵⁸ Ibidem. “conforme foi exaustivamente demonstrado, as objeções feitas à reconstrução do histórico templo são improcedentes e por isso se esperava que, ao contrário, o CONDEPHAAT juntasse os seus esforços aos daqueles que, após uma luta que durou anos, lograram reunir os meios e condições que haveriam de permitir a restauração. Era o mínimo que devíamos esperar e nesse sentido é que temos sempre apoiado a ação do referido Conselho. Mas não agora”.

⁴⁵⁹ Vale mencionar que o artigo de Cesar Salgado foi citado e discutido pelo CONDEPHAAT em: CONDEPHAAT (São Paulo). **O Sítio Urbano Original de São Paulo: O Pátio do Colégio**. Publicação nº 1. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1977.

⁴⁶⁰ Ibidem. pp. 24-25. Sobre a Catedral de Coventry, por exemplo, a qual Cesar Salgado considerou um exemplo de reconstrução, o CONDEPHAAT, em sua supracitada publicação afirmou: “as ruínas e o altar seriam respeitosamente – liturgicamente, mesmo – preservados e uma igreja totalmente nova e de moderníssima concepção foi projetada para ser erigida ao lado, numa das mais felizes integrações, de que se tem conhecimento da história da Arquitetura, do antigo respeitado e valorizado pelo moderno”.

envolvidos com as lides patrimoniais, dentre os quais figuraram aqueles membros do órgão estadual que, a partir de 1975, passaram a criticar duramente a reconstrução da igreja jesuítica. Porém, nem todas as abordagens que a reconstrução recebeu neste período foram consonantes a esta última posição; até mesmo alguns agentes que haviam integrado o CONDEPHAAT em período anterior demonstraram posições contrárias e apoiaram as obras, do mesmo modo que outras posturas também críticas da reconstrução enveredaram por caminho diverso daquele veiculado pelo pedido de tombamento.

Enfim, essas discussões – imbricadas com a temática da preservação do patrimônio e, sobretudo, indicativas das mudanças vicejadas neste campo – configuraram o último grande embate e a última e mais contundente polêmica que as obras de reconstrução do Pátio do Colégio enfrentaram. Neste contexto e sob a ótica da preservação do patrimônio, a reconstrução da igreja jesuítica foi valorada de diferentes maneiras.

5.1 Monumento sagrado ou uma reconstrução sem valor artístico?

É consensual para historiografia especializada⁴⁶¹ que, a partir dos anos 1970, foi iniciado um intrincado processo de mudanças nas práticas de preservação do patrimônio no país, com impactos profundos também para o estado e a cidade de São Paulo. Mudanças estas que incluíram a revisão e o questionamento de posturas consagradas em períodos anteriores, a elaboração de novos conceitos e o alargamento dos objetos considerados passíveis de proteção, a ampliação das esferas governamentais atuantes na preservação, assim como dos meios empregados para valorá-los e restaurá-los. Essas mudanças resultaram na imbricação da preservação com outras áreas e temas, como, por exemplo, o planejamento urbano, uma vez que o bem preservado deixou de ser pensado isoladamente para ser englobado também

⁴⁶¹ RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado:** a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial CONDEPHAAT/Fapesp, 2000; FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2009; MARINS, Paulo Cesar Garcez. Trajetória da preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (org.). **Terra Paulista:** trajetórias contemporâneas. São Paulo: Cenpec/Imesp, 2008, pp. 137-167; PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade:** práticas de preservação em São Paulo. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo – FAU, São Paulo, 2009; ANDRADE, Paula Rodrigues de. **O Patrimônio da cidade:** arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo – FAU, São Paulo, 2012.

em seu entorno. Ainda nesse período, foi engendrada uma maior aproximação entre a preservação e a sociedade, pois esta passou a manifestar-se com maior contundência na escolha dos bens a serem oficialmente preservados.

Em suma, na década de 1970 ensejava-se – ou, ao menos, vislumbrava-se – a possibilidade de renovação dos antigos preceitos desenvolvidos pelo IPHAN, os quais, desde a oficialização da preservação do patrimônio nos anos 1930 orientavam e conduziam as práticas preservacionistas:

centrado na história-memória da arquitetura brasileira, ponto de vista a partir do qual percebia a história-memória da nação, o Sphan estabeleceu uma ortodoxia preservacionista que só viria a ser contestada a partir da década de 1970, diante de fatores diversos, como a intensificação do debate sobre cultura [...] e a ampliação das pesquisas históricas relativas aos períodos do Império e da República [...] ⁴⁶²

No entanto, até mesmo o IPHAN – que desde os anos 1930 até a década de 1960 esteve sozinho no campo da preservação e introduziu uma série de diretrizes que se configurou como um duradouro legado de uma maneira específica de atuação ⁴⁶³ – sofreu alterações significativas desde fins dessa última década. De acordo com a própria periodização tornada clássica a respeito da história do órgão federal, a mudança evidenciou-se justamente entre os anos de 1967 e 1968, apontados como balizas temporais definidoras do fim de uma fase, a denominada “fase heróica”, e o início de outra.

Porém, para além de considerações estanques que indicam um corte abrupto em relação às práticas anteriores adotadas e postuladas pelo IPHAN, o fim da “fase heróica” deveu-se muito às alterações dos quadros do órgão, entre as quais constaram a saída de Rodrigo Mello Franco de Andrade, que dirigiu o IPHAN de 1937 até 1967, ano de sua aposentadoria ⁴⁶⁴, e a de Lucio Costa, que foi chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos entre 1937 e 1972 e cujas práticas eram em boa medida norteadas por princípios do Movimento Modernista.

Sob um ponto de vista mais prático, o caso recorrentemente citado do processo de tombamento de edifícios ecléticos da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, pode ser considerado emblemático de uma década de mudanças e “indefinições” ⁴⁶⁵ vivenciado pelo

⁴⁶² RODRIGUES, Marly. Op. Cit. pp. 28 e 29.

⁴⁶³ Ver capítulo 2.

⁴⁶⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit. p. 126.

⁴⁶⁵ ANDRADE, Paula Rodrigues de. Op. Cit. pp. 36-37. De acordo com a autora, o período representou uma “fase do órgão federal em que percebemos não exatamente como uma ‘transição’, mas um período frágil no que diz respeito ao acatamento das determinações de critérios de valor que arbitram as escolhas durante a chamada

IPHAN ao longo dos anos 1970. Por diversos motivos e pela discussão multifacetada ocorrida dentro do órgão, esse processo de tombamento indicou tanto para a presença de forças renovadoras quanto para o peso daquelas posturas originárias e fortemente arraigadas. Ao final do processo, houve o tombamento de quatro edifícios públicos, do total de nove incluídos no pedido⁴⁶⁶, exclusão essa que decorreu da opinião de Lucio Costa que considerava os edifícios postulantes do Ecletismo “produtos marginais” e “manifestações da falsa arquitetura pejorativamente tachada, pela crítica autorizada, como ‘beaux-arts’”⁴⁶⁷.

No entanto, abordar o caso da Avenida Rio Branco como uma evidência de um período de convivência de visões preservacionistas distintas, que sinalizavam para uma fase de transição e revisão das antigas posturas modernistas arraigadas no órgão, não encontra sustentação em algumas de suas ações posteriores, sobretudo no que diz respeito às práticas de restauração. Atestam a permanência dos antigos preceitos, por exemplo, a restauração da Sé de Olinda e do Paço Imperial no Rio de Janeiro. Nesses dois casos, de forte impacto nacional, foram verificados uma vez mais a prática do órgão federal de eliminar historicidades em nome da exibição de uma imagem remota e idealizada dos bens restaurados.

A Sé de Olinda foi restaurada pelo IPHAN em parceria com a FUNDARPE entre 1974 e 1983, tendo sido o projeto de restauração elaborado pelo arquiteto José Luiz Mota de Menezes; foi ele o autor de um livro publicado em 1985 sobre o edifício religioso, do qual extraímos as seguintes informações, tanto das transformações da igreja quanto de sua restauração⁴⁶⁸.

De acordo com a cronologia⁴⁶⁹ estabelecida por Menezes, a Sé de Olinda recebeu no século XX duas grandes obras que alteraram a sua feição, sendo que a primeira, iniciada em 1911, impingiu uma fachada nova à igreja, neogótica, enquanto a segunda, efetivada nos anos 1930, imputou, sempre de acordo com José Luiz Mota de Menezes, uma feição “neobarroca” a igreja⁴⁷⁰.

Apesar do histórico de transformações da igreja, quando de sua restauração o que preponderou foi o recorrente desejo do órgão federal de retorno ao seu suposto estado original

‘fase heróica’ do SPHAN/IPHAN. Entendemos a gestão de Renato Soeiro como o momento de abertura para novas referências patrimoniais na esfera federal e de formação de novas pautas para o tema do patrimônio”.

⁴⁶⁶ Ibidem. p. 190. Foram tombados: Teatro Municipal, Escola Nacional de Belas Artes, Biblioteca Nacional e Caixa de Amortização.

⁴⁶⁷ Ibidem. p. 192.

⁴⁶⁸ MENEZES, José Luiz Mota de. **A Sé de Olinda**. Fundarpe, Recife, 1985.

⁴⁶⁹ Ibidem. pp. 39-46. Conforme a cronologia de Menezes, a igreja olindense foi concluída em 1621, mas incendiada e reduzida às ruínas dez anos mais tarde, resultado das invasões holandesas. As obras de reconstrução da igreja, por sua vez iniciadas quando da expulsão destes últimos, se estenderam até 1771, com as conclusões de seu interior. Ainda de acordo com Menezes, a igreja não sofreu significativas alterações no século XIX.

⁴⁷⁰ Ibidem. pp. 39-46.

e idealizado, de modo que todos os elementos da igreja estranhos a esse período acabaram sendo suprimidos. A opção pela história pregressa do edifício relegou a sua própria historicidade. Alguns argumentos do autor do projeto guardaram consonâncias com aqueles característicos da “fase heróica” do órgão de patrimônio, ao mesmo tempo em que indicaram para a sua persistência, sendo que a Sé de Olinda foi restaurada já em fins dos anos 1970, conforme mencionamos acima.

Quando José Mota Menezes expôs as finalidades das obras, demonstrou primeiramente até certa despretensão, afirmando ser inviável restaurar aquela igreja do século XVI, “da maneira como a encontraram os holandeses”, porém se daria por satisfeito em “restabelecer aquele aspecto que possuía o velho monumento nos fins do século XIX, acrescentado de todas as coisas que o enriqueceram”⁴⁷¹. Pretendia-se a recuperação da feição da igreja anterior as “fatídicas” reformas implementadas a partir de 1911, o que, de fato, não ocorreu. A igreja restaurada, ao apresentar uma segunda torre e tendo sido privada das volutas do frontão e da portada, foi um quarta fachada, criada pelo IPHAN.

O livro/projeto de Meneses é ainda permeado por desqualificações aos elementos que compunham a igreja e foram apagados com a restauração; além de fatídicas, as obras do século XX foram descritas como “infeliz remodelação”. Por sua vez, retomar a antiga feição tinha um valor inestimável para “Arquitetura tradicional brasileira”, pois a “velha e tradicional Catedral de Olinda [é] a única igreja, no Brasil, de caráter ainda Renascentista-maneirista que utiliza um partido tão em voga no Portugal quinhentista”⁴⁷². Deixando novamente claro o estabelecimento prévio de um modelo estilístico almejado com as obras de restauração.

Transcorridas nos primeiros anos da década de 1980, as obras de restauração do Paço Imperial no Rio de Janeiro também demonstraram o afã de seus condutores em restabelecer o suposto estado primitivo do edifício, apagando dele quaisquer elementos que, em suas abordagens, não correspondiam a esse momento. Assim como a Sé de Olinda, o Paço sofreu uma série de transformações ao longo de sua trajetória⁴⁷³, de modo que, quando do início da

⁴⁷¹ Ibidem. p. 68. No entanto, como já mencionamos, conforme o próprio autor a Igreja não sofreu reformas no século XIX, do que podemos aduzir que a feição aí registrada devia muito às suas formas setecentista.

⁴⁷² Ibidem. p. 73.

⁴⁷³ CAMPELO, Glauco. Restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n° 20, 1984. pp. 139-151. De acordo com Campello, “antes de se transformar na morada do Governador da Capitania abrigara os armazéns do Rei e a Casa da Moeda. À época dos vice-reis era ainda uma casa senhoril, tipicamente portuguesa, com seus três renques e telhados e o terceiro andar de 12 janelas na fachada voltada para o Terreiro da Polé. No tempo de D. João VI tornou-se uma palácio barroco, improvisado, com duas fachadas cenográficas: uma voltada para o Largo, para o local das paradas e dos grandes eventos cívicos; a outra voltada para o mar, para o mundo das conquistas portuguesas. Já na época do Império sofre a transformação de influência neoclássica, a menos organicamente relacionada com a sua estrutura

restauração a feição do edifício era bastante tributária das reformas realizadas nos anos 1920, as quais, por sua vez, lhe conferiram um perfil neocolonial.

Em uma edição da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* publicada em 1984 circularam textos de autoria de três arquitetos do IPHAN envolvidos com o projeto de restauração do Paço Imperial⁴⁷⁴, entre os quais constou o de Glauco Campello, então diretor da 6ª. Diretoria Regional do órgão federal e coordenador do referido projeto. Nestes textos foram comuns tanto a desvalorização dos traços neocoloniais do edifício, quanto as qualificações positivas dos seus subtraídos atributos barrocos. Os trechos seguintes, retirados do texto de Campello, evidenciam esses postulados:

é interessante imaginar, no caso do Paço, que o objeto chegado às nossas mãos, em certo sentido, já não vivia, quase abandonado, apagado pelas modificações e reformas. Mas havia uma luz que ainda nos alcançava, representada pela sua imagem barroca, tal como a vemos na iconografia da primeira metade do século XIX. [...] Ela exerceu sobre os que participaram deste processo de restauração uma espécie de magnetismo⁴⁷⁵

[...] à medida que a demolição dos acréscimos ia revelando aspectos surpreendentes de sua dignidade antiga e relações espaciais novas [...] tornara-se então irresistível a atração pela integridade de sua imagem barroca representada nas gravuras antigas⁴⁷⁶

Os dois exemplos supracitados tornam problemática uma abordagem linear e evolutiva das atuações do órgão federal de patrimônio. Ora, se o intrincado processo da Avenida Rio Branco indicou uma possível abertura do IPHAN, uma vez que passou a incluir entre os seus objetos de valoração e proteção alguns exemplares ecléticos, as restaurações da Sé de Olinda, iniciada apenas dois após o caso da Avenida, e do Paço Imperial, ocorrida uma década mais tarde, podem ser consideradas evidências contumazes da permanência do exercício da tradição, pendente a valorar o barroco e o colonial.

Em paralelo a essas ações do IPHAN, o órgão estadual paulista de preservação, criado em 1968, começou a atuar. De maneira análoga ao que se passava no órgão federal, e dentro de um arco temporal de cerca de oito anos, o CONDEPHAAT também agrupava visões conflitantes, acolhendo quadros técnicos de diferentes matizes e dirigentes oriundos de

tipológica, quase um arremedo. Na República, o edifício não pode fugir ao preconceito com as coisas do Império. Por causa de seu estado lastimável, foi inicialmente recusado pelo Ministério das Relações Exteriores. O Departamento dos Correios e Telégrafos que passou a ocupá-lo superpôs-lhe, ironicamente, uma fisionomia neocolonial”

⁴⁷⁴ Ibidem; LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n° 20, 1984. pp. 152-154; REIS, José de Souza. Estudos Preliminares para a restauração do Paço. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n° 20, 1984. pp. 155-157.

⁴⁷⁵ CAMPELLO, Glauco. Op. Cit. p. 142.

⁴⁷⁶ Ibidem. p. 142.

entidades diversas, como, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o seu congênere litorâneo de Bertioga/Guarujá e a Universidade de São Paulo. Diante dessa pluralidade, as medidas tomadas tendiam a ser díspares. Como o foram, de resto, as posturas que diferentes agentes do órgão tiveram em relação às obras de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio, a partir do momento em que a trajetória destas e a do órgão entrecruzaram-se.

Sem romper com aquilo que era praticado pelo IPHAN, o CONDEPHAAT em seus primeiros anos de existência atuou de maneira muito afim ao órgão federal e salvaguardou, em grande parte dos tombamentos, bens representativos do Período Colonial que, afinal, atenderiam aos propósitos identitários dos criadores do órgão estadual e dos agentes envolvidos em suas escolhas:

a criação do Condephaat tornou-se possível quando frações conservadoras e tradicionalistas da burguesia paulistana buscaram reafirmar a identidade bandeirante nos limites do quadro autoritário estabelecido em 1964⁴⁷⁷

Se, durante a “fase heróica” do IPHAN, os bens que ficavam sob sua égide deveriam suportar os qualificativos e os atributos necessários para, de acordo com os preceitos modernistas, comporem as bases de uma identidade nacional e, sobretudo, os elementos integrantes de uma história da arquitetura, o CONDEPHAAT, durante os seus anos iniciais de atuação, imputava aos bens escolhidos e protegidos, um papel de consagração e “culto cívico ao passado” local⁴⁷⁸. Tanto numa quanto noutra experiência, os edifícios eram instrumentalizados pelos agentes que os alçavam a condição patrimônio do país ou do estado.

A considerar a periodização estabelecida por Marly Rodrigues⁴⁷⁹, os anos 1969/1975 corresponderam justamente ao momento em que o órgão estadual mais esteve voltado às tradições locais e, por conseguinte, à preservação e valoração dos exemplares arquitetônicos mais remotos do estado, deixando de lado aqueles exemplares do Período Republicano e da Industrialização, os quais, por sua vez, já não haviam sido contemplados pelo IPHAN.

Do ponto de vista da história regional paulista, grande parte das buscas iniciais do CONDEPHAAT foram abalizadas pelo bandeirismo, pelos primeiros anos de ocupação do litoral – dois momentos freqüentemente exaltados, sobretudo o primeiro, como pontos de forte correlação entre a história local e a nacional – e secundados pelos períodos de expansão

⁴⁷⁷ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. p. 41.

⁴⁷⁸ Ibidem. p. 46.

⁴⁷⁹ Ibidem. Em linhas gerais a autora periodizou definiu a trajetória do órgão estadual da seguinte maneira: “com os olhos na tradição” (1969-1975); “considerando o presente” (1975-1982); “tempos de abertura” (1982-1987).

do café no Vale do Paraíba e, posteriormente, na cidade de Campinas⁴⁸⁰. Os critérios de valoração dos bens se limitavam, então, a verificação daqueles componentes que poderiam remeter a estes períodos, histórica e arquitetonicamente, além de promover valores “cívicos” ou a proteção de “reliquias do nosso passado”⁴⁸¹.

Corroboraram com estes critérios de valoração dos bens e dos sentidos cívicos e de culto ao passado regional a eles atribuídos, as duas primeiras gestões do CONDEPHAAT, as quais perfizeram os anos de 1969/1975, período em que o órgão esteve com “os olhos na tradição”; foram elas, a gestão de Lucia Piza Figueira de Mello Falkenberg (jan/1969 – dez/1971) e a do historiador Aureliano Leite (jan/1972 – maio/1975). Ambos os dirigentes traçaram trajetórias anteriores em entidades de forte apelo tradicionalista.

Paralelamente a sua atuação no órgão de patrimônio, Lucia Falkenberg figurou, durante anos 1960/70, como conselheira do Instituto Genealógico⁴⁸² e, em 1958, havia sido uma das fundadoras do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá e Bertioga que declarou como uma de suas finalidades: “identificar e preservar os marcos referenciais da colonização portuguesa no litoral paulista, desde o século XVI, que se encontravam em completo abandono e cuja perda seria inestimável à construção da memória social”⁴⁸³.

Aureliano Leite, por sua vez, foi membro da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de São Paulo, além de membro da Associação dos Cavaleiros de São Paulo. Desta última entidade, como já foi apontado⁴⁸⁴, Aureliano Leite foi um ativo colaborador, sobretudo como ministrante dos cursos promovidos pelos cavaleiros sobre a história de São Paulo no Pátio do Colégio, tema, aliás, que correspondia às predileções do escritor e do historiador, conforme explicitou os dados biográficos veiculados

⁴⁸⁰ Ibidem. p. 58. Nesse sentido, embora o primeiro tombamento do CONDEPHAAT tenha sido inovador ao escolher uma fazenda de café, neoclássica e oitocentista situada em Cruzeiro (MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice (org.). **Terra paulista: trajetórias contemporâneas**. São Paulo: Imprensa Oficial, CENPEC, 2008, p.155), tal sinalização, assim como o processo da Avenida Rio Branco carioca, não indica uma inversão interpretativa total do órgão face aos cânones do IPHAN, visto que numerosos tombamentos recaíram sobre bens do período colonial.

⁴⁸¹ Ibidem. pp. 61-62. As discussões em torno do tombamento da casa do Barão de Jundiá – primeiro processo de tombamento analisado pelos conselheiros do órgão estadual – confirmaram a presença desses critérios. Ou seja, a casa foi protegida por ser considerada bastante representativa do “ciclo econômico durante o qual fora construída”, considerou-se também “a raridade desse tipo de habitação e o grau de manutenção de suas características construtivas originais”. Outros pontos foram realçados nas observações dos membros do conselho acerca da casa do Barão de Jundiá, tais como a importância da família proprietária, a sua atuação política, os seus títulos nobiliárquicos e uma visita de D. Pedro ao solar, fato este que, para o historiador e conselheiro Aureliano Leite, bastava “para fazer dessa mansão uma reliquia de nosso passado”. Por fim, destacou-se, ainda no âmbito do conselho, a potencialidade do bem de ser “uma fonte de fecundas afirmações e conseqüências de ordem cultural, educacional e cívica”.

⁴⁸² **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jun. 1970.

⁴⁸³ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. p. 44.

⁴⁸⁴ Ver capítulo 4.

no *Correio Paulistano* em sua edição de 20 de novembro de 1960 em nota comemorativa do aniversário de Aureliano Leite:

foi em Ouro Fino, Minas Gerais, que nasceu, em 1888, o escritor Aureliano Leite, radicado, ainda na adolescência, em São Paulo [...] sua obra desde os primeiros enfeixados em volume, em 1924, até os dias atuais, tem sempre um sentido nacionalista [...] dedicado aos assuntos históricos, é em torno deles que Aureliano Leite tem produzido as suas melhores obras, culminando com a monumental “História da Civilização Paulista”, cujos méritos, aliados a outros estudos, lhe propiciaram o título de “Cidadão Paulistano” [...] a maneira direta e eloquente como apresenta o resultado de suas incursões no campo da História, não evidencia apenas o analista consciente [...] mas acima de tudo, o brio cívico de quem adotou, como suprema diretriz, o engrandecimento da Pátria, através do exemplo, do legado heróico dos nossos antepassados que ele busca transmitir às gerações futuras⁴⁸⁵

Ao assumir a presidência do CONDEPHAAT, Aureliano Leite concedeu uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* em que ensaiou uma apreciação a respeito dos bens que, a seu ver, constituíam “o legado de nossos antepassados” e por isso mereciam ser salvaguardados. Oportunamente, Aureliano Leite argumentou – com certo tom de lamento – que se o órgão de patrimônio tivesse sido criado há setenta anos, a cidade de São Paulo não teria perdido alguns dos edifícios de “significativo valor para a história da colonização do Estado”⁴⁸⁶:

o centro da Capital poderia ter hoje um aspecto um pouco diferente se há setenta anos houvesse uma entidade para proteger os seus patrimônios históricos. Esta é a opinião do historiador e homem de letras Aureliano Leite, recentemente escolhido para a presidência do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado⁴⁸⁷

Tendo em conta que “há setenta anos” o “centro da Capital” passava por um intenso processo de urbanização que resultava na substituição e/ou na demolição dos exemplares arquitetônicos coloniais, presume-se facilmente que para o novo presidente do CONDEPHAAT eram estes que, por ora, deveriam ser os alvos diletos das buscas do órgão. Se pelo trecho acima, a propensão de Aureliano Leite ao Período Colonial foi apontada somente de forma um tanto indireta, a sequência de sua entrevista ao jornal a confirmou. O historiador citou – e lamentou – três exemplos de edifícios perdidos em decorrência da “tardia

⁴⁸⁵ AURELIANO Leite. *O Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 20 nov. 1960.

⁴⁸⁶ PATRIMÔNIO deve ser resguardado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 16 fev. 1972.

⁴⁸⁷ *Ibidem*.

criação de um organismo como o Conselho de Patrimônio”: o Convento de São Francisco, a antiga Igreja da Sé e a Igreja do Pátio do Colégio⁴⁸⁸.

De fato, entre os edifícios tombados pelo CONDEPHAAT na cidade de São Paulo durante a gestão de Aurelino Leite, prevaleceram os religiosos e coloniais; se somados ainda aqueles protegidos pela gestão anterior de Lucia Falkenberg, reafirma-se a tendência indicada. Dos onze edifícios tombados na cidade durante as duas gestões, sete remetiam ao Período Colonial⁴⁸⁹, entre os quais constaram os exemplares bandeiristas, Casa do Tatuapé e Sítio Morrinhos e os religiosos, Igreja de Santo Antônio, Igreja de São Gonçalo e Igreja de São Miguel⁴⁹⁰.

Sem apresentarem significativas diferenças ou rupturas entre suas gestões no CONDEPHAAT, Lucia Falkenberg e Aureliano Leite foram também concordes em relação à reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio. Ambos revelaram-se – em suas atividades extra órgão de preservação – notáveis apoiadores das obras. Sendo Aureliano Leite um agente mais engajado⁴⁹¹. Na própria entrevista supracitada, referente à sua posse no órgão estadual, Aurelino Leite, depois de destacar a Igreja jesuítica, a antiga Igreja da Sé e o Convento franciscano, como alguns dos significativos edifícios perdidos, argumentou que “com exceção da Igreja do Pátio do Colégio, que está sendo reconstruída, as outras duas construções, de significativo valor para a história da colonização do Estado, foram demolidas e em seu lugar ergueram-se novos edifícios”⁴⁹².

Em outra oportunidade, Aureliano Leite tratou especificamente do Pátio do Colégio. Em janeiro de 1975, portanto concomitantemente à sua atuação na presidência do CONDEPHAAT, o historiador veiculou o artigo *Colégio dos Jesuítas* na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*⁴⁹³. Contendo inúmeros dados históricos sobre a trajetória do edifício religioso, o artigo integrou uma edição especial da revista sobre o Pátio do Colégio, na qual, constaram alguns dos agentes empenhados na reconstrução da Igreja, como, por exemplo, o arquiteto e autor de projeto de reconstrução, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, e o padre jesuíta e integrante das campanhas em prol da empreitada, Helio Abranches Viotti. Vinício Stein Campos, criador dos museus histórico-pedagógicos do estado de São Paulo, também publicou um artigo no periódico, àquela altura ele era conselheiro do órgão estadual e, em

⁴⁸⁸ Ibidem.

⁴⁸⁹ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. Foram eles: Igreja de Santo Antonio, Igreja de São Gonçalo, Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja de São Miguel, Sítio da Ressaca, Casa da Chácara de São Bento, Casa do Tatuapé.

⁴⁹⁰ Ibidem.

⁴⁹¹ NO PÁTIO do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 40, 28 jun. 1979.

⁴⁹² PATRIMÔNIO deve ser resguardado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 16 fev. 1972.

⁴⁹³ LEITE, Aureliano. O Colégio dos Jesuítas. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 1975

1958, juntamente com Lucia Falkenberg, havia sido um dos fundadores do IHG-Guarujá/Bertioga⁴⁹⁴.

Porém, não foi somente por ter figurado ao lado de alguns artífices da reconstrução na edição de uma revista em grande parte laudatória dos edifícios jesuíticos que Aureliano Leite configurou-se como um entusiasta das obras da Igreja. Ao final de seu artigo – depois, portanto, de arrolar grande quantidade de dados de pesquisa e referências pretéritas do conjunto arquitetônico – Leite comentou a presente situação do local:

o que naquele chão sagrado agora se vai implantando, completado pela reconstrução da Igreja, irá lembrar e restituir um tanto da fisionomia colonial daquele velho trecho da cidade Anchieta, que os nossos primeiros republicanos não souberam respeitar [...] à frente do erguimento fac-similar da Igreja, que o ilustre prefeito Colasuonno, num belo gesto, acha de possibilitar a execução, postam-se como sua garantia: J. Cesar Salgado, padre Abranches Viotti, Ubaldo Caiubi, Bueno Trigueirinho, Álvaro do Amaral, e outros fiéis devotados à defesa de nossas caras tradições⁴⁹⁵

Para Aureliano Leite, então, a Igreja reconstruída tornar-se-ia um monumento sagrado, na medida em que a ela seria atribuído o papel de realçar as “caras tradições” daquele “chão sagrado”. Valorada com este propósito, a reconstrução em si, como um ato ou uma prática de preservação do patrimônio edificado, não foi sequer questionada pelo presidente do CONDEPHAAT, o mesmo pode-se dizer de Lucia Falkenberg, sua antecessora no cargo e, por seu turno, também uma incentivadora da obra.

A abertura do processo de tombamento do sítio do Pátio do Colégio ocorreu somente um mês depois do fim da gestão de Aureliano Leite⁴⁹⁶, num indício cabal da coexistência de correntes preservacionistas antagônicas que então viceja naquele órgão de patrimônio. Entre estas correntes, as posições de Aureliano Leite e Lucia Falkenberg referentes à reconstrução da igreja jesuítica penderam não em favor das forças de renovação, mas daquelas que eram originárias do CONDEPHAAT e da matriz modernista do IPHAN, órgão que, durante a primeira fase de reconstrução do Pátio do Colégio – 1954/61 – não havia colocado qualquer tipo objeção à sua realização.

Por outro lado, nem toda reação contrária e crítica à reconstrução da igreja ensejada ou contemporânea ao pedido de tombamento da área, atrelou-se às novas posturas preservacionistas. Durante o período de indefinição que recaiu sobre o Pátio do Colégio,

⁴⁹⁴ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. pp. 44 e 61.

⁴⁹⁵ LEITE, Aureliano. Op. Cit. p. 76.

⁴⁹⁶ Aureliano deixou o órgão de preservação em maio de 1975.

Paulo Duarte fez circular na imprensa uma série de longos e densos artigos⁴⁹⁷, nos quais, invariavelmente, atacou as obras. No entanto, fazendo referências em seus artigos à temática da preservação do patrimônio edificado, Paulo Duarte criticou a reconstrução e valorou o local histórico sob uma ótica ainda mais próxima dos antigos critérios vigentes desde os anos 1930 do que aos anunciados como revisionistas na década de 1970. À época, Paulo Duarte não integrava nenhum dos órgãos de patrimônio, mas a sua trajetória notória de intelectual entremeou-se de maneira significativa a este tema.

Vários foram os pontos de contato entre a atuação pública – intelectual e política⁴⁹⁸ – de Paulo Duarte e os agentes que lideraram o Movimento Modernista, sobretudo com Mario de Andrade, de quem foi próximo no momento em que este ganhava um papel de relevo na introdução das políticas preservacionistas no país.

Em 1934, Mario de Andrade e Paulo Duarte com a intenção de “promover o desenvolvimento cultural e educacional”⁴⁹⁹ criaram o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. De acordo com o projeto de ambos, o Departamento concentraria entre suas atividades “a organização de arquivos documentais” e o “desenvolvimento de pesquisas, especialmente as sociológicas, etnográficas e folclóricas”⁵⁰⁰.

Para Mario de Andrade, a efetivação do Departamento de Cultura significou a possibilidade de salvaguardar e valorar – oficialmente – o patrimônio histórico e artístico da cidade, tanto que chegou a propor a ampliação das atividades do ente local no sentido de dar conta dessa incumbência⁵⁰¹. Já para Paulo Duarte, a experiência do Departamento municipal representou uma oportunidade de extrapolar os seus limites físicos e administrativos para implantar uma instituição com o mesmo feitio – mais as funções de preservação patrimônio – primeiramente, no estado de São Paulo e depois na esfera federal de poder.

Para levar a cabo este projeto de salvaguarda do patrimônio, Paulo Duarte articulou-se no meio político, em cumprimento de seu mandato de deputado eleito pelo Partido

⁴⁹⁷ DUARTE, Paulo. O Pátio do Colégio e outros deslizos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 15 jun. 1975; DUARTE, Paulo. Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1975; DUARTE, Paulo. A Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 18 out. 1975; DUARTE, Paulo. A Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 16 jan. 1977; DUARTE, Paulo. A Igreja não merece estes milhões. **Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 4, 13 jan. 1977.

⁴⁹⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit., p. 83. Como apontou a autora, “nos anos 20, era baixa a incidência de envolvimento direto dos modernistas na atividade política. Era o Partido Democrático (PD), de orientação liberal, que reunia nessa década e na seguinte, o número mais expressivo de artistas e intelectuais simpatizantes do movimento modernista: Paulo Prado (autor de *Retrato do Brasil*), Paulo Duarte, Prudente de Moraes Neto, Rubem de Moraes, Sergio Milliet, Sergio Buarque de Holanda e Mário de Andrade.

⁴⁹⁹ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. p. 31.

⁵⁰⁰ Ibidem. p. 31.

⁵⁰¹ Ibidem. p. 31.

Constitucionalista⁵⁰². Na década de 1930, Duarte vicejou a organização de um departamento de patrimônio paulista, para o qual pretendia tomar como modelo o projeto de Mario de Andrade enviado – contemporaneamente – a Gustavo de Capanema, para a criação do SPHAN. No entanto, em razão dos atritos entre as esferas de poder, o projeto de Paulo Duarte feneceu. Perante a voga centralizadora do governo varguista, um órgão estadual com as mesmas funções de outro federal não teve grandes chances para prosperar⁵⁰³.

Ora, aquém da impossibilidade de assegurar que o departamento estadual de patrimônio – uma vez efetivado – teria a mesma conduta do SPHAN e tendo em conta algumas ponderações entre as propostas iniciais de Mario de Andrade e aquilo que de fato foi praticado pelo órgão federal⁵⁰⁴, não soa tão forçoso admitir as filiações intelectuais de Paulo Duarte com o Modernismo e, por conseguinte, com as posições dos membros deste movimento em relação ao patrimônio, as quais, inclusive, foram disseminadas nos “anos heróicos” do SPHAN por Mario de Andrade, que integrou sua regional paulista até o ano de 1945. Ausente dos órgãos de preservação, Paulo Duarte denotou essas filiações em algumas de suas observações contrárias a reconstrução de Igreja do Pátio do Colégio.

Durante os debates públicos acerca dos valores e da viabilidade da reconstrução da Igreja jesuítica, amplificados com a sugestão de tombamento do “sítio arqueológico” pelo CONDEPHAAT, Paulo Duarte veiculou nos jornais quatro artigos sobre as obras. Todos os artigos foram publicados na *Folha de São Paulo* entre as datas 15 de junho de 1975 e 16 de janeiro de 1977: *Pátio do Colégio e outros deslizos*, *Pátio do Colégio*, *Igreja do Pátio do Colégio* e *Igreja do Colégio*; este último circulou também no *Jornal da Tarde* em sua edição de 13 de janeiro de 1977.

Nesses artigos, Duarte fez menções ao seu envolvimento pretérito com o Pátio do Colégio. Concomitantemente as suas lides políticas e a criação do Departamento de Cultura nos anos 1930, ele elaborou planos para alterar a feição daquela colina histórica. A sua mais notável interferência nos rumos do local, porém, não se referiu a sua materialidade, mas a sua nomenclatura. Conforme explicitou em três dos quatro artigos, Duarte foi o autor do ato municipal que, em 1936, modificou o nome da área – então Praça João Pessoa – para “Pateo

⁵⁰² Ibidem. p. 32.

⁵⁰³ Ibidem. pp. 33, 35-36.

⁵⁰⁴ MICELI, Sérgio. SPHAN: o Refrigério da Cultura Oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1987, n. 22. Segundo Miceli, “a ‘generosidade etnográfica’ da proposta andradina revelou-se descompassada das circunstâncias daquele momento, ao passo que a entronização do barroco firmou-se como a pedra de toque da política preservacionista [...] o reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares, das populações negras e dos povos indígenas, para citar aqueles referidos pelo projeto andradino”.

do Colégio”⁵⁰⁵. Esse gesto já fora, aliás, propalado como benéfico à preservação do patrimônio local e atrelado à campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio” à época encampada pelo seu autor⁵⁰⁶. Aliás, assim como que fez questão de demonstrar-se inteirado e envolvido com a trajetória do Pátio do Colégio, Paulo Duarte também fez questão, nas referidas ocasiões, de comprovar-se douto em relação às práticas de preservação:

fui eu quem, contra tudo e contra todos, promovi a primeira campanha pela preservação do patrimônio histórico e artístico, cujo resultado mais positivo foi a lei federal de proteção de 1937, Mario de Andrade e eu fomos relatores, sendo confiada a direção do então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil a Rodrigo Melo Franco de Andrade, o seu primeiro diretor⁵⁰⁷

De acordo com os artigos de Paulo Duarte, datou também da década de 1930, o plano que ele, Mario de Andrade e outros “especialistas escolhidos pelo Departamento de Cultura”⁵⁰⁸ elaboraram para o Pátio do Colégio. Ainda nos anos 1970, ao defender a configuração vislumbrada neste plano – o qual não incluía qualquer reconstrução – Paulo Duarte externou os seus préstimos aos princípios modernistas de valoração e preservação do patrimônio. Inicialmente, esses préstimos foram confirmados pelo desprezo para com os edifícios presentes no Pátio do Colégio, mas representativos de períodos mais recentes de sua ocupação. No artigo publicado no dia 15 de junho de 1975, Paulo Duarte descreveu a sua proposta para o local e indicou o que de lá deveria ser descartado:

o antigo Palácio do Governo e o prédio ligado ao Palácio ocupado pela Secretaria de Educação seriam demolidos (já o foram), da mesma forma demolidos seriam os edifícios ocupados pela Polícia Central, Secretaria da Justiça e Assistência Pública (já o foram também), bem como desocupado todo o espaço daquele lado até a antiga casa da Marquesa de Santos, onde se instalaria o “Museu da Cidade” [...] ficaria, pois, aberta no alto da colina histórica uma vista esplêndida [...] eu fui a favor ainda da demolição, para a ampliar mais a área do “Pátio”, dos dois prédios grandes então ocupados pelas Secretarias da Agricultura e da Fazenda [...] ⁵⁰⁹

Já no artigo veiculado em 7 de setembro de 1975, Duarte foi mais enfático e qualificou os edifícios que, em diferentes momentos, figuraram no Pátio do Colégio. Desta vez, incluiu a

⁵⁰⁵ DUARTE, Paulo. O Pátio do Colégio e outros deslizes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 15 jun. 1975.

⁵⁰⁶ Ibidem.

⁵⁰⁷ DUARTE, Paulo. Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1975.

⁵⁰⁸ DUARTE, Paulo. A Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 16 jan. 1977.

⁵⁰⁹ DUARTE, Paulo. O Pátio do Colégio e outros deslizes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 15 jun. 1975.

parte do conjunto jesuítico reconstruída nos anos 1950, período em que Paulo Duarte pouco participou dos embates em torno da reconstrução⁵¹⁰:

[...] a melhor forma de conservar o Pátio, que seria livrá-lo dos estorvilhos aí existentes servindo de Palácio de Governo, de sedes da Secretaria do Interior e da Secretaria da Justiça, vedando qualquer vista da várzea do Tamanduateí. Esses trambolhos foram demolidos agora, mas outro trambolho cresceu ali que não evoca coisa alguma, apenas denuncia o mau gosto que presidiu a sua reconstrução⁵¹¹

Para Paulo Duarte, tanto a ala reconstruída do antigo Colégio jesuítico, quanto os antigos edifícios ecléticos de Ramos de Azevedo deveriam ser subtraídos da paisagem do local histórico. Tendo em conta que Duarte escreveu esses artigos sob a ótica da preservação do patrimônio, tema afim à sua atividade intelectual, pode-se definir que ele partilhava das posturas disseminadas pelos modernistas do IPHAN de rechaço aos edifícios postulantes do Ecletismo, os quais foram adjetivados na ocasião como “trambolhos”.

À exclusão da arquitetura eclética da chancela patrimonial correspondeu evidentemente ao apontamento dos exemplares meritórios de tal distinção; o oponente da reconstrução da igreja jesuítica manifestou em seu artigo de 15 de junho de 1975 que, àquela altura, era preciso dispensar maiores atenções a outros edifícios do estado de São Paulo: o sítio de Santo Antônio em São Roque, a capela de São Miguel, o Forte de Bertiooga, o Convento da Luz, a casa da Marquesa de Santos e a Casa do Bandeirante em Pinheiros⁵¹².

Tal lista de bens destacou-se não somente por explicitar o apreço de seu autor pelos bens coloniais, mas também por indicar a sua postura acrítica, e a sua conseqüente adesão, aos preceitos de restauração estilística condutores das obras de alguns dos bens mencionados, tais como a primeira restauração realizada pela seção paulista do SPHAN, a Capela de São Miguel (1939), e a Casa do Bandeirante (1954) cujos trabalhos foram coordenados por Luís Saia, então chefe da referida seção. Em ambos os casos, as obras foram encaminhadas no sentido de restabelecer os edifícios – aquém de suas historicidades múltiplas – às suas supostas feições puras e à valorada estética colonial primitiva⁵¹³ que deveria ser exibida sem máculas. Essas práticas, enfim, eram francamente contrárias à Carta de Veneza, novamente trazida à tona;

⁵¹⁰ Paulo Duarte não figurou nos debates consultados nos jornais dos anos 1950 que foram levantados por esta pesquisa.

⁵¹¹ DUARTE, Paulo. Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1975.

⁵¹² DUARTE, Paulo. O Pátio do Colégio e outros deslizos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 15 jun. 1975.

⁵¹³ GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975**. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2007; MAYUMI, Lia. **Taipa, canela-preta e concreto: Estudo sobre o restauro de casas bandeirista**. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008.

depois de Cesar Salgado evocá-la como condizente à reconstrução, foi a vez de Paulo Duarte demonstrar o oposto:

[...] ali se acha uma falsificação cívica perfeitamente ridícula [...] despida completamente de do seu significado tradicional e histórico, contra o qual se levantam até os princípios já universais sobre reconstrução de monumentos históricos completamente destruídos, como a UNESCO, a Carta de Veneza⁵¹⁴

Os princípios sobre restauração veiculados na Carta de Veneza e recorrentemente citados foram os que recomendaram a mínima intervenção nos bens e a distinguibilidade⁵¹⁵; tendo-os em vista, as experiências de restauração mencionadas acima foram, decerto, completamente antagônicas àquilo que foi posteriormente sugerido pela Carta. Esta observação, no entanto, não foi feita por Paulo Duarte que, no mesmo debate, alçou os bens restaurados como exemplares a serem valorados e evocou a Carta de Veneza para condenar a reconstrução da igreja do Pátio do Colégio. Ora, foram então contraditórios os teores da crítica à reconstrução feita por Paulo Duarte?

A considerar a trajetória de Paulo Duarte como a de um agente engajado e concorde com as práticas preservacionistas implantadas na década de 1930 a resposta é negativa. A essas práticas, as posições contrárias à reconstrução proferidas por Paulo Duarte foram amplamente favoráveis e não às novas posturas incluídas na Carta de Veneza que pode ter figurado nos supracitados artigos ou como um documento ainda pouco assimilado ou, simplesmente, manipulado; mas, certamente, ainda insuficiente para provocar uma revisão das posturas de Duarte.

Enfim, Paulo Duarte não se opunha sobre a prática de reconstrução de monumentos históricos, propriamente, entretanto, era contra o restabelecimento da Igreja por considerá-la um bem sem “valor artístico”. Em resposta à postura de Cesar Salgado que ensejou uma aproximação entre algumas experiências europeias e a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio, com o propósito de legitimá-la, Duarte contra argumentou:

⁵¹⁴ DUARTE, Paulo. O Pátio do Colégio e outros deslizes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 15 jun. 1975.

⁵¹⁵ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br> >. Acesso em: 07 jun. 2012

agora, justificar essa verdadeira bobagem urbanística, histórica ou de tradição, com a reconstrução do campanille de Veneza [...] com a catedral de Reims ou de Coventry, isso não passaria jamais pela cabeça de um aluno de Arte, de Arquitetura ou de Arqueologia. São monumentos conservados e reconstruídos pelo seu altíssimo valor artístico, histórico, documentos insubstituíveis para o levantamento cultural e sociológico, que têm mesmo que ser conservados e reconstruídos⁵¹⁶

O valor artístico e/ou estético sobressaiu como um elemento fundamental do patrimônio edificado e, portanto, garantidor de reconstruções. Tal qualidade, sempre de acordo com Paulo Duarte, faltava à igreja jesuítica:

se o edifício do Colégio e a sua Igreja tivessem algum valor artístico pela sua arquitetura, podia se compreender a sua reconstrução e com base nisso é que tantos monumentos se reconstruíram principalmente na Europa [...]⁵¹⁷

a própria Companhia de Jesus, com sua atitude abandonando a velha Igreja do Colégio em fins do século passado, demonstrou a sua indiferença por aquele falso documento de tradição [...]⁵¹⁸

Os dois trechos explicitaram as posturas defendidas por Paulo Duarte. Sobretudo o segundo, em que afirmou que a igreja já no século XIX era um “falso documento da tradição”. Ora, o projeto de reconstrução embasava-se em fotografias de Militão de Azevedo e no desenho aquarelado de Thomas Ender⁵¹⁹ justamente para reintegrar a feição da igreja desaparecida em fins do século XIX, a qual Duarte desqualificou por ter sido muito descaracterizada e por ter perdido o seu “significado histórico e tradicional”⁵²⁰ após as sucessivas reformas que sofreu. Diante disso, pode-se presumir que, para Paulo Duarte, se a reconstrução redundasse na exibição de uma estética pura e supostamente primitiva – tal como ocorreu, a seu ver, na restauração da Casa do Bandeirante – poderia ter sido por ele apoiada.

Num indício de que os anos 1970 representaram um período de coexistência de diferentes visões sobre as práticas preservacionistas, as discussões aí desencadeadas a respeito das obras de reconstrução do Pátio do Colégio e da possibilidade de seu tombamento pelo CONDEPHAAT apresentaram abordagens – advindas de agentes diretamente envolvidos com a preservação – completamente díspares. São exemplos disso as manifestações que foram expostas pelos dois primeiros presidentes do órgão estadual de patrimônio, Aureliano Leite e Lucia Falkenberg, que defenderam a Igreja quase como um “monumento sagrado” e a de

⁵¹⁶ DUARTE, Paulo. Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1975.

⁵¹⁷ Ibidem.

⁵¹⁸ DUARTE, Paulo. A Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 16 jan. 1977.

⁵¹⁹ Ver capítulo 2.

⁵²⁰ DUARTE, Paulo. A Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 16 jan. 1977.

Paulo Duarte, para quem a empreitada não passava de uma reconstrução de uma igreja “sem valor artístico”. Se as posições dos dois primeiros corroboraram a existência do veio passadista e tradicionalista dos anos iniciais do CONDEPHAAT e de como reconstrução do Pátio do Colégio lhe correspondia, a posição de Paulo Duarte denunciou as ambiguidades dos modernistas em relação à reconstrução de monumentos históricos. E não seria inconveniente lembrar, uma vez mais, que durante a primeira fase da reconstrução o SPHAN e Luís Saia não promoveram qualquer tipo de críticas às obras⁵²¹.

Os agentes do CONDEPHAAT que se engajaram no tombamento, por sua vez, apresentaram uma terceira abordagem, diferente até mesmo da proposta por Paulo Duarte. Com trajetória profissional diferente da dos dois supracitados membros do CONDEPHAAT e uma formação intelectual também diversa à de Paulo Duarte, esses agentes introduziram, de fato, novas condutas preservacionistas, inclusive por meio daquilo que propuseram ao Pátio do Colégio, cuja reconstrução até aquele momento não havia sido sujeitada pelos órgãos oficiais ao debate preservacionista.

5.2 Recriação ou simulacro?

Em sua edição de 6 de junho de 1975, o *Jornal da Tarde* despendeu uma de suas páginas para tratar da situação do Pátio do Colégio. O título que encabeçou a referida página já indicou para os impasses que recaiam sobre os rumos do local: *A Igreja voltará para o Pátio? Sim. Não.* As duas repostas possíveis confirmaram-se na matéria *Falam os arquitetos. Um contra, outro a favor*, na qual foram ouvidos diversos agentes envolvidos nas obras, tais como o então presidente do IPHAN, Renato Soeiro⁵²², o membro do CONDEPHAAT,

⁵²¹ Essa afirmação se baseia na documentação consultada e na editorial do *Estado de São Paulo*: IGREJA DO PÁTIO DO COLÉGIO. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1976. Nesta ocasião, ao comentar a medida do CONDEPHAAT, o jornal afirmou: não deixa de ser estranho, muitíssimo estranho, que os responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico de São Paulo, só agora, decorridos vinte anos, tenham verificado que algo de irregular estava acontecendo. Nem mesmo o IPHAN interferiu e só recentemente o fez”.

⁵²² FALAM os arquitetos um contra, outro a favor. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 17, 6 jun. 1975. Na oportunidade, Soeiro se posicionou: “como eu não conheço o projeto, não posso dizer se o melhor seria a conservação das ruínas da igreja ou a construção de uma outra, respeitando-se o estilo da original. Em princípio, porém, nossa orientação é a de sempre preservar os patrimônios originais. Por mais que os autores do novo projeto da igreja respeitem o projeto original, a nova igreja não teria a menor autenticidade e seu único valor

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, e os arquitetos evocados, um favorável à reconstrução, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, e o outro contrário, Benedito Lima de Toledo, este também um membro do órgão estadual de preservação. Centrada nas posições desses dois últimos, a matéria forneceu de início alguns dados das suas trajetórias profissionais, destacando, sobretudo, pontos de convergências entre ambas:

o arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, de 75 anos de idade, foi o primeiro professor que lecionou História da Arquitetura do Brasil na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Aposentou-se já há vários anos. O arquiteto Benedito Lima de Toledo, de 39 anos, é há mais de 10 anos professor da mesma faculdade e também pertence ao Departamento de História da Arquitetura. São dois profissionais de gerações diferentes e também de diferentes opiniões sobre a reconstrução da Igreja do Colégio⁵²³

Carlos A. Gomes Cardim Filho – um dos principais e mais envolvidos artífices das obras do Pátio⁵²⁴ – argumentou que “com a recriação da Igreja teremos um monumento histórico de valor inestimável para as próximas gerações”⁵²⁵; já em relação às novas críticas que, imbricadas à preservação do patrimônio, atacavam a reconstrução, Gomes Cardim afirmou:

quantos prédios o IPHAN não reconstruiu? A Casa do Bandeirante mesmo, no Butantã, é um exemplo. Na década de 30 – e eu nunca tinha falado disso a ninguém – fui eu quem descobriu a casa. A City estava loteando a área e um engenheiro dela quis que eu, como diretor de Urbanismo da Prefeitura, visse uma casa velha que havia lá. [...] não tive dúvidas era uma casa bandeirista [...] mas a casa que eu encontrei tinha só um pedaço do beiral, e as paredes externas. Nem telhado tinha. Estava muito mal cuidada. Ficou assim até 1954, quando foi restaurada pelo IPHAN. E o que eles fizeram? Foi uma reconstrução. Porque criaram paredes internas, puseram batentes e caixilhos que não existiam, fizeram telhado, etc. Porque de autêntico mesmo ali só existe a parede de taipa externa, assim como no Pátio restaram ainda as antigas fundações. Então por que eles podem fazer uma reconstrução ou recriação e eu não?⁵²⁶

Argutamente, Gomes Cardim citou um exemplo de restauração estilística contemporânea ao início da reconstrução do Pátio do Colégio e comandada pelo órgão de patrimônio que não havia lhe imposto empecilhos. No entanto, essa pertinente tentativa de ancorar e legitimar a reconstrução por meio de sua aproximação com práticas oficiais de preservação – representadas pela Casa do Bandeirante – malogrou perante os seus opositores.

seria o de recriar um monumento importante da história brasileira. Mas, para a recriação deste monumento, seria preciso que todo o Pátio fosse restaurado para que funcionasse como ‘moldura de um ambiente’”.

⁵²³ Ibidem.

⁵²⁴ Ver capítulo 2.

⁵²⁵ FALAM os arquitetos um contra, outro a favor. **Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 17, 6 jun. 1975.

⁵²⁶ Ibidem.

Justamente essas práticas começavam a ser efetivamente revistas pelos dois críticos da reconstrução citados na matéria do *Jornal da Tarde*. Nesse sentido, para Benedito Lima de Toledo, a reconstrução da Igreja era inautêntica e produtora um documento forjado:

pretender construir uma nova Igreja do Colégio sobre os alicerces da antiga [...] é uma imperdoável fantasia. O resguardo da autenticidade deve ser a primeira preocupação de quem trabalha com um bem cultural. Uma obra de arquitetura é um documento e, como tal, insubstituível. Não é lícito forjar um documento⁵²⁷

As posições de Ulpiano Bezerra de Meneses – o segundo membro do CONDEPHAAT mencionado pelo jornal – foram correlatas às que foram apresentadas pelo arquiteto Benedito Lima de Toledo. Assim como os outros agentes, Bezerra de Meneses também teve alguns dados de sua trajetória profissional arrolados na matéria, sendo apontado como “professor e diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP” e qualificado como uma “das maiores autoridades em arqueologia no Brasil”⁵²⁸. Isso posto, seguiram-se as críticas do arqueólogo à reconstrução:

seja como for, ainda que se admitissem funções “educativas” para réplicas e alegorias, é preciso acentuar que nada é mais educativo do que o documento verdadeiro na simplicidade e nudez do ele é fisicamente, por mais mutilado que esteja [...] ⁵²⁹

Ainda que brevemente descritas, as posturas dos dois profissionais do CONDEPHAAT, além de muito afins, mostraram-se diretamente opostas àquelas postuladas por Gomes Cardim. Enquanto esse último defendia a reconstrução como a volta de um monumento dotado de valores indispensáveis para a história da cidade, os dois conselheiros do CONDEPHAAT repudiaram o feito em razão do seu caráter inautêntico e da preservação dos “documentos” lá remanescentes; notadamente, a palavra “documento” apareceu nas falas dos agentes do órgão estadual de patrimônio.

Por sua vez, a figuração do arqueólogo Ulpiano B. de Meneses e do arquiteto Lima de Toledo, ambos docentes ativos na USP, na matéria jornalística que discutiu a reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio não foi de maneira alguma fortuita. Ambos despontaram como paladinos do CONDEPHAAT em suas medidas desfavoráveis a reconstrução e na solicitação de tombamento do seu “sítio arqueológico”. Atos estes que condiziam com as renovações então ensejadas nas políticas públicas paulistas de preservação do patrimônio, das quais, enfim, os dois agentes foram artífices e partícipes fundamentais, tanto de um ponto de vista de

⁵²⁷ Ibidem.

⁵²⁸ Ibidem.

⁵²⁹ Ibidem.

suas produções intelectuais e acadêmicas quanto de suas atuações como conselheiros do CONDEPHAAT.

Benedito Lima de Toledo formou-se no final dos anos 1950 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e, nesta universidade, ingressou como docente já em 1962, ano em que ocorreu a reforma no ensino da FAU, responsável por promover uma ruptura com os moldes e métodos tributários da Escola Politécnica – que formou, entre outros, Gomes Cardim e Luis Saia – e da Escola Nacional de Belas-Artes, sendo que a essas duas escolas pertenciam a maior parte do quadro de professores da FAU até a década de 1960⁵³⁰. Como professor, Benedito Lima de Toledo integrou o Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto e ministrou as disciplinas *Arte e Arquitetura no Brasil nos três primeiros séculos*, *Arte e arquitetura no Brasil: séculos XIX e XX* e *Arquitetura Paulista: 1890-1930*.

Em suas atividades docentes e de pesquisa, o arquiteto foi pioneiro e introdutor dos estudos da Arquitetura Eclética, vertente até então excluída ou rechaçada de qualquer antologia histórica da arquitetura nacional e, por conseguinte, das ações preservacionistas. Dentre os estudos do arquiteto sobre o tema constaram as pesquisas sobre a produção do arquiteto de origem francesa Victor Dubugras, realizadas nos anos 1960, e o livro *São Paulo: Belle Époque* de 1974⁵³¹ sobre a arquitetura paulista durante o período de maior vigência e desenvolvimento do mencionado estilo arquitetônico.

Certamente, o interesse de Lima de Toledo pela arquitetura produzida entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX teve um papel importante em sua atuação nos órgãos públicos voltados para a preservação. Além disso, contribuiu para a ampliação dos edifícios a receberem a alcunha de patrimônio e também dos períodos e agentes históricos por eles representados, uma vez que grande parte deles foi erguida por estrangeiros de diversas origens, em contrapartida ao privilégio que a arquitetura colonial – invariavelmente de matriz luso brasileira – recebeu do IPHAN em seus anos heróicos. Enfim, a noção de que todo período histórico produziu uma arquitetura digna de proteção encontrava ressonância na produção intelectual de Benedito Lima de Toledo e algumas ações do CONDEPHAAT contemporâneas ao processo de tombamento do Pátio do Colégio corroboraram essa postura.

⁵³⁰ ANDRADE, Paula Rodrigues de. Op. Cit. p. 20.

⁵³¹ TOLEDO, Benedito Lima de; DANON, Diana. **São Paulo: Belle Époque**. São Paulo: Nacional/Edusp, 1974; TOLEDO, Benedito Lima de. O caminho do mar. **Revista do IEB**. São Paulo, n. 1, 1966; TOLEDO, Benedito Lima de. Os pousos da Serra do Mar. **Acrópole**, São Paulo, n. 345, pp. 15-23, 1967.

Por sua vez, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses conferiu ao órgão estadual de preservação um caráter mais interdisciplinar⁵³². Arqueólogo de formação, museólogo e professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Bezerra de Menezes abordou o patrimônio a partir das categorias de “cultura material” e “artefato” e privilegiou a sua inteligibilidade como um “fato social” atrelado à memória e às práticas sociais do presente, diferentemente da noção antes vigente que defendia o patrimônio como um dado e uma herança estática do passado de valores intrínsecos e incontestáveis⁵³³.

A relevância – recorrentemente confirmada pela historiografia do CONDEPHAAT e das práticas preservacionistas empreendidas no decorrer dos anos 1970 – que Ulpiano Bezerra de Meneses teve para a reflexão teórica e a ampliação conceitual das noções próprias à preservação e então ensejadas revelou-se inicialmente no desenvolvimento do conceito de patrimônio ambiental urbano, descrito pelo arqueólogo em texto publicado em 1978 da seguinte maneira: “falar de patrimônio ambiental urbano, como falar de patrimônio cultural geral, é, de maneira direta ou indireta, falar de memória social, de onde se projetam as significações que vão enformar as representações da cidade”⁵³⁴.

Como conselheiro do CONDEPHAAT, Bezerra de Meneses teve ainda participação marcante na condução e elaboração do *Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos* realizado em 1974, previsto pelo *Compromisso de Salvador* e resultante de uma parceria entre o IPHAN, a FAU/USP e o CONDEPHAAT. Os agentes que participaram do curso – entre os quais se incluíram o arquiteto, professor da FAU e futuro presidente do órgão estadual de patrimônio Nestor Goulart Reis Filho⁵³⁵ e o arquiteto e também docente da FAU Carlos Alberto Cerqueira Lemos – foram quase uníssomos ao afirmar o papel de ruptura e de “divisor de águas” que este curso representou⁵³⁶, sobretudo as aulas do teórico francês Hùghes de Varine-Bohan⁵³⁷.

Por meio das articulações de Ulpiano Bezerra de Meneses⁵³⁸, Varine-Bohan veio ao Brasil para participar do curso e, nele, ministrou 22 aulas, as quais atenderam às demandas do

⁵³² ANDRADE, Paula Rodrigues de. Op. Cit. pp. 49-50.

⁵³³ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. p. 91.

⁵³⁴ Ibidem. p. 92; MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **CJ Arquitetura**, Rio de Janeiro: FC Editora, ano 5, n. 1978.

⁵³⁵ Nestor Goulart Reis Filho iniciou sua gestão em outubro de 1975. Foi o primeiro presidente do CONDEPHAAT advindo do meio acadêmico.

⁵³⁶ ANDRADE, Paula Rodrigues de. Op. Cit. Especialmente capítulo 1.

⁵³⁷ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. p. 73. Hùghes de Varine-Bohan havia dirigido o Conselho Internacional de Museus (ICOM) da Unesco.

⁵³⁸ ANDRADE, Paula Rodrigues de. Op. Cit. p. 43. A autora levantou em sua pesquisa uma correspondência trocada entre os dois.

tópico *Teoria da Conservação* que aglutinou as discussões de conceitos. Além do professor francês, integraram o mesmo tópico as aulas de Renato Soeiro, Rafael C. Rocha e Ulpiano Bezerra de Meneses⁵³⁹. Esse último afirmou que nessas aulas de Varine-Bohan foram tratados pela primeira vez “conceitualmente temas conceituais”⁵⁴⁰ referentes ao patrimônio, já Carlos Lemos declarou que “foi o mestre francês que, antes de tudo, abriu a cabeça de seus discípulos, até então entorpecidos ou mal guiados”⁵⁴¹.

Em suma, o *Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos* de 1974 foi ao encontro do perfil acadêmico dos agentes que então ocupavam o órgão de patrimônio local e ao ímpeto das pesquisas, das discussões conceituais e das medidas revisionistas das práticas preservacionistas que promoviam. A historiografia também não deixou de atribuir ao curso um papel de ruptura com a antiga ordem:

entendendo a preservação como ação cujo alvo era o homem e não as coisas, Varine-Bohan lançou aos preservacionistas que o ouviam uma pergunta inquietante – “por que vocês querem preservar o patrimônio” – que marca o início da problematização das posturas que orientavam a preservação no CONDEPHAAT, e da crítica da atuação preservacionista até então desenvolvida⁵⁴²

Em relação à participação dos dois agentes aqui enfocados – Ulpiano Bezerra de Meneses e Benedito Lima de Toledo – o curso evidentemente revelou-se profícuo. O primeiro ministrou a disciplina *Noções de Museologia e Arqueologia*, num forte indício da interdisciplinaridade proposta pelos organizadores do curso. Já o segundo afirmou que “pela primeira vez as recomendação da Carta de Veneza de 1964 eram apresentadas a um número expressivo de pessoas e pacientemente explicadas artigo por artigo”⁵⁴³ e atestou, uma vez mais, a importância e o caráter pioneiro do curso de 1974.

Com a realização desse curso, as discussões por ele engendradas e a atuação dos pesquisadores ligados à universidade, o CONDEPHAAT apresentava, de fato, reais possibilidades de romper com os postulados modernistas perpetrados pelo IPHAN desde os anos 1930 e com as diretrizes paulistas de preservação implementadas nos anos iniciais de trabalho do órgão estadual, voltadas para a valoração das tradições regionais e representadas pelas gestões de Lucia Falkenberg e Aureliano Leite. Sob a presidência do arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, algumas ações do CONDEPHAAT indicaram para essa nova direção.

⁵³⁹ Ibidem. p. 46.

⁵⁴⁰ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. p. 73.

⁵⁴¹ ANDRADE, Paula Rodrigues de. Op. Cit. p. 40.

⁵⁴² RODRIGUES, Marly. Op. Cit. p. 74.

⁵⁴³ ANDRADE, Paula Rodrigues de. Op. Cit. p. 52.

Sob diferentes ângulos, o tombamento do Colégio Caetano de Campos na Praça da República caracterizou-se como um caso bem sucedido e emblemático dessas mudanças de rumos tanto do órgão estadual quanto das práticas preservacionistas em geral. Transcorrido no segundo semestre de 1975, o caso teve grande visibilidade e divulgação na imprensa, pois decorreu do embate travado entre o CONDEPHAAT e a Companhia do Metropolitano que julgava imprescindível a demolição do edifício para a instalação do transporte. A vitória do órgão de preservação na disputa com a poderosa Companhia representou o primeiro aspecto significativo para a qualificação do caso como emblemático das novas posturas. Os outros dois aspectos ficaram por conta do reconhecimento de um exemplar da arquitetura eclética como digno de salvaguarda e pelo envolvimento que teve a sociedade nas discussões acerca do tombamento, uma vez que foi fundamental no processo a participação da associação de ex-alunos do colégio, aos quais, enfim, o órgão deu vazão com o tombamento. Pela primeira vez, as discussões preservacionistas extrapolaram o círculo de “especialistas”.

O pedido de tombamento do Pátio do Colégio foi contemporâneo ao caso do Caetano de Campos, e, por certo, também apontou para a ruptura e a adoção de novos critérios pelos agentes do CONDEPHAAT. No entanto, se a Praça da República acabou – com a manutenção do edifício escolar – tendo a configuração requerida pelo órgão estadual de patrimônio, na Colina Histórica aconteceu o inverso e as obras de reconstrução da Igreja jesuítica prosseguiram. Por fim, ambos os casos tiveram uma repercussão significativa na imprensa, mas o Pátio do Colégio não desencadeou uma mobilização pública em prol do tombamento do “sítio arqueológico” como gerou a escola⁵⁴⁴.

Contudo, o engajamento do CONDEPHAAT com o Pátio do Colégio foi notável e resultou na publicação *O sítio urbano original de São Paulo – o Pátio do Colégio*, lançada dois anos após a abertura do processo de tombamento, em 1977. O jornal *Folha de São Paulo* em uma matéria veiculada em sua edição de 6 de junho de 1977 divulgou a referida publicação. O título da matéria já indicava para o seu teor: *Uma falsa Igreja no Pátio do Colégio, Condephaat critica e desmistifica a obra*. Porém, a legenda de uma foto da presente situação do local, demonstrando o estágio avançado da obra [figura 17] evidenciava a dificuldade que as posturas do órgão de patrimônio enfrentavam para efetivar suas escolhas,

⁵⁴⁴ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. p. 104. Como a autora destacou, “a polêmica [em torno da reconstrução da Igreja] ganhara a imprensa, mas não a opinião pública, cuja perspectiva preservacionista não incluía a valorização dos sítios arqueológicos, o que manteve a discussão restrita a um grupo afeto às lides do patrimônio”.

pois afirmava que “o alerta do Condephaat chegou tarde, as obras da Igreja já estão adiantadas”⁵⁴⁵; enquanto o texto principal noticiava:

a posição do Conselho, que afirma não ser omisso, mas sereno e discreto, vem a público de maneira completa num momento em que parece ser tarde demais – a não ser que se apele para a força das picaretas – para eliminar um possível erro. Mas de certa forma reacende o debate sobre uma questão que dividiu em campos opostos historiadores, escritores, arquitetos e os defensores de uma tradição impossível de ser confundida com história⁵⁴⁶

Figura 17 - A fotografia e a legenda indicando o estágio avançado das obras da Igreja, 1977

Fonte: Folha de São Paulo

⁵⁴⁵ UMA falsa Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 7, 6 jun. 1977.

⁵⁴⁶ Ibidem.

A publicação referida – a primeira editada pelo Conselho – acolheu, enfim, as posições do órgão que sustentaram a sua proposta de tombamento do Pátio do Colégio. Embora não conste autoria na publicação, a sua redação deveu-se ao arquiteto Benedito Lima de Toledo e ao arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses⁵⁴⁷, os quais dividiram o texto em três tópicos: *I – Fundamentação teórica das posições do Condephaat*, *II – A análise, pelo Condephaat, do projeto da Sociedade Brasileira de Educação* e *III – As reações à posição do Condephaat*. Neste último tópico foram discutidos os argumentos refratários ao tombamento, proferidos, sobretudo, nos artigos supracitados de Cesar Salgado. Os dois primeiros tópicos suportaram as medidas pleiteadas e neles foram arrolados e valorados os objetos que deveriam ser salvaguardados, constando, ainda, as qualificações da reconstrução da Igreja jesuítica.

Primeiramente, a própria atenção atribuída ao “sítio arqueológico” e àquilo que nele ainda remanesca – um muro de taipa [ver figura 12] e as fundações de pedra limonita da “Igreja do século XVII” – como um bem patrimonial a ser salvaguardado já sinalizaram para as novas posturas de preservação. Ora, a medida contrapunha-se ao predomínio da proteção de monumentos de pedra e cal antes vigente e, para Ulpiano Bezerra de Meneses, significaram a possibilidade de definir certas orientações do órgão, voltadas ao alargamento de seus postulados teóricos e, justamente, à valoração de sítios e artefatos arqueológicos⁵⁴⁸.

As definições da área do Pátio do Colégio como um sítio arqueológico e as consequentes atribuições de valor foram expostas e sintetizadas na *Publicação nº 1* nos dois trechos seguintes:

⁵⁴⁷ RODRIGUES, Marly. Op. Cit. p. 101.

⁵⁴⁸ Ibidem. p. 104. “o Pátio do Colégio colocaria o Condephaat diante de novas questões – como o valor dos documentos arqueológicos e a autenticidade dos documentos-monumentos –, assuntos que, como outros, não seriam efetivamente enfrentados [...] referindo-se a ele, Ulpiano Bezerra de Meneses afirmou que do ponto de vista teórico, o Pátio do Colégio ajudaria a definir certas orientações do órgão. Assim, a qualidade documental dos sítios arqueológicos passou a ser valorizada, bem como reconhecida a importância dos estudos geográficos na avaliação de determinados bens”.

o sítio do Pátio do Colégio pode ser tecnicamente definido como sítio arqueológico histórico e, portanto, merecedor da proteção legal competente, pois encerra restos de ocupação humana de alta significação histórica e configura essa ocupação humana aliás de caráter excepcional, tratando-se do ponto de partida da cidade de São Paulo⁵⁴⁹

ao lado desse muro de taipa existem ainda as fundações da igreja do século XVII, a terceira, concluída em 1671. Essas fundações, ora seriamente danificadas, são de limonita – pedra obtida no Largo da Forca (hoje Praça da Liberdade) – e têm o maior interesse arqueológico como documento arquitetônico [...] se preservadas em sua integridade, teriam permitido colher grande número de informações sobre a planta original que a réplica falseia⁵⁵⁰

Assim, conforme ficou explicitado no último excerto, a valoração do sítio passava necessariamente pelo repúdio à reconstrução, e está foi abordada logo no primeiro parágrafo da publicação:

a premissa de que parte o CONDEPHAAT é que, nas artes como nas ciências – e na Arquitetura é aguda a ampliação do problema – nenhuma réplica, cópia ou simulacro pode superpor-se ao documento original ou pretender usurpar-lhe o valor próprio. Esta postura é a vigente, como básica, no mundo todo, entre aqueles que se dedicam profissionalmente à preservação, conservação e valorização de patrimônio cultural⁵⁵¹

O repúdio à reconstrução e a desqualificação de edifícios históricos refeitos, classificados pejorativamente de “réplica”, “cópia” ou “simulacro”, permearam todo o texto dos dois conselheiros do CONDEPHAAT e, ao lado da valoração das remanescentes fundações de pedra limonita e do muro de taipa, firmaram as posições do órgão de preservação não somente acerca dos rumos dados ao Pátio do Colégio como também de suas próprias noções teórico/conceituais de patrimônio.

Desde as aparições públicas de Benedito Lima Toledo e Ulpiano Bezerra de Meneses na edição do *Jornal da Tarde* de 6 de junho de 1975 – próxima, portanto, da data de entrada do CONDEPHAAT nos debates sobre a reconstrução – até a redação de *Publicação n° 1* em 1977, foram comuns a qualificação, a definição e a abordagem do patrimônio como um “documento”. Os artefatos remanescentes da antiga construção foram tratados como “documentos originais”, “autênticos” e “insubstituíveis”, aos quais não deveriam ser aceitos acréscimos ou complementos; foi atribuída ainda uma “função educativa” ao patrimônio⁵⁵².

⁵⁴⁹ CONDEPHAAT (São Paulo). **O Sítio Urbano Original de São Paulo: O Pátio do Colégio**. Publicação n° 1. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1977. p. 13.

⁵⁵⁰ Ibidem. p. 18.

⁵⁵¹ Ibidem. p. 9.

⁵⁵² Ibidem. p. 13. Os autores da publicação exemplificaram essas posturas: “a tibia do Venerável Pe. José de Anchieta, conservada no local, desperta, tal como está (solução tecnicamente justificada) sentimentos de profundo respeito. A solução tecnicamente questionável de completá-la (ainda que nada se danificasse do original) e articulá-la a um esqueleto artificial fidedignamente recomposto, para explorar um quadro mais amplo

Por conseguinte, a reconstrução surtia um efeito inverso, tornando-se um documento “autenticamente falso” e um “meio termo terrivelmente deseducador” de acordo com os conselheiros e redatores do documento do CONDEPHAAT⁵⁵³.

Conforme os conselheiros afirmaram, essas abordagens decorriam de uma “elaboração teórica e metodológica lenta e incessantemente retrabalhada, desenvolvida com rigor e enriquecida por experiências acumuladas ao longo dos anos em contextos históricos [...] diversificados”⁵⁵⁴. A atribuição de valor documental ao patrimônio e a prerrogativa de intervenção mínima no bem arroladas na *Publicação n° 1* ecoavam, por exemplo, os princípios da Carta de Veneza, elaborada em 1964, mas discutida “a fundo” no Brasil, segundo Benedito Lima de Toledo, somente dez anos depois, no curso de 1974. Desse modo, essas posturas eram francamente opostas às que vigoraram durante os períodos anteriores das obras de reconstrução do Pátio do Colégio e, de certa forma, ofereceram-lhes guarida.

No entanto, ou por se tratarem de posturas extremamente novas e encontrarem pouca ressonância fora do meio técnico preservacionista ou, simplesmente, por não terem tido força e influências suficientes junto aos poderes públicos locais, como tiveram os agentes mobilizados pela reconstrução, as propostas defendidas pelo CONDEPHAAT foram inócuas e as obras da Igreja do Pátio do Colégio prosseguiram, com significativo apoio, inclusive, do poder público municipal. Já em janeiro de 1977, uma matéria do jornal *Folha de São Paulo* intitulada *Os conselheiros exigem respeito* apontava tanto a derrota do órgão de patrimônio quanto a continuação das obras de reconstrução:

no Pátio do Colégio, lugar onde a cidade foi fundada, o Condephaat estabeleceu que aquele “sítio urbano” deveria ser conservado, removendo-se de lá as construções recentes, que descaracterizam a autenticidade do monumento. Contrariando esta disposição, a Sociedade Brasileira de Educação está construindo no local – com o auxílio do Estado e da Prefeitura – outra Igreja [...] o empreendimento está sendo visto pelas autoridades no assunto como uma “obra forjada”, assim como algo semelhante a um selo ou pintura falsificada⁵⁵⁵

de informação visual, poderia talvez despertar maior atenção e curiosidade, mas também reduziria, sem dúvida, a profundidade e pureza da veneração e da carga emotiva”.

⁵⁵³ Ibidem. p. 18.

⁵⁵⁴ Ibidem. p. 9.

⁵⁵⁵ OS CONSELHEIROS exigem respeito. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 18, 16 jan. 1977.

Capítulo 6. Um monumento novo para revitalizar o centro velho da cidade

A resolução do breve impasse que se impôs à reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio, após o anúncio, em 1975, da possibilidade de seu tombamento pelo CONDEPHAAT, ocorreu em dezembro de 1976, por meio de uma Lei Municipal de autoria do prefeito Olavo Setubal que, ao incentivar as obras, fez com que a Prefeitura arcasse com as suas despesas. Apesar de o poder municipal não dispor de mecanismos legais para sobrepor-se às demandas e decisões do órgão estadual de preservação – as quais, aliás, também não foram apoiadas pelo governo do estado, então comandado por Paulo Egydio Martins⁵⁵⁶ – a referida lei foi divulgada na imprensa como o fim do imbróglio. De fato, em meio aos embates travados entre os preservacionistas do CONDEPHAAT e os agentes mobilizados em prol da reconstrução, a lei aprovada por Setubal foi o gesto mais significativo e contundente do poder público.

Assim, a matéria *Fim da discussão: ali, na Colina onde a cidade nasceu, será erguida uma nova Igreja* veiculada no *Jornal da Tarde* em 15 de dezembro de 1976 confirmou:

o prefeito Olavo Setúbal encerra hoje, oficialmente, uma polêmica que dura há mais de dois anos: sobre a validade ou não da construção da réplica da antiga igreja do Pátio do Colégio. Às 10 horas em ato solene no próprio Pátio, o prefeito aprovará a lei que concede a verba Cr\$ 7 milhões à Sociedade Brasileira de Educação (entidade dos padres jesuítas), para as obras da nova Igreja que será construída no mesmo local da velha, onde a cidade foi fundada⁵⁵⁷

⁵⁵⁶ FIM da discussão: Ali, na colina onde a cidade nasceu, será erguida uma nova Igreja. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 15 dez. 1976. Sobre a falta de ressonância das medidas anunciadas pelo CONDEPHAAT no poder estadual, Ulpiano Bezerra de Meneses, em entrevista ao jornal, afirmou: “as pesquisas arqueológicas do Pátio do Colégio já estão mesmo comprometidas, uma vez que o embargo das obras de construção da nova igreja não foi obedecido por ordem do ex-secretário da Casa Civil, Luis Arrobas Martins. Para realização dessas pesquisas, uma vez que havia sido sugerido o tombamento do sítio arqueológico do Pátio, o Condephaat determinou a paralisação das obras em 1975. Mas essa determinação só foi atendida por algumas semanas”; Tentamos, sem sucesso, agendar uma entrevista com o ex-governador Paulo Egydio para investigar o seu desapoio ao CONDEPHAAT. Em seu depoimento ao CPDC/FGV, transformado em livro, também não constam detalhes sobre a reconstrução do Pátio do Colégio ou de seu envolvimento e/ou afinidades com os seus requerentes, apenas o fato de que, assim como estes, também foi aluno de padres jesuítas, formando-se no colégio Santo Inácio, situado no Rio de Janeiro. MARTINS, Paulo Egydio. **Paulo Egydio Conta**: depoimento ao CPDOC-FGV. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

⁵⁵⁷ Ibidem.

Uma nota do jornal *Folha de São Paulo* atribuiu à lei municipal o mesmo papel, qual seja, o de ter colocado um ponto final nos debates. De acordo com a nota, “depois de longa polêmica, o prefeito Olavo Setubal decidiu pela reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio”⁵⁵⁸.

Imediatamente à aprovação da lei, alguns interlocutores do prefeito Olavo Setubal se posicionaram e, em nome do poder público municipal, justificaram o apoio dispensado às obras. Na supracitada matéria do *Jornal da Tarde*, o então secretário de Cultura do Município Sábato Magaldi assegurou que diante do estágio avançado em que se encontrava a reconstrução da Igreja jesuítica restavam somente duas opções para Olavo Setubal, apoiá-las ou demolir a parte do conjunto arquitetônico que já estava refeita:

o prefeito encontrou o projeto pela metade e só tinha duas opções: terminar a construção, investindo mais dinheiro, ou demolir o que já havia sido feito. Mas a segunda escolha poderia trazer problemas⁵⁵⁹

Em entrevista concedida a este trabalho, Claudio Lembo, ex-aluno do Colégio São Luís e àquele tempo secretário de Negócios Extraordinários⁵⁶⁰ da prefeitura, afirmou algo parecido, demonstrando-se ainda uma figura bastante próxima de Olavo Setubal e fundamental nas articulações entre a prefeitura e as obras de reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio:

o ponto é que lá fosse uma grande esplanada simplesmente com a indicação de que “aqui nasceu São Paulo” [...] e aí os jesuítas me procuraram muito, o prefeito era o Olavo Setubal, que também era contra no começo [...] numa manhã ele disse “vamos até lá” e, por volta das 8h da manhã nós fomos até o Pátio do Colégio. No Pátio, já tinha reconstruído o Colégio em si, aquela ala do Colégio, e não havia o lado da Igreja. Aí o Olavo Setubal percorreu toda a área e chegou a conclusão de apoiar a construção ou a reconstrução [...]”⁵⁶¹

Porém, o desenrolar do envolvimento de Olavo Setubal e de sua gestão com a reconstrução não foi tão simples e pragmático como sugeriram as falas de seus dois secretários. Já no texto de justificativa à lei que recebeu o n° 8492⁵⁶², o prefeito Olavo Setubal enveredou pela valoração da empreitada e, por conseguinte, de seu financiamento como gestos condizentes com o apreço e a manutenção da história e das tradições locais, afirmando

⁵⁵⁸ IGREJA Reformada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 7 nov. 1976.

⁵⁵⁹ FIM da discussão: Ali, na colina onde a cidade nasceu, será erguida uma nova Igreja. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 15 dez. 1976.

⁵⁶⁰ MORAES, Geraldo Dutra de. **A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo**. São Paulo: Gráfica Municipal, 1979. p. 95.

⁵⁶¹ **Entrevista** concedida ao autor em 15 fev. 2012.

⁵⁶² SÃO PAULO (Município). Lei n° 8492 de dezembro de 1976. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1976.

que o “monumento da fundação de São Paulo de Piratininga muito representa para a nossa história”⁵⁶³, uma vez que “o crescimento da cidade se fez em torno da Igreja dos jesuítas”⁵⁶⁴.

Olavo Setubal não ficou alheio às polarizações acerca dos destinos do Pátio do Colégio, pois, pelo contrário, tomou partido e se engajou favoravelmente àqueles que requeriam a reconstrução. Assim como os dois prefeitos que o antecederam, Paulo Maluf e Miguel Colasuonno, Setubal aprovou o financiamento das obras em decorrência de sua identificação – e de alguns de seus interlocutores – com as propostas de exaltação do passado colonial e religioso da cidade aventadas pelos paladinos da reconstrução e, por fim, acabou também por incluí-la – e a defendê-la – em meio aos planos urbanos que então desenvolvia para a transformação daquela região da cidade.

Paulo Maluf ao elaborar e aprovar em 1969 a lei de urbanização que deu início à reconstrução argumentou que esta se revestia “de inegável interesse público”, ao passo que permitia o restabelecimento “da primeira Igreja erigida em terras de Piratininga”⁵⁶⁵; em sua gestão, Miguel Colasuonno incentivou e repassou verbas às obras sob o pretexto de “restituir ao Pátio do Colégio a dignidade de Monumento da Fundação”⁵⁶⁶, o qual foi qualificado, pelo próprio Colasuonno, como “estímulo para os paulistanos [manterem] acesa a flama da civilização cristã”⁵⁶⁷. Por seu turno, as iniciativas de Olavo Setubal em relação à reconstrução foram bastante consonantes àquelas tomadas pelos dois prefeitos anteriores, tanto de um ponto de vista mais prático – todos os três elaboraram leis que previram doações de verbas para a reconstrução – quanto ao que disse respeito aos teores dos discursos que sustentaram tais medidas.

Foi significativo também o empenho da Prefeitura, sobretudo durante a gestão de Olavo Setubal, em patrocinar publicações sobre o Pátio do Colégio marcadas por um viés fracamente entusiasta da reconstrução. De 1975 até 1979 foram publicados pela Gráfica Municipal uma revista e dois livros. A primeira publicação foi uma edição especial sobre o Pátio do Colégio da Revista do Arquivo Municipal em que circularam textos de alguns importantes paladinos da reconstrução, como Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, Aureliano Leite e Pe. Helio Anbranches Viotti⁵⁶⁸. Em maio de 1976, ano seguinte à publicação da

⁵⁶³ Ibidem.

⁵⁶⁴ SETE milhões para Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 12, 18 dez. 1976.

⁵⁶⁵ SÃO PAULO (Município). Lei 7356 de setembro de 1969. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1969.

⁵⁶⁶ **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 34, 7 ago. 1974.

⁵⁶⁷ SÃO PAULO (Município). Lei nº 8089 de agosto de 1974. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1974.

⁵⁶⁸ **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 1975. Além dos três nomes indicados, escreveram também para revista: Tito Lívio Ferreira, Alexandre Mello e Nilva R. Mello, Enzo Silveira, Celso Maria de Mello Pupo,

revista, foi lançado o livro *O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e de uma Escola*⁵⁶⁹ de Cesar Salgado, já no ano de conclusão das obras, em 1979, veio a público o livro *A Igreja e o Colégio dos jesuítas de São Paulo*⁵⁷⁰ do membro do IHGSP Geraldo Dutra de Moraes. Ao abordar a história do local e realçar a sua importância para história da cidade, essas publicações foram formas de legitimar a própria reconstrução do Pátio do Colégio.

Com efeito, a participação da gestão de Olavo Setubal nas obras teve alguns contornos especiais e algumas particularidades. Primeiramente, em decorrência de suas iniciativas terem posto um ponto final nas obras de reconstrução do conjunto histórico do Pátio do Colégio, num momento em que elas enfrentavam as mais duras críticas de toda a sua trajetória; e, em segundo lugar, pela magnitude dos planos urbanos aos quais as obras de reconstrução foram inseridas.

Contemporaneamente à reconstrução da Igreja, o prefeito Setubal desenvolvia e implementava uma série de medidas integrantes de um *Plano de Revitalização do Centro*⁵⁷¹ da cidade. Com transformações consideradas modernizadoras da região – como as reformas na Praça da Sé para abrigar a estação do Metrô e a implantação de vias pedestrianizadas em quase toda a extensão do Centro – tal plano suportou também algumas ações voltadas à valoração de edifícios históricos e, aquém de algumas demolições que acarretou, foi abordado como a primeira iniciativa de uma gestão do poder público municipal que conectou a recuperação do patrimônio histórico edificado com a alteração da dinâmica urbana do Centro⁵⁷². Dentre as ações portadoras desse traço valorativo da história local, destacaram-se a desapropriação, restauro e reforma do Edifício Martinelli, a “pedestrianização”, restauro e reforma do Viaduto Santa Ifigênia e, enfim, as transformações do Pátio do Colégio,

Wilson Maia Fina, Henrique L. Alves, Antônio Barreto do Amaral, José Anthero Pereira Junior, Álvaro do Amaral, Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, Geraldo Goulart, João Pedro Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, João Gualberto de Oliveira, Vinício Stein Campos, Mário Savelli e Pedro Brasil Bandecchi.

⁵⁶⁹ SALGADO, José Augusto Cesar. **O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola**. São Paulo, Gráfica Municipal de São Paulo, 1976.

⁵⁷⁰ MORAES, Geraldo Dutra de. **A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo**. São Paulo: Gráfica Municipal, 1979.

⁵⁷¹ SÃO PAULO (Município). **São Paulo: a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979**. São Paulo, 1979.

⁵⁷² KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007. pp. 19 e 41. De acordo com a autora, “desde a primeira metade do século XX, o centro histórico paulistano vem passando por um processo marcado por várias condicionantes, que motivaram o lançamento na metade da década de 70 da idéia de ‘revitalização urbana’ da região [...] ao observamos as intervenções realizadas ou propostas a partir de 1975 para a área central, especialmente durante a gestão de Olavo Setubal na prefeitura (1975-1979), podemos detectar algumas iniciativas que passaram a conectar recuperação do patrimônio existente com recuperação da dinâmica urbana do centro, introduzindo o tema da revitalização urbana, presente na cena internacional desde os anos 1960. A partir desta época, a questão da revitalização irá percorrer as iniciativas na área central, embora nem sempre com a mesma ênfase e aceção”.

inicialmente por meio dos planos de alteração do entorno dos edifícios religiosos e, posteriormente, pelo incentivo à sua reconstrução.

As obras da Igreja do Pátio do Colégio receberam, então, o seu último e bastante significativo impulso dos planos de revitalização⁵⁷³ implementados durante a administração de Olavo Setubal, os quais acabaram por demonstrar um compromisso com os apelos e propósitos tradicionalistas embutidos na reconstrução desde o seu início. Apesar de terem sido rechaçados, como será apontado, por alguns agentes diretamente envolvidos com as intervenções realizadas pela prefeitura, tais propósitos por fim triunfaram.

Assim, em seus momentos finais, a controversa reconstrução dos edifícios religiosos do Pátio do Colégio foi articulada aos candentes – e pioneiros – planos adotados para transformar o centro da cidade. De modo que, para além de refazer a trajetória final da reconstrução e identificar as dinâmicas e os agentes que aí operaram, abordar esses planos revelam que mesmo depois do esfriamento – verificado no decorrer dos anos 1960 – das práticas de exaltação pública do passado local e das críticas à reconstrução de edifícios históricos proferidas no meio preservacionista local, a empreitada – e os valores a ela agregados – continuava a despertar apoios fundamentais, entre os quais se destacou o do prefeito Olavo Setubal, para quem o Pátio do Colégio reconstruído se constituía como um marco à história e ao passado católico da cidade e como um monumento com potencial de revitalizar o centro da cidade.

⁵⁷³ O termo “revitalização” é empregado neste trabalho por ter sido também o empregado nos documentos oficiais da prefeitura e de seus órgãos técnicos, de modo que ele não será aqui discutido conceitualmente. Para tanto, ver: OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. Op. Cit.; KARA-JOSÉ, Beatriz. Op. Cit.

6.1 Tradições para um centro moderno

A administração do prefeito Olavo Egydio Setubal teve início em abril de 1975 e terminou em julho de 1979, totalizando cerca de quatro anos de duração. Em comparação aos quatro gestores que o antecederam, Setubal foi o prefeito que – ao longo da década de 1970 – mais tempo permaneceu no cargo. Durante os anos de seu governo, foram continuados, inaugurados e empreendidos alguns projetos que perpassaram por mais de uma gestão municipal, como, por exemplo, a inauguração da Estação Sé do Metrô, obra que então pertencia à Prefeitura, e os já mencionados planos de revitalização do centro da cidade, cujas primeiras mobilizações ocorreram na gestão de Miguel Colasuonno⁵⁷⁴. Em relação ao Pátio do Colégio, Olavo Setubal também foi concorde àquilo que foi anteriormente previsto, sobretudo às medidas anunciadas no plano de urbanização aprovado por Paulo Maluf em 1969. Num de seus pronunciamentos referentes ao local histórico, Setubal garantiu dar continuidade à lei de Maluf⁵⁷⁵.

As significativas realizações e reformas da região central da cidade foram amplamente divulgadas e enaltecidas oficialmente por meio do lema – também bastante difundido – que se tornou o mote da gestão de Setubal: “por uma cidade menos dura, menos fria, menos materialista”. Tal frase foi “gravada no solo paulista” na esquina das ruas 15 de Novembro e João Brícola e fazia referência à obra do escritor Paulo Setubal, pai do prefeito, integrando ainda o discurso de posse deste último, realizado em 16 de abril de 1975⁵⁷⁶:

⁵⁷⁴ REVITALIZAÇÃO do centro da cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 15, 30 jan. 1975. A matéria informou a realização de um encontro internacional para “discutir um problema apenas: a revitalização do centro da cidade”.

⁵⁷⁵ DESAPROPRIAÇÕES para reurbanizar o Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 18, 3 ago. 1975. “o plano para o Pátio do Colégio consta de delimitação da área formada pelo belvedere e ruas General Carneiro e Bittecourt Rodrigues e a passagem do último logradouro com a rua Roberto Simonsen. Destinada a assegurar o escoamento de águas pluviais e o acesso de veículos, será reservada uma área como 9 metros de largura e extensão aproximada de cinquenta metros no trecho compreendido entre a General Carneiro e o alinhamento aprovado pela lei 7356 de 19 de setembro de 1969”.

⁵⁷⁶ SÃO PAULO (Município). **São Paulo: a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979**. São Paulo, 1979. p. 91. “uma cidade menos dura, menos fria, e menos materialista’ – esta sentença, gravada no solo paulistano, na esquina das ruas 15 de Novembro e João Brícola, resume a filosofia que norteou a Prefeitura na obra de revitalizar e humanizar o Centro de São Paulo, por onde circulam diariamente mais de 2 milhões de pessoas”.

São Paulo é uma cidade predestinada à grandeza. Congenitamente adquiriu a marca de grandeza cultural. É a única metrópole que não nasceu em torno de uma fortaleza ou de um centro de comércio, nem às margens de um porto ou à sombra de um palácio real: São Paulo nasceu e cresceu em torno de uma escola. Seu berço é um símbolo: Pátio do Colégio [...] cabe-me, pois, a responsabilidade de manter a cidade na sua trajetória de grandeza, mas, agora, procurando torná-la menos dura, menos fria, menos materialista⁵⁷⁷

Diante da menção e da qualificação do Pátio do Colégio – lembrado por Olavo Setubal logo nas linhas iniciais de seu primeiro pronunciamento como prefeito – e o subsequente anúncio de que trabalharia para conciliar a grandeza “congenita” da cidade com o objetivo de torná-la menos “dura”, “fria” e “materialista”, não soa tão forçoso afirmar que a reversão desse quadro, para a gestão de Setubal, passava também pela valoração do patrimônio histórico edificado. E entre os quais constava, evidentemente, o “simbólico” Pátio do Colégio, destacado como o “berço da cidade”. Mas se o trecho supracitado não explicitou diretamente essa relação, outras falas do prefeito acerca de suas obras no centro e, sobretudo, na Colina Histórica se encarregaram de fazê-lo.

Em 03 de agosto de 1975, o jornal *Folha de São Paulo* ao anunciar uma série de medidas para o Pátio do Colégio⁵⁷⁸ afirmou que estas se coadunavam com a diretriz da prefeitura de “humanizar a cidade preservando o seu patrimônio histórico”⁵⁷⁹. Já uma matéria d’*O Estado de São Paulo* publicada em 28 de maio de 1975 – portanto, pouco mais de um mês após da posse de Setubal – relatou que em visita ao Pátio do Colégio o prefeito afirmou: “São Paulo tem que preservar suas tradições históricas e se transformar no ponto de orgulho das novas gerações”⁵⁸⁰.

Por sua vez, as “tradições históricas” da cidade tão exaltadas por Olavo Setubal em suas primeiras falas de prefeito encontravam ancoragem em sua ascendência familiar. Se o gosto e certo apreço ao passado, à cultura letrada e à história podem ter sido despertados por seu pai, Paulo Setubal, advogado formado no Largo São Francisco, originário da cidade interiorana de Tatuí e escritor de livros e romances históricos⁵⁸¹, o seu tronco materno entrecruzava-se, sobremaneira, com a própria história local e o desenvolvimento da cidade.

A mãe de Olavo Setubal fora Francisca de Souza Aranha, filha de Olavo Egydio de Souza Aranha e Vicentina de Souza Queiroz e, por eles, descendentes da Viscondessa de

⁵⁷⁷ UMA cidade menos dura, menos fria. Promete Setubal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 15 17 abril 1975.

⁵⁷⁸ DESAPROPRIAÇÕES para reurbanizar o Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 18, 3 ago. 1975.

⁵⁷⁹ Ibidem.

⁵⁸⁰ PÁTIO, o começo da humanização. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1975

⁵⁸¹ BRANDÃO, Inácio de Loyola; OKUBARO, Jorge J. **Desvirando a página: a vida de Olavo Setubal**. São Paulo: Global Editora, 2008.

Campinas e dos barões de Sousa Queirós e da Limeira, além de famílias mais antigas como os Paes de Barros. O primeiro ligado à terra e à cafeicultura foi um político pertencente aos quadros do Partido Republicano (PR), deputado na Assembleia Provincial de São Paulo e vereador da Câmara Municipal⁵⁸²; seu sobrenome, Souza Aranha, deitava raízes no século XVIII⁵⁸³, assim como os Souza Queiroz, família de empreendedores e grandes proprietários de terras na cidade cujas filiações remetiam ao brigadeiro Luiz Antonio de Souza, considerado um dos homens mais ricos de seu tempo e pai dos barões mencionados⁵⁸⁴.

Assim, as raízes tradicionais do tronco familiar materno de Olavo Setubal – ligado aos denominados quatrocentões – permitiu-lhe uma formação inicial marcadamente católica, como era, aliás, próprio a este meio social⁵⁸⁵. De modo que a religiosidade da família de Setubal expressou-se tanto no engajamento de sua mãe, Francisca de Souza Queiroz, em entidades como a Liga das Senhoras Católicas⁵⁸⁶, quanto em sua própria formação escolar básica, adquirida no tradicional Ginásio do Carmo, localizado no centro da capital paulista.

Os promotores da reconstrução da Igreja jesuítica tinham em Olavo Setubal, então, um potencial apoiador de suas propostas. As filiações sociais e genealógicas correlatas às da maioria dos agentes mobilizados pela empreitada⁵⁸⁷ e os primeiros discursos do prefeito, carregados de exaltações às tradições locais e fortemente valorativos do Pátio do Colégio incrementavam os debates em torno da reconstrução. O discurso proferido por Setubal em sua posse, inclusive, foi novamente trazido à baila quando dos trâmites iniciais da lei de doação de verbas às obras aprovada por Setubal.

Em fevereiro de 1976, o jornal *Folha de São Paulo* informou que o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Carlos Eduardo Sampaio Doria, havia enviado a Olavo Setubal uma solicitação para que este formulasse um projeto de repasse de verbas às obras de reconstrução da Igreja. As justificativas então empregadas pelo vereador foram as seguintes:

⁵⁸² Ibidem. p. 30.

⁵⁸³ Ibidem. p. 30. “o sobrenome Souza Aranha surgiu no fim do século XVIII com o alferes Pedro de Souza Campos que ao se casar com Maria Francisca Aranha de Camargo teve quatro filhos, sem o mais velho Francisco Egydio de Souza Aranha, o iniciador do plantio de café no Estado, na vila de São Carlos, hoje Campinas, caminho para Goiás”.

⁵⁸⁴ Ibidem. p. 31.

⁵⁸⁵ TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os Paulistas de Quatrocentos Anos: Ser e Parecer**. São Paulo, Annablume, 2001.

⁵⁸⁶ Ibidem. p. 39.

⁵⁸⁷ Ver capítulo 1.

entendo [...] que se deva fixar na memória dos habitantes de São Paulo o ponto de partida de nossa pujante e pluricentenária evolução, o que constitui permanente estímulo para que o povo paulistano mantenha acesa a chama de sua civilização cristã [...] a apresentação dessa indicação se harmoniza com o conceito emitido por V. Exa. no discurso que proferiu ao assumir o cargo de prefeito capital, quando afirmou: “São Paulo tem que preservar suas tradições históricas [...]”⁵⁸⁸

Apenas cinco dias depois, o mesmo jornal relatou um evento transcorrido no Pátio do Colégio em que o prefeito Olavo Setubal participou ao lado de alguns membros da Associação dos Cavaleiros de São Paulo, entre os quais figuraram José Augusto Cesar Salgado e Lucas Nogueira Garcez. Esse último proclamou que reconstruir a igreja e “devolver a São Paulo o símbolo de seus valores morais, culturais e espirituais” era um “imperativo” do seu próprio governo, ao passo que conclamou: “paulistas! Mãos às obras”⁵⁸⁹. De certo, o entusiasmo do ex-governador devia-se muito ao indispensável e significativo suporte que as obras recebiam dos poderes públicos locais, embora a ajuda financeira recém solicitada à Setubal ocorresse somente no final daquele ano.

Notadamente, desde o início das obras de reconstrução do Pátio do Colégio em 1954, poucas gestões dispensaram-lhe tanta atenção quanto a de Olavo Setubal. Apesar de seu nome não ter constado em nenhuma das numerosas campanhas empreendidas para restabelecer os antigos edifícios, a atuação de Setubal como prefeito foi significativa para transformação do local e, por fim, consonante com aqueles que requeriam a reconstrução. Além da menção ao local histórico, feita logo em seu primeiro ato público – o seu discurso de posse – e da autoria e aprovação, em dezembro de 1976, da Lei nº 8492 que financiou as obras, o apreço de Olavo Setubal para com o Pátio revelou-se ainda em outras situações um pouco mais inusitadas, como informou uma nota do jornal *Folha de São Paulo* de 28 de julho de 1977:

talvez preocupado com o fato de não preencher um dos requisitos comentado como necessário para ser um dos nomes cotados a governador do Estado – o de ter respaldo popular – o prefeito Olavo Setubal já começou a tomar providência para marcar seu nome. Pela primeira vez, um dos cartazes de promoção da Prefeitura traz o nome de Setubal, logo após a seguinte frase, que vem abaixo de uma gravura do Pátio do Colégio, pintada por Beatriz Dutra: “São Paulo, seu berço é um símbolo. Pátio do Colégio”⁵⁹⁰

Do começo ao fim de seu mandato, Olavo Setubal envolveu-se com o Pátio do Colégio. Até mesmo antes da aprovação da lei apontada como a medida responsável por ter colocado um ponto final nos impasses que àquela altura recaiam sobre a reconstrução, Setubal

⁵⁸⁸ SOLICITADA restauração do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 5 fev. 1976

⁵⁸⁹ **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 30, 10 fev. 1976.

⁵⁹⁰ EM Campanha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 28 jul. 1977.

já havia anunciado a elaboração de alguns planos para transformar o local, sempre elaborados em consonância à sua história.

Inicialmente, porém, por um breve período de aproximadamente um ano e meio, a pendente reconstrução da Igreja jesuítica não foi claramente mencionada pelo prefeito ou por outros agentes do poder público local. Posto que no próprio seio da administração municipal e, sobretudo, entre aqueles agentes diretamente envolvidos com as obras na Colina Histórica conviviam visões distintas sobre a oportunidade de apoiá-la. De modo que o aceite de Olavo Setubal só ficou realmente explícito no final do segundo ano de seu mandato, com a aprovação, sem debates e divergências, da já mencionada lei de 15 de dezembro de 1976 pela Câmara Municipal⁵⁹¹. Até essa data, no entanto, o prefeito promoveu divulgações e valorações do Pátio do Colégio de maneira bastante análoga às que eram proferidas pelas campanhas e entidades organizadas desde os anos 1950 para viabilizar a reconstrução dos edifícios históricos.

Já no mês seguinte à posse de Olavo Setubal à prefeitura, o Pátio do Colégio era incluído entre um dos alvos diletos de planos e projetos urbanos elaborados para transformar o centro cidade, chegando a ser qualificado, de acordo com matéria publicada na *Folha de São Paulo*, como “um ponto fundamental” para a administração de Setubal⁵⁹². Outra matéria, desta vez veiculada n’*O Estado de São Paulo* em sua edição de 08 de junho de 1975, descreveu a proximidade do prefeito com o Pátio e mencionou uma recente visita que realizou àquele local histórico, tendo, sugestivamente, a matéria recebido o título *No Pátio, em busca do passado*⁵⁹³:

da janela do seu escritório no 14º andar de um prédio do Itaú na Rua Boa Vista, o banqueiro Olavo Setubal podia assistir todos os dias à lenta e inexorável agonia do Pátio do Colégio, definhando entre cercas das obras do metrô [...] e toda espécie de mazelas da megalópolis que – quem diria – explodiu a sua volta e já não lhe deixa espaço nem para respirar [...] não seria, portanto, de se estranhar que o banqueiro repentinamente investido das funções de prefeito viesse a se preocupar com os destinos do principal monumento histórico da cidade. Setubal chegou a se emocionar, lembram os jornais, durante visita que fez ao Pátio e prometeu tomar providências [...] recomendou ao secretário da Cultura, Sábato Magaldi, que iniciasse imediatamente as gestões necessárias para salvar o que resta do passado na cidade⁵⁹⁴.

⁵⁹¹ SÃO PAULO (Município). Lei nº 8492 de dezembro de 1976. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1976. O projeto de Lei datou de 10 de novembro de 1976 e sua aprovação de 15 de dezembro de 1976.

⁵⁹² UMA legislação para preservar a História da Cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 12, 21 mai. 1975.

⁵⁹³ NO Pátio, em busca do passado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 53, 8 jun. 1975.

⁵⁹⁴ Ibidem.

Ainda em meio às primeiras divulgações dos planos da prefeitura para o local, Olavo Setubal afirmou que dali partiria o processo de reurbanização e recuperação do centro da cidade ou, simplesmente, como era correntemente apregoado de sua “humanização”⁵⁹⁵. Na oportunidade, o prefeito aproveitou também para destacar o valor histórico que impingia às obras:

[...] a restauração do Pátio do Colégio marcará o início da preservação do centro da cidade [...] o prefeito Olavo Setubal tem um plano ambicioso: “iniciar a reurbanização para integrar a maioria da população da Capital nas últimas raízes históricas da cidade”⁵⁹⁶

É importante frisar que o realce dado às “raízes históricas” da cidade suportadas pelo próprio Pátio do Colégio, alvo de vultosas obras, não passava – ao menos momentaneamente – pela reconstrução da Igreja, sequer mencionada nessas falas iniciais. Nas matérias e anúncios que trataram das medidas oficiais não houve indicações de apoio ou financiamento público às obras, tampouco de rechaço por parte do prefeito. Nem mesmo menções as diversas entidades⁵⁹⁷ engajadas na reconstrução foram verificadas. Aquém do propalado conteúdo histórico das obras, essas primeiras posturas da prefeitura circunscreveram-se, assim, às alterações urbanas no entorno dos edifícios, as quais seriam efetivadas pela Empresa Municipal de Urbanização, a EMURB, e pelo escritório Jorge Wilhelm Arquitetos Associados⁵⁹⁸. Por sua vez, ambas as entidades – como será abordado adiante – posicionaram contra a reconstrução da Igreja.

⁵⁹⁵ PÁTIO, o começo da humanização. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1975.

⁵⁹⁶ Ibidem.

⁵⁹⁷ Ver capítulos 1 e 4.

⁵⁹⁸ ASSIM vai ficar o centro sem automóveis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 18, 2 out. 1975. A matéria informou as entidades públicas que elaboravam e encaminhavam as obras no Centro: “implantar no Centro de São Paulo o ambiente comunitário que ainda se encontra nas praças de pequenas cidades do interior é o objetivo do programa de urbanização que a Emurb (Empresa Municipal de Urbanização), a Secretaria de Transportes, a Companhia do Metropolitano e a Cogep (Coordenadoria Geral do Planejamento) estão estudando no momento”.

6.2 Símbolo entre símbolos

A presença da EMURB na condução das intervenções⁵⁹⁹ no Pátio do Colégio pode ser considerada um contundente sinal de como o local interligava-se aos planos empreendidos para o restante da área central da cidade, pois estes também eram elaborados e implementados pela mesma empresa de urbanização. Por outro lado, a EMURB teve um período de grande atuação exatamente durante os anos da gestão de Olavo Setubal.

De acordo com a pesquisa de Eneida Heck, a EMURB – então sob a direção do engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange – durante os anos 1975 a 1979 priorizou as ações voltadas para a “revitalização” do centro da cidade e teve o seu “melhor desempenho operacional”⁶⁰⁰. Em agosto de 1976, a *Folha de São Paulo* ao informar que o Edifício Martinelli era mais novo objeto das intervenções do ente municipal explicitou também o volume e a interligação das obras projetadas para a região, assim como confirmou a presença do Pátio do Colégio entre elas:

essa obra [Edifício Martinelli] representa apenas uma parte de um plano maior de reurbanização de todo o centro “velho” ou “histórico” da cidade, que vem se deteriorando rapidamente. O plano inclui também o projeto dos “calçadões”, da reforma do viaduto Santa Efigênia, do Pátio do Colégio, da praça da Sé e prevê ainda a disciplinação da utilização do espaço aéreo dessa zona da cidade⁶⁰¹

O diagnóstico de que partia a prefeitura e a EMURB para elaboração de um “plano de revitalização” para o Centro apontava – como já ficou denotado no trecho acima – para um rápido processo de “deterioração” da região. Na justificção dos planos veiculada no relatório

⁵⁹⁹ OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. Op. Cit. p. 81. Vale mencionar o papel da COGEP na elaboração dos planos, como destacou a autora: “durante a década de 1970, o poder público, através de órgãos de planejamento urbano, sobretudo a COGEP, desenvolveu uma série de leis urbanísticas que visavam tanto o controle que a dinamização do desenvolvimento da cidade de São Paulo [...] em paralelo às leis urbanísticas começaram a surgir algumas propostas para melhoria dos espaços urbanos através de programas de valorização da área central, do qual o ‘Plano Integrado para a Área Central’ da COGEP, elaborado entre 1975 e 1976, é exemplo fundamental. Esse ‘Plano’, lançado pelo prefeito Olavo Setubal, também ficou bastante conhecido como o ‘Plano de Revitalização do Centro’”.

⁶⁰⁰ HECK, Eneida R. Beluzzo Godoy. **A Emurb como instrumento de planejamento em São Paulo: 1971-2001**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo – FAU, São Paulo, 2004. pp. 110-111. “na gestão Olavo Setubal a EMURB teve seus objetivos ampliados. A Lei 8306/75 permitiu à empresa a implantação e exploração econômica de equipamentos urbanos e o desenvolvimento de atividades complementares; além da recuperação e reciclagem de edifícios – que teve como mote a recuperação do Martinelli, situado no Centro histórico [...] Mange atuou prioritariamente na área central da cidade, já com a diretriz proposta pela COGEP de revitalização do Centro, que há décadas, já sofria o processo de abandono [...]”.

⁶⁰¹ EM 78, novo Martinelli. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 26 ago. 1976.

final das atividades da gestão de Olavo Setubal, foi confirmada a maneira pela qual abordavam a situação do Centro:

dois grandes problemas afetavam a região central: deterioração física, principalmente no Centro Histórico em torno do Pátio do Colégio e Praça da Sé, e excesso de tráfego de veículos. Um e outro estão sendo erradicados⁶⁰²

De fato, se comparados os momentos em que as duas etapas de reconstrução do Pátio do Colégio foram engendradas, o perfil e as contingências do Centro da cidade revelam-se bastante díspares. Se durante a primeira etapa, de 1954 a 1961, o Centro – ao lado da Avenida Paulista – liderava o processo de verticalização, abrigava as atividades financeiras – então vigorosas e vitais para a cidade – e exercia notadamente um papel de centralidade, no final da década de 1970, momento em que foram concluídas as obras de reconstrução, tais características foram abreviadas; no mínimo, portá-las deixou de ser um privilégio do Centro.

O próprio encadeamento da reconstrução de alguma forma sinalizou para esta situação. Enquanto em sua primeira fase, as obras foram efetivadas exclusivamente por meio de discursos valorativos dos conteúdos agregados aos antigos edifícios, os quais foram confrontados, inclusive, com a presente configuração física da região central da cidade⁶⁰³, na fase posterior elas foram entrelaçadas também a planos de urbanização investidos de propostas de recuperação ou revitalização, inicialmente da área do Pátio do Colégio⁶⁰⁴ e depois da própria região central, como por ora acontecia com a gestão do prefeito Olavo Setubal. No entanto, deve-se destacar a correspondência das falas de alguns agentes que se envolveram em somente uma das fases da reconstrução. Em 1953, o então vereador Homero Silva ao manifestar-se sobre a empreitada, qualificou os edifícios como portadores da “tradição mais cara e expressiva” da cidade que àquela altura, ainda segundo o político, não poderia viver apenas de seu “progresso tentacular com base no concreto armado”⁶⁰⁵. Já Olavo Setubal, vale lembrar, em seu discurso de posse realizado em abril de 1975 afirmou que atuaria por uma “cidade menos materialista” e, no mesmo ano, numa “visita” à Colina Histórica falou à imprensa que “São Paulo tem que preservar suas tradições”⁶⁰⁶.

Em fins dos anos 1970, contudo, o Centro da cidade passava por um processo de mudança e de esvaziamento das funções que antes lhe garantiram uma imagem de poder,

⁶⁰² SÃO PAULO (Município). **São Paulo:** a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979. São Paulo, 1979. p. 91.

⁶⁰³ Ver capítulo 3.

⁶⁰⁴ Ver capítulo 4.

⁶⁰⁵ CONSIDERA-SE oportuna e necessária a reconstrução da Igreja edificada por Anchieta no Pátio do Colégio. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 7, 6 out. 1953.

⁶⁰⁶ PÁTIO, o começo da humanização. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1975.

pujança e centralidade. Paulatinamente, todos esses atributos foram sendo transferidos para a Avenida Paulista que contemporaneamente à reconstrução da igreja do Pátio do Colégio recebia as obras do projeto denominado Nova Paulista. Implementado nos anos iniciais da década 1970, tal projeto viabilizou o alargamento, a transformação dos usos e até mesmo da feição da Avenida⁶⁰⁷. Neste momento, inclusive, foi datada pela historiografia⁶⁰⁸ a perda da centralidade exercida pela região formada pelas imediações da Praça da Sé – ou Colina Histórica – e da Praça República:

[...] São Paulo contou com um único centro até o final dos anos 60. Foi quando uma nova e significativa concentração se estruturou ao longo do então “Centro Paulista”, formado basicamente pela junção do corredor comercial da Rua Augusta com a expansão do corredor de serviços da própria Avenida [...] iniciou-se então uma fuga dos escritórios centrais das grandes empresas para áreas de maior prestígio, tanto na região da Paulista, como também nas residências senhoriais de determinados corredores de serviços metropolitanos, nas Avenidas Brigadeiro Luís Antônio, Rebouças, Nove de Julho, Brasil e Faria Lima⁶⁰⁹

A migração das atividades – sobretudo as financeiras⁶¹⁰ – transcorrida ao longo desse período deveu-se muito ao potencial construtivo da Avenida Paulista e da consequente valorização de seu solo. Somente o anúncio das obras da Nova Paulista já ocasionou uma significativa subida dos preços do metro quadrado da via, o que, por seu turno, acarretou na substituição de sessenta mansões por edifícios comerciais erigidos em sua maioria pelas construtoras Gomes de Almeida Fernandes e Adolpho Lindenberg⁶¹¹. Alguns edifícios então construídos foram qualificados como paradigmáticos do momento e atestaram o potencial indicado.

⁶⁰⁷ FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo:** trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Cortez Editora – Edusp: Fapesp, 2000. Especialmente capítulos 3 e 4.

⁶⁰⁸ SILVA, Luís Octávio da. Breve História do Centro de São Paulo: sua decadência e reabilitação. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (org.). **Urbanismo:** dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas: PUCCAMP/PROURB, Óculum Ensaios, 2004 p. 54: “os anos 60 e 70 marcam uma nova era na vida do Centro e em sua relação com o restante da cidade. A consolidação do automóvel viabilizou a criação de novas centralidades, ao mesmo tempo em que o processo de metropolização de São Paulo adquiria uma nova escala geográfica [...] entre 1965 e 1968, foi aberta a Avenida Faria Lima, na verdade um alargamento da antiga Rua Iguatemi. Entre 1970 e 1974, a Avenida Paulista foi objeto de um projeto de reurbanização, a Nova Paulista. Essas duas localidades desvinculadas do Centro, passaram então a concentrar os lançamentos de edifícios de escritórios e sedes bancárias, até aquela época concentrados no Centro”.

⁶⁰⁹ FRÚGOLI JR., Heitor. Op. Cit. p. 130.

⁶¹⁰ Ibidem. p. 131. O autor citou a seguinte matéria veiculada no jornal o Estado de São Paulo em 5/8/1978: “cresce cada vez mais o número de empresas interessadas em ir para a região [Paulista] e a rede bancária não se faz representar apenas pelas filiais – de praticamente todos os bancos. Depois do pioneiro Mercantil, foi a vez do Banco Nacional e daí em diante, as mudanças ocorreram quase ao mesmo tempo, tirando do Centro também a sede do Banco de Tokio, do Grupo Sumimoto do Brasil e até do Citibank. O próprio Banco Central começou a construir uma nova sede nas proximidades da Rua Augusta com a Paulista, próxima à futura instalação do Banco Real”.

⁶¹¹ Ibidem. p. 131.

O significativo surto de novas construções verificado nos anos 1950⁶¹² não perdeu força nem espaço na Avenida. De modo que, nas duas décadas seguintes, dois novos e emblemáticos edifícios podiam demonstrar a vitalidade da Paulista decorrida em boa medida das mudanças do Centro e da debandada daí de algumas instituições: um desses edifícios recebeu o Museu de Arte de São Paulo (MASP) e o outro abrigou as sedes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e do Serviço Social da Indústria (SESI).

O edifício do Museu de Arte de São Paulo foi inaugurado em 1968 com projeto de inspiração brutalista da arquiteta Lina Bo Bardi e resultou na mudança do museu da sua sede localizada na Rua Sete de Abril no centro da cidade, onde esteve desde sua fundação em outubro de 1947⁶¹³. Heitor Frúgoli Jr. atribuiu ao MASP um papel de propulsor da instalação – ou “migração” – de bancos, serviços comerciais e culturais na Avenida Paulista e, por conseguinte, do incremento de sua função de centralidade. Para o autor, a importância que o edifício de Lina Bo Bardi teve para a região em fins dos anos 1960 foi correlato ao representado pelo Conjunto Nacional na década anterior:

observamos [...] entre o início da década de 40 e o final dos anos 60, um período que marcou o início da decadência dos antigos casarões [...] com os primórdios de uma verticalização inicialmente residencial [...] e depois comercial. Procurou-se também destacar mudanças na Avenida correlatas à instalação de dois edifícios de inspiração modernista – o Conjunto Nacional (1956) e o MASP (1968) –, que, cada um a seu modo, instituíram e anteciparam uma série de significativas alterações na região, respectivamente nas atividades comercial e cultural, incluindo as primeiras etapas da migração de outras atividades do Centro tradicional para ali, o que se consolidaria plenamente na passagem dos anos 70, com a ida de várias empresas para a Paulista, quando então passa a constituir uma nova centralidade na metrópole⁶¹⁴

O edifício sede das entidades representativas das Indústrias do Estado foi inaugurado em 1979 também sob inspiração brutalista e foi projetado em forma de “pirâmide” por Roberto Cerqueira César e Roberto Carvalho Franco, com imensas massas de concreto armado a sustentar o prédio. A função do edifício aliada ao grande impacto material e visual que suas formas inovadoras impingiram à Avenida – período em que esta ainda estava voltada, sobretudo, aos prismas retangulares de vidro oriundos do “internacional style” – indicou o triunfo da avenida, tanto em relação ao seu prestígio imobiliário quanto para a sua

⁶¹² Entre os edifícios construídos nos anos 1950 constaram: Nações Unidas (1952), Conjunto Nacional (1956), Paulicéia (1956) e 5ª. Avenida (1959).

⁶¹³ FRÚGOLI JR., Heitor. Op. Cit. p. 119.

⁶¹⁴ Ibidem. p. 121.

condição de centro simbólico, pois era receptáculo das entidades representativas do poder econômico da cidade, o que era realçado ainda pela presença das sedes e agências bancárias⁶¹⁵.

Nesse quadro, o Centro da cidade ainda recebia nos anos 1970 alguns novos edifícios⁶¹⁶, mas certamente não dispunha do mesmo potencial imobiliário da Paulista, capaz de agrupar num intervalo de aproximadamente uma década as duas construções supracitadas – MASP e FIESP – ambas propulsoras das funções cultural, comercial e financeira que começava a despontar na região em detrimento justamente do Centro. Esse, por sua vez, não deixava de ser objeto de investimentos e obras públicas de urbanização e remodelação como evidenciou, aliás, o *Plano de Revitalização* implementado durante a gestão de Olavo Setubal. Porém, e paradoxalmente, na medida em que a Paulista representava as potencialidades do novo, no Centro era ensejada uma revalorização de seu passado.

Como o seu próprio nome já indicou, o *Plano* foi revestido de propostas de renovação e recuperação da área central. Entre as características atribuídas ao *Plano* destacaram-se aquelas que afirmaram o seu caráter modernizador e certa valorização do patrimônio histórico edificado. A primeira característica pôde ser confirmada pela implantação das vias pedestrianizadas – os denominados calçadões – que restringiram o acesso de automóveis à região e incrementaram a circulação de pedestres articulada às novas praças e às estações do Metrô, sendo essas, por sua vez, também consideradas emblemas da modernização. Por outro lado, o veio histórico do *Plano* explicitou-se não somente no destaque que foi dado às transformações do Pátio do Colégio e no custeio fundamental à reconstrução da Igreja aprovado pelo prefeito Olavo Setubal, mas cristalizou-se também nas mencionadas reformas e restauros do Edifício Martinelli e do Viaduto Santa Ifigênia.

No relatório final da administração de Setubal – intitulado *A Cidade, o Habitante, a Administração* – foram proferidas as seguintes definições e qualificações da “revitalização” do Centro:

⁶¹⁵ Ibidem. p. 132.

⁶¹⁶ Podemos citar, como exemplos, Edifício Grande São Paulo (1971) e Edifício Mercantil Finasa (1974), ambos situados na rua Líbero Badaró.

sempre entendemos que o Centro de São Paulo deveria irradiar uma imagem de vitalidade e de dinamismo à Cidade, preservando, ao mesmo tempo, os aspectos mais significativos de sua história e sua memória. Tal foi o espírito que norteou nosso programa de revitalização da área central, que renovou a fisionomia da Cidade – e os calçadões são um exemplo típico disso –, mas que incluiu, também, a restauração de monumentos como o prédio Martinelli e o Viaduto Santa Ifigênia⁶¹⁷

No entanto, para além dessas falas oficiais, em seu desenvolvimento as obras do *Plano de Revitalização* demonstraram algumas ambiguidades entre a prática e o discurso e matizaram um pouco os objetivos declarados de dinamizar e ao mesmo tempo preservar o Centro. Dessas ambiguidades as transformações ocorridas na Praça de Sé foram paradigmáticas.

Ponto de convergência da circulação de pedestres e abrigo da mais importante estação do Metrô, a Praça da Sé foi então inteiramente reformada e descaracterizada. A década 1970 representou, inclusive, para a “história da praça, a terceira e maior onda de demolições, de consequências profundas”⁶¹⁸.

A magnitude das obras empreendidas na Praça da Sé foi realçada no *Relatório* supracitado:

a nova Praça da Sé é sem dúvida o aspecto mais grandioso da revitalização do Centro [...] e a criação de imensa e ajardinada área livre em torno do Marco Zero da Cidade colocando em destaque os belos edifícios da Catedral e do Fórum [...] trata-se, no conjunto, da maior obra urbana já realizada no Brasil. E deve mesmo ser tomada em conjunto: a obra da estação subterrânea permitiu a construção de uma praça verdadeiramente nova e reverteu o processo de decadência da região, reaparelhando-a para voltar a exercer sua tradicional função de centro, agora que abriga a principal estação de um crescente sistema metroviário⁶¹⁹

Para abrigar o entroncamento das duas linhas do Metrô e receber o intenso movimento de pedestres daí decorrente, a praça foi ampliada e acoplada a contígua Praça Clovis Bevilacqua, o que permitiu o destaque “aos belos edifícios da Catedral e do Fórum”. Na “imensa e ajardinada área livre” frontal aos edifícios, por sua vez, passou a figurar uma série de equipamentos postulantes dos “princípios modernistas”⁶²⁰ investidos nas transformações,

⁶¹⁷ SÃO PAULO (Município). **São Paulo:** a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979. São Paulo, 1979. p. 92.

⁶¹⁸ BRUNA, Gilda Collet; RIGHI, Roberto. A crise do centro histórico e a demolição do Santa Helena. In: CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JR, José Geraldo. (orgs). **Palacete Santa Helena:** um pioneiro da modernidade em São Paulo. São Paulo, Editora Senac – Imprensa Oficial, 2006. p. 215.

⁶¹⁹ SÃO PAULO (Município). **São Paulo:** a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979. São Paulo, 1979. p. 93.

⁶²⁰ BRUNA, Gilda Collet; RIGHI, Roberto. Op. Cit. pp. 220-221.

tais como um grande espelho d'água e dezesseis esculturas de “artistas brasileiros de renome”⁶²¹.

A aquisição da fisionomia moderna, a reversão do “processo de decadência” e a retomada da “tradicional função de centro” da praça não ocorreram sem acarretar significativas alterações físicas e demolições, justificadas à época como imprescindíveis para a instalação do Metrô. Como já foi indicado, com as reformas de implantação da estação do Metrô – iniciadas em 1972 e terminadas na gestão de Olavo Setubal – a Praça da Sé perdeu a configuração que exibiu “ao longo de pelo menos sessenta anos”⁶²².

Entre as demolições provocadas constaram as de dois edifícios grandes e recém construídos no local, foram eles o Edifício Mendes Caldeira com 28 andares e o R. Monteiro com 14 andares⁶²³. O primeiro foi demolido em novembro de 1975 com certa pompa e contornos de espetáculo, que levaram ao ato a presença do prefeito, da população local e renderam-lhe transmissão televisiva⁶²⁴. Era a primeira vez que se empregava no País a técnica de implosão com dinamites capazes de fazer com que um “edifício de 30 pavimentos [fosse] demolido em apenas 8 segundos”⁶²⁵.

Certamente a divulgação e o entusiasmo em torno da implosão de um edifício não se coadunavam com a propalada intenção da gestão municipal de tornar a cidade “menos materialista” e os anúncios de preservação “de aspectos significativos da sua história e da sua memória”⁶²⁶. De fato, os planos empreendidos no Centro durante os anos 1970 redundaram em perdas para patrimônio da cidade. Ainda na Praça da Sé ocorreu em 1971 a demolição de outro edifício bastante emblemático para história da cidade, o Palacete Santa Helena, construção da década de 1920 representativa do incipiente processo de verticalização da região e célebre por sua sala de cinema, além de ter abrigado um importante grupo de pintores que leva o nome do edifício⁶²⁷. Ora, não seria demais lembrar que as gestões municipais vigentes na década de 1970 foram bastante consonantes em relação às obras na Praça da Sé.

⁶²¹ SÃO PAULO (Município). **São Paulo:** a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979. São Paulo, 1979. p. 117. Trata-se das obras de Alfredo Ceschiatti, Domenico Calabrone, Bruno Giorgi, Felícia Leirner, Franz Weissmann, Ascânio MMM, Marcelo Nietsch, José Resende, Caciporé Torres, Amílcar de Castro, Yutaka Toyota, Nicolas Vlavianos, Francisco Stockinger, Sergio Camargo, Mario Cravo Junior e Rubem Valentim.

⁶²² BRUNA, Gilda Collet; RIGHI, Roberto. Op. Cit. p. 215.

⁶²³ Ibidem. p. 219.

⁶²⁴ BRANDÃO, Inácio de Loyola; OKUBARO, Jorge J. Op. Cit. p. 261.

⁶²⁵ Implosão do Edifício Mendes Caldeira para construção da Estação Sé do Metrô. Disponível em <www.youtube.com.br>. Acesso em: 19 jan. 2014.

⁶²⁶ SÃO PAULO (Município). **São Paulo:** a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979. São Paulo, 1979. p. 92.

⁶²⁷ CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JR, José Geraldo. (orgs). **Palacete Santa Helena:** um pioneiro da modernidade em São Paulo. São Paulo, Editora Senac – Imprensa Oficial, 2006.

No entanto, mesmo depois de terem provocado significativas alterações físicas, as obras da Praça da Sé não deixaram de ser exaltadas também por seu suposto compromisso com o passado. De acordo com o discurso oficial de promoção das obras, a nova praça retomava a sua “tradicional função de centro”⁶²⁸. Aquém das contradições e da verificação se de fato tal função foi retomada, as outras duas obras da prefeitura impingidas de um caráter histórico preservacionista – Edifício Martinelli e Viaduto Santa Ifigênia – apresentaram propostas diferentes, ou seja, promoveram reformas para valorização de suas feições e alteraram os seus usos correntes.

As reformas no Edifício Martinelli foram destacadas como pioneiras, uma vez que se tratou do “primeiro edifício inteiramente reformado e recuperado por iniciativa do poder público”⁶²⁹. De acordo com o órgão condutor das obras, a EMURB, o edifício havia se tornado um “imenso cortiço vertical”⁶³⁰, de modo que a sua intervenção – iniciada em junho de 1977 e finalizada em março de 1980 – foi encaminhada para reverter esse quadro e implicou na manutenção e recuperação das características externas da fachada do edifício e na modificação e na “modernização” de seu interior⁶³¹, que passaria a ser ocupado por escritórios e, nos pavimentos térreos, por atividades comerciais⁶³².

Evidentemente, as intervenções no Edifício Martinelli foram atreladas à vigente e alardeada preocupação da gestão municipal com a preservação e valorização dos marcos arquitetônicos da história da cidade. Conforme circulou numa publicação oficial da prefeitura, com as reformas o Edifício Martinelli “voltou a ter a dignidade de um monumento importante da história do desenvolvimento da Cidade”⁶³³.

Às obras do Viaduto Santa Ifigênia podem ser imputados os dois maiores atributos dos *Planos de Revitalização* do Centro: a valorização histórica e a circulação de pedestres. Assim, de acordo com a EMURB, a recuperação “de um dos elementos mais característicos da paisagem de São Paulo”⁶³⁴ passou tanto pela reforma de sua estrutura com ornamentação *art nouveau* “cercada de cuidados especiais a fim de se preservar o desenho original do viaduto” quanto pela sua transmutação em via para pedestres, interligada aos calçadões.

⁶²⁸ SÃO PAULO (Município). **São Paulo: a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979**. São Paulo, 1979. p. 93.

⁶²⁹ Ibidem. p. 97.

⁶³⁰ EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Prédio Martinelli**. São Paulo, 1979.

⁶³¹ SÃO PAULO (Município). **São Paulo: a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979**. São Paulo, 1979. p. 97.

⁶³² EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Prédio Martinelli**. São Paulo, 1979.

⁶³³ SÃO PAULO (Município). **São Paulo: a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979**. São Paulo, 1979. p. 97.

⁶³⁴ EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Viaduto Santa Ifigênia**. São Paulo, s/d.

Na publicação da EMURB a respeito das obras no Viaduto Santa Ifigênia sublinhou-se que este era mais um elemento no “quadro de renovações” que a prefeitura vinha desenvolvendo no Centro da cidade. Os outros “elementos” ocasionalmente citados foram as ruas de pedestres, o Prédio Martinelli, a Praça da Sé e o Pátio do Colégio⁶³⁵. Neste último local, no entanto, as obras de “revitalização” entrecruzaram-se com a controversa reconstrução da Igreja jesuítica, empreendida – com diversos percalços – desde 1954.

Diante dos perfis um tanto compatíveis das obras de revitalização e da reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio, ambas sustentadas por propostas valorativas da história e das tradições locais, pode-se presumir que elas não seriam excludentes e que, por fim, se integrariam, como de fato ocorreu depois do custeio público das obras aprovado pelo prefeito Olavo Setubal. Porém, entre os condutores do *Plano de Revitalização* do Centro, a reconstrução não era unânime e, embora nenhum deles tenha tomado posições mais contundentes de crítica à reconstrução – como, por exemplo, fizeram os membros do CONDEPHAAT⁶³⁶ –, deixaram claro que os seus projetos para o local não tinham relações com a reconstrução.

Como já foi anteriormente mencionado, as transformações urbanas do Pátio do Colégio foram conduzidas pela EMURB, a qual implementou em parte o projeto elaborado pelo escritório do arquiteto Jorge Wilhelm. Para além da abordagem de detalhes desse projeto e de sua efetivação, cabe, antes, a verificação das menções à história implícita ao local e à reconstrução da Igreja, tanto aquelas que foram proferidas pelo referido escritório de arquitetura quanto pela EMURB.

Na documentação e nos estudos produzidos pelo escritório Jorge Wilhelm Arquitetos Associados (JWAA) acerca das obras do Pátio do Colégio constaram ataques e desqualificações à reconstrução da igreja e à ala já existente do colégio, assim como destaques aos conteúdos históricos que não deveriam escapar aos planos para o local. Para destacar esses últimos aspectos, o escritório afirmou que um dos “objetivos básicos” do projeto era “conferir à área a beleza e dignidade adequadas à importância histórica do sítio em que São Paulo foi fundada”⁶³⁷.

Para tanto, foi proposto que fossem lá assinalados os elementos que, ainda de acordo com o projeto do escritório JWAA, tinham “valor histórico”: a “topografia do sítio” e “parte

⁶³⁵ Ibidem.

⁶³⁶ Ver capítulo 5.

⁶³⁷ JORGE WILHEIM ARQUITETOS ASSOCIADOS. **Relatório**, São Paulo, s/d. Esse documento foi consultado na biblioteca da SP Urbanismo, antiga EMURB.

de muro de taipa”⁶³⁸. Ao primeiro elemento foi prevista a sua recuperação e a sua conexão com a imperiosa circulação de pedestres, ao passo que a área envoltória ao conjunto arquitetônico deveria integrar-se aos calçadões. Já o muro de taipa deveria “receber proteção plástica ou através de caixa de vidro de desenho adequado”⁶³⁹.

Para os projetistas do escritório, o “valor histórico” do Pátio não condizia com a “reconstrução arbitrária do colégio” e a pretendida reconstrução da igreja:

a reconstrução de uma capela ao lado do Colégio dos jesuítas, não deverá ser feita por ser dúbio o valor de edificação totalmente imitativa; a reconstrução do Colégio dos jesuítas igualmente imitativa, poderia por ora ser mantida, recomendando-se que a médio prazo se elaborem estudos especializados sobre a conveniência de sua manutenção e o programa de sua utilização⁶⁴⁰

A edição do jornal *O Estado de São Paulo* de 20 de fevereiro de 1976 anunciou os novos planos para o Pátio do Colégio e ratificou as informações supracitadas por meio de entrevista com o engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange, então presidente da EMURB. Na matéria, a vinculação entre as obras realizadas no local com a necessidade de circulação de pedestres⁶⁴¹ e as medidas voltadas à manutenção, exibição ou resgate de traços de sua história foram confirmadas. Para este último quesito alguns outros dados foram mencionados, tais como a instalação de “painéis informativos sobre a história da cidade” e, no “talude”, a plantação de “espécies vegetais com o objetivo de reconstituir a flora original que predominava em fins de 1500”⁶⁴². Em relação à reconstrução da Igreja, Ernest Mange não foi necessariamente um crítico, antes sendo cuidadoso ao desvinculá-la das obras da EMURB:

segundo o presidente da EMURB, Ernest de Carvalho Mange, o projeto de reurbanização do Pátio do Colégio não tem qualquer vinculação com as obras de restauração da Igreja. Essa restauração – e a possibilidade de a Prefeitura assinar um convênio com os jesuítas para sua manutenção – é um assunto que Olavo Setubal diz “estar examinando”⁶⁴³

Conforme a fala do presidente da EMURB, a decisão sobre o apoio à reconstrução e, por conseguinte, a sua inclusão nas obras de revitalização do Centro cabia exclusivamente ao prefeito Olavo Setubal, o qual, como já foi demonstrado, acabou por conceder o suporte financeiro aos jesuítas.

⁶³⁸ Ibidem.

⁶³⁹ Ibidem.

⁶⁴⁰ Ibidem.

⁶⁴¹ PRONTO o projeto do Pátio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 42, 20 fev. 1976.

⁶⁴² Ibidem.

⁶⁴³ Ibidem.

O gesto de apoio do prefeito contrariou, portanto, alguns agentes e setores ligados à prefeitura e diretamente envolvidos com o denominado *Plano de Revitalização*. Além de não dar ressonância às ideias de rechaço à reconstrução aventadas no projeto do escritório JWAA, a medida do prefeito certamente foi contrária à COGEP, órgão que também teve participação nos referidos planos e, àquela altura, tinha entre seus quadros os arquitetos Carlos A. Cerqueira Lemos e Benedito Lima de Toledo, ambos refratários à reconstrução⁶⁴⁴.

Diante das posturas desfavoráveis à reconstrução advindas, diga-se, de quadros e órgãos que ganharam certa importância na prefeitura, como ocorreu o apoio final e essencial de Olavo Setubal à polêmica reconstrução do Pátio do Colégio? Evidentemente, a resposta – ou as respostas – só pode ser obtida de maneira aproximada. Quanto aos mecanismos que, por exemplo, aproximaram os requerentes da reconstrução e o prefeito, Geraldo Dutra de Moraes, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, forneceu alguns dados:

providencialmente, a Comissão resolveu recorrer aos valiosos préstimos do eminente prof. Claudio Lembo, ex-aluno do Colégio São Luís e grande amigo dos jesuítas. Intelectual brilhante, professor universitário, jurista renomado, figura da mais alta projeção no cenário político de São Paulo, presidente da Aliança Renovadora Nacional e Secretário dos Negócios Extraordinários da Prefeitura, o dr. Claudio Lembo, aquiesceu prazerosamente em patrocinar a causa da Igreja do Colégio⁶⁴⁵

Ainda de acordo com Geraldo Dutra, foi Claudio Lembo quem transmitiu ao prefeito, “de viva voz, o apelo da Comissão [Pró Monumento Histórico do Pátio do Colégio]”⁶⁴⁶. Depois do ex-prefeito Paulo Maluf, responsável pela doação do terreno e o início da reconstrução da igreja, Lembo era o segundo ex-aluno de jesuítas a se engajar na empreitada e fazer a ligação entre os agentes por ela mobilizados⁶⁴⁷ e o poder público municipal. De modo que, nos anos 1970, esses dois últimos ao lado de Olavo Setubal foram políticos fundamentais para andamento e a conclusão das obras.

Se o envolvimento de Maluf e Lembo decorreu tanto de suas proximidades com os jesuítas, quanto da possível identificação de ambos com as propostas de exaltação dos elementos embutidos na reconstrução, a participação de Olavo Setubal, por seu turno, não

⁶⁴⁴ Ver capítulo 5.

⁶⁴⁵ MORAES, Geraldo Dutra de. **A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo**. São Paulo: Gráfica Municipal, 1979. p. 95.

⁶⁴⁶ Ibidem. p. 95

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 96. No final de seu livro, autor mencionou alguns agentes que, para ele, foram fundamentais para a reconstrução: “permitimo-nos enaltecer, por justiça, o meritório e incansável trabalho de quatro impávidos batalhadores: dr. José Augusto Cesar Salgado, prof. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, padre Paulo Nacca S. J. e padre Hélio Abranches Viotti S. J., paulistas eméritos que, há 25 anos consecutivos, se vêm dedicando com amor, fé, tenacidade e estoicismo inextinguíveis à reconstrução desse monumentos, ‘berço e símbolo de São Paulo’ na feliz expressão de Olavo Setubal”.

escapou a essas especificidades. Embora não tenha obtido sua escolaridade junto aos padres jesuítas, Setubal havia adquirido uma formação básica também católica e descendia ainda de uma família cujas origens tradicionais eram correlatas às da maioria dos agentes engajados na reconstrução. Além disso, os discursos e pronunciamentos de Olavo Setubal acerca do local e da necessidade de recuperar os seus valores históricos foram bastante frequentes. E se, logo no primeiro pronunciamento do prefeito houve menções ao Pátio do Colégio, aí ele realizou o último ato público de seu mandato.

Deve-se destacar também que o momento em que foram empreendidas as volumosas reformas que intentaram “revitalizar” o Centro – modernizando-o, mas também realçando alguns marcos de sua história – parece ter sido fértil para a reconstrução. Aquém da presença e da atuação de agentes críticos às obras, estas foram, por fim, incentivadas por setores e agentes com poderes de fato decisórios. Por meio de tal incentivo e da inclusão da reconstrução no *Plano de Revitalização* do Centro, era como se esses agentes sinalizassem que as tradições e a história da cidade – tão valoradas nas divulgações oficiais do *Plano* – estavam imbricadas à religião católica, a qual deveria ser materializada no local embrionário da cidade, o Pátio do Colégio. De resto, essa foi a proposta que guiou todas as articulações, mobilizações e campanhas engendradas por diversos agentes desde os anos 1950. Entre os meses de junho e julho de 1979, alguns desses agentes figuraram em diversas matérias de jornal que anunciaram os eventos em torno inauguração das obras⁶⁴⁸ [figura 18].

⁶⁴⁸ “NOVO” Pátio do Colégio será inaugurado domingo. **Folha de São Paulo**, p. 15, São Paulo, 27 jun. 1979. “as obras de reconstituição do Museu do Pátio do Colégio, praticamente concluídas, serão inauguradas domingo próximo, enquanto a Igreja, cujos trabalhos estão em fase bastante adiantada, deverá ser entregue no dia 25 de janeiro de 1980, aniversário da cidade, informou ontem o padre Helio Abranches Viotti, diretor da ‘Casa de Anchieta’”. Nesta última data, no entanto, não foi levantado nos jornais nenhum evento.

Figura 18 - Vista área do Colégio e da Igreja, na fase final das obras, 1979.
Fonte: MORAES (1979, p.75)

Os títulos de algumas dessas matérias indicaram o perfil das obras e os agentes políticos que, neste último momento as viabilizaram. O jornal *Folha de São Paulo* primeiramente anunciou a inauguração do novo Pátio do Colégio colocando este adjetivo entre aspas, “*Novo*” Pátio do Colégio será inaugurado domingo⁶⁴⁹ e dias depois noticiou *Setubal e Maluf entregam Pátio*⁶⁵⁰; o periódico *O Estado de São Paulo* de 01 de julho de 1979 optou pela manchete *Setubal abre Pátio, sua última obra*⁶⁵¹.

No entanto, foram os conteúdos e as abordagens dessas matérias que destacaram a presteza do prefeito Olavo Setubal para com a reconstrução e certa afinidade desta com as outras obras então implementadas no Centro da cidade. Como, por exemplo, fez Tavares de Miranda em sua coluna social do dia 28 de julho de 1979 ao informar uma homenagem ao prefeito realizada no próprio Pátio do Colégio e oferecida por Lucia Falkenberg, primeira presidente do CONDEPHAAT e, então, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga:

⁶⁴⁹ Ibidem.

⁶⁵⁰ SETUBAL e Maluf entregam Pátio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 2 jul. 1979.

⁶⁵¹ SETUBAL abre Pátio, sua última obra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 37, 1 jul. 1979.

domingo, após a missa celebrada às 10 horas será inaugurado o “Museu Padre Anchieta” seguindo-se a solenidade de devolução ao povo de São Paulo do Pátio do Colégio, reconstituído e restaurado. Na ocasião, Lucia Piza Figueira de Melo Falkenberg, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, homenageará o prefeito Olavo Setubal entregando-lhe a comenda “Martim Afonso de Souza”, pelos serviços prestados à coletividade⁶⁵²

Já o único texto de caráter mais opinativo que circulou contemporaneamente à finalização das obras foi veiculado no jornal *O Estado de São Paulo*, o qual as exaltou, em consonância com sua postura ao longo de toda a década de 1970. Ao comentar brevemente a trajetória da reconstrução desde 1954, o jornal fez questão de afirmar, de início, que “a reconstituição do Pátio do Colégio foi assunto polêmico durante muito tempo”⁶⁵³. A seguir, foi arrolada no texto uma lista de entidades envolvidas, em diferentes períodos, na elaboração da imagem que o local por ora exibia:

a ação da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB – fez-se sentir sobre a parte externa, onde foi recuperada a colina e limpo o talude. Esse trabalho de reconstituição do Pátio do Colégio foi o resultado de uma longa batalha, em que se destacaram como legítimos representantes da aspiração de paulistanos e paulistas instituições culturais do porte do Instituto Histórico e Geográfico, da Academia Paulista de Letras e da Companhia de Jesus [...] ⁶⁵⁴

Cuidadoso ao atribuir à EMURB apenas as transformações empreendidas na “parte externa” – como, aliás, os agentes do órgão gostavam de esclarecer –, o jornal, por fim, enalteceu as suas ações:

a reconstituição permitirá ao paulistano e a todos quantos – brasileiros e estrangeiros – nos visitarem ter uma idéia de como era a vegetação da colina [...] na época da sua fundação. Isto porque os paisagistas da EMURB lá plantarão árvores que mais se aproximem das espécies existentes à época da fundação, enquanto diversos postes sustentarão os lampiões de gás que iluminarão o Pátio no mesmo estilo do início da iluminação pública das ruas do centro da cidade, em março de 1872⁶⁵⁵

Ora, não deixa de ser significativo o entusiasmo do jornal, que apoiou a reconstrução e sempre atacou duramente àqueles que a ela se opuseram – incluindo aí o CONDEPHAAT –, com as reformas da área envoltória. Mesmo que os condutores destas últimas, a EMURB e o escritório Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, tenham negado qualquer consonância com a reconstrução em si, ambas as entidades pautaram-se por certo oferecimento estilizado e

⁶⁵² NO Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 40, 28 jun. 1979.

⁶⁵³ NO Pátio, vestígios de um longo passado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 37, 1 jul. 1979.

⁶⁵⁴ Ibidem.

⁶⁵⁵ Ibidem.

idealizado do passado. Enquanto o “paisagismo da EMURB” retomava “a flora original”, os edifícios religiosos pretensamente reviviam o “momento da fundação da cidade”.

A configuração da inauguração das obras do Pátio do Colégio como o último evento público da gestão de Olavo Setubal indicou, ainda, uma preponderância e mesmo uma sobreposição da reconstrução sobre as demais obras implantadas pela mesma gestão no Centro da cidade, confirmada ainda pelo lançamento de um selo comemorativo das obras, no qual, sugestivamente, a reconstrução foi denominada de “restauração” [figura 19]. Conforme assegurou o *Estado de São Paulo*, ao noticiar o evento, “quando o prefeito hastear as bandeiras, assistir a missa solene e inaugurar o Museu Padre Anchieta, deverá pronunciar, novamente, uma das frases de seu discurso de posse: São Paulo tem de preservar suas tradições históricas”⁶⁵⁶.

Figura 19 - Selo comemorativo e envelope de primeiro dia de circulação comemorativo à “restauração da igreja do Pátio do Colégio”, 1978

Fonte: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

⁶⁵⁶ SETUBAL abre Pátio, sua última obra. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 37, 1 jul. 1979

Considerações finais

Esta dissertação pretendeu demonstrar como a reconstrução dos edifícios históricos do Pátio do Colégio foi permeada de valores e sentidos atribuídos pelos seus promotores, mediou práticas sociais, dialogou e interagiu com a configuração do Centro da cidade e também procurou interferir na percepção da imagem desse espaço.

Para além das qualificações negativas que comumente são atribuídas às reconstruções de edifícios históricos, tais como simulacro, falso histórico, cópia ou pastiche, abordou-se o conjunto arquitetônico reconstruído como um “artefato”⁶⁵⁷, entendido como produto de relações de forças sociais e vetor material de significados sociais e de memória.

Assim, essa pesquisa foi encaminhada no sentido de identificar e qualificar os agentes que se mobilizaram para levar a cabo as obras. Noutras palavras, pode-se dizer que as análises não pretenderam inquirir sobre a autenticidade histórica e o valor plástico dos edifícios jesuítos, tampouco a precisão arquitetônica do projeto de reconstrução, mas sim quiseram conectá-los às práticas sociais que os engendraram.

O objetivo de documentar o longo percurso das obras de reconstrução do Pátio do Colégio e refazer os embates e as articulações em torno de sua efetivação revelou-se profícuo na medida em que, ao explicitar as diversas polêmicas e as controvérsias que as pontuaram, afirmou o engajamento dos diferentes agentes sociais por elas mobilizados e os valores a elas atribuídos.

Tanto os discursos dos agentes favoráveis a reconstrução, os quais apresentaram um acentuado cunho passadista e de culto às tradições católicas de cidade, quanto a identificação das suas redes de atuação na sociedade, de suas filiações e de seus préstimos intelectuais indicaram que a empreitada resultou de certo compromisso de um grupo social, num intuito de restabelecer os antigos edifícios como um símbolo que o representasse e fosse ainda o mais emblemático para história da cidade.

Ao abordar o longo processo de reconstrução do conjunto arquitetônico, que totalizou quase três décadas, foi verificada a criação de diversas entidades que tiveram como objetivo primeiro pleitear as obras e solapar as barreiras que elas enfrentavam, como a dificuldade de

⁶⁵⁷ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: ANDRADE, Antonio L. D. et al. **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: 9 SR/IPHAN, 2006

verbas ou a aquisição do leito carroçável para reconstrução da igreja. Depois de formada a Comissão Pró Monumento Histórico do Pátio do Colégio, em 1953, foram organizadas a Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo, em 1955, e, no ano seguinte, a Associação dos Cavaleiros de São Paulo. As duas entidades e a campanha de 1955 tiveram claramente como mote a exaltação do passado católico da cidade e seus membros, além dos padres jesuítas, eram, em sua grande maioria, ex-alunos desses padres e descendiam de antigas famílias paulistas de cafeicultores, como, por exemplo, Cesar Salgado que, em diferentes ocasiões, foi presidente das duas entidades citadas, e Altino Arantes.

Fora do circuito imediato dos integrantes dessas entidades, os trâmites das obras nas esferas públicas de poder revelaram o apoio de agentes que, se não participaram ativamente das campanhas em prol da reconstrução como o fez o governador Lucas Nogueira Garcez, apresentavam afinidades com os valores imputados às obras, assim como similaridades com os seus principais defensores. Os autores das duas leis que, em diferentes momentos, previram a doação das áreas correspondentes ao colégio e à igreja, foram Yukishigue Tamura e Paulo Maluf, ambos ex-alunos de jesuítas. Também o foram Paulo Egydio Martins e Claudio Lembo, o primeiro, que sendo governador do Estado não apoiou pedido de tombamento da área pretendido pelo CONDEPHAAT, e o segundo aquele que mediou as articulações entre os requerentes da reconstrução e o prefeito Olavo Setubal. Esse, que redigiu e sancionou a última lei de doação de verbas às obras, não era um ex-aluno de padres jesuítas, mas tinha formação católica e descendia também das antigas famílias paulistas.

O afã desses agentes em restabelecer o conjunto arquitetônico e materializá-lo no Centro da cidade relacionou-se, nos anos 1950, com a proposta de reafirmação simbólica dos atributos tradicionais e católicos desse espaço – constantemente subtraídos desde as transformações urbanas iniciadas em fins do século XIX, as quais, paulatinamente, o tornaram profano. Um esforço, enfim, de também projetá-lo em face da tensão gerada pela configuração do Parque Ibirapuera como espaço moderno e postulante a novo “marco zero” da cidade quadricentenária, que sinalizava uma inflexão das velhas identidades forjadas na Primeira República para uma plástica moderna, internacional e, mais do que paulista, brasileira. Num segundo momento, já nos anos 1970, as obras receberam incentivos do poder público municipal que investiu em reformas de revitalização do Centro, com destaque para a revalorização de seu caráter histórico. Para os agentes condutores dessas reformas de revitalização, a atribuição de um perfil histórico ao Centro coadunava-se com a reconstrução do Pátio do Colégio e, por conseguinte, passava pelo restabelecimento da matriz católica do local.

A identificação e a abordagem dos embates em torno da reconstrução e de seus agentes imbricaram-se também às práticas oficiais de preservação do patrimônio edificado, revelando-lhes dissonâncias e possíveis consonâncias. Se durante a reconstrução da Igreja, na década de 1970, os agentes do CONDEPHAAT criticaram duramente a reconstrução, na primeira fase das obras o SPHAN, único órgão de preservação existente, não se posicionou, numa demonstração de certo consentimento. Além do silêncio do órgão federal, a sua compatibilidade com a reconstrução do Pátio do Colégio pôde ainda ser aferida pelas afinidades com as concepções de tempo presentes nas restaurações empreendidas à época pelo SPHAN, que viabilizavam também um retorno dos bens a um passado idealizado e estático, sem máculas, o que atendia aos propósitos de seus agentes modernistas.

Assim, a escolha de investigar e problematizar os significados e os valores atribuídos à reconstrução – e atrelá-la às práticas sociais dos agentes, favoráveis e contrários a ela – revelou, para além das qualidades formais do conjunto arquitetônico, amplas possibilidades de abordagem e diferentes conexões com as dinâmicas e contingências históricas da cidade e com a preservação do seu patrimônio histórico edificado, as quais essa dissertação não pretendeu esgotar.

Cabe, por fim, lembrar que o conjunto jesuítico reconstruído encontra-se protegido provisoriamente pela esfera municipal de preservação, por meio do decreto nº 26.818 de setembro de 1988 que previu o tombamento de todos os imóveis em um amplo perímetro em torno do Pátio do Colégio. Tal ato, realizado pelo então prefeito Jânio Quadros, jamais foi revogado, mas também não foi, até o presente momento, confirmado pelo órgão municipal de preservação, o CONPRESP. Seu reconhecimento patrimonial como documento do processo histórico abordado neste trabalho, marcado por disputas em torno dos embates pela memória do local de fundação da cidade, ainda é uma fronteira que permanece aberta.

Referências

1. Entrevistas

Adolpho Lindenberg, 02.02.2012

Claudio Lembo, 15.06.2012

Domingos Theodoro de Azevedo Netto, 08.05.2012

2. Fontes

Legislação:

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2.658 de 21 de janeiro de 1954. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, nº 17, ano 64, p. 1, 1954.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei n. 1298/53 de 21 de outubro de 1953. **Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 1477 de 1953. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 272, ano 63, p. 39, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 450 de 1965. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano LXXV, n. 90, p. 44, 1965.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 92 de 1963. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano LXXIII, n. 56, p. 4, 1963.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 268, ano 63º, p. 59, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n 272, ano 63 pp. 39-40, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 277, ano 63, p. 36, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 288, ano 63, p. 33, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 9, ano 64, p. 29, 1954.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 282, Ano 63, pp. 38-39, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 268, ano 63, p. 59, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 275, ano 63, p. 34, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 272, ano 63, p. 39, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n° 268, Ano 63, pp. 58-59, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia Legislativa. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, ano LXXV, n. 68, pp. 37-40, 1965.

SÃO PAULO (Estado). Sessão da Assembléia. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 275, p. 28, 1953.

SÃO PAULO (Estado). Veto n° 81 de 21 de janeiro de 1954 ao Projeto de Lei n° 1477/53. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, num. 17, ano 64, p. 4, 1954.

SÃO PAULO (Estado). Veto Total ao Projeto de Lei n. 92 de 1963. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, ano LXXV, p. 5, 1965.

SÃO PAULO (Município). Lei 7356 de 19 de setembro de 1969. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1969.

SÃO PAULO (Município). Lei n° 8089 de agosto de 1974. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1974.

SÃO PAULO (Município). Lei n° 8492 de dezembro de 1976. **Câmara Municipal de São Paulo**, São Paulo, 1976.

SÃO PAULO (Município). Projeto de Lei 177/52 de 28 de abril de 1952. **Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo**, 1952.

SÃO PAULO (Município). **São Paulo**: a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979. São Paulo, 1979.

SÃO PAULO (Município). **São Paulo**: a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979. São Paulo, 1979. p. 92.

SÃO PAULO (Município). **São Paulo**: a cidade, o habitante, a administração – 1975-1979. São Paulo, 1979. p. 93.

Documentos

ANTEPROJETO da exposição do IV Centenário de São Paulo. São Paulo:Arquivo Municipal Washington Luiz, , s/d.

HISTÓRICO da comissão e suas realizações. **Arquivo Municipal Washington Luiz**, São Paulo, p. 20, s/d.

JORGE WILHEIM ARQUITETOS ASSOCIADOS. **Relatório**, São Paulo, s/d.

Reportagens, matérias e artigos de jornais:

“NOVO” Pátio do Colégio será inaugurado domingo. **Folha de São Paulo**, p. 15,São Paulo, 27 jun. 1979.

25 de janeiro de 1957: início da construção da igreja de Anchieta. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 5, 20 dez.1956.

403º aniversário da fundação de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 18 jan. 1957.

A ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo e as comemorações do próximo dia 25. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 1, 22 jan. 1957.

A ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo e as comemorações do próximo dia 25. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 10, 22 jan. 1957.

A CIDADE esquece o seu passado no Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 43, 29 abril 1973.

A IGREJA do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 1976.

A IGREJA do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 12. 28 jan.1965.

A IGREJA vai ser restaurada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 11 ago. 1974.

A MUNICIPALIDADE construirá um logradouro público destinado a rememorar o local da fundação da cidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 25 jun.1953.

A RECONSTRUÇÃO dos primitivos edifícios. **O Correio Paulistano**, São Paulo, pp. 1-2, 17 dez. 1953.

A RECONSTRUÇÃO dos primitivos edifícios. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 17 dez.1953.

A URBANIZAÇÃO do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 45, 14 dez. 1969.

ADIADA a inauguração parcial do monumento a São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 1, 17 jan. 1959.

ALTINO Arantes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 06 jul. 1965.

AOS ELEITORES associados à confederação das famílias cristãs. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 3 out. 1954.

ASSIM vai ficar o centro sem automóveis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 18, 2 out. 1975.

ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 6, 15 dez. 1956.

ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 13 dez. 1956.

ASSOCIAÇÃO dos Cavaleiros de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 3 jan. 1957.

ASSOCIAÇÃO dos cavaleiros de SP. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 23, 26 jan. 1965.

AURELIANO Leite. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 20 nov. 1960.

BELVEDERE no Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 23, 21 set. 1969.

BRITO, Luiz Tenório de. O Pátio do Colégio e IV Centenário da Cidade. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 16 jan. 1954.

BRITO, Luiz Tenório de. O Pátio do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 11 dez. 1953.

BRITO, Luiz Tenório de. O Pátio do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 11 dez. 1953.

CAMPANHA da saca de café para a basílica de N. S. Aparecida. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 5, 1 mai. 1958.

CAMPANHA das torres para São Paulo. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 12 jun. 1956.

CAMPANHA de gratidão aos fundadores de São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 1, 24 set. 1955.

CAMPANHA de gratidão aos fundadores de São Paulo. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 09 set. 1955.

CAMPANHA pela canonização do padre José de Anchieta. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 13 jul. 1962.

CAMPANHA pró-reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, p. 14, 13 jan. 1971.

CAMPANHA pró-reconstrução da Igreja do Pátio do Colégio. Monumento Histórico da fundação de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jan. 1975.

CAVALEIROS de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 46, 16 set. 1973.

CENTENÁRIO de Maria Antonieta Cesar Salgado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 9 mai. 1963.

COLÉGIO de Anchieta volta a ser escola 400 anos depois. **Correio Paulistano**, São Paulo, 19 ago.1962.

COMEÇA restauração do Pátio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 7, 10 jun.1970.

CONSIDERA-SE o Pátio do Colégio o local mais indicado para a construção do Paço Municipal. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 5, 30 jun.1953.

CONSIDERA-SE oportuna e necessária a reconstrução da igreja edificada por Anchieta no Pátio do Colégio. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 7, 6 out. 1953.

CONSIDERA-SE oportuna e necessária a reconstrução da Igreja edificada por Anchieta no Pátio do Colégio. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 2, nov.1953.

CURSO no Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 12, 19 ago. 1967.

D. MARIA Antonieta Cesar Salgado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 16 ago. 1957.

DENTRO de um mês será iniciada a construção da igreja e escola de Anchieta no Pátio do Colégio. **Folha da Manhã**, São Paulo, 19 nov. 1956.

DESAPROPRIAÇÕES para reurbanizar o Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 18, 3 ago. 1975.

DEVERÁ o Pátio do Colégio ser transformado numa praça cívica. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 21, 28 jun.1953.

DIA 22, grande missa campal na cabana de Anchieta. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 2, 22 mar. 1954.

DIA 25 o lançamento da pedra fundamental da construção do novo colégio São Paulo. **Folha da Noite**, São Paulo, 22 jan.1954.

DUARTE, Paulo. A Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 18 out. 1975.

DUARTE, Paulo. A Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 16 jan. 1977.

DUARTE, Paulo. A Igreja não merece estes milhões. **Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 4, 13 jan. 1977.

DUARTE, Paulo. O Pátio do Colégio e outros deslizos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 15 jun. 1975.

DUARTE, Paulo. Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1975.

EM 78, novo Martinelli. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 26 ago. 1976.

EM Campanha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 28 jul. 1977.

EM DEFESA da Igreja do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 1975.

EMBARGADAS as obras do velho Pátio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 7 jun. 1975.

ERGUE-SE-Á a Igreja dos jesuítas sobre alicerces de quatro séculos. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 25 mai.1957.

ESTADO retoma terreno no Pátio do Colégio para transformá-lo em praça cívica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 10 jan. 1969.

EXCURSÃO a cidades tradicionais do estado. **Folha da manhã**, São Paulo, p. 6, 12 mar. 1955.

FALAM os arquitetos um contra, outro a favor. **Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 17, 6 jun. 1975.

FIM da discussão: Ali, na colina onde a cidade nasceu, será erguida uma nova Igreja. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 15 dez. 1976.

Folha da Manhã, São Paulo, 24 jan.1954.

Folha de São Paulo, São Paulo, 21 jun. 1970.

Folha de São Paulo, São Paulo, 31 jan. 1965.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 30, 10 fev. 1976.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 30, 15 fev.1974.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 30, 20 fev.1973.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 30. 10 fev. 1976.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 32, 6 nov. 1974.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 34, 7 ago. 1974.

Folha de São Paulo, São Paulo, p. 6, 29 jan. 1996.

HOJE a posse do Sr. Cesar Salgado no cargo de Procurador-Geral da Justiça. **Folha da Manhã**, São Paulo, 3 fev. 1951.

IGREJA do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 1976.

IGREJA Reformada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 7 nov. 1976.

INAUGUROU-SE ontem na praça da Sé o monumento ao padre José de Anchieta. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 7, 9 dez. 1954.

INICIAR-SE-Á dia 25 de janeiro de 1957 a construção da 'Igreja de Anchieta'. **Folha da Manhã**, São Paulo, 27 dez. 1956.

INSTITUTO Histórico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 2 fev. 1972.

JOSÉ Augusto Cesar Salgado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 21, 10 abril 1979.

LEITE, Manfredo. Altino Arantes e a Religião. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 6, 2 out. 1956.

LEVANTAMENTO adiará fim da obra do Pátio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 7 jun. 1975.

MISSA campal, a 31, em São Vicente para comemorar a chegada àquela enseada dos primeiros jesuítas. **Folha da noite**, São Paulo, p. 1, 26 jan. 1954.

MONUMENTO a Anchieta. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 3, 29 jun. 1954.

MOVIMENTO feminino pró-igreja do Pátio do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 7, 20 mai. 1953.

MOVIMENTO pró-igreja do pátio do colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 25 jun. 1953.

MOVIMENTO religioso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 29 jan. 1956.

NO PÁTIO do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 40, 28 jun. 1979.

NO Pátio, em busca do passado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 53, 8 jun. 1975.

NO Pátio, vestígios de um longo passado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 37, 1 jul. 1979.

NOVA diretoria dos '21 irmãos amigos'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 21 jan. 1962.

O COLÉGIO e a igreja de Anchieta ressurgirão no Pátio do Colégio. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 1, 06 abril 1954.

O COLÉGIO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 42, 15 jun. 1975.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 24 jan. 1969.

O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 12, 16 set. 1966.

O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 13, 03 jan. 1957.

O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 24, 25 set. 1969.

O INSTITUTO Histórico e Geográfico espera autorização para agir. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 2, 24 nov. 1953.

O PÁTIO do Colégio de hoje, em ruínas, sujo e abandonado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1972.

O PÁTIO do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 21 jan. 1954.

O PÁTIO do Colégio. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 4, 19 jan. 1954.

OBJETIVO: dar a São Paulo uma catedral à altura de sua tradição religiosa. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 05 ago. 1956.

OFICIALIZADO o curso de História de São Paulo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 11, 15 mai. 1962.

OS CONSELHEIROS exigem respeito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 18, 16 jan. 1977.

OS PLANOS para o novo Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 19 jan. 1970.

PALESTRA sobre a Independência do Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 13, 8 set. 1960.

PARAM obras do Pátio, decisão do CONDEPHAAT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1975.

PASCOA marca o dia de Anchieta. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 20, 8 jun. 1971.

PÁTIO do Colégio concluída a primeira etapa da restauração. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 out. 1970.

PÁTIO do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 68, 21 jan. 1979.

PÁTIO do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 19, 22 out. 1970.

PÁTIO do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 03 abril 1954.

PÁTIO do Colégio: obra interrompida. **Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 2, 10 dez. 1975.

PÁTIO, o começo da humanização. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1975

PATRIMÔNIO deve ser resguardado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 16 fev. 1972.

PODERIA o instituto ter preservado o material que quisesse. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 7, 27 nov.1953.

PRESERVAÇÃO definitiva da arquitetura paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 44, 30 mar. 1975.

PRÓ-CONSTRUÇÃO da basílica da padroeira do Brasil. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 3, 13 jul. 1958.

PRONTO o projeto do Pátio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 42, 20 fev. 1976.

QUEREM os professores construir no Pátio do Colégio o ‘Lar do Mestre’. **Folha da Manhã**, São Paulo, 1 dez.1953.

RECONSTRUÇÃO da Igreja do Pátio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 9 dez. 1970.

RECONSTRUÇÃO. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 9 dez. 1970.

REERGUE-SE à feição do antigo o novo colégio dos jesuítas. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 1, 20 jul.1958.

RELÍQUIA sai hoje do Rio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 19 mar. 1966.

RESTAURAÇÃO do Pátio ameaçada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 1975.

REVELA a demolição do antigo palácio do governo a existência de ruínas de valor histórico no Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 11, 13 out. 1953.

REVITALIZAÇÃO do centro da cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 15, 30 jan. 1975.

SALGADO, José Augusto Cesar. Em defesa do patrimônio histórico do Pátio do Colégio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1975.

SÃO PAULO reverenciou relíquia de Anchieta. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mai. 1966.

SÃO Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 18, 23 jan. 1971.

SAUDADE. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 44, 15 abril 1979.

SERÁ concluída até janeiro do próximo ano a reconstrução do antigo colégio de São Paulo. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 8, 19 ago. 1958.

SERÁ entregue um pergaminho ao papa em nome da união dos amigos da padroeira de Brasil. **Folha da Manhã**, São Paulo, 20 mai. 1956

SERÁ inaugurada em futuro próximo a ‘Casa de Anchieta’ reconstruída. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 16 jul. 1961.

SETE milhões para Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 12, 18 dez. 1976.

SETUBAL abre Pátio, sua última obra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 37, 1 jul. 1979.

SETUBAL e Maluf entregam Pátio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 2 jul. 1979.

SODRÉ e Maluf definem setores da cooperação Estado-Município. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 19 abril. 1969.

SOLICITADA restauração do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 5 fev. 1976

UMA cidade menos dura, menos fria. Promete Setubal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 15 17 abril 1975.

UMA falsa Igreja do Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 7, 6 jun. 1977.

UMA falsa Igreja no Pátio do Colégio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 6 jun. 1977.

UMA legislação para preservar a História da Cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 12, 21 mai.1975.

VILHENA, José Nunes de. Centenário da Chegada de Anchieta no Brasil. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p. 6, 13 jul. 1956.

2. Bibliografia

AMARAL, Aracy (org.) **Arquitetura Neocolonial**: América Latina, Caribe, Estados Unidos. São Paulo: Memorial da América Latina; Fondo de Cultura Económica, 1994.

ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. O nariz torcido de Lucio Costa. **Sinopses**, São Paulo, n. 18, pp. 5-17, dez.,1992.

_____. **Um estado completo que pode jamais ter existido**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ANDRADE, Paula Rodrigues de. **O Patrimônio da cidade**: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e cultura**:São Paulo no meio do século XX.Bauru, SP: Edusc, 2001.

AUGUSTO, Adailton Maciel. O laicato paulistano: formas e presença no período pré-conciliar. In: VILHENA, Maria Angela; PASSOS, João Décio. (orgs). **A Igreja de São Paulo: presença católica na história da cidade**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BRANDÃO, Inácio de Loyola; OKUBARO, Jorge J. **Desvirando a página: a vida de Olavo Setubal**. São Paulo: Global Editora, 2008.

BRUNA, Gilda Collet; RIGHI, Roberto. A crise do centro histórico e a demolição do Santa Helena. In: CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JR, José Geraldo. (orgs). **Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo**. São Paulo: Editora Senac; Imprensa Oficial, 2006.

BRUNA, Gilda Collet; SIMÕES JR, José Geraldo. Transformações no centro histórico e renovação da Praça da Sé no início do século XX. In: CAMPOS, Candido Malta; SIMÕES JR, José Geraldo. (orgs). **Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo**. São Paulo; Editora Senac; Imprensa Oficial, 2006.

CAMPELO, Glauco. Restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 20, pp. 139-151, 1984.

CAMPOS, Eudes. Eusébio Steveaux, arquiteto. **Informativo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo**, São Paulo, 4 (23), mar/abr, 2009. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Acesso em: 17/08/2012

_____. São Paulo na visão classi[c]ista de Prestes Maia. **Cidade: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo**, São Paulo, nº 4 [A saga da metrópole e seu inventor: cem anos de Prestes Maia], pp. 42-45, 1996.

CANNABRAVA FILHO, João. **Adhemar de Barros: trajetória e realizações**. São Paulo: Terceiro Nome, 2004.

CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes. “O Pátio do Colégio”. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. CLXXXVII, pp. 83-97, 1975.

_____. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de Historia**, São Paulo, n. 7, pp. 53-61, 1970.

_____. GOMES CARDIM, Luciano Octavio. O tradicional Pátio do Colégio. **Revista de Engenharia Municipal**, São Paulo, vol. II, n. 4, 1956.

_____. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, arquiteto. **Acrópole**. São Paulo, pp. 180-181, 1951.

_____. O Pateo do Colegio e o Centenário. **Acrópole**, São Paulo, 1950.

_____. Pátio do Colégio. **Paulistânia**, São Paulo, n. 50, pp. 33-36, 1954.

_____. Projeto do Pátio do Colégio. **Revista do Ateneu Paulista de História**, São Paulo, n. 7 pp. 53-61, 1970.

CASTRO, Fernando Pedreira de. **O Pátio do Colégio**. Resumo Histórico e Projeto de Reconstrução (Opúsculo de simples divulgação), 1954.

CONDEPHAAT (São Paulo). **O Sítio Urbano Original de São Paulo: O Pátio do Colégio..** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977.(Publicação nº 1).

COSTA, Lucio. Documentação Necessária. **Arquitetura Civil II**, São Paulo: FAUUSP, MEC-RPHAN, 1975.

CZAPLIKA, John. Putting heritage and Identity into Place after Communism: Gdansk, Riga and Vilnius. In: CHRISTIANSEN, Flemming; HEDETOFT, Ulf (ed.) **The Politics of Multiple Belonging: Ethnicity and Nationalism in Europe and East Asia**. Farnham; Burlington: Ashgate, 2004. pp. 147-166.

DIÊGOLI, Leila Regina. A arquitetura oficial e o Estado Novo. **Cidade: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo**, São Paulo, nº 4 [A saga da metrópole e seu inventor: cem anos de Prestes Maia], pp. 46-53, 1996.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Prédio Martinelli**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1979.

_____. **Viaduto Santa Ifigênia**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, s/d.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli: ensino profissional em São Paulo**. São Paulo: FAPESP; EDUSP, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2009.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez Editora; Edusp; Fapesp, 2000.

GLEMZA, Jonas; KATILIUS, Audronis. La reconstruction du palais des grands-ducs de Lituanie. **Monumental – Revue scientifique et technique des monuments historiques**, [Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction], Paris, s/n, pp. 98-99, jan.-jun., 2010.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975**. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2007.

HECK, Eneida R. Beluzzo Godoy. **A Emurb como instrumento de planejamento em São Paulo: 1971-2001**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 07/06/2013.

JANZING, Godehard. Le Hulmboldt-Forum das la silhouette de l'ancienchatêau des Hohenzollern. **Monumental – Revue scientifiqueet technique des monuments historiques**, [Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction], Paris, s/n, p... 94-97, jan.-jun., 2010.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007

KESSEL, Carlos. **Arquitetura neocolonial no Brasil: entre pastiche e modernidade**. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá; Jauá, 2008.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, Aureliano. O Colégio dos Jesuítas. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. CLXXXVII pp. 73-76, 1975.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Planejamento em São Paulo: 1930 – 1969**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

LIMA, Solange Ferraz de. Pátio do Colégio, Largo do Palácio. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, vol. 6/7, pp. 61-82, , 2003.

LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e Cidade: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887 – 1954**. Campinas: Mercado das Letras; FAPESP, 1997.

LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.

LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 20, pp. 152-154, 1984.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 6/7, pp. 9-36, 2003.

_____. Trajetória da preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (org.). **Terra Paulista: trajetórias contemporâneas**. São Paulo: Imprensa Oficial; Cenpec; , 2008.

MARTINEZ, Ascensión Hernández. **La clonación arquitectónica**. Madri: Siruela, 2007.

MARTINS, Paulo Egydio. **Paulo Egydio conta: depoimento ao CPDOC-FGV**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 2003.

MAYUMI, Lia. **Taipa, canela-preta e concreto**: Estudo sobre o restauro de casas bandeirista. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2008.

MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. Vida e Morte da Igreja do Colégio. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, n.CLXXXVII pp. 29-39, 1975.

MELLO, Joana. **Ricardo Severo**: da arquitetura portuguesa à arquitetura brasileira. São Paulo: Annablume, 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **CJ Arquitetura**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 19, pp 45-46, 1978.

_____. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: ANDRADE, Antonio L. D. et al. **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.

MENEZES, José Luiz Mota de. **A Sé de Olinda**. Recife: Fundarpe, 1985.

MEYER, Regina Maria P. **São Paulo nos anos 1950**: Metrópole e Urbanismo. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MICELI, Sérgio. SPHAN: o refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, pp. 44-47, 1987.

MONTEIRO, Michelli Cristine Scapol. **Fundação de São Paulo, de Oscar Pereira da Silva**: trajetórias de uma imagem urbana. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MORAES, Geraldo Dutra de. **A igreja e o colégio dos jesuítas de São Paulo**. São Paulo: Gráfica Municipal, 1979.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 22, pp. 108-122, 1987.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: História e Cultura**, São Paulo, n.10, pp 7-28 1993.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. **Do tombamento às reabilitações urbanas**: um estudo sobre a preservação no Centro Histórico de São Paulo (1970 – 2007). Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PALLOT-FROSSARD, Isabelle. La reconstruction des monuments disparus. **Monumental – Revue scientifique et technique des monuments historiques**, [Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction], Paris, s/n, p. 86-87, jan.-jun., 2010.

PAUL, Jürgen. La reconstruction de la Frauenkirche de Dresde. **Monumental – Revue scientifique et technique des monuments historiques**, [Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction], Paris, s/n, p. 92-93, jan.-jun., 2010.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

_____. **Relatório Final da Pesquisa: O Neocolonial e suas relações com o modernismo e com a preservação do patrimônio no Brasil**. FAUUSP, São Paulo, s/d.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo /Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUARENTA, Ednilson A. **O apóstolo pregresso e as alegorias da fundação: Anchieta, um mito fundador no IV Centenário da Cidade de São Paulo**. Tese (doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas /Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

REIS, José de Souza. Estudos preliminares para a restauração do Paço. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 20, pp. 155-157, 1984.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial; CONDEPHAAT; Fapesp, 2000.

SAKURAI, Célia. Os primeiros políticos de origem japonesa no Brasil. **Revista do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo. n. 4, pp. 87-97, 2005.

SALGADO, José Augusto Cesar. **O Pátio do Colégio: História de uma Igreja e uma Escola**. São Paulo: Gráfica Municipal de São Paulo, 1976.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno". **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 4, n. 1, pp. 125-163, 1996.

SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo: a cidade da primeira metade do século XX (1890-1930)**. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

SHVIDKOSKY, Dmitry. La reconstruction des monuments historiques en Russie. **Monumental – Revue scientifique et technique des monuments historiques**, [Dossier Achèvement/Restitution/Reconstruction], Paris, s/n, pp. 88-91, jan.-jun., 2010.

SILVA, Carlos Alberto. **A crônica esquecida: a trajetória do jornalista José Tavares de Miranda**. São Paulo, s/d.

SILVA, Luís Octávio da. Breve história do Centro de São Paulo: sua decadência e reabilitação. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (org.). **Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP; PROURB; Óculum Ensaios, 2004.

TOLEDO, Benedito Lima de. O caminho do mar. **Revista do IEB**. São Paulo, n. 1, 1966.

_____. Os pousos da Serra do Mar. **Acrópole**, São Paulo, n. 345, pp. 15-23, 1967.

_____. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo.** São Paulo: Empresa das Artes; ABCP, 1996.

_____. **São Paulo:** três cidades em um século. 3ª. Edição. São Paulo: Cosac e Naify; Duas Cidades, 2004.

_____. DANON, Diana. **São Paulo:** Belle Époque. São Paulo: Nacional; Edusp, 1974.

TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os paulistas de quatrocentos anos:** ser e parecer. São Paulo: Annablume, 2001.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre o centro de São Paulo. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio. (orgs). **Urbanismo:** dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas: PUCCAMP; PROURB; Óculum Ensaios, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

VISONI, Claudia; REINÉS, Tuca; MURÃO, Leonardo. **Construtora Adolpho Lindenberg:** 50 anos. São Paulo: Conectar Comunicações, 2004.